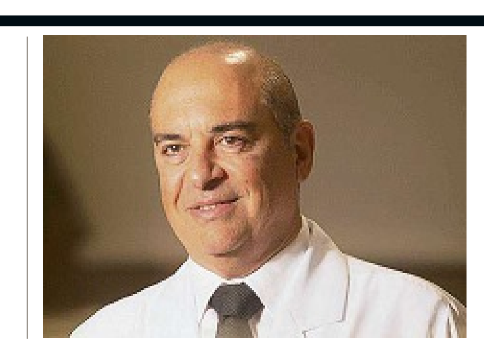
Ações de tecnologia
'Não investimos em inteligência artificial', diz Marks, da Oaktree. 'A maioria das bolhas envolve algo novo' C6



Óleo e gás
Possível fusão entre Enauta e 3R Petroleum pode impulsionar consolidação de empresas do setor B2



Saúde
Sírio-Libanês vai investir R$ 150 milhões em mais um hospital-dia em São Paulo, diz o diretor-geral, Fernando Ganem B3

Quarta-feira, 3 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5972 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Mercado de capitais alcança nível recorde no crédito às companhias

Financiamento Participação na dívida consolidada das empresas entre 2012 e 2023 quase dobrou, para 42,4% do total

Álvaro Campos
De São Paulo

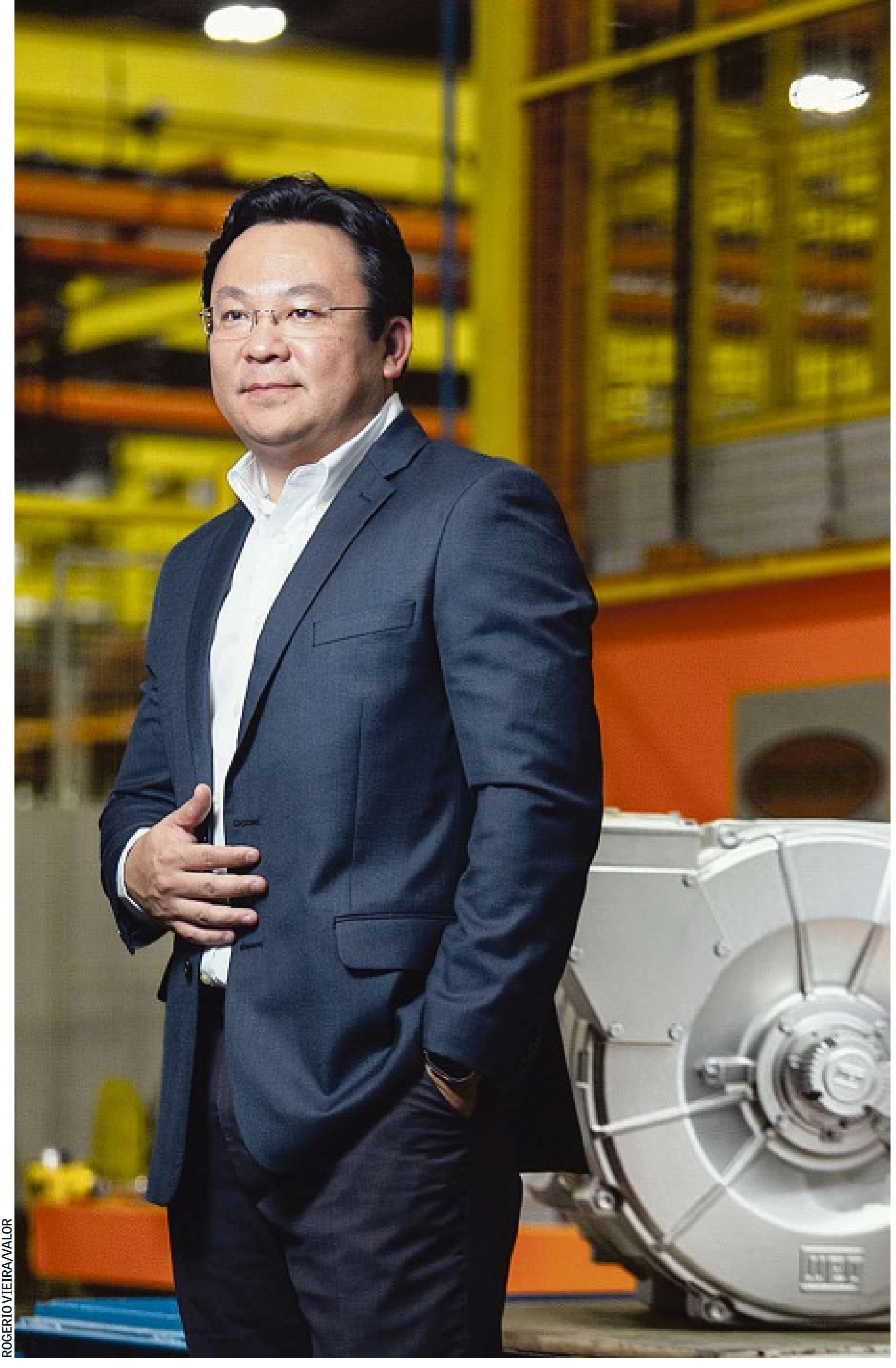
O mercado de capitais tem ganhado peso como fonte de financiamento das empresas brasileiras, ao mesmo tempo em que perdem espaço o BNDES e o crédito bancário. Segundo analistas, avanços na regulação e a ampliação dos mercados em termos de abrangência e volume indicam que se trata de um caminho sem volta, ainda que não se tenha alcançado a magnitude dos países desenvolvidos.

Entre 2012 e 2023, a participação de recursos do mercado de capitais na dívida consolidada das empresas quase dobrou, subindo de 21,5% para 42,4%, o maior nível histórico, segundo dados do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe). Já a fatia do crédito bancário livre caiu de 42,8% para 37%, enquanto a dos recursos do BNDES baixou de 28,2% para 10,2%, o menor desde o início da série, em 2005.

Olhando de um modo mais abrangente, o mercado de capitais respondeu por 55,5% da captação doméstica líquida das empresas em 2023 — nesse caso, incluídas na conta não só emissões de títulos de dívida, mas também ofertas de ações. Nos últimos três anos, esse volume teve uma média de 63,1%, após cair muito em 2020, com a explosão do crédito bancário causada pelas medidas para combater os efeitos da pandemia. Na primeira metade de 2023, as operações no mercado ficaram quase paradas devido à crise causada por Americanas e Light. Depois, houve retomada.

"O crescimento acelerado do mercado de capitais a partir de 2016 coincide com a redução da oferta de recursos subsidiados do BNDES e a queda das taxas de juros de mercado, que atingem seu nível mínimo em 2021", diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. Para ele, ao longo do período, o BNDES deixou de ser um competidor para passar a explorar complementaridades e sinergias com o mercado de capitais. Em 2018, entrou em vigor a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nas operações do BNDES, eliminando gradualmente os subsídios. **Página C1**

Internacionalização


ROGERIO VIEIRA/VALOR

De estagiário a presidente da sexta maior empresa da bolsa brasileira, em valor de mercado. Esta é a trajetória de Alberto Kuba, 44 anos, que substituirá Harry Schmelzer à frente da WEG. O foco do novo CEO será aprofundar a internacionalização. "Não haverá mudanças disruptivas. Minha missão é pegar uma empresa brasileira, que já é grande, e globalizá-la em muitos negócios", disse ele. Página B1

Haddad defende pacto entre os Poderes por ajuste fiscal

Julia Lindner, Renan Truffi e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a necessidade de um "pacto" entre os Três Poderes em busca da recuperação das contas públicas. Ele fez a afirmação após ser questionado se a derrubada da reoneração da folha dos municípios, por ato do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prejudica a busca pelo déficit zero. "A arrumação das contas públicas exige compromisso dos Três Poderes." O ponto da MP tornado sem efeito por Pacheco previa que a alíquota cobrada dos municípios com até 156 mil habitantes iria de 8% a 20%. O custo do benefício alcançaria R$ 10 bilhões. Pacheco negou haver algum tipo de afronta ao Executivo ou qualquer ato de irresponsabilidade fiscal. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, disse que Fazenda e AGU avaliam judicializar a questão. **Página A10**

Soja deve perder área plantada na safra 2024/25

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A queda nos preços e na produtividade da soja reduziu a rentabilidade do produtor na safra atual e deve levar a uma redução da área plantada em Mato Grosso — maior produtor nacional — no ciclo 2024/25. "A perspectiva é de queda, porque se mantiver o mesmo pacote de investimentos não vai conseguir rentabilizar a lavoura", diz Cleiton Gauer, do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). "Dificilmente o produtor vai deixar de plantar soja, porque é a principal atividade, mas vai parar de fazer expansões e investimentos em áreas que demandam mais recursos." O Imea divulga em maio a primeira estimativa de plantio. No conjunto do país, a expectativa é que o sistema soja + milho registre no ciclo 2023/24 o maior prejuízo dos últimos 25 anos, segundo o Cepea-Esalq/USP. **Página B8**

'Ideal é o servidor atingir o topo da carreira em 20 anos'

Edna Simão, Gabriela Pereira e Fernando Exman
De Brasília

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos segue a todo vapor na preparação do Concurso Nacional Unificado (CNU), o "Enem dos Concursos", a ser realizado no primeiro fim de semana de maio. A ministra Esther Dweck diz que o governo quer realizar novos exames para contratar 10 mil servidores até o fim do mandato do presidente Lula, podendo fazer um novo "Enem dos Concursos" em 2026. Segundo ela, o ideal é que o tempo para chegar ao topo da carreira seja de 20 anos. Especialistas alertam para a necessidade de discutir como elevar a eficiência do Estado sem abandonar a responsabilidade fiscal. Já Dweck diz que o gasto com pessoal ficará abaixo de 4% do PIB e que a pasta analisa medidas para aprimorar carreiras do funcionalismo. **Páginas A4 e A6**

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

"O ideal são carreiras com mais tempo, mais alongadas, em que o servidor atinja o topo em 20 anos", disse a ministra Esther Dweck



Poupança ainda é a opção favorita

Julia Lewgoy
De São Paulo

Mesmo que venha registrando resgates nos últimos anos, a poupança ainda segue como a mais lembrada pelos brasileiros na hora de aplicar suas economias. Segundo a mais recente edição do estudo "Raio X do Investidor Brasileiro", realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em parceria com o Datafolha, 25% das pessoas ouvidas dizem investir em caderneta de poupança. Já a maioria (57%) afirma que não conhece investimentos ou não faz uso deles, percentual ligeiramente menor que o da pesquisa do ano anterior (58%).

O levantamento, que ouviu quase 6 mil pessoas de regiões e classes sociais diversas sobre qual produto financeiro utiliza, mostra que os títulos privados e as moedas digitais têm conquistado espaço crescente entre os investidores. O terceiro maior grupo (5%) afirma que aplica em títulos privados, como CDB, debênture, LCA e LCI. Em quarto lugar (4%), ficam empatados imóveis, fundos de investimentos e moedas digitais. Ainda há 3% dos entrevistados que deixam o dinheiro em casa, e 2% que investem em ações, planos de previdência privada ou títulos do Tesouro Direto. **Página C6**

Conciliação ganha impulso e acelera a Justiça do Trabalho

Beatriz Olivon
De Brasília

O encerramento de processos na Justiça do Trabalho por meio de conciliação movimentou, no ano passado, R$ 7 bilhões. Foram 758 mil acordos, 44% de todos os casos solucionados — aumento de quase 15% em relação a 2022. Em 2018, antes da criação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejusc), foram apenas 174 acordos. Só no Tribunal Superior do Trabalho (TST) foram 1.499 conciliações — entre 2014 e 2022, haviam sido realizadas apenas 68 tentativas de acordo na Corte, sendo que somente 13 foram homologados. Segundo o vice-presidente do TST, ministro Aloysio da Veiga, várias empresas têm procurado o tribunal interessadas em encerrar processos coletivos. O Banco do Brasil, por exemplo, fechou acordo de R$ 50 milhões para encerrar 3,8 mil ações que discutiam intervalo para descanso e alimentação. **Página E1**

Indicadores

Ibovespa	2/abr/24	0,44 % R$ 21,5 bi
Selic (meta)	2/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	2/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	2/abr/24	5,0469/5,0476
Dólar comercial (mercado)	2/abr/24	5,0576/5,0582
Dólar turismo (mercado)	2/abr/24	5,0813/5,2613
Euro comercial (BC)	2/abr/24	5,4340/5,4368
Euro comercial (mercado)	2/abr/24	5,4461/5,4467
Euro turismo (mercado)	2/abr/24	5,4982/5,6782



Seletivo, um tributo em atitude suspeita



Lu Aiko Otta

Em meio à refrega travada pelo governo para ajustar as contas públicas primordialmente pela via do aumento das receitas, circula no mercado o receio que o Imposto Seletivo, criado na reforma tributária aprovada em 2023, venha a ser utilizado como um reforço da arrecadação. É um receio infundado, segundo afirmou fonte da área econômica à coluna.

Esse temor surge num contexto de gastos crescentes por parte do governo, apontou a diretora de macroeconomia do banco Santander, Ana Paula Vescovi, no evento "Caminhos do Brasil", promovido por **Valor**, "O Globo" e rádio CBN. Num quadro assim, os impostos são os grandes financiadores, observou.

Embora a Emenda Constitucional (EC) 132, que contém a reforma, traga garantias de que a carga dos novos tributos sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será igual à dos tributos que estão substituindo, Vescovi questiona até que ponto o Seletivo não pode ser uma brecha para financiar atividades do governo.

O Seletivo é hoje a maior fonte de incerteza e especulação em relação à reforma tributária, relatou o professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres no mesmo evento. Não há certezas em relação a ele, afirmou.

O risco de ser convertido em um tributo arrecadatório nem é a principal dúvida em relação ao Seletivo. A maior incerteza está na definição do que são "bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente", cuja comercialização ou importação estará sujeita a esse tributo. Até água em excesso pode fazer mal à saúde, argumentou o professor. E haverá quem diga que uma dose de vinho faz bem, completou Vescovi.

Essa definição estará em uma proposta de lei complementar que o governo pretende encaminhar ao Congresso em meados deste mês. As alíquotas do Seletivo, conforme a EC 132, serão fixadas em lei ordinária.

Como o Imposto Seletivo não existe no Brasil, sua chegada gera o "medo do desconhecido", avaliou à coluna o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos.

Existe, porém, um padrão estabelecido para esse tributo ao redor do mundo. É cobrado sobre bebidas alcoólicas, tabaco e, em alguns países, combustíveis fósseis. Por isso, é chamado de "imposto do pecado". Seu propósito principal não é arrecadar, e sim desestimular o consumo desses produtos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que deu origem à EC 132, deixava muito claro que o Seletivo teria um caráter extrafiscal, comentou Vasconcelos. Ou seja, não teria natureza arrecadatória. Porém, a redação foi alterada no Congresso Nacional e essa referência desapareceu.

O Seletivo brasileiro não é exatamente igual ao de outros países. Aqui, será cobrado sobre a extração, algo possivelmente inédito no mundo. É uma complexidade a mais. Vasconcelos questiona se a extração de lítio para produzir baterias para equipamentos médicos pode ser considerada prejudicial à saúde.

Há ainda conflitos no desenho do tributo. Por exemplo: se a cobrança deve ser feita sobre o volume de bebida ou por seu teor alcoólico. Segundo Vasconcelos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a referência seja o teor alcoólico. No Brasil, porém, esse é um ponto que ainda é discutido.

Um integrante do governo afirmou que seria ilógico tentar usar o Seletivo para arrecadar mais. Listou duas razões.

A primeira é que, da arrecadação do Seletivo, 60% pertencerão a Estados e municípios. Assim, um eventual aumento desse imposto beneficiaria mais os entes subnacionais do que a União. Não faria sentido o governo federal enfrentar o desgaste político de propor um aumento do Seletivo, pois ficaria com a menor parcela das receitas.

O segundo está numa das regras de transição. A EC 132 diz que, até 2033, a arrecadação do Seletivo que ultrapassar as receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que deixará de ser cobrado fora da Zona Franca de Manaus será integralmente convertida em redução da CBS. Ou seja, não haveria ganho para a União.

Como informou a repórter Jéssica Sant'Ana, deste jornal, o governo prepara dois projetos de lei complementar para detalhar a reforma tributária: o que tratará do IBS, da CBS e do Seletivo e o que determinará o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Paralelamente, os Estados elaboram dois projetos de lei ordinária, um para regular o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e outro do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Para elaborar as propostas, os técnicos ouviram representantes do setor privado. Um integrante admitiu que não foi possível receber todos os interessados. Porém, mesmo após o envio das propostas ao Congresso, ficará aberto o canal de diálogo com o Ministério da Fazenda.

O jogo de pressões para obter tratamento tributário privilegiado está só começando. Todo cuidado será pouco para evitar que o esforço de décadas por uma reforma tributária simplificadora se perca. Poucos duvidam dos benefícios dessas mudanças para a economia brasileira, mas há uma difícil travessia à frente.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Ambiente Ex-CEO da Unilever alerta sobre políticos xenófobos e afirma que empresas que entenderem transição estão sentadas em "mina de ouro"

Ignorar crise climática será mais caro que agir, diz Paul Polman

Rafael Vazquez
De São Paulo

O ex-CEO global da Unilever Paul Polman, que liderou a empresa entre 2009 e 2019 em direção a um modelo conectado com sustentabilidade e responsabilidade social, orientou empresários brasileiros em evento realizado ontem, em São Paulo, a fortalecer o engajamento de suas companhias contra as mudanças climáticas. Ele lamentou que ainda não vê a quantidade suficiente de corporações fazendo o que precisa ser feito, mas afirmou estar esperançoso ao observar que há muitas empresas prosperando atualmente sob o compromisso de criar produtos e serviços que "são parte da solução, ao invés de criar os problemas".

Polman, que, desde que deixou a Unilever, tem atuado internacionalmente para acelerar o engajamento de empresas com o objetivo de alcançar as metas globais de desenvolvimento sustentável da ONU, também alertou sobre ser preciso tomar cuidado com "populistas" que se aproveitam do fato de que o combate às mudanças climáticas exige custos altos para boa parte da população.

"Na verdade, o custo de não agir é muito mais alto do que o de agir", disse durante o Fórum Ambição 2030, promovido pelo Pacto Global da ONU – Rede Brasil e pela AYA Earth Partners com apoio da Ambipar.

O executivo insistiu que políticos "nacionalistas e xenófobos" se tornaram obstáculos para o combate eficaz contra as mudanças climáticas. Segundo ele, são líderes que se aproveitam da percepção de que algumas pessoas, sobretudo as mais pobres, terão que se sacrificar demais ao mudar hábitos para que o mundo atinja os objetivos desenhados pelo Pacto Global da ONU.

"Cerca de metade da população mundial em 64 países vai votar em eleições [em 2024]. 70% das pessoas do mundo veem a mudança climática como grande ameaça. Mas, infelizmente, 30% acreditam que estão sendo instadas a sacrificar demais. Isso tem sido colocado como enorme custo para o eleitorado", disse, sugerindo que políticos populistas acabam captando essa parcela dos que preferem não se engajar ou negar o discurso de candidatos que pretendem priorizar a proteção ao ambiente.

Por isso, Polman defende que é preciso trabalhar para fazer a população em geral e também líderes empresariais a mudarem a mentalidade para vencer a "crise de ganância, falta de empatia e egoísmo" no mundo. Por outro lado, ele entende que países em desenvolvimento, principalmente os que têm problemas de endividamento alto, precisam receber ajuda dos países desenvolvidos. Ele lamentou que a pandemia causou um retrocesso de décadas ao obrigar que governos aumentassem os gastos para contornar a calamidade de saúde.

> Executivo defende mudança de mentalidade para vencer "crise de ganância"

"Temos países, especialmente nos mercados emergentes, que pagaram enormes contas na saúde e o custo do seu financiamento aumentou. Agora estamos pedindo uma economia verde e não damos dinheiro porque não nos importamos", comentou . "Se não mostrarmos uma solidariedade global e tratarmos todos como cidadãos do planeta Terra, não vamos resolver isso", alertou, em um recado para os países desenvolvidos.

Sobre o papel das empresas, Polman indicou que, apesar dos obstáculos, existe um mar aberto de oportunidades para as companhias que se comprometerem com o desenvolvimento sustentável. Isso porque, segundo estudo da consultoria Delloite citado por ele, não agir para mitigar os efeitos das mudanças climáticas pode gerar custo de US$ 178 trilhões nos próximos anos, sem mencionar os custos humanos com desastres naturais e deslocamentos de refugiados do clima.

Já os esforços para controlar a temperatura média da Terra devem gerar oportunidades de negócios de aproximadamente US$ 43 trilhões. "O custo da inação agora é maior do que o custo da ação. E isso me deixa animado porque qualquer empresa que entender isso e quer ser parte da transição estará sentada em uma mina de ouro. Claro que não vai ser fácil, mas se [os líderes empresariais] souberem manter a cabeça calma e ver o que isso significa para o seu negócio, provavelmente terão o melhor momento na história", acredita Polman. "E, cada vez mais, estamos começando a ver empresas que entenderão e estão obtendo melhores resultados no mercado."

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Paul Polman: "Estamos pedindo uma economia verde e não damos dinheiro"

Justiça quer acompanhar gastos de fundo de segurança

Mariana Assis
De Brasília

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) quer acompanhar mais de perto a execução de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) transferidos a Estados e municípios. Em meio à demanda da população por soluções nessa área, a pasta prepara medidas que incluem o monitoramento sobre como a verba está sendo usada e capacitação técnica de agentes dos governos locais.

A iniciativa foi batizada de Rede Interfederativa do FNSP e tem como foco os chamados recursos fundo a fundo — transferência direta de 50% do aporte financeiro do FNSP aos Fundos Estaduais ou Distritais de Segurança Pública.

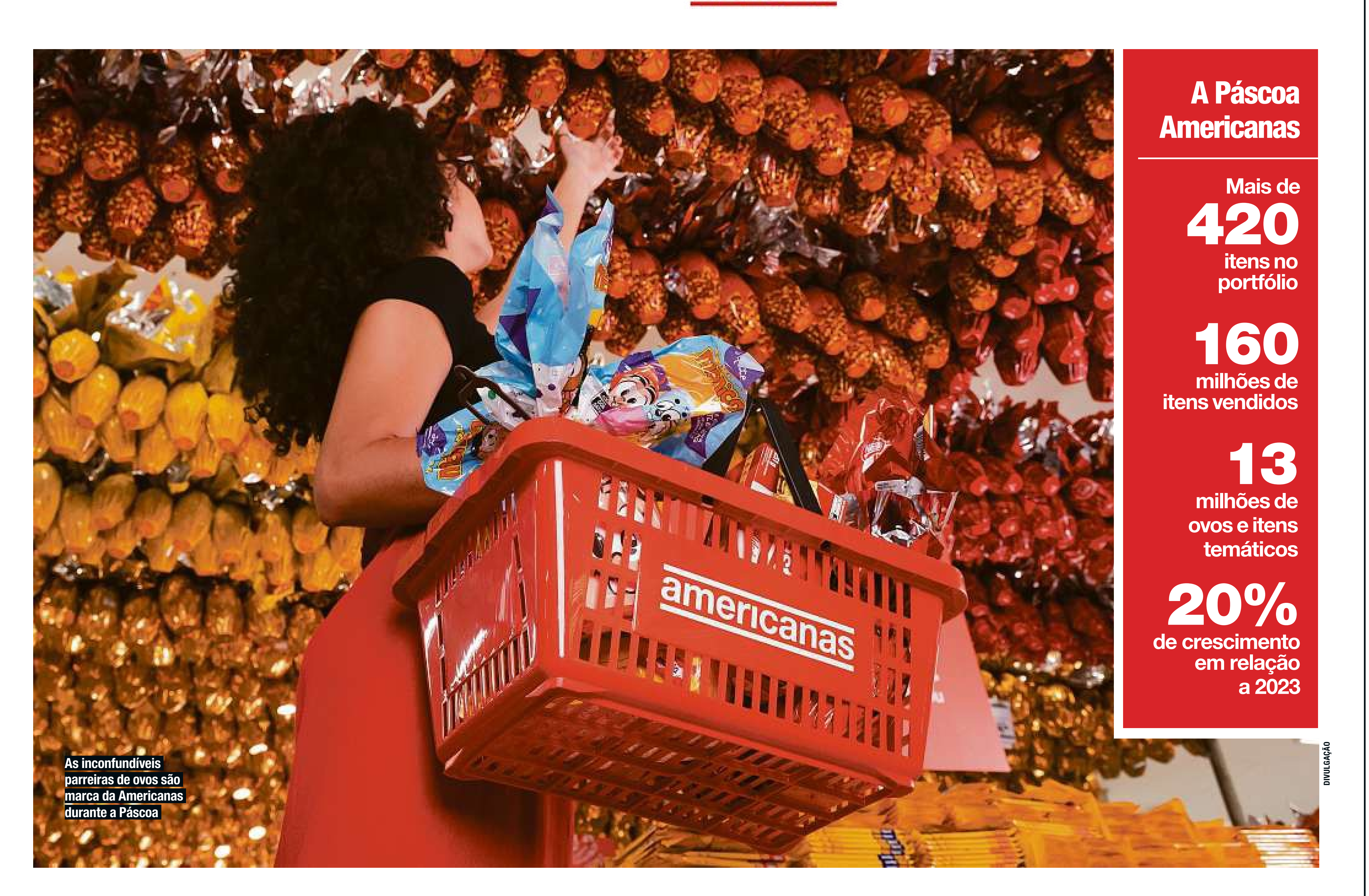
De acordo com o Painel do Orçamento, os recursos do FNSP neste ano são de cerca de R$ 3,5 bilhões, o que inclui orçamento próprio e emendas parlamentares. Do orçamento próprio, o valor correspondente é de mais de R$ 2 bilhões. Desse total, R$ 1,08 bilhão é para repasse "fundo a fundo".

A diretora do FNSP, Camila Pintarellil, explica que a ideia surgiu após a realização de um diagnóstico do fundo e a constatação da necessidade de maior aproximação com os Estados e municípios na fase de execução da verba.

"Nós já temos hoje ponto focal com todos os Estados e municípios que dialogam aqui, fazemos a análise de prestação de contas de gastos de todos os Estados e o Distrito Federal e do plano de ação que eles apresentam para cumprir com os gastos desse repasse, mas não temos um espaço institucional de diálogo federativo", afirma Pintarellil.

Até então, o diálogo era realizado de modo individual com os pontos focais de cada Estado e município. A proposta é que esse contato seja mais frequente. Segurança é ponto de preocupação. Pesquisa Quaest divulgada na semana passada indicou que 79% dos entrevistados avaliam que a violência aumentou nos últimos 12 meses.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição



As inconfundíveis parreiras de ovos são marca da Americanas durante a Páscoa

Americanas bate metas na Páscoa 2024 e vende 160 milhões de produtos

Evento reflete recuperação da companhia, que teve ajustes na operação anunciados em plano estratégico no final de 2023

Sucesso de vendas, a campanha de Páscoa "Passou, cestou, chocolatou", da Americanas, superou todas as metas da marca em sua edição de 2024. Foram milhões de produtos comercializados, entre ovos de chocolate, caixas de bombons e uma grande variedade de itens, em mais de 1.600 lojas físicas, site e app da marca.

"Conseguimos atingir a meta de 20% de crescimento em relação ao ano anterior, com rentabilidade e a venda de mais de 160 milhões de itens de Páscoa e da linha regular. Desse total, foram mais de 13 milhões de ovos e itens temáticos, o que equivale a 165 Maracanãs com todos os assentos ocupados", comemora Osmair Luminatti, vice-presidente Comercial e de Operações da Americanas.

"Atingimos a meta de 20% de crescimento em relação a 2023, com rentabilidade e a venda de mais de 160 milhões de itens de Páscoa e da linha regular. Foram mais de 13 milhões de ovos e itens temáticos, o que equivale a 165 Maracanãs lotados"

Osmair Luminatti, Vice-presidente Comercial e de Operações da Americanas



A Páscoa é o primeiro grande evento do ano a refletir ajustes feitos na operação da Americanas ao longo de 2023 e anunciados no plano estratégico da marca no final do ano passado. A estratégia comercial considerou tanto a ampliação do mix e da disponibilidade, com ovos e itens temáticos, incluindo o lançamento de novos produtos, quanto o estabelecimento de novas parcerias.

Com mais de 420 itens no portfólio de Páscoa e linha regular, a variedade seguiu como norte da estratégia para a campanha. Atributo de marca inconfundível da Americanas, as parreiras de ovos continuaram marcando presença nas lojas físicas.

JORNADA MULTICANAL

O trabalho de composição do sortimento começou logo após a Páscoa de 2023. A começar pela clusterização do abastecimento, que impactou na escolha dos produtos adequados para cada grupo de lojas e perfis de consumo, e incluindo a organização do calendário de fabricação dos produtos da marca própria D'elicce, além de negociações com as maiores indústrias de chocolate do Brasil e do mundo.

Para simplificar a experiência do cliente, a campanha apostou numa jornada multicanal, oferecendo a possibilidade de compras pelo site ou aplicativo e a retirada nas lojas físicas ou entrega em casa. No canal digital, o destaque foi para lojas oficiais de grandes marcas, que complementaram o sortimento do canal físico.

"Apostamos na fortaleza do físico e na resiliência da nossa operação para atender com qualidade e eficiência. Investimos numa entrega cheia de otimismo e fôlego, proporcionando aos clientes o que sempre priorizamos: variedade, conveniência e itens acessíveis", explica Luminatti.

A acessibilidade nos preços dos produtos ofertados no evento contribuiu ainda para o maior uso de meios de pagamento com formatos à vista (Pix, cartão de débito e dinheiro), que representaram 57% do total, mesmo com o maior fluxo de clientes na última semana do mês.

Para dar suporte ao aumento esperado de vendas nas lojas durante o evento, a Americanas contratou mais de seis mil colaboradores temporários que reforçaram desde a expedição nos centros de distribuição até a organização e atendimento ao cliente. O sucesso do plano estratégico é comemorado em grande estilo pela marca, com agradecimentos a todos os clientes, parceiros, fornecedores e associados.

Campanha leva espírito da Páscoa para todo o Brasil

Mascote criada com inteligência artificial, apoio a ações sociais e as famosas parreiras de chocolate estão entre os destaques da campanha

Para dar vida a memórias doces e reforçar o ato de compartilhar numa época tão especial, a Americanas criou a bem-sucedida campanha "Espírito da Páscoa: passou, cestou, chocolatou", desenvolvida em parceria com a WMcCann. Dentre a série de ativações planejadas para o evento, merece destaque a criação, com a ajuda de inteligência artificial, da mascote Ameriquinho, coelho da Páscoa que ganhou vida.

"A Páscoa está marcada no imaginário de todo brasileiro, e a Americanas está inclusa nessas memórias. Não há quem pense na data sem lembrar também da nossa marca. Para compartilhar o espírito da Páscoa com nossos clientes, nasceu a mascote Ameriquinho", afirmou Washington Theotonio, CMO da Americanas.

Criado a partir de características sugeridas por clientes nas redes sociais da Americanas, Ameriquinho não ficou restrito ao universo virtual. O coelhinho ganhou vida e percorreu lojas do Rio e de São Paulo, além de participar de eventos gratuitos em três shoppings com cenário próprio: Shopping Nova América (RJ), Shopping Metrô Itaquera (SP) e North Shopping Fortaleza (CE).

Além do Ameriquinho, outras ações planejadas garantiram o sucesso da campanha. As famosas parreiras de ovos cenográficos foram instaladas na estação de metrô de Pinheiros, em São Paulo, e no Acesso Norte, na cidade de Salvador, além de serem reproduzidas em ações solidárias em parceria com instituições sociais. Em lojas físicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza, a iniciativa "a cada ovo comprado, outro será doado" permitiu a distribuição de centenas de ovos de Páscoa a instituições parceiras da Americanas que apoiam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, reforçando o propósito de compartilhar e realizar uma Páscoa mais inclusiva.

No Rio de Janeiro, VLTs ganharam orelhinhas e focinho de coelho e adesivação com a comunicação; oito lives especiais foram realizadas ao longo do mês de março, no Instagram e no aplicativo, reunindo as melhores ofertas e produtos; e canais de TV aberta e fechada exibiram pequenos filmes que associavam o "espírito da Páscoa" ao momento de repartir:

"Só a Americanas, que tem a maior e mais famosa Páscoa do Brasil, para mostrar que o espírito da Páscoa é compartilhar. Justamente por isso, os ovos já vêm divididos ao meio. E, para defender essa nossa tese, montamos uma grande estratégia 360º", explica Ricardo Weitsman, ECD da WMcCann.

INÊS 249

Funcionalismo Intenção é contratar cerca de 9 mil servidores agora e 10 mil até 2026; especialistas recomendam reformular serviço público

Concurso busca reforçar governo em meio a debate por eficiência

Edna Simão
De Brasília

Em meio a demandas do Congresso, de especialistas e do setor privado por uma reforma administrativa mais ampla que reduza as despesas públicas, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avança com o plano de reforçar a máquina federal por meio da realização de uma série de concursos que devem oferecer 9.116 vagas neste ano e mais aproximadamente 10 mil até o fim de 2026. Especialistas dizem que há necessidades emergenciais, mas alertam que o ideal seria reorganizar as carreiras do funcionalismo e suas respectivas remunerações antes de fazer uma ampla contratação. E autoridades do Executivo reconhecem a necessidade de aumentar a eficiência do Estado na prestação de serviços à população.

Do ponto de vista do governo, o plano está dado. Será realizado o primeiro Concurso Público Nacional Unificado, apelidado de Enem dos Concursos, cujo objetivo é contratar mais de 6 mil servidores públicos em todo o país por meio de uma prova realizada no dia 5 de maio, de forma concomitante, em 220 cidades em todas as unidades da federação. Um novo concurso nacional deverá ser feito em 2025 ou 2026. Além dele, já há concursos em andamento ou que aguardam a publicação de seus editais para a seleção de candidatos com carreiras de Estado mais específicas, como Banco Central, Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para contribuir com todo esse debate sobre a melhoria e a organização do serviço público, o **Valor** está lançando o projeto “Concursos Públicos”. O objetivo é, diante de um quadro já definido de dois a três anos de concursos, discutir o perfil de servidor de que o país precisa para atender melhor o cidadão e aumentar a produtividade do Estado. Junto com o calendário e as principais notícias sobre os concursos previstos, o **Valor** também explicará aos candidatos e ao público em geral as principais carreiras de Estado, falará de espírito público e entrevistará servidores que contribuíram para o desenvolvimento do país.

Histórico

Esse cenário contrasta com o que foi observado no governo anterior. Nos últimos anos, com a forte restrição fiscal, a realização de concursos públicos foi deixada de lado como estratégia para conter o ritmo de crescimento da segunda maior fatura do governo, que é o pagamento de salários aos seus servidores. No fim de 2023, o número de servidores públicos ativos somou 571,9 mil. Em 2017, por exemplo, esse número era de 634,2 mil.

Essa queda se deveu à decisão política de não fazer uma reposição integral dos servidores que deixaram o serviço público para se aposentar. Durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), fontes da área argumentavam que isso se justificava também em razão dos investimentos em transformação digital no serviço público, além da necessidade de diminuir despesas.

Segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal, em 2023 ingressaram na administração pública, seja por meio de concurso, seja por processo seletivo, 10.415 trabalhadores. Por outro lado, saíram 15.905 — a maioria por aposentadoria. Isso significa uma taxa de reposição de 65%.

Em 2014, na gestão da então presidente Dilma Rousseff (PT), esse percentual chegou a 160%. A partir de 2017, no entanto, o número começou a cair sistematicamente e chegou a contabilizar apenas 32% de reposições dos servidores que deixaram o governo.

Ex-secretário do Tesouro e economista da ASA Investments, Jeferson Bittencourt ressalta que a redução da despesa de pessoal do governo federal de 2018 para 2023, que passou de 4,3% para 3,4% do PIB, ocorreu justamente devido à contenção de concursos e reajustes no período. “Claro que da maneira como foi feito o ajuste não seria sustentável a longo prazo. Mas esta redução do gasto viabilizou, do ponto de vista fiscal, que uma reforma administrativa se centrasse nos novos servidores, sem que haja pressão fiscal para que alcance os atuais servidores”, o que teria forte resistência política, explica.

Segundo ele, o ideal teria sido que a implementação desse ritmo acelerado de contratação de servidores e de reajustes se desse já sob os efeitos de uma reforma administrativa. “O risco de implementação desta política de pessoal sem estar em vigor uma reforma focada na racionalização das carreiras, com redução dos salários de entrada, melhor compensação para que funcionários de carreira assumam cargos de chefia etc. é desperdiçar os ganhos da reforma silenciosa feita até 2022”, aponta Bittencourt, em referência à estratégia da equipe econômica anterior de não realizar contratações para a reposição de servidores que se aposentavam.

“O problema é fazer concurso grande sem ter feito reforma administrativa”
Zeina Latif

Para a economista Zeina Latif, sócia da Gibraltar Consulting, o governo deveria “segurar um pouco” e fazer concursos localizados e emergenciais até que a reforma administrativa seja aprovada. “Em princípio, é preciso novas contratações por concursos. O problema é fazer um concurso grande sem antes ter feito uma reforma administrativa para rever carreiras, salário inicial, a progressão na carreira, número de carreiras, sem antes uniformizar um pouco. Tem muita diferença salarial dentro do setor público, tem muita desigualdade, e isso gera muito descontentamento”, diz. “Eu acho ruim fazer concurso sem antes não ter minimamente ajustado [regras]”, complementa.

O economista-chefe e sócio da Warren Renascença, Felipe Salto, concorda que é preciso reposição de servidores em diversas carreiras. No entanto, aponta, existem problemas do ponto de vista da remuneração e organização das carreiras. “O que acho importante, entretanto, é retomar o debate da reforma do Estado. Rediscutir carreiras, planos de salários, mecanismos de incentivos etc. Além disso, tenho falado muito sobre a importância de regulamentar o tema das fundações estatais, que podem constituir um instrumento importante de atuação do Estado, mas estão sem regulamentação há muito tempo. Pode ser feito por lei ordinária, aliás”, destaca.

Ao **Valor** a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que, mesmo com a previsão de concursos e reajustes, a despesa com pessoal no fim do mandato de Lula não vai chegar nem a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Até porque não é necessária a reposição integral dos trabalhadores que deixam a administração pública (*ver página A6*).

Nesse contexto, a intenção do governo é também aprofundar as discussões sobre qual é o serviço público que se quer e como o Estado deve prestá-lo da forma mais eficiente possível. Afinal, como apontam as pesquisas de avaliação de governo, há grande demanda da sociedade por melhores serviços nas áreas da saúde, educação e segurança pública. Existem também outras frentes em que o Estado precisa se mostrar presente, como a proteção do meio ambiente.

Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sheila Tolentino Barbosa diz que o crescimento da população brasileira demanda um número de trabalhadores na ponta do funcionalismo. “Mas não pode crescer infinitamente”, frisa. “Governo eletrônico avançou bastante. Por isso, não tem explosão de necessidade de mão de obra”, complementa.

Segundo ela, o ideal seria o estabelecimento de uma regra de reposição contínua dos servidores para que os processos e fluxos de trabalho fossem implementados continuamente. “O concurso público é necessário. Não é questão de opção. Se ficar sem fazer, tem um custo”, ressalta, acrescentando que mesmo com os concursos o funcionalismo não chegará aos patamares observados na década de 1990.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, afirma que não existe Estado sem servidor público e, portanto, é preciso fazer a discussão sobre o tamanho ideal do Estado e quem garante a execução das políticas públicas. “Ninguém defende Estado gigante e gastador, mas que seja um Estado [para o] que a Constituição definiu”, destaca. “Mesmo com tecnologia, vai bater na mão da ponta para resolver o problema.”

O economista Sérgio Mendonça diz que o fortalecimento do Estado passa por um fortalecimento do serviço público e isso não significa ignorar a questão fiscal. Mendonça foi secretário de Recursos Humanos durante o primeiro mandato do governo Lula e de Relações de Trabalho no governo de Dilma Rousseff. No ano passado, com o retorno do governo Lula, chegou a ser secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.

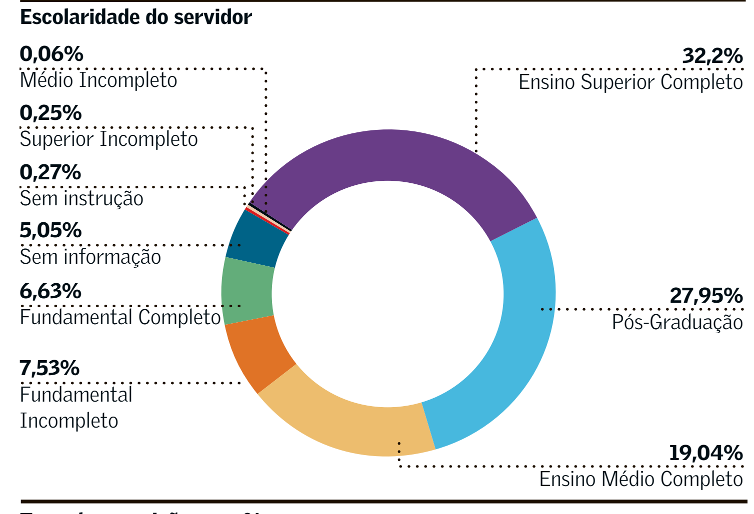
Para ele, o concurso nacional que será realizado neste ano vai contratar servidores num patamar bem inferior à média de 20 mil contratações feitas nos governos petistas entre 2003 e 2014. Com a transformação digital, argumenta, não é necessário admitir servidores como no passado, mas ainda é preciso fazê-lo para assegurar a realização de atividade final, que é o atendimento ao cidadão. “O governo não está ignorando o avanço tecnológico ao valorizar o serviço público”, complementa.

Já na visão do secretário de Gestão de Pessoas no governo Michel Temer, Augusto Akira Chiba, há necessidade de repor servidores públicos devido ao elevado patamar de aposentadoria. Isso acontece porque alguns governos fazem concursos grandes e depois ficam anos sem contratar ninguém. “Você tem descontinuidade”, aponta. Por outro lado, ele sublinha que o atual governo deveria ajustar as carreiras dos servidores antes de realizar os concursos. Chiba disse que muitas vezes o problema do serviço público não é falta de pessoal, e sim “processos” equivocados.

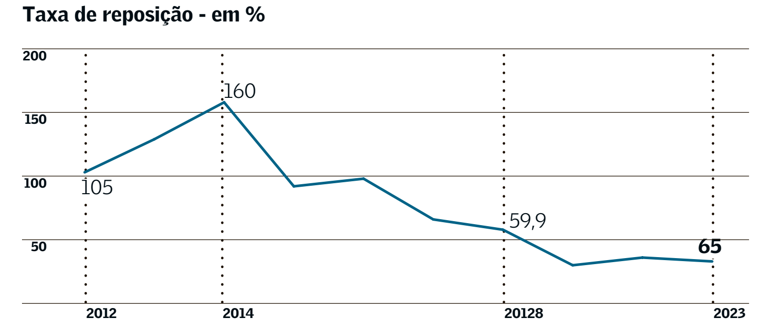
Ver também página A6

Raio X do serviço público
Situação antes da realização do Enem dos Concursos

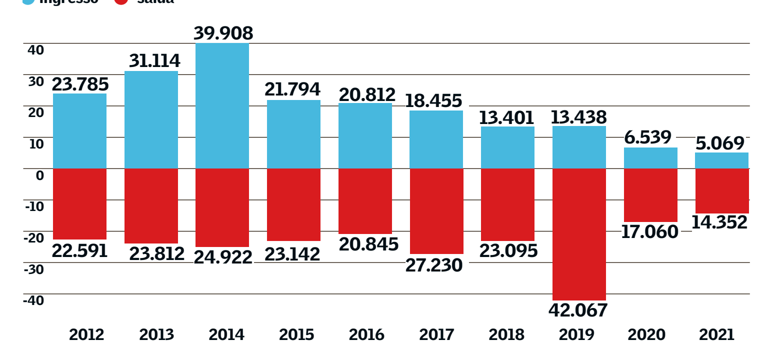
Escolaridade do servidor



Taxa de reposição - em %



Reposição de servidores



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal

Lula critica venda de ativos da Petrobras e defende investimento na indústria naval

Victoria Netto e Camila Zarur
De Niterói (RJ) e Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou nesta terça-feira (2) as privatizações do governo Jair Bolsonaro e o que chamou de tentativas de “desmonte” da Petrobras. “Eles [membros do governo anterior] não tiveram coragem de privatizar a Petrobras porque teriam que passar pelo Congresso, então começaram a vender ativos, como venderam o gasoduto, a BR [Distribuidora] e uma empresa de gás que a gente tinha, porque o objetivo era desmontar o sistema produtivo da Petrobras”, afirmou.

As declarações foram feitas na cerimônia de anúncio do início das obras de dragagem do canal de São Lourenço, em Niterói (RJ). No discurso, Lula disse que o governo federal tenta agora recuperar a companhia e a indústria brasileira, incluindo a naval. Também reafirmou o compromisso de gerar empregos domésticos por meio da recuperação da indústria naval. “Se alugarmos navio lá fora, não vamos gerar empregos aqui.”

Nos dois primeiros mandatos, a partir de 2003, Lula e o PT desenvolveram uma política de investimentos na indústria naval, tendo a Petrobras como única demandante, que ficou marcada por investigações de corrupção e atrasos em obras de navios e plataformas, que não ficaram prontos no prazo e no custo acertados originalmente.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO



“Não conheci negacionismo, ódio e fake news como se vive hoje”
Lula

Ontem no Rio Lula também voltou a defender o investimento em educação como uma forma de desenvolver o país e espantar mazelas que citou como negacionismo, ódio, fake news e o crime organizado. Ele falou no assunto na inauguração do Impa Tech, primeiro curso de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) antes de visitar Niterói.

“Se não investirmos, vamos entregar nossos jovens de graça para o negacionismo e o crime organizado. Vivemos um momento delicado na história do Brasil. Tenho 78 anos e não conheci nenhum momento de negacionismo, ódio e fake news como o que a gente vive hoje”, disse.

O evento foi realizado na sede da faculdade, na zona portuária do Rio. O projeto é uma parceria do Impa com o governo federal e a prefeitura da cidade. A graduação é gratuita, e o galpão tem 10 mil metros quadrados e deve contar com espaço para startups e empresas de tecnologia. “O meu sonho é fazer com que vocês vivam num país muito melhor do que aquele que recebi dos meus pais”, disse Lula.

Participaram o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), a primeira-dama, Janja da Silva, e os ministros Camilo Santana (Educação), Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), Anielle Franco (Igualdade Racial), Silvio Costa Filho (Porto e Aeroportos) e Márcio Macedo (Secretaria-Geral da Presidência). Lula repetiu que os custos com educação não são gastos, mas investimentos.

Meta fiscal para 2024 e 2025 já está na mesa, afirma Simone Tebet

Jéssica Sant’Ana
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que está na mesa a rediscussão das metas fiscais de 2024 e 2025, que são, respectivamente, de zerar o déficit primário e fazer superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Ela explicou que a meta deste ano vai depender de uma reavaliação que será feita “mês a mês”, enquanto a do próximo ano será decidida na semana que vem pelo governo e dependerá, principalmente, de as medidas de receitas serem suficientes para garantir um superávit.

As declarações foram dadas após evento para lançamento do livro sobre o Plano Plurianual (PPA) de 2024-2027. “O que eu posso adiantar é que está na mesa a discussão da meta 24 e 25, a rediscussão. Vamos bater os números”, afirmou Tebet, ao ser questionada sobre o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. É este documento que traz a meta a ser perseguida pelo para as contas do governo central.

Sobre a meta fiscal deste ano, a ministra inicialmente disse que a meta também está sendo rediscutida. Depois, ponderou que é uma “avaliação mês a mês” e que o governo terá um cenário mais claro sobre o resultado em maio, quando será feita uma nova avaliação do andamento das receitas e despesas do Orçamento de 2024.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

“Se receita não vier como esperamos, vamos rediscutir a meta de 2025”
Simone Tebet

“Há uma série de questões que nós não incluímos [no relatório bimestral de março], que nós vamos ter que incluir no segundo relatório. Em maio vamos ter a visão real do que vai acontecer em 2024. Antes disso, não”, afirmou. Ela reforçou que as receitas têm tido um comportamento neste início de ano superior ao esperado e que é preciso ver se o desempenho se mantém.

Tebet relatou que deve receber até esta quarta-feira da Receita Federal os dados de receita para 2025. A partir dessas informações, o Ministério do Planejamento e Orçamento terá informações mais precisas sobre a manutenção ou não da meta de superávit.

Pelo lado da receita, a ministra disse ter a impressão que as medidas já estão se exaurindo. Por isso, não se comprometeu com a manutenção da meta de 0,5% de superávit. “Eu, liberal que sou, queria manter 0,5% positivo. Vamos colocar na mesa receitas e despesas. Se a conta não der 0,5% do PIB, vamos levar para a JEO [Junta de Execução Orçamentária] decidir o que fazer. Se receitas não vierem como esperamos, vamos ter que rediscutir a meta de 2025”, completou, ao ser indagada se a revisão da meta era uma das alternativas.

A reunião da JEO que baterá o martelo sobre a meta de 2025 acontecerá na próxima semana. A junta reúne os ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento, Gestão e Casa Civil.

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23	mai/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27	-1,83
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,6	1,6	0,6	0,0	0,2	0,5	-0,4	0,0	0,4
Indústria de transformação	-	-0,3	0,7	-0,1	0,2	-0,7	1,3	-0,4	-0,3	0,0
Indústrias extrativas	-	-6,3	3,2	3,4	-0,4	6,3	-4,8	-1,2	2,8	1,3
Bens de capital	-	5,2	-0,8	-1,4	-0,5	-2,2	5,4	-7,3	-2,4	4,6
Bens intermediários	-	-2,4	1,9	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1
Bens de consumo	-	-1,5	1,2	-0,2	-0,8	-1,9	2,4	1,4	0,3	-0,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8	-0,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8	-1,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0	-0,8
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3	0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4	1,6
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0	8,3
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2	-0,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	23.538	27.016	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600	32.666
Importações	18.091	20.490	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524	21.688
Saldo	5.447	6.527	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077	10.978

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor**	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**57,7**	**-11,42**	**65,1**	**5,44**	**56,2**	**-1,34**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mar/24	fev/24	2024	2023	12 meses	mar/24	fev/24	dez/23	mar/23
IBGE									
IPCA	-	0,83	1,25	4,62	4,50	-	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	-	0,81	1,38	3,71	3,86	-	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-	-0,41	-0,67	-3,30	-4,04	-	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	-	0,42	0,79	3,48	3,63	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,76	-1,35	-5,92	-6,98	-	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	-	-1,02	-2,48	-11,34	-13,28	-	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-	-0,66	-0,93	-3,77	-4,47	-	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	-	0,55	1,17	3,55	3,59	-	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	-	0,13	0,40	3,49	3,39	-	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	-	0,46	0,92	3,15	3,00	-	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mar/24 -0,31% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mar/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	dez/23 Valor	dez/23 % do PIB	jan/23 Valor	jan/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.565,1**	**59,99**	**6.612,8**	**60,84**	**5.613,9**	**55,21**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-37,0	-0,34	-36,4	-0,34	5,0	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-749,0	-6,84	-724,1	-6,66	-750,3	-7,38
Dívida fiscal líquida	**7.351,1**	**67,17**	**7.373,4**	**67,83**	**6.359,2**	**62,54**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.219,4	65,97	7.271,3	66,89	6.298,7	61,95
Dívida externa líquida	-654,3	-5,98	-658,5	-6,06	-684,9	-6,74
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.619,3	51,35	5.657,3	52,04	4.711,3	46,34
Governos Estaduais	842,3	7,70	852,4	7,84	805,4	7,92
Governos Municipais	54,0	0,49	55,6	0,51	40,0	0,39
Empresas Estatais	49,6	0,45	47,4	0,44	57,1	0,56
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**jan/24 Valor**	**jan/24 % do PIB**	**dez/23 Valor**	**dez/23 % do PIB**	**jan/23 Valor**	**jan/23 % do PIB**
Total nominal	**991,9**	**9,06**	**967,4**	**8,90**	**497,8**	**4,90**
Governo Federal**	818,0	7,48	813,6	7,48	438,8	4,32
Banco Central	86,3	0,79	65,5	0,60	39,4	0,39
Governo regional	80,4	0,73	80,7	0,74	14,3	0,14
Total primário	**246,0**	**2,25**	**249,1**	**2,29**	**-123,2**	**-1,21**
Governo Federal	-44,4	-0,41	-42,1	-0,39	-319,4	-3,14
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,4	0,00
Governo regional	-18,4	-0,17	-17,7	-0,16	-66,7	-0,66

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	dez/23 Valor	dez/23 Var. %	jan/23 Valor	jan/23 Var. %
Ajustes metodológicos	0,8	-	-8,8	6.700,09	1,5	1.114,22
Discrepância estatística	0,0	-	-2,7	331,80	-1,0	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**81,3**	**-**	**-129,1**	**225,75**	**83,7**	**1.186,19**
Juros Noninimais	**-71,6**	**30,46**	**-54,9**	**54,05**	**-46,5**	**-13,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**9,7**	**-**	**-184,0**	**144,44**	**37,1**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

CONTEÚDO PATROCINADO POR







‘Terreno está fértil para Brasil conduzir diálogos sobre sustentabilidade’

Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU — Rede Brasil, vê cenário positivo para atuação brasileira no Sul Global

“O melhor lugar do mundo é aqui e agora!”. Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU — Rede Brasil, recorreu aos versos de Gilberto Gil para fazer sua análise de cenário sobre a posição do país no atual contexto geopolítico propício para uma alternância na governança de clima, durante a abertura do Fórum Ambição 2030, em São Paulo. “Nunca o cenário foi tão favorável e, ao mesmo tempo, tão urgente para a promoção de um profundo debate sobre esse tema, com o Brasil despontando na liderança do G20 e às vésperas de sediar a COP 30. Como previu a ex-ministra Izabella Teixeira (2010-2016), o contexto está propício para os países do Sul Global, onde está a maior parte das florestas”, destaca Pereira.


Paul Polman debate sustentabilidade nos dois dias do Fórum Ambição 2030

Na entrevista abaixo, Carlo dá mais detalhes sobre o momento estratégico para as empresas se engajarem de forma irremediável na pauta da sustentabilidade.

Por que você afirma que é urgente para as empresas assumir metas claras em relação ao cumprimento dos 17 ODS, propostos pela ONU, e desvendar a temática ESG?
Na era da hiperconectividade, vive-se a demanda por uma hipertransparência, que faz com que as empresas não possam se alienar dessa pauta. A população demanda uma abordagem com foco tanto em ESG quanto nas questões da sociedade em geral, quer ver as empresas fazendo ações nesse sentido, mesmo que não estejam relacionadas ao core business delas. Graças a uma sofisticação e conscientização da população globalmente, temos uma enxurrada de regulamentações entrando em vigor, como, por exemplo, a regulação da União Europeia para devida diligência de direitos humanos.

IMAGENS: DIVULGAÇÃO


Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU, fala sobre a demanda social para as empresas mergulharem na temática ESG

Então, uma empresa que não cumpre as metas ESG não consegue expandir os negócios para a Europa?
Se você quer colocar um produto seu na Europa, faça uma autoria de direitos humanos na sua cadeia, se não, não entra. E, agora, essa devida diligência se expandiu para questões de ESG em geral. Fora isso, tem países europeus pedindo a devida diligência com relação ao desmatamento. Hoje, cada companhia precisa saber o impacto de uma crise climática em seu negócio na ponta da caneta.

Em que ponto diminuir desigualdades sociais precisa ser uma meta incluída nas iniciativas promovidas pelas corporações privadas?
O aumento das desigualdades impede o cumprimento de vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É preciso entender, por exemplo, que o conceito de salário digno hoje tem relevância em qualquer debate sobre clima. Não se pode sonhar com justiça climática enquanto tivermos quatro bilhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Isso é mais da metade do mundo, e quem não tem comida não tem a sustentabilidade como prioridade. A adoção de boas práticas que fomentem a economia circular garante sustentabilidade a qualquer negócio.

Como o Pacto Global da ONU pode ajudar as empresas a avançarem na pauta?
Criada com esse intuito, a Estratégia Ambição 2030, do Pacto Global da ONU — Rede Brasil, com seus dez movimentos — até o momento —, se coloca como o caminho mais acessível para o empresariado brasileiro alcançar essas metas, que não estão mais dissociadas dos respectivos modelos de negócio. Não tem como andar para trás, pode dar uma diminuída, mas os países e as empresas seguirão tendo uma cobrança social regulatória permanente, um caminho sem volta, inexorável, complexo e de muitas camadas.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Gestão pública Ministra quer novo 'Enem dos Concursos' até 2026 e defende funcionalismo estável

'Ideal é que servidor atinja topo da carreira em 20 anos', defende Dweck

Edna Simão, Gabriela Pereira e Fernando Exman
De Brasília

Caiu como uma bomba no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) a notícia que a cantora Madonna faria um show em Copacabana no primeiro fim de semana de maio. "Eu falei: 'Meu Deus do céu'", contou, aos risos, a ministra Esther Dweck ao **Valor**, quando comentou sua reação ao receber a notícia. Nada contra a "rainha do pop". Mas um espetáculo desse porte, complementou, poderia criar transtornos para os milhares de inscritos no Rio de Janeiro para o Concurso Nacional Unificado (CNU), já apelidado de "Enem dos Concursos". "Mas depois vimos que não afeta. É no dia anterior [ao exame]."

A pasta segue a todo o vapor nos preparativos e, mesmo sem a coincidência de datas, a notícia gerou uma reação. A ministra enviou uma mensagem para todas as prefeituras dos 220 municípios onde serão realizadas as provas no dia 5 de maio, pedindo que não promovam grandes eventos no dia do concurso. Para o governo federal, o ideal é que autoridades e forças de segurança dessas localidades se concentrem na realização do concurso que selecionará mais de 6 mil servidores para diversos órgãos federais.

A expectativa do governo para o concurso é grande. Especialistas alertam para a necessidade de que, dada a decisão de preencher vagas, o governo discuta formas de aumentar a eficiência do Estado sem abandonar a responsabilidade fiscal. Já a ministra reitera que a despesa com pessoal no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se manter abaixo dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e, além disso, que sua pasta está debruçada em diversas iniciativas para melhorar o serviço público e aprimorar as carreiras do funcionalismo. Acrescenta que o governo pretende realizar novos concursos para contratação de até 10 mil servidores até o fim do mandato de Lula, inclusive com a possibilidade de realização de um novo "Enem dos Concursos" até 2026.

Para especialistas ouvidos pela reportagem, o ideal seria o governo realizar uma reforma administrativa antes de acelerar a realização de novos concursos. Isso porque poderia aproveitar a redução dos gastos com pessoal, que caiu de 4,3% para 3,4% do PIB entre 2018 e 2023, para já implementar essas medidas na contratação dos novos servidores.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Nos governos anteriores do PT, havia uma preocupação grande com o fortalecimento do Estado e a realização de concursos. Isso mudou nos governos seguintes, com a restrição fiscal e a transformação digital. Qual a sua avaliação sobre o serviço público que a atual administração recebeu e o que espera até o fim do governo Lula 3?*

Esther Dweck: Os governos Lula e Dilma, em mandatos anteriores, vinham de um período de baixo concurso, de pouca valorização de servidores. Quem estudou na universidade pública na década de 90 sabe o quanto ela estava precarizada. Não tinha concurso nem tanta gente. E isso valia também para os órgãos. Ficamos um grande período sem concurso, uma parte por pressão orçamentária, mas também pelo discurso da grande transformação digital. Mas essa fala é um pouco falaciosa. Você precisa de menos pessoas de fato para fazer serviço, mas não significa que não precisa de pessoas. Quando a gente chegou [após a posse em janeiro de 2023] era uma carência muito grande em várias áreas, o que gerava incapacidade [do Estado] no cumprimento de seu papel e um círculo vicioso das pessoas reclamando que o serviço está sendo mal feito, mas também não tem gente suficiente para fazer. Quando entramos, o pedido [dos ministérios e órgãos] era de 80 mil vagas. Não vai dar para atender isso nem em cinco mandatos.

Valor: *O que então estão fazendo para suprir essa necessidade?*

Dweck: Estamos fazendo análises de dimensionamento da força, ou seja, uma análise dos cargos vagos. É transformar cargos que estão vazios que nunca serão preenchidos porque não é mais interesse do setor público nesses cargos que estão faltando. Fizemos isso na administração direta, em alguns ministérios. A área ambiental está pedindo, e a educação, também.

> "A estabilidade dá para o Estado uma proteção que a pessoa pode denunciar"

Valor: *Existe grande demanda por concursos na educação. Há previsão de contratação?*

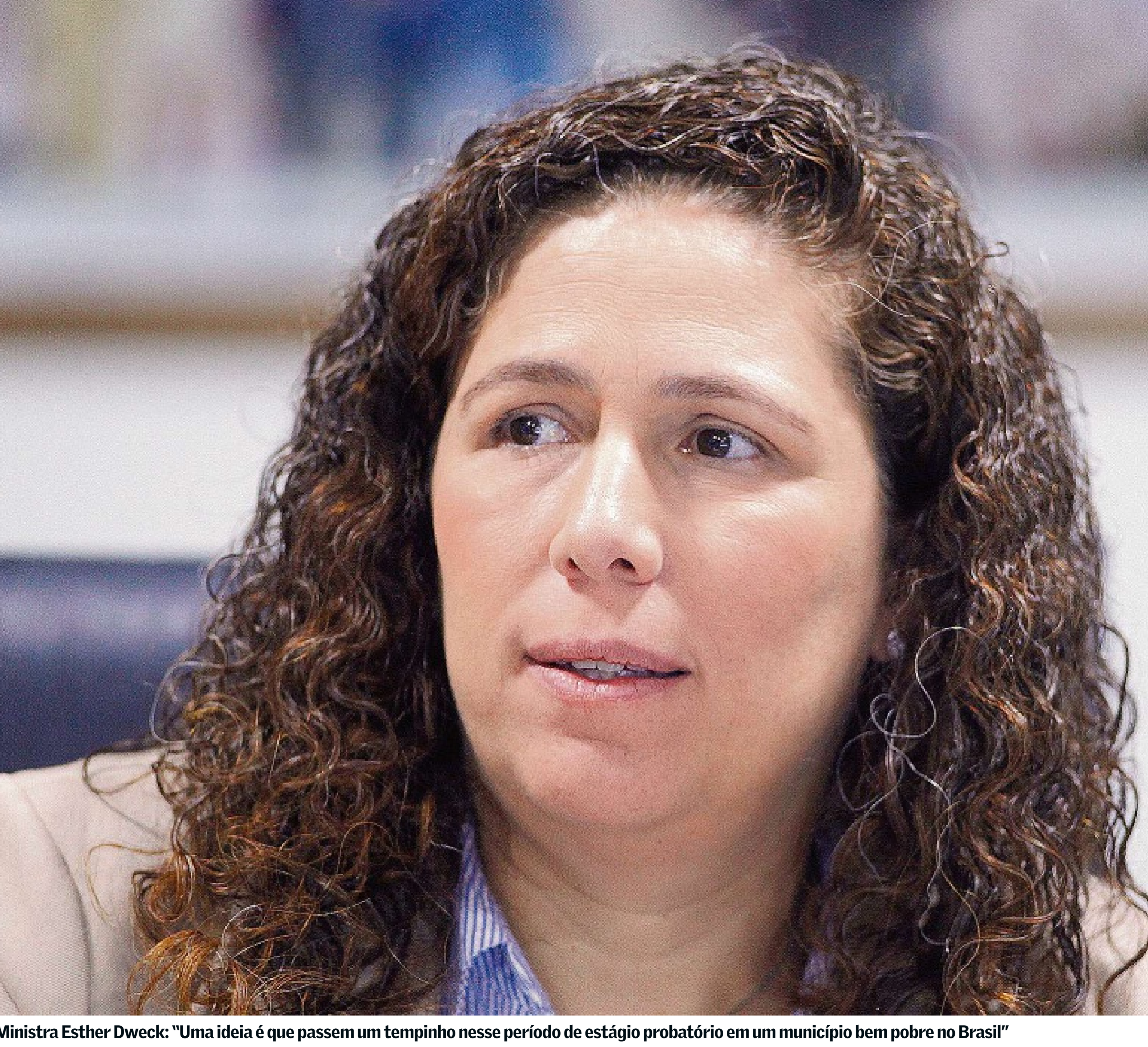
Dweck: A educação, institutos e universidades têm uma regra própria e quem autoriza é o MEC [Ministério da Educação]. Nem passa pela gente. O que fazemos é ampliar o orçamento. Eles têm um processo muito bom para poder repor conforme tem a aposentadoria, saída de alguém, só que tem um limite orçamentário. A regulação é feita pela área econômica ou pelo limite orçamentário que tem. No ano passado, autorizamos 9 mil vagas para áreas que não eram dos institutos, de universidade, mas também autorizamos mais 5 mil para as universidades e institutos. Alocamos um orçamento a mais para eles poderem fazer [essa ampliação de vagas].

Valor: *O concurso para essas vagas adicionais deve sair neste ano também?*

Dweck: Provavelmente, mas são concursos muito pulverizados. Cada universidade faz o seu.

Valor: *Como está a discussão de prolongamento das carreiras, um tema sempre apontado por especialistas e por aqueles que criticam o fato de o servidor chegar rapidamente ao salário máximo?*

Dweck: Devem sair em breve as diretrizes para alongamento das carreiras. A ideia é segurar mais [a progressão e os salários] na entrada porque para alguns casos é muito elevada, mas, para outros, está tudo certo e não precisa ser aumentada. Estamos fazendo o trabalho de transformar cargos, pensar quais são as carreiras mais prioritárias e organizá-las. Fazer grupos de carreiras pela remuneração, aquelas que consideramos equivalentes em termos de complexidade, de responsabilidade, de atratividade em relação com o setor privado.



BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Ministra Esther Dweck: "Uma ideia é que passem um tempinho nesse período de estágio probatório em um município bem pobre no Brasil"

Valor: *Qual é a média de progressão para atingir o topo da carreira?*

Dweck: Há muitas carreiras com 13 níveis e que, em tese, era para ser um ano e meio a progressão. Na prática, acaba sendo um ano. Então, por isso que estava chegando em 13 anos. Outras são 20 níveis e com uma diferença salarial de menos de R$ 2 mil entre o início e o fim. Estamos organizando isso. Dependendo de como se faz isso, o impacto orçamentário é muito grande. A gente não vai conseguir fazer o ideal em pouco tempo, é algo para ser feito no médio e no longo prazos.

Valor: *O que seria ideal?*

Dweck: O ideal é que o servidor atinja o topo da carreira em 20 anos. Obviamente que a pessoa que já está com 15 ou 20 anos de serviço público começa a ocupar cargos [de confiança, com remuneração adicional], tendo um aumento salarial que vai para além da progressão. Estamos discutindo que o critério para a progressão não seja única e exclusivamente o tempo de serviço. Isso é algo que estará na portaria que soltaremos. O ideal são carreiras com mais tempo para chegar no topo e mais alongadas.

Valor: *Qual outro critério, por exemplo?*

Dweck: As pessoas precisam trabalhar em áreas que sejam prioridades do governo, que são áreas mais difíceis, locais de difícil acesso. Isso pode ser um critério de progressão. Estamos fazendo algumas discussões, mas não temos critérios definidos.

Valor: *A portaria também vai tratar de critérios de alocação, incentivos, progressão, produtividade, metas de avaliação? Esses são temas importantes quando se discute que tipo de serviço público se pretende ter.*

Dweck: Vai ter uma diretriz, não vai estar nada concreto ainda. Essa é uma portaria de diretrizes para as carreiras. Qual é a lógica? Que quando os ministérios precisarem de alteração das suas carreiras, o que precisa ser feito por lei, levem em consideração esses critérios.

Valor: *Há espaço para atender outras categorias com bônus de produtividade? O que deve ser considerado para eventual liberação?*

Dweck: Temos que ter clara uma meta institucional, uma da unidade e outra individual. Hoje não tem uma métrica para fazer isso. Pensamos que, neste momento, não vai mais ter bônus para ninguém porque ainda não temos um método para fazer isso. Em nenhuma categoria que estamos negociando, estamos aceitando propostas de bônus. Estamos desenvolvendo o sistema, uma metodologia. Os servidores que trabalham muito gostariam que as pessoas soubessem o quanto trabalham. Esta é uma coisa que tem o valor de criar uma cultura mais positiva, mas também não é punitivo.

Valor: *Além disso, a avaliação de desempenho pode confrontar a imagem de que no serviço público não se demite?*

Dweck: Sobre a discussão da estabilidade, já existe demissão frequente no serviço público, mas em geral associada a algum tipo de crime, malfeito. Há pouquíssimas por baixo desempenho. Tem gente que é demitida porque simplesmente parou de aparecer e é um caso, inclusive, de demissão sumária, rápida. Mas, para a pessoa que não está trabalhando bem, não. Estamos pensando também em melhorar o estágio probatório para ser, de fato, um período em que é feita uma avaliação para ver quem está engajado, trabalhando e que vai poder contribuir. Há muitas coisas que precisam ser pensadas, sem mexer na estabilidade. A lógica da mexida da estabilidade que está na PEC 32 [reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro] é por questões fiscais. Nossa preocupação maior é de se utilizar isso como um critério também político e de perseguição. A estabilidade dá para o Estado uma proteção que a pessoa pode denunciar, porque sabe que não vai ser demitida ou perseguida pelo chefe. Toda a lógica da estabilidade é de proteção do Estado. Na minha visão, tem que ser mantida.

Valor: *Mantida para todas as carreiras típicas de Estado?*

Dweck: Estamos estudando quais carreiras precisam ter concurso, e a discussão sobre carreira típica de Estado é sem fim. É preciso dimensionar bem a força de trabalho e definir quais carreiras vão ser valorizadas, vão ter concurso. Os EUA, no governo [Joe] Biden, estão discutindo reforçar a estabilidade. Eles sabem que o fato de ser muito flexível tem um risco grande à democracia. Ainda tem uma coisa do dia a dia: os órgãos que têm carreira consolidadas, com uma certa estabilidade, funcionam melhor. Claro, muda o chefe da pessoa, muda a orientação política, mas não muda o dia a dia.

Valor: *Quando tratam da PEC 32, a senhora e outras autoridades do governo falam do viés fiscalista da proposta. No entanto, forças políticas no Congresso ainda defendem esse projeto de reforma administrativa como forma de reduzir o engessamento do Estado. Existe algum modelo de reforma administrativa capaz de fazer esse diálogo progredir?*

Dweck: A PEC 32 tem viés de redução do Estado e de precarização do serviço público e, na prática, não entrega a redução de gastos que promete, ao contrário, promove um aumento com uma contrarreforma da Previdência para as forças de segurança. O que defendemos é ter um Estado mais efetivo no atendimento à população, acho que essa visão une a todos.

Valor: *O governo vai avançar na discussão sobre a regulamentação dos supersalários? Quando?*

Dweck: Do ponto de vista de racionalização dos gastos, penso que o PL dos Supersalários pode ter um efeito simbólico importante. Mas também temos apostado na transformação digital como uma forma muito eficaz de gerar uma melhora significativa da qualidade dos gastos, muitas vezes, apenas com a integração de base de dados. Além disso, estamos fazendo um trabalho de dimensionamento da força de trabalho, prevendo o impacto da transformação digital.

Valor: *A senhora acha que é preciso estabelecer uma taxa fixa ao ano de reposição de funcionários que deixam o serviço público?*

Dweck: É difícil, porque há áreas em que você vai ter aposentadoria e não vai querer repor. Poderia ser estabelecido algo que impedisse de o órgão ficar em uma situação de penúria, como ficaram. Se eu fizer um percentual agregado por órgão, gera esse problema de reposição em uma carreira que não preciso.

> "Os servidores que trabalham muito gostariam que as pessoas soubessem o quanto trabalham"

Valor: *E ter uma regra permanente de reajuste de salário dos servidores?*

Dweck: Poderemos ter isso quando tivermos organizado corretamente todas as carreiras. É um sonho ter uma tabela pactuada com todo mundo. Hoje em dia o reajuste linear é muito ruim. Nosso objetivo não é dar percentual de reajuste. Os 4,5% [para 2025 e 2026] não são lineares.

Valor: *Mesmo neste contexto de um governo que está decidido a fortalecer o Estado, a sra. demonstrou preocupação com a questão fiscal. A previsão de o gasto com pessoal ficar por volta dos 4% do PIB se mantém?*

Dweck: Não vai passar de 4%. Não é nem que é uma meta, é que não vai acontecer por causa da restrição orçamentária. Falam que o governo está fazendo muita medida de receita e não faz de [redução de] despesa. Isso não é verdade. Colocamos uma regra fiscal que é muito dura do ponto de vista da despesa. Tem um crescimento definido, que no máximo vai chegar a 2,5% mesmo que a receita bombe. A maneira como o governo propôs era que esses 2,5% fossem até nesse período que estamos recompondo o resultado primário, para que depois pudesse até ser um pouco maior. Não foi assim que passou no Congresso. Neste ano o crescimento real é de 1,7%, abaixo de 2,5%, devido ao crescimento da receita. O que estamos fazendo é melhorar por dentro. Estamos fazendo um trabalho grande no dimensionamento de pessoal, na transformação tecnológica para melhorar a qualidade do gasto. Mas, no fundo, você tem uma grande medida de despesa que é colocar um teto de crescimento. Isso é uma medida gigantesca de despesa.

Valor: *O presidente Lula recentemente falou sobre a ideia de rediscutir no Congresso o assunto...*

Dweck: É isso... quando estiver um pouco mais certa a questão da receita e do cenário fiscal, porque é o correto. O ponto do presidente é esse: quando a gente estiver equacionando o crescimento da receita e com isso conseguir ter uma trajetória fiscal clara, mas de médio prazo equacionada, por que não permitir que a despesa acompanhe pelo menos a receita? Era a regra anterior e que funcionou muito bem nos mandatos dele. A lógica do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad é colocar uma regra de despesa dura, com um teto, mas que precisa do crescimento da receita. Posso colocar uma regra muito dura na despesa, mas sozinha ela não vai fazer o trabalho. E aí ele foi "fechando as torneiras" que foram abertas na receita.

Valor: *Com a prova marcada para o dia 5 de maio, o Enem dos Concursos recebeu mais de 2 milhões de inscrições. Qual é o balanço que já se pode fazer?*

Dweck: Achamos que foi uma decisão muito acertada de fazer isso, por todos os números das inscrições, da representatividade. Ele ficou muito mais barato do que se eu fizesse vários concursos individualizados. E acho que conseguimos tirar a dúvida de como fazer um concurso unificado e cobrar conhecimento específico. Algumas áreas tiveram medo de entrar e não conseguirem ter servidores com aquele conhecimento específico na área, mas acho que isso foi dirimido pela maneira como foi organizado. Agora, estamos trabalhando muito na segurança.

Valor: *O que pretendem exigir dos futuros servidores?*

Dweck: Curso de formação quando entrarem, e nessas áreas que são mais transversais que a pessoa rode em um período de estágio probatório para também entender qual é a área que ela tem mais afinidade e possa ser selecionada pelo chefe. Uma ideia é que passem um tempinho nesse período de estágio probatório em um município bem pobre no Brasil para conhecer um pouco a realidade brasileira.

Valor: *O governo planeja realizar um Enem dos Concursos em 2025 ou 2026?*

Dweck: O difícil é juntar muitas vagas para fazer um novo concurso, mas estamos trabalhando para isso.

Energia Falhas de concessionárias podem levar a multas, restrição para participar de licitações e intervenção por agência reguladora

Antes de medida extrema, Enel está sujeita a sanções

Marta Watanabe
De São Paulo

Serviços de energia elétrica prestados de forma inadequada ou ineficiente podem levar a Aneel a aplicar multa de até 2% da receita operacional líquida e, em casos extremos, levar a processo administrativo que pode resultar em antecipação do término do contrato de concessão, a chamada caducidade, o que é considerada uma medida extrema, num processo administrativo que pode levar mais de um ano e com decisão questionada judicialmente. Antes disso outras penalidades poderiam ser aplicadas, como estabelecimento de obrigação de fazer [cumprir determinação], suspensão temporária do controlador para participar de licitações e intervenção pela Aneel.

No caso da Enel São Paulo, cujo contrato de concessão voltou no centro do debate depois que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que determinou à Aneel a abertura de um processo que pode levar à cassação do contrato de concessão, multas já foram estabelecidas.

Em meados de fevereiro a área técnica da agência emitiu auto de infração de R$ 165,8 milhões contra a Enel após constatar que houve falhas da concessionária no restabelecimento de energia após forte temporal em 3 de novembro do ano passado. A companhia recorreu à diretoria da agência.

Essa infração permite a aplicação de multa de até 1% da receita operacional líquida da empresa. As infrações mais gravosas estabelecidas pela resolução possibilitam multa de até 2%.

A multa, explica Rosi Costa Barros, sócia da área de Energia do escritório Demarest, já é resultado de um processo administrativo de fiscalização da Aneel anterior à declaração do ministro. Assim como a multa, diz ela, a caducidade é também um tipo de penalidade, mas mais grave. Antes dela existem outros tipos de penalidade, como advertência, obrigação de fazer, suspensão temporária do controlador para participar de licitações e até mesmo intervenção para adequação dos serviços.

A caducidade, diz Barros, é a retirada da concessão por violação de normas. "É uma medida extrema usada para quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou ineficiente, mas tendo por base as normas e os critérios, indicadores e parâmetros definidos da qualidade do serviço. É preciso um processo bem fundamentado." A questão, diz, é que "é uma medida tão extrema que se espera que se dê, talvez, uma chance anterior à concessionária".

Para Urias Martiniano Garcia Neto, sócio do escritório UMN Advogados, a caducidade é "uma medida um pouco desproporcional". "É preciso entender quais as causas dos problemas de fornecimento da Enel", diz. Ele lembra que é preciso verificar a responsabilidade das prefeituras pela poda das árvores. Também houve, em novembro, diz ele, a ocorrência de ventos com velocidade acima da média.

"A concessionária precisa cumprir índices de continuidade de fornecimento de energia elétrica. Quando a agência reguladora verifica uma não conformidade, faz fiscalização e pode emitir um auto de infração. A partir disso pode haver um rito de processo administrativo que pode ir desde advertência e algumas restrições de direito. A medida mais radical é a revogação da concessão, que é a caducidade. Há também, antes, a hipótese de intervenção, o que também não seria o caso, creio", diz Garcia Neto.

Após a declaração do ministro, a expectativa é de abertura pela Aneel de um novo processo administrativo. "A dúvida é se será um processo punitivo já de caducidade ou se será um processo punitivo de penalidade [mais geral] antes. De qualquer modo, é preciso ter um processo de fiscalização já com toda a base para abertura do processo e no caso da caducidade, é preciso que estejam presentes todos os requisitos para isso."

> "É preciso entender quais as causas dos problemas de fornecimento"
> *Urias Garcia*

O processo para caducidade pode demorar cerca de um ano ou mais, a depender do andamento, considerando as possibilidades de recursos. A questão ainda pode ser levada ao Judiciário pela concessionária, o que pode levar a discussão até perto do fim do contrato, previsto para 2026.

Para Barros, há três caminhos mais possíveis para o caso. O primeiro, a abertura pela Aneel de um processo punitivo de penalidade do qual resulte um plano de ação no qual já se poderia negociar a renovação do contrato com garantia de investimentos. O segundo é a intervenção, que permitiria à Aneel "arrumar a casa" até o fim da concessão. A terceira seria a caducidade.

Para Garcia Neto, a discussão de uma eventual medida para caducidade demanda entender de que forma isso resolveria o problema do fornecimento de energia na região atendida pela Enel.

É preciso, defende Garcia Neto, uma solução estrutural, com reformulação do setor, com mudança no modelo de concessão, considerando a mudança da matriz energética, a abertura de mercado em andamento, o crescimento das cidades e os novos investimentos necessários. Caso contrário, diz, os problemas continuarão.

Empresa reduziu investimento em SP

Robson Rodrigues e Fábio Couto
Do Rio e de São Paulo

Os investimentos da Enel em sua área de concessão em São Paulo, que abrange 24 municípios da região metropolitana, incluindo a capital, diminuíram 16,14% em 2023. O valor investido caiu de R$ 1,95 bilhão em 2022 para R$ 1,64 bilhão em 2023.

Ao passo que os aportes reduziram, neste mesmo período, a base de clientes da companhia aumentou em 168,2 mil unidades consumidoras, segundo informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), passando de 7,59 milhões de clientes para 7,76 milhões.

A redução de investimentos coincide com a piora nos níveis de qualidade dos serviços prestados. Dados da agência reguladora apontam que os indicadores que medem a duração e a frequência de interrupções de energia por unidade consumidora (DEC e FEC, na sigla do setor elétrico) pioraram em 2023, apesar de estarem dentro do limite regulatório.

O indicador de duração de cortes de energia (DEC) da Enel São Paulo foi de 6,77 horas, abaixo das 7,11 horas estabelecidas pela Aneel. A frequência (FEC) foi de 3,41 vezes, abaixo do teto de 4,89 vezes. No entanto, os indicadores são piores quando comparados com o ano anterior, quando o DEC foi de 6,36 horas e o FEC foi de 3,40 vezes.

A crise da empresa teve seu ápice no dia 3 de novembro de 2023, quando um forte vendaval paralisou serviços essenciais e as atividades cotidianas, deixando 2,1 milhões de consumidores sem energia. A empresa levou mais de uma semana para restabelecer os serviços para toda a população. Segundo a Aneel, mais de R$ 700 milhões entre multas aplicadas e compensações financeiras aos consumidores por falhas no serviço foram aplicados à Enel São Paulo desde 2018.

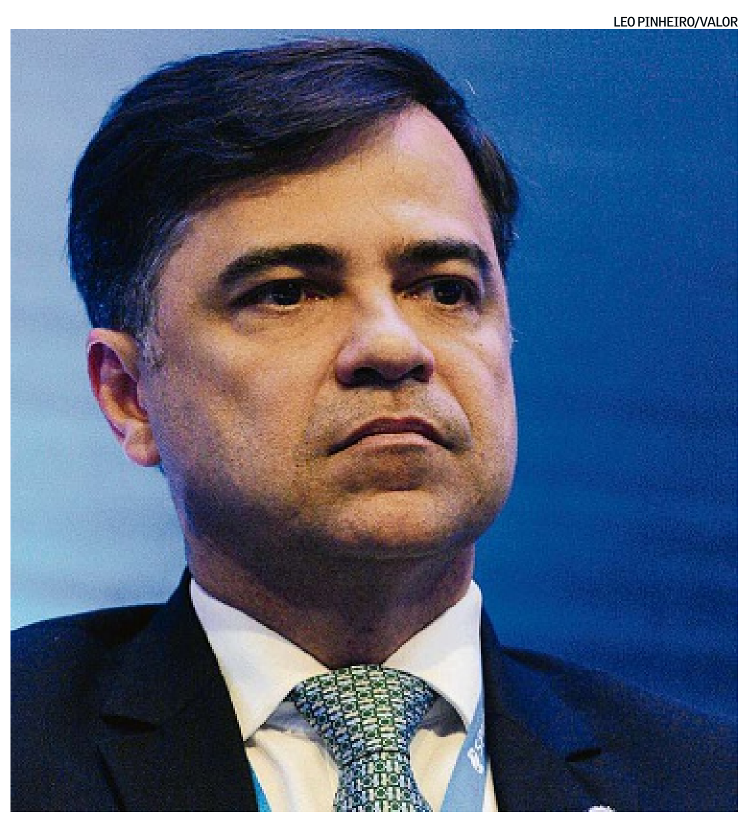
> No período, base de clientes da empresa cresceu em quase 170 mil unidades

Já o número de colaboradores, incluindo funcionários próprios e terceirizados, teve um pequeno aumento, passando de 15.547 funcionários em 2022 para 15.721 em 2023. No entanto, se a comparação for feita com o ano de 2018, quando a Enel adquiriu o controle da Eletropaulo, o número de colaboradores diminuiu de 22.639 para 15.721, queda de 30,56%.

Procurada, a Enel diz que desde 2018, quando adquiriu o controle da Eletropaulo, foram investidos R$ 8,36 bilhões na área de concessão em São Paulo, sendo que em 2022 e 2023 foram realizados volumes totais recordes de investimentos. "A companhia tem investido em média cerca de R$ 1,4 bilhão por ano na área de concessão, contra um investimento médio anual de R$ 800 milhões realizado pelo controlador anterior", disse. O antigo controlador era o grupo AES Brasil.

Para o período de 2024-2026, a empresa diz que vai investir no Brasil US$ 3,647 bilhões (R$ 18 bilhões). Deste total, cerca de 80% serão destinados ao segmento de distribuição de energia. Questionada sobre quanto do montante será direcionado à distribuidora de São Paulo, a empresa informou que não pode abrir os dados, pois não são investimentos públicos divulgados por distribuidora.

LEO PINHEIRO/VALOR



Sandoval Feitosa: "Temos hoje um déficit de 31% dos servidores da agência"

Aneel diz não ter como fiscalizar todo o sistema

Rafael Bitencourt
De Brasília

Em meio à pressão por respostas às falhas na rede da distribuidora Enel São Paulo, o comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) admitiu nesta terça-feira (2) que enfrenta dificuldade para fiscalizar o setor diante da condição de déficit de servidores e corte no orçamento.

O alerta partiu do diretor Ricardo Tilli, durante reunião pública da diretoria. "Hoje, a Aneel não tem condições de fiscalizar, de acompanhar, o setor elétrico brasileiro como um todo", disse, ao discutir o repasse de atribuições do órgão federal para agências estaduais, por meio de delegação de competência.

Mais tarde, o próprio diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa endossou a posição do colega. "Veja, o diretor Ricardo está certo na sua manifestação na medida em que temos hoje um déficit de 31% dos servidores da agência. É um déficit muito expressivo. Tivemos recentemente um corte de orçamento de 20%, em média", afirmou. "Então, todos esses elementos trazem uma complicação para Aneel em exercer o seu papel de fiscalizador."

Feitosa também comentou sobre a importância das agências regionais, que fazem uma fiscalização descentralizada. "Fazemos isso por meio de agências estaduais", pontuou. Ele informou que, se o corte de orçamento sofrido pela Aneel fosse aplicado de forma linear, as agências regionais também seriam impactadas. "A decisão que tomamos foi de preservar ao máximo os recursos da fiscalização", frisou.

Ao se referir à parceria com as agências estaduais, Tilli lembrou do papel da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), nas respostas às interrupções no fornecimento de energia em São Paulo. "A agência [estadual] tem sido uma parceira que tem feito fiscalização 'in loco'. Sem ela estaríamos numa situação pior do que nos encontramos hoje", afirmou.

Para ele, o setor se transformou ao longo dos anos enquanto a agência pouco mudou. "A Aneel tem um quadro de pessoal pensado há 25 anos, de 26 anos atrás, que foi estruturado para atender um setor elétrico que era muito menor do que é hoje."

No mesmo sentido, Feitosa destacou, em entrevista a jornalistas, que o número de empresas fiscalizadas (geradoras, transmissoras e distribuidoras) aumentou e a dinâmica de funcionamento do setor se tornou mais complexa nos últimos anos.

"Quando a Aneel foi pensada, não tínhamos os desafios que temos hoje. Temos mais de 2 mil geradores de usinas centralizadas, mais de 2 milhões de 'pró-consumidores', mais de 300 contratos de transmissão, mais de cem distribuidoras no país e um consumidor exigente, atuante, que tem acesso à informação, e que quer um serviço de qualidade", disse.

Feitosa considera que esses são "grandes desafios" que a agência vai ter que enfrentar. Para isso, o diretor-geral pretende contar com o apoio dos poderes Legislativo e Executivo para dar as "condições de trabalho" com as quais o órgão possa exercer sua "missão" institucional de regular e fiscalizar o setor elétrico.

Na segunda-feira (1º), diante dos problemas recorrentes no fornecimento de energia em São Paulo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou a abertura de processo disciplinar contra a distribuidora Enel SP, o que, no limite, poderá levar à cassação do contrato de concessão da companhia.

Curtas

Preços na indústria

A chamada inflação de "porta de fábrica", sem impostos e fretes, ficou em 0,06% em fevereiro, frente a janeiro, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em janeiro, os preços tinham caído 0,24% frente ao mês anterior. O resultado acumulado do IPP nos 12 meses até fevereiro atingiu retração de 5,16%. Já o acumulado no ano teve queda de 0,18%. Entre as 24 atividades acompanhadas pelo IPP, 14 tiveram alta de preços em fevereiro. O IPP da indústria é formado por dois índices: o da indústria de transformação e o da indústria extrativa. Na comparação mensal, as quatro maiores variações foram em perfumaria, sabões e produtos de limpeza (2,17%); madeira (2,08%); metalurgia (2,03%); e calçados e produtos de couro (1,89%).

Dívidas dos Estados

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, vai se reunir nesta quarta-feira, 3, com governadores do Nordeste em busca de pavimentar uma solução para a dívida dos Estados da região. O encontro será uma primeira conversa na qual os dois lados pretendem discutir propostas para diminuir o déficit dos entes federados. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deve participar do encontro. A reunião está marcada para acontecer no Palácio do Planalto no início da tarde desta quarta-feira. Todos os governadores da região devem estar presentes no encontro, com exceção de João Azevêdo (PSB), da Paraíba, que ainda não garantiu presença. Nos últimos meses, o governo focou em tentar resolver primeiramente o problema das dívidas dos Estados de Sul e Sudeste que têm um passivo financeiro maior.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 19 de março de 2024, às 11h20, na sede social da TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Adrian Calaza, Alberto Mario Griselli, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Gigliola Bonino, Herculano Aníbal Alves e Michele Valensise, presencialmente ou por meio de áudio ou videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(4)** Deliberar sobre a definição do *Risk Appetite* da Companhia para os anos de 2024-2026; **(5)** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta do Programa de *Management by Objectives* ("MBO") da Companhia para o exercício de 2024. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), na reunião realizada no dia 19 de março de 2024, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 19 de março de 2024, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(3) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 19 de março de 2024, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(4) Aprovaram** a definição de patamar de propensão a riscos (*Risk Appetite*) da Companhia para os anos de 2024-2026, conforme o material apresentado e com base nas avaliações favoráveis do CAE e do CCR, registradas nas reuniões realizadas em 19 de março de 2024. **(5) Aprovaram**, com fundamento no Artigo 46, §3º do Estatuto Social da Companhia, e no parecer favorável do Conselho Fiscal, a distribuição de lucros no valor de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), à razão do valor bruto de R$0,082636124 (zero, vírgula, zero, oito, dois, seis, três, seis, um, dois, quatro centavos) por ação. O pagamento ocorrerá até o dia 23 de abril de 2024, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 22 de março de 2024 como data de corte para fins de identificação dos acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após esta data serão negociadas *ex-direito* de distribuição de JSCP. Serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação. O valor bruto por ação poderá ser modificado em razão da variação na quantidade de ações em tesouraria, para atendimento ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **(6) Aprovaram** a proposta do Programa de MBO da Companhia para o exercício de 2024, conforme o material apresentado, tendo por base a avaliação favorável do CR, em reunião realizada em 19 de março de 2024. Registra-se que o Sr. Alberto Mario Griselli se absteve de votar neste item, em razão de suas posições como Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 19 de março de 2024. **FABIANE RESCHKE - Secretária da Mesa.** Jucerja nº 6152103, em 27/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

aes Brasil

AES BRASIL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35300552044

Certidão
Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12/03/24. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. **JUCESP** número 129.021/24-6 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Eldorado Brasil

Eldorado Brasil Celulose S.A.
CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728
Companhia Aberta - Categoria B

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia") convocados, na forma do Artigo 23, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 10h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, bem como do relatório anual da administração; 3. Deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976; 4. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Informações Gerais: O relatório anual da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia, foram publicados no jornal "Valor Econômico" e divulgados no site da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários em 13 de março de 2024; o restante do material pertinente à ordem do dia da Assembleia foi enviado aos Senhores Acionistas por e-mail e colocados à disposição de V.Sas. na sede social da Companhia. Por fim, ressaltamos que os Senhores Acionistas da Companhia podem ser representados na Assembleia por procurador devidamente constituído, observados os termos do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976. A regularidade dos documentos de representação apresentados será verificada antes do início da Assembleia.

São Paulo, 29 de março de 2024
Aguinaldo Gomes Ramos Filho - Presidente do Conselho de Administração

INÊS 249

Luz que entra pela fresta da janela partidária



Fernando Exman

Governo, oposição e Centrão intensificam as articulações nesta reta final da janela partidária. A fresta se fecha na sexta-feira (5), e dela surgirá uma nova correlação de forças políticas. O que está em jogo, além do pleito municipal deste ano, é o tabuleiro de 2026.

Os parlamentares foram para seus redutos eleitorais com um novo tipo de arma a tiracolo: o poder de barganha que ganharam com a crescente impositividade das emendas ao Orçamento. Nas contas de um especialista, dependendo do Estado do parlamentar, um deputado federal pode ter neste ano de R$ 50 milhões a R$ 68 milhões para destinar a projetos por meio de emendas individuais e de bancada. É muita coisa. E isso sem falar nas emendas de comissão, cuja liberação depende de um acordo com o governo ou a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Orçamento.

Mas, além das articulações no varejo, existem os acertos mais amplos. E estes dependem das estratégias dos partidos.

A do PL, por exemplo, é clara. Mesmo inelegível, o ex-presidente Jair Bolsonaro desempenha papel fundamental na tática do partido.

Nesta semana, viajou a Balneário Camboriú, Santa Catarina, e depois para a cidade mineira de Uberaba. Na semana passada, esteve em São Paulo. Participou de um evento de filiação de parlamentares no PL e de uma homenagem à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, no Theatro Municipal.

Bolsonaro reuniu-se com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), cuja candidatura está atraindo vereadores de diversos partidos. Michelle, por sua vez, também tem entrado no esforço e recentemente esteve na Bahia.

A movimentação tende a continuar nos próximos dias. Pelas regras eleitorais, a janela partidária é considerada uma "justa causa" para a desfiliação partidária dos detentores de cargos eletivos em fim de mandato. Neste ano, portanto, vale só para vereadores. Já o prazo de filiação dos demais potenciais pré-candidatos acaba sábado.

No caso do PL, no entanto, um outro argumento tem sido utilizado: a possibilidade de o governador Tarcísio de Freitas sair do Republicanos e transferir-se para o partido com o objetivo de disputar o pleito de 2026 por uma nova legenda. Seja para permanecer mais um mandato administrando o maior Estado do país ou a fim de concorrer à Presidência da República pela sigla de Bolsonaro.

Para adversários do PL, à esquerda e ao centro, mesmo que a mudança de sigla não se concretize, o chamariz tem atraído algumas lideranças paulistas. A dúvida é se essa mobilização se resumirá a vereadores e militantes mais radicais.

Na visão de dirigentes de partidos do Centrão, não seria negativo, do ponto de vista estratégico, que o PL se tornasse o polo mais radical do espectro político e outros partidos passassem a abrigar os candidatos conservadores considerados mais pragmáticos. Existe a expectativa, inclusive, que entre no cálculo dos políticos nessa janela partidária a perspectiva de o PL acabar punido no julgamento dos processos decorrentes dos atos antidemocráticos que culminaram com os ataques do dia 8 de janeiro.

Os partidos de centro pretendem continuar participando do governo federal e, ainda assim, fazer parte de administrações estaduais chefiadas por aliados de Bolsonaro. Apoiadores do ex-presidente têm recebido convites, mas essas siglas demonstram preocupação em não dar espaço aos radicais.

O PT também tem a próxima formação do Congresso no radar, além da reeleição do presidente Lula. Conforme o **Valor** revelou em janeiro, o esforço do partido é para acolher pessoas que fizeram o enfrentamento em defesa da sigla e do atual chefe do Poder Executivo. O plano é transformá-las em lideranças locais e eleger o maior número possível de vereadores que se comprometam com a reeleição do presidente em 2026.

Além disso, a ideia do PT é consolidar uma base reforçada de vereadores para dar capilaridade aos candidatos a deputado federal daqui a dois anos. Em paralelo, assegurar que as alianças deste ano já signifiquem compromissos pré-assumidos para a disputa ao Senado.

Nas contas de articuladores políticos do governo, dos 81 senadores, 38 podem ser considerados da base e 29 senadores estão consolidados na oposição. Os votos de 14 senadores são disputados pelos dois polos, a depender da votação e da pauta. Dez senadores da base terão mandato até 2030, ante 15 da oposição e dois desse grupo "pendular". Ou seja, a base do governo no Senado Federal é a que mais sofre o risco de possíveis trocas de meio de mandato em 2026. Avalia-se no Planalto que há um risco concreto de perder a maioria no Senado para os aliados de Bolsonaro.

Em paralelo, o plano do PT é ampliar sua bancada na Câmara dos Deputados para apresentar uma candidatura competitiva à presidência da Casa em fevereiro de 2027. Assim, em caso de reeleição de Lula, o partido tentaria romper com as seguidas presidências do Centrão e do avanço desse grupo de parlamentares sobre o Orçamento-Geral da União. Esses são alguns dos feixes de luz que passam pela fresta da janela partidária.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Declaração é reação à decisão de Pacheco de desonerar folha de municípios

Haddad pede pacto entre Poderes para recuperar contas públicas

PEDRO GONTIJO/SENADO FEDERAL

Pacheco: "A MP não tinha como prosperar, até pela sua inconstitucionalidade"



PEDRO GONTIJO/SENADO FEDERAL

Haddad: descontentamento com ministro está ligado a questões de Minas

Julia Lindner, Renan Truffi e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu nessa terça-feira (2) um compromisso dos três Poderes em defesa da arrumação das contas públicas.

A declaração foi feita após ser perguntado se a derrubada da reoneração da folha dos municípios, por um ato do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prejudica a busca pela meta fiscal de déficit zero neste ano. Haddad pediu para que o questionamento fosse feito também ao Legislativo.

"O importante é que essa pergunta não tem que ser uma questão só do Executivo. Eu sei que vocês às vezes estão constrangidos em fazer as perguntas as pessoas que têm responsabilidade, mas isso é um pacto que tem que ser feito nos três Poderes", afirmou o ministro. "A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos três Poderes, não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu em 2022", completou o ministro.

Para ele, deve-se respeitar o tempo do Congresso, mas também é preciso sensibilizar para o problema. "O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar [as contas públicas]. Precisamos fixar uma meta e buscar."

Pacheco tomou uma atitude inédita ao tornar sem efeito apenas parte de uma medida provisória (MP). O objetivo dele foi evitar que a cobrança sobre a folha de pagamento das prefeituras de cidades com até 156 mil habitantes passasse de 8% para 20% a partir desta semana. O tema é considerado sensível no Congresso, especialmente por se tratar de ano eleitoral. O trecho da MP que trata do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), por sua vez, foi prorrogado por Pacheco por mais 60 dias.

O governo estuda judicializar a questão. De acordo com integrantes do Palácio do Planalto, a intenção de questionar o ato no Supremo Tribunal Federal (STF) é evitar que outros chefes do Legislativo tomem atitudes semelhantes no futuro, o que poderia gerar o "fatiamento" de MPs.

Ao mesmo tempo, integrantes da ala política tentam colocar panos quentes no imbróglio, alegando que Pacheco poderia ter devolvido toda a MP, o que geraria mais desgaste, mas não o fez.

O episódio também evidenciou um mal-estar entre Pacheco e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que disse não ter sido informado diretamente da decisão. "Ele conversou com o ministro [Alexandre] Padilha, que me ligou. Eu não havia conversado sobre isso com ele [Pacheco]."

O presidente do Senado rebateu dizendo que o governo deveria ter enviado desde o início um projeto de lei sobre a reoneração dos municípios, e não uma medida com efeito imediato que contraria decisão anterior do Legislativo. Na visão dele, já há precedentes no STF contra esse tipo de iniciativa do Executivo.

"A desoneração pode ser uma realidade mutável, mas a partir de um projeto de lei sustentável. Isso já poderia ter sido feito antes. Nós aguardamos esse tempo todo com uma MP, para só então se pensar em PL. Não é esse o razoável. A MP não tinha viabilidade política de prosperar, até pela sua inconstitucionalidade", avaliou o presidente do Senado.

Pacheco convocou a imprensa para um pronunciamento sobre o tema em que negou haver uma tentativa de enfrentamento com o Executivo. "O uso da MP gerou essa extremidade [de efeito tratrecho sem efeito], essa insegurança, que a presidência do Senado buscou dirimir", enfatizou.

Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou ter sido pego de surpresa pela decisão de Pacheco, assim como a Fazenda. Segundo ele, houve um "ruído de comunicação".

"O assunto pegou mais ou menos todo mundo de surpresa, até do nosso lado. Nós estávamos sabendo. Mas não vou tratar como falha de comunicação. Talvez tenha tido algum ruído de comunicação, mas nada que comprometa a relação que o governo tem com Pacheco", disse o líder.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), minimizou a decisão de Pacheco, após procurá-lo na noite de ontem. "Ele é presidente do Congresso, não é líder do governo", reagiu.

Ao expor que não foi comunicado diretamente pelo presidente do Senado, Haddad evidenciou o mal-estar entre eles. O motivo está relacionado principalmente a temas ligados a Minas Gerais que interessam a Pacheco.

Pacheco, segundo aliados, não gostou da proposta anunciada pela Fazenda na semana passada para a renegociação da dívida dos Estados com a União, uma de suas principais bandeiras. O presidente do Senado esperava uma "solução mais ampla".

Pacheco insiste, por exemplo, na ideia de federalização de ativos dos Estados, o que, no caso de Minas Gerais, envolveria a venda de empresas como a Cemig, Codemig e Copasa. Pela iniciativa de Haddad, seria possível amortizar de 10% a 20% da dívida em troca de ativos, o que inclui participações em empresas públicas e sociedades de economia mista, mas não a venda.

Para interlocutores de Pacheco, a proposta apresentada pela Fazenda é "fora de lógica". Já aliados de Haddad ponderam que este é só o início de uma negociação, e que o ministro da Fazenda precisa ouvir os governadores e outros agentes envolvidos.

Enquanto a Fazenda defende um prazo de 60 dias para a apresentação de um projeto de lei sobre o assunto, Pacheco quer tudo resolvido ainda neste mês. Em busca de um entendimento, o ministro da Fazenda procurou o presidente do Senado nesta terça para negar qualquer atrito.

Descontentamento faz PL dos aplicativos ser reavaliado

Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Mariana Assis
De Brasília

A repercussão negativa em torno do projeto que regulamenta a categoria de motoristas por aplicativo no país acendeu sinal amarelo no Palácio do Planalto. A proposta elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego foi mal recebida pelos motoristas de empresas como Uber e 99 e, por isso, auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva passaram a defender nos últimos dias que o governo "tire o pé" da discussão. A avaliação é que, com a popularidade em queda, a gestão petista não deve "enfrentar" os trabalhadores que criticam pontos da proposta como a previsão de um piso por hora trabalhada.

O assunto foi debatido nessa terça-feira numa reunião "tensa" entre o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT-SP), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e alguns líderes da base aliada.

O **Valor** apurou que o encontro foi "duro", já que o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, insiste na tramitação do projeto enquanto alguns parlamentares e integrantes do governo acreditam que a medida perdeu força junto ao Parlamento.

Um dos embates da reunião foi, por exemplo, se o governo deve ou não retirar a urgência do projeto de lei, já que, da maneira que está, a matéria irá trancar a pauta da Câmara a partir do dia 20 de abril.

Isso poderia atrapalhar, por consequência, a discussão em torno de pautas econômicas, como é o caso do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que também está previsto para ser apreciado nas próximas semanas.

> "Se retirar a urgência [do projeto], nós vamos para as calendas"
> *Gilberto Carvalho*

Apesar da pressão dos parlamentares, Marinho conseguiu reverter a situação e ganhou mais alguns dias para trabalhar em favor da tramitação da matéria. O ministro deve se reunir com o presidente Lula ainda esta semana, inclusive, para defender que o governo continue empenhado em garantir a aprovação do texto.

Além disso, o ministro do Trabalho e Emprego deverá, agora, fazer uma rodada de conversas com as diferentes bancadas parlamentares da base aliada para "explicar melhor" o projeto, já que diversos congressistas também têm demonstrado certa resistência ao conteúdo da proposta.

"Se retirar a urgência [do projeto], nós vamos para as calendas. O tema [regulamentação dos aplicativos] está no STF e, se houver um vazio legislativo, o assunto pode voltar para lá. Foi um projeto construído num acordo tripartite, que envolveu as empresas e os trabalhadores. Não é um projeto de iniciativa do governo apenas", defendeu o secretário de Economia Solidária, Gilberto Carvalho, em conversa com o **Valor**.

Na prática, o texto apresentado pelo governo cria a figura do "trabalhador autônomo por plataforma", que receberá, no mínimo, R$ 32,09 por hora de trabalho e remuneração mínima de um salário mínimo (R$ 1.412).

Caso o projeto seja aprovado, os trabalhadores passam a contribuir com 7,5% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Apesar disso, a proposta não estabelece vínculo empregatício entre as empresas e os profissionais que prestam esse tipo de serviço.

Para motoristas de aplicativo críticos ao projeto, o texto seria "ruim para os trabalhadores" por determinar justamente um valor por hora trabalhada, o que deixaria profissionais "engessados".



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª SÉRIE EMITIDA NO ÂMBITO DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação objeto da 23ª (vigésima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 23ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas* **Séries, para Distribuição Pública,** *com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 25 de abril de 2019 e aditado em 22 de maio de 2019, entre a Companhia e a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **24 de abril de 2024**, às **15 horas**, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) ***Documentos à Disposição dos Debenturistas*.** A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (www.fiduciario.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão). Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusula 9.5.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia do Edital deverão ser tomadas tanto em primeira, quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/397339481) e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada, por meio do referido website em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP







COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES EMITIDAS NO ÂMBITO DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures da Primeira, Segunda e Terceira Séries em circulação objeto da 28ª (vigésima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três **séries, para distribuição pública,** com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 28ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três* **Séries, para Distribuição Pública,** *com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 10 de junho de 2021 e aditado em 13 de julho de 2021, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **25 de abril de 2024**, às **15:00 horas**, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) ***Documentos à Disposição dos Debenturistas*.** A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.5.1, inciso (i) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) das respectivas séries. Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusulas 9.5.1 e 9.6.5.1, inciso (i) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia deverão ser tomadas tanto em primeira quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) das respectivas séries.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/496873133), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/496873133), e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/496873133), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/496873133), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido website preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP





INÊS 249

Política

Judiciário Comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, disse a interlocutores que entendimento do Supremo está correto

Decisão do STF sobre Forças Armadas é bem vista por Múcio

Murillo Camarotto e Andrea Jubé
De Brasília

O ministro da Defesa, José Múcio, classificou como "ótima" a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que descartou o papel "moderador" das Forças Armadas para conflitos entre os três Poderes. "Foi ótimo porque acaba com essa discussão definitivamente. Precisamos olhar pra frente ou eu vou começar a achar que temos um grande passado pela frente", disse ele ao **Valor**.

Questionado sobre as reações dos comandantes das Forças à decisão do Supremo, o ministro disse apenas que "decisão judicial se acata". O **Valor** apurou que o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, afirmou a interlocutores que o entendimento do Supremo está correto.

Segundo fontes, Tomás Paiva disse que compete ao STF interpretar a Constituição em última instância, e que esse entendimento sobre a Constituição já estava consolidado. "O poder moderador existia na época do Império com Dom Pedro I", ponderou um oficial do Exército ao **Valor**.

Na segunda-feira (1), alcançou maioria no plenário do STF a avaliação de que não está entre as atribuições das Forças Armadas exercer qualquer tipo de moderação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal interpretação da Constituição passou a ser fartamente utilizada nos últimos anos para defender uma intervenção que supostamente estaria prevista no Artigo 142.

O dispositivo constitucional prevê que prevê que as Forças Armadas se destinam "à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Ao recomendar que o país "olhar para frente", o ministro da Defesa disse que os atuais comandantes das Forças eram crianças quando o golpe militar de 1964 aconteceu e que eles "não têm nada a ver" com o episódio de 60 anos atrás. Também lembrou o papel que as Forças Armadas tiveram para evitar a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro do ano passado.

"Se o Exército foi o responsável pelo golpe de 64, também foi o responsável por evitar o golpe de 2023", disse Múcio sobre ataques de 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes. Na sua avaliação, um sentimento de "revanchismo" alimenta a busca incessante por revirar o passado. "Claro que a gente tem que esclarecer as coisas, mas também temos que seguir em frente", recomendou.

O voto do relator, ministro Luiz Fux, foi acompanhado até o momento pelos ministros Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Edson Fachin, Nunes Marques, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin. O julgamento começou na sexta-feira e vai até o dia 8 de abril.

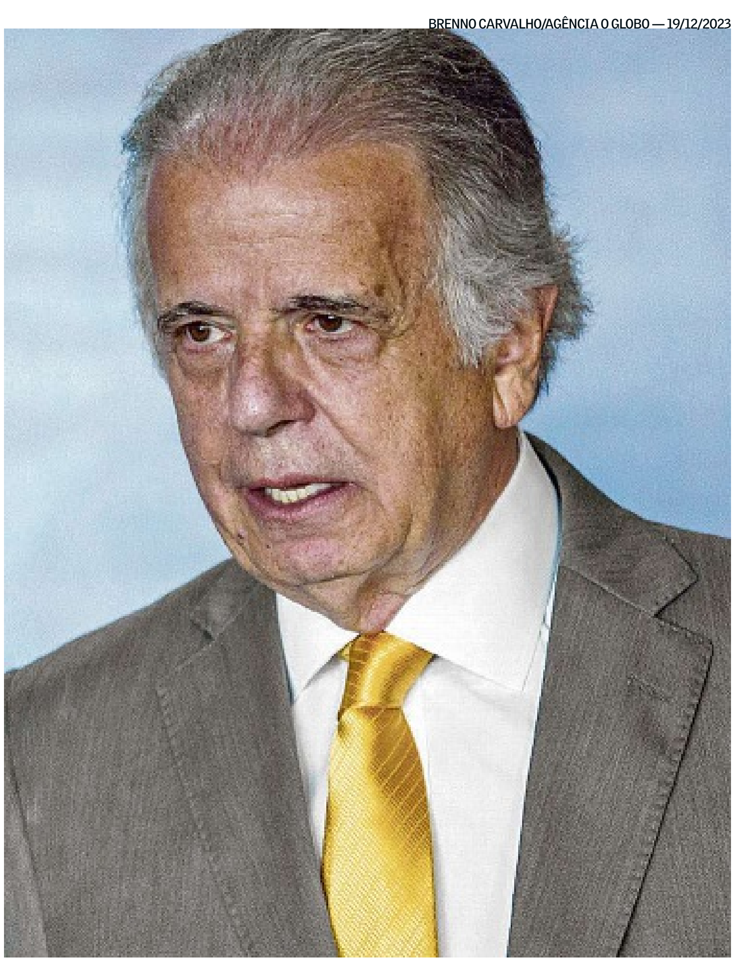
No voto que formou a maioria, Gilmar fez duras críticas ao que chamou de "processo de retomada do protagonismo político das altas cúpulas militares". Ele ligou o movimento aos atos golpistas de 8 de janeiro e afirmou que a participação das Forças Armadas como entidade fiscalizadora das eleições presidenciais de 2022 teve como objetivo "descredibilizar o sistema eleitoral de modo a propiciar a consecução de propósitos políticos escuso".

O dispositivo em questão estabelece como funções das Forças Armadas a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem (GLO) por iniciativa de qualquer um dos três Poderes. O PDT solicitou ao STF que limitasse a atuação das Forças aos casos de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

O posicionamento do Supremo chega poucos dias após o aniversário de 60 anos do golpe. Houve uma divisão no governo entre os que defendiam que a data fosse lembrada com eventos e manifestações de autoridades e aqueles que preferiam uma condução mais discreta. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou uma ordem para que não houvesse eventos oficiais.

O objetivo do presidente é evitar fustigar os militares e prosseguir com o movimento de reaproximação com os quartéis. O Ministério dos Direitos Humanos havia planejado um ato em memória às vítimas, com previsão de um discurso do ministro Silvio Almeida, mas a ordem do presidente foi cancelar o evento.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 19/12/2023



Múcio: "Temos que esclarecer as coisas, mas também temos que seguir em frente"

> "Se o Exército foi o responsável pelo golpe de 64, também foi o responsável por evitar o de 2023"

CNDH reabre investigações sobre Rubens Paiva

De Brasília

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), órgão ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, decidiu nessa terça-feira (2) reabrir as investigações sobre o sequestro, tortura e assassinato do ex-deputado Rubens Paiva durante a ditadura militar.

Com poderes para investigar e apurar responsabilidades pela violação de direitos humanos, o colegiado criou um grupo de trabalho para reconstituir fatos, buscar provas e elaborar um novo relatório conclusivo sobre o crime, que depois poderá ser encaminhado aos órgãos de investigação federais, como Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O engenheiro e ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva foi ilegalmente preso por militares em 20 de janeiro de 1971, na Presidência do general Emílio Garrastazu Médici (de 1969 a 1974). Pai do escritor Marcelo Rubens Paiva, autor de "Feliz Ano Velho", o ex-deputado foi dado como desaparecido por mais de 40 anos.

Em 2014, a Comissão da Verdade, constituída no governo Dilma Rousseff, reconheceu, oficialmente, que Paiva foi sequestrado, submetido a tortura e assassinado nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro.

O debate sobre a necessidade de reabertura do caso Rubens Paiva surgiu por ocasião da comemoração dos 60 anos da criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, um dos últimos atos do governo de João Goulart, antes de ser deposto pelo golpe militar de 1964.

A pauta foi proposta pela presidente do colegiado, a defensora-pública gaúcha Marina Dermmam, que foi acompanhada pela maioria dos seus pares. Apenas a representante do Ministério da Justiça, Roseli Faria, preferiu se abster. Ela argumentou que não havia sido orientada sobre como se posicionar no caso.

"O assassinato do Rubens Paiva foi reconhecido pela Comissão da Verdade, mas falta muito a esclarecer", observou o advogado Hélio Leitão, que é representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no colegiado. "Quem são os autores do crime, em que circunstâncias se deu, e o Estado deve à família os restos mortais dele", complementou.

Leitão, que apresentou um voto escrito na reunião do conselho, observou que o assassinato de Rubens Paiva é um crime carregado de "imenso simbolismo pela violência, pela impunidade, pelo desaparecimento forçado de um homem que nunca pegou em armas". Segundo o advogado, trata-se de uma "dívida que o Conselho de Direitos Humanos tem com a sociedade".

Leitão acrescentou que a reabertura do caso é uma resposta necessária ao "imenso retrocesso nas políticas de verdade, memória e reparação". Enfatizou que essas políticas foram "desmontadas no governo de Jair Bolsonaro", e que pelo teor das recentes declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "não irão avançar".

O advogado, que foi presidente da Seccional da OAB no Ceará, criticou o posicionamento de Lula, que afirmou que a ditadura militar é história e deve ficar no passado. "Somente com legítima pressão política da sociedade é que vamos conseguir avançar nessa pauta", concluiu. *(AJ)*

Lula diz que Anielle não deve disputar eleição no Rio

Camila Zarur
Do Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, não deve ser candidata a nenhum cargo nas eleições municipais deste ano. A declaração foi dada na noite dessa terça-feira (2), no ato de filiação da aliada ao PT.

O nome de Anielle era defendido, por alas do PT, para que a ministra fosse indicada como vice na chapa à reeleição do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). A afirmação de Lula, no entanto, serviu de banho de água fria para quem tentava articular essa composição — esse sentimento foi, inclusive, expressado pelo público que acompanhava o discurso do presidente.

"Eu tenho certeza que ela não tem nenhuma pretensão de disputar nenhum cargo agora em 2024. Ela quer ser ministra até o último momento", afirmou Lula, provocando lamentações entre a plateia do evento.

A filiação de Anielle aconteceu no Circo Voador, na zona central do Rio, e contou com a presença da primeira-dama, Janja da Silva, uma das principais defensoras para que a ministra disputasse com Paes o Executivo carioca.

O prefeito, por sua vez, prefere ter ao seu lado alguém de seu próprio grupo político e resiste em aceitar indicações de outros partidos. O motivo para isso é manter o caminho aberto para concorrer, em 2026, ao governo do Estado.

Para isso, se reeleito, Paes terá que se desincompatibilizar e deixar o posto com o vice — e ele prefere que essa pessoa seja alguém de seu núcleo mais próximo, para manter a influência sobre o Executivo carioca.

A declaração de Lula foi dada após o presidente encontrar Paes. Os dois participaram da inauguração da primeira graduação do Instituto de Matemática Aplicada (IMPA).

Apesar de descartar a possibilidade de Anielle ser candidata neste ano, Lula abriu caminho para que ela postule algum cargo público em 2026, quando vão ocorrer as eleições federais e estaduais.

"Anielle é uma jovem e pode construir uma perspectiva política muito importante para o Estado do Rio de Janeiro", disse Lula, que completou afirmando que, para isso, a aliada deve começar a preparar desde agora: "Mas, quando chegar perto do fim do governo, em 2026, aí pode dar um mexerico nela e ela querer ser candidata a alguma coisa. Então é melhor ela se preparar antes para ser candidata a alguma coisa."

Os pais de Anielle, Marinete e Antonio da Silva, compareceram ao evento junto com a sobrinha da ministra, Luyara Santos, filha da vereadora Marielle Franco. A parlamentar, assassinada em março de 2018, foi lembrada ao longo da cerimônia de filiação.

Internacional

Yellen vai pressionar China sobre excesso de capacidade

Christopher Condon
Bloomberg

A ameaça à economia global representada pelo excesso de capacidade industrial da China será o principal tema a ser abordado pela secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, em sua segunda viagem ao país em nove meses.

Yellen, que chega hoje à noite na China, passará dois dias no centro comercial e industrial do sul de Guangzhou, a partir de sexta-feira, antes de seguir para Pequim para mais dois dias de conversas, anunciou ontem o Tesouro americano.

Ela vai se reunir com o czar da política econômica da China, o vice-premiê He Lifeng, junto com seu antecessor Liu He, que analistas dizem que ainda mantém influência nas decisões do governo. Yellen também se encontrará com presidente do banco central chinês, Pan Gongsheng, e o Ministro das Finanças, Lan Fo'an.

Os laços bilaterais entre as duas maiores economias do mundo vêm sendo descongelados gradualmente desde que os presidentes Joe Biden e Xi Jinping se encontraram pessoalmente em novembro. Biden e Xi voltaram a falar ontem por telefone — a primeira comunicação direta desde o encontro em São Francisco.

Na conversa com Xi, Biden reafirmou a política de longa data de "um só China" dos EUA e reiterou que Washington se opõe a quaisquer meios coercivos para colocar Taiwan sob o controle de Pequim.

Biden também levantou preocupações sobre as operações militares chinesas no Mar do Sul da China, incluindo os esforços do mês passado para impedir as Filipinas — que os EUA são obrigados por tratado a defender — de reabastecer as suas forças no disputado Second Thomas Shoal, um atol cuja soberania é reivindicada pelos filipinos.

Apesar do reengajamento bilateral, as diferenças seguem profundas. Na semana passada, Yellen criticou o uso de subsídios pela China para dar vantagem competitiva aos seus fabricantes em novas indústrias-chave. Durante uma visita a uma fábrica de células solares na Geórgia que havia sido fechada devido a importações baratas da China, ela alertou que o superinvestimento chinês e a capacidade excessiva estavam distorcendo a economia global.

"Yellen defenderá os trabalhadores e empresas americanas para garantir que sejam tratados de forma justa, inclusive pressionando os colegas chineses sobre práticas comerciais injustas e destacando as consequências econômicas globais da capacidade industrial chinesa excessiva", disse o Tesouro.

Mas Yellen também deverá ouvir críticas dos chineses com relação aos esforços do presidente Joe Biden para financiar um renascimento da indústria americana, particularmente em semicondutores e energia verde, por meio de benefícios fiscais. No mês passado, a China apresentou uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os subsídios americanos para veículos elétricos.

Outros temas que provavelmente estarão na agenda, incluem a relutância da China em ajudar a acelerar a reestruturação da dívida dos países pobres, esforços conjuntos para combater a lavagem de dinheiro e a estabilidade financeira. Yellen pode levantar a questão de reprimir os fluxos financeiros por trás do comércio de fentanil, segundo uma pessoa envolvida no planejamento das reuniões.

Yellen também estará interessada em ouvir seus colegas como a China pode alcançar a meta de crescimento de 5% para este ano e como estão lidando com a recessão do setor imobiliário do país, disse um funcionário do Tesouro.

Guerra Após décadas de hostilidades, ofensiva contra missão diplomática na Síria põe iranianos e israelenses na rota de um confronto direto

Ataque a embaixada aumenta nível de tensão entre Israel e Irã

Jared Malsin e Benoit Faucon
Dow Jones Newswires, de Istambul

O ataque aéreo que matou oficias militares graduados do Irã na Síria, na segunda-feira, põe israelenses e iranianos na rota de um conflito, numa mostra de como a troca de hostilidades de longa data entre eles em uma nova e mais perigosa fase.

O líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, e o presidente Ebrahim Raisi juraram ontem reagir ao ataque que destruiu o setor consular da embaixada iraniana. Israel não confirmou nem negou a autoria do ataque que, segundo analistas israelenses, levou a campanha militar secreta do país contra o Irã e os seus aliados a outro nível, em razão do alvo diplomático e da morte de militares — incluindo dois generais de Teerã.

Após quase seis meses de guerra em Gaza e de conflito violento com a milícia libanesa Hezbollah, apoiada pelo Irã, Israel parece determinado a reduzir a influência militar iraniana nos países vizinhos, apesar do risco da nova abordagem agressiva causar uma escalada regional mais ampla.

"O regime maligno sionista será punido pelas mãos dos nossos valentes homens", disse Khamenei. "Vamos fazer com que se arrependam desse crime", afirmou.

"É um limiar muito interessante que foi ultrapassado", disse um militar graduado israelense sobre o ataque em Damasco. "Isso envia uma mensagem clara de que sabemos exatamente onde eles estão. O que é bom. Vai dificultar a movimentação deles."

Israel conduziu centenas de ataques aéreos contra o Irã e a sua rede de milícias aliadas na Síria e em todo o Médio Oriente nos últimos anos, em ofensivas que Israel raramente reconhece, mas que há muito é um segredo aberto. Agora, Israel e Irã estão mais próximos de um confronto direto do que já estiveram em anos, mesmo enquanto a guerra de Israel contra o Hamas, apoiado por Teerã, em Gaza se arrasta.

"Estamos numa guerra multifronteiriça, ofensiva e defensivamente", disse ontem o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant. "Temos provas disso todos os dias, inclusive nos últimos dias, e estamos agindo em todos os lugares e todos os dias para impedir o fortalecimento dos nossos inimigos."

O Conselho de Segurança das Nações Unidas convocou ontem uma reunião de emergência para discutir o ataque em Damasco, enquanto governos de todo o mundo condenavam a ação contra uma instalação diplomática. As missões diplomáticas têm estatuto protegido pelo direito internacional, incluindo a Convenção de Viena de 1961, que determina que essas instalações são invioláveis.

Um porta-voz militar israelense disse que, de acordo com a inteligência israelense, o prédio atingido em Damasco não era uma instalação diplomática, mas um prédio usado pela milícia iraniana Força Quds e disfarçado como um local civil. Imagens de TV e imagens do rescaldo do ataque mostraram graves danos ao edifício denominado como secção consular da embaixada iraniana.

O Ministério das Relações Exteriores iraniano disse, por seu lado, que o ataque atingiu "local diplomático conhecido" e matou vários conselheiros militares iranianos que, segundo ele, tinham imunidade diplomática — enquanto se preparavam para quebrar o jejum diário durante o mês sagrado muçulmano do Ramadã.

O bombardeio aparentemente tinha como alvo o general Mohammad Reza Zahedi, um dos principais líderes da Força Quds na Síria e no Líbano. Zahedi estava sob sanção dos EUA por seu suposto papel no apoio ao terrorismo — incluindo o contrabando de armas para o Hezbollah, baseado no Líbano. O Irã diz que apoia grupos como o Hezbollah e o Hamas, que considera resistirem a Israel e à sua ocupação de terras palestinas.

O ataque também matou vários membros importantes do comando da Guarda Revolucionária do Irã — força militar de elite do regime xiita e responsável por atividades de guerrilha secretas na Síria e no Líbano. O número de mortos subiu ontem para 13, segundo a TV estatal.

Por meio da atividade externa da Guarda Revolucionária e da Força Quds, Teerã armou uma série de milícias em toda a região e ganhou capacidade de atacar adversários mais poderosos como EUA e Israel sem se envolver em confronto direto com nenhum deles.

Estas milícias têm assumido um papel cada vez mais central na crise mais ampla que resultou da guerra em Gaza, com grupos militantes no Iraque e na Síria reivindicando ataques a Israel. Os rebeldes houthis do Iêmen, outro grupo alinhado com o Irã, têm perturbado os padrões de comércio global ao atacarem navios no Mar Vermelho em resposta à guerra em Gaza.

O ataque de segunda-feira em Damasco poderá, no entanto, reescrever as regras de combate no Irã e de sua guerra paralela com Israel. Embora no passado o Irã tivesse visado pessoal diplomático israelense no exterior, Teerã considerava suas próprias missões seguras. Agora terá de rever estratégias.

Netanyahu admite e lamenta ataque a ONG



O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, admitiu ontem que um ataque aéreo israelense causou a morte de sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchens (WCK) na terça-feira, na Faixa de Gaza, pessoas trabalhando para a instituição de caridade World Central Kitchen (WCK). "Houve um evento trágico, no qual nossas forças feriram não combatentes na Faixa de Gaza sem intenção", disse Netanyahu em um pronunciamento por vídeo. "Isso acontece em uma guerra. Estamos conduzindo um inquérito minucioso. Faremos de tudo para impedir que isso se repita." O ataque ao comboio da WCK matou cidadãos da Austrália, Reino Unido e Polônia, palestinos e um cidadão com dupla nacionalidade americana e canadense. A WCK, fundada pelo conhecido chef espanhol José Andrés, disse que dois carros com o logotipo do grupo foram atacados. Na foto, palestinos inspecionam destroços de um dos veículos do comboio.

Pacifistas são alvo de repressão em Israel

Andrew England
Financial Times, de Jerusalém

Numa sociedade em grande parte unida pela luta contra o Hamas, os que procuram a coexistência com os palestinos enfrentam abusos e até mesmo detenções.

Israel Frey sabia que corria o risco de causar indignação quando fez uma oração judaica pelos mortos dias depois do devastador ataque do Hamas ao sul de Israel em 7 de outubro. Mas ele não percebeu que a decisão mudaria sua vida.

Um pequeno grupo de moradores de Tel Aviv pediu a ele que oferecesse a benção da Kadish às 1.200 vítimas do ataque do Hamas, porque ele é membro da comunidade ultraortodoxa do Estado judaico. Mas não eram apenas os israelenses assassinados que estavam na mente desse homem de 37 anos quando ele acendeu velas e recitou a oração, baixando posteriormente um vídeo na internet.

"Eu disse: 'Vocês não vão se sentir confortáveis com o que eu vou fazer, mas também estou dedicando a Kadish aos milhares de civis inocentes, as mulheres e as crianças, que estão sendo massacrados por nós em Gaza'", lembra Frey.

A reação se deu em poucos dias. Grupos de extrema direita repostaram o vídeo com o endereço da casa de Frey. Mensagens de ódio explodiram. Multidões hostis cercaram o prédio onde ele mora com a esposa e dois filhos, soltando fogos de artifício e foguetes.

Experiências como a de Frey se tornaram cada vez mais comuns entre os membros do grupo cada vez menor de esquerdistas israelenses e ativistas da paz desde 7 de outubro. Medo, suspeita e, em muitos casos, ódio aos palestinos varreram uma nação indignada com a violência do Hamas em um kibutz e um festival de música.

"O medo era real. Foi próximo do 7 de outubro e o sangue das pessoas estava fervendo", diz Frey, um raro jornalista e ativista pela paz da comunidade ultraortodoxa. "Estávamos prestes a ver as pessoas invadindo a nossa casa."

Frey fugiu de madrugada, mas decorridos mais de cinco meses, ele ainda está amedrontado demais para voltar, preferindo em vez disso ficar mudando de um lugar para outro. "Perdi minha comunidade", diz ele.

Quase seis meses depois, o trauma e a raiva provocados pelo ataque do Hamas persistem. A maioria dos israelenses permanece unida no apoio à feroz retaliação de seu Estado contra o Hamas em Gaza, que já matou mais de 32.000 pessoas, segundo as autoridades de saúde palestinas, mesmo com a intensificação das pressões internacionais pelo fim da guerra.

Protestos regulares vêm pedindo a libertação dos reféns mantidos pelo Hamas, enquanto demonstrações menores se opõem ao governo de extrema direita do premiê Benjamin Netanyahu. Mas ativistas afirmam que grande parte da mídia de Israel está fixada no 7 de outubro, dedicando cobertura mínima à devastação em Gaza.

A pequena minoria dentro de Israel que defende os civis em Gaza, questionando a guerra ou apoiando os direitos dos palestinos e o fim da ocupação por Israel, corre o risco de ficar na mira de grupos e políticos de direita — e até mesmo de seus vizinhos.

Os palestinos com cidadania israelense há muito estão vulneráveis. Mas agora os esquerdistas judeus também estão sendo visados, embora de forma menos dura, segundo Michael Sfard, um advogado que atua na área dos direitos humanos. "Os ativistas judeus estão sendo ameaçados pelo establishment político, que os intimida e provoca. Isso se reflete na sensação que se tem nas ruas. É uma grande mudança, pois Israel era uma sociedade aberta", diz Sfard.

> "O espaço para a discordância e o pensamento crítico está encolhendo"
> *Tania Hary*

Alguns vêm enfrentando ações disciplinares no trabalho. Outros, como Frey, fugiram de suas casas e passaram a ser considerados traidores. Grupos ativistas dos direitos humanos que trabalham com os palestinos também estão sendo pressionados.

O Bank Leumi, maior banco de Israel, congelou a conta do grupo ativista dos direitos humanos Gisha, porque ele financiou um programa que oferece aconselhamento jurídico aos habitantes de Gaza que buscam permissões para entrar em Israel. O banco também se opôs às "mensagens públicas" de alerta contra crimes na Faixa de Gaza, alegando que elas são "anti-Israel", diz a ONG.

A Gisha entrou com uma ação e um juiz decidiu não haver motivos para o congelamento da conta. Mas o banco recorreu à Suprema Corte, que marcou uma audiência para agosto. O Bank Leumi não quis comentar.

Tania Hary, diretora-executiva da Gisha, diz que as ações do banco refletem "a sensação comum" de que "qualquer coisa ligada aos direitos humanos dos palestinos está conectada com o terrorismo". "O espaço para a discordância e o pensamento crítico está encolhendo", acrescenta Hary. "Não nos vemos contra a sociedade israelense, e sim a favor de valores universais que Israel diz estar em dívida."

Os grupos ativistas dos direitos humanos já estavam operando em um clima hostil com a sociedade se inclinando para a direita nos 15 anos em que Netanyahu dominou o cenário político. Os ativistas se queixam de campanhas difamatórias, leis e burocracias, todas elaboradas para deslegitimar ou impedir seu trabalho. A pressão aumentou depois que Netanyahu formou em 2022 o governo mais de extrema direita da história do país, e cresceu ainda mais depois de 7 de outubro, segundo ativistas.

"A caça às bruxas é contra qualquer um que pisa fora da linha", diz Rami Elhanan. O filho de 74 anos de um sobrevivente do Holocausto e membro do Parents Circle-Families Forum, que reúne judeus israelenses e palestinos que perderam parentes durante um conflito que já dura décadas.

Curtas

Empregos no sul da Ásia

A Índia e seus vizinhos do sul da Ásia não estão criando empregos suficientes para sustentar suas populações jovens e arriscam perder a vantagem demográfica, apesar de ser a região que mais cresce no mundo, alertou ontem o Banco Mundial. Em 2023, a taxa de emprego no sul da Ásia, que também inclui Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, foi de 59% ante 70% em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

Inflação alemã menor

A inflação ao consumidor na Alemanha desacelerou pelo terceiro mês em março, para 2,3% ao ano, reforçando as expectativas de que o Banco Central Europeu começará a reduzir o juro em junho. O resultado do mês passado ficou abaixo dos 2,7% de fevereiro e da expectativa dos analistas, de 2,4%. Os custos dos alimentos foram um dos principais itens que contribuíram para a desaceleração.

Atividade em queda

A atividade industrial geral na zona do euro piorou ainda mais em março, caindo para 46,1, de 46,5 em fevereiro, segundo pesquisa do HCOB, compilado pela S&P Global, divulgada ontem. Porém, há sinais de recuperação na Itália e na Espanha

Valor ECONÔMICO

Senado precisa melhorar projeto de lei de falências

Festejado no início do ano por prometer a redução do Custo Brasil, o projeto do governo de reforma da Lei de Falências e Recuperação Judicial das Empresas acabou saindo da Câmara dos Deputados com importantes alterações que frustraram algumas expectativas iniciais. O projeto de lei 3/2024 agora vai ao Senado, e a esperança é que correções de rota possam ser feitas.

Apresentado ao Congresso ainda durante o recesso parlamentar, o projeto de lei faz parte do pacote para reduzir o custo do crédito, ao lado de medidas para disseminar o consignado no setor privado, melhorar a governança das empresas do mercado de capitais e dar mais proteção aos acionistas minoritários, na esteira dos casos Americanas e Light.

Era a medida que o governo imaginava que demoraria mais tempo para avançar diante da complexidade e de implicações bilionárias do assunto. O histórico também fundamentava essa expectativa. A primeira lei de falências e concordatas, editada em 1945, vigorou até 2005, quando foi reformulada pela lei 11.101. Novas mudanças foram feitas em 2021, focando nos gargalos da recuperação judicial e criando mecanismos de financiamento para empresas em dificuldades. Mas o processo todo continuou carecendo de agilidade.

Agora, a tramitação surpreendeu pela celeridade, e levantou críticas pela falta de debate. Em 5 de março foi escolhida como relatora do projeto a deputada Daniella Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, e que está em seu primeiro mandato. Onze dias depois, Dani Cunha apresentou seu primeiro parecer, com dezenas de mudanças. Outras mais vieram, após negociação com o governo e a oposição. O substitutivo teve duas versões divulgadas, com 70 páginas cada. A última versão, a que foi votada em 26 de março, foi protocolada às 18h43 e aprovada 17 minutos depois.

Nem tudo que o governo pretendia conseguiu. Ao contrário do que havia sido combinado, a relatora manteve a previsão de que, nas transações tributárias, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) terá que conceder o maior desconto possível à empresa em processo falimentar. A expectativa agora é mudar esse ponto no Senado ou o presidente Lula vetar o artigo.

Não se pode dizer que o governo foi surpreendido. O projeto foi aprovado por 378 votos a 25 e teve apoio dos governistas. Apenas a federação Psol/Rede votou contra o parecer da deputada por entender que os créditos trabalhistas sairão prejudicados na ordem de pagamentos. O líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que o texto contempla o Executivo "em 90%". No dia da votação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e deputados para discutir o projeto, de olho em temas com impacto fiscal, como isenção de imposto sobre lucro na venda de alguns ativos das empresas falimentares.

Anteriormente, o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, havia participado de reuniões com deputados articuladas por Lira. O governo não foi o único com interesses contrariados com o novo projeto. Ele retira dos juízes o poder de indicar o administrador judicial que acompanhará os trâmites e fiscalizará o processo falimentar e cria a figura do gestor fiduciário, que será escolhido pelos credores para fazer esse mesmo papel. O gestor fiduciário poderá realizar o leilão dos ativos e elaborar um plano de falências.

Esse ponto recebeu críticas de advogados, do Ministério Público e de juízes, que afirmam que os maiores credores serão beneficiados e que a transparência e a imparcialidade no pagamento de credores poderão ser prejudicadas. Os principais beneficiados seriam bancos, fundos de investimentos e gestoras de recursos especializadas em comprar ativos de empresas em dificuldades. No entanto, os bancos se queixam de outro ponto, a suspensão, por até 360 dias, do acesso do credor aos recebíveis dados em garantia, o que vai afetar o mercado de fundos de direitos creditórios (FIDCs) e títulos securitizados, os CRIs e CRAs, o que pode encarecer ou limitar o crédito, objetivos do projeto do governo.

Os administradores judiciais e os gestores tiveram mandato e remuneração controlados no projeto de lei. O mandato de ambos será de três anos, prorrogável por mais três. Quem já estiver há mais de seis anos como gestor de um processo, na data de sanção da lei, terá que ser substituído. O projeto afeta mais de 10 mil processos de falência em curso no Brasil, como os da Vasp e do Banco Santos, e pode levar à destituição do administrador judicial do banco, que está no cargo desde o início do processo, em 2005. Incluindo as recuperações judiciais, são quase 60 mil as ações em andamento.

Apesar de o projeto de lei em tramitação merecer reparos, não há dúvida de que a legislação de falência e recuperação judicial precisa ser aprimorada. Atualmente, um processo desse tipo leva em média 16 anos, segundo estudo da Associação Brasileira de Jurimetria. A demora reduz a meros 6% o valor dos créditos recuperados. O número de recuperações judiciais e falências decretadas pela Justiça vem crescendo. Segundo dados da Serasa Experian, entre 2022 e 2023, o aumento foi de 68,7% para recuperações e de 9% para falências.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Aumento do uso da lenha e carvão para cozinhar é preocupante para a população exposta. Por **Carlos Ragazzo**

É necessário erradicar a pobreza energética

O cenário de crise econômica que teve marco de origem em 2015 resultou na piora de um fenômeno que nem sempre recebe atenção no debate público: a pobreza energética. Esse quadro se caracteriza a partir da identificação de parcela da população que não consome energia suficiente para atender suas necessidades básicas, o que se dá também quando não existe acesso confiável e sustentável à energia, sendo um exemplo clássico a necessidade de utilização de biomassa (lenha, na sua maioria) para cocção residencial.

Dados do IBGE de 2022 apontam que hoje, no Brasil, aproximadamente 35 milhões de pessoas usam fontes poluentes, como lenha ou carvão, para cozinhar, um aumento de 5,5 milhões em relação a 2016. Esse aumento da pobreza energética é preocupante não apenas para a população exposta, mas também para o meio ambiente e a economia, motivo pelo qual seu combate faz parte da Agenda de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030.

Combustíveis como carvão e lenha expõem famílias a poluentes altamente tóxicos e prejudiciais ao ambiente e à saúde. Em números, a lenha é 4.070% mais poluente que o GLP e 4.194% mais que o gás natural. Em um cenário de busca pela mitigação dos efeitos da crise climática, um aumento do uso de lenha caminha na direção oposta à desejada. As emissões também geram impactos graves na saúde: a OMS estimou mais de 3 milhões de mortes anuais atribuídas às práticas inadequadas de cocção.

O impacto econômico, no entanto, não é reflexo apenas das perdas em saúde: anualmente e a nível global, aproximadamente 140 milhões de pessoas potencialmente produtivas são desperdiçadas na coleta de lenha e com tempo de cozimento evitável. Considerando que os efeitos sociais da pobreza energética possuem desdobramentos em múltiplas áreas relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do país, combater seu crescimento deveria ser objeto de políticas públicas específicas, como já o é em países vizinhos.

No contexto da pandemia, foram criados programas de auxílio ao consumo de gás em âmbito estadual e federal, mas praticamente todos pensados por uma ótica de recomposição de poder de compra e não de substituição do uso de lenha para cocção. Destes, vale a menção ao Programa Auxílio Gás dos Brasileiros (PAGB), transferência direta de renda bimestral no valor equivalente à média do preço do botijão de gás nos 6 meses anteriores — para famílias ou inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal até meio salário-mínimo ou para quem recebe o Benefício de Prestação Continuada.

Em 2022, o PAGB beneficiou 5,6 milhões de famílias. Algumas unidades federativas criaram iniciativas semelhantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. No entanto, não foi possível identificar um movimento relevante de substituição do consumo de lenha e aumento do de GLP que resultasse na queda da pobreza energética. Assim, há espaço para aproveitar que a discussão foi iniciada por esses programas e reformulá-los de modo a aumentar o alcance e efetividade.

O ponto de partida passa necessariamente por ajustar o objetivo regulatório para atingir e metrificar redução de pobreza energética, não apenas recomposição de poder de compra. Isso porque transferências diretas de renda, que possuem amplo sucesso como medida de combate à pobreza, não têm sido eficazes em induzir a mudança no comportamento do consumo de combustível para cocção. A percepção de que a lenha é gratuita e a existência de outras prioridades nos gastos da família, notadamente comida e aluguel, fazem com que não haja conversão da renda transferida pelos auxílios para compra de gás em consumo de combustíveis limpos.

Transferências diretas de renda não atendem bem a objetivos de política pública em que há necessidade de induzir não o consumo propriamente, mas um comportamento específico associado a uma necessidade básica em um mercado com certas particularidades. Nesses casos, são recomendadas transferências de renda com destinação específica, que basicamente significa a necessidade de o auxílio ser vinculado à aquisição de um bem específico (no caso concreto, o auxílio precisa estar vinculado ao consumo de uma fonte limpa de cocção, de forma que o beneficiário não possa fazer uso alternativo do dinheiro).

Experiências internacionais como as da Índia, do Peru e da Colômbia podem servir de referência, uma vez que esses países usaram instrumentos modernos de distribuição e processamento de recursos. Entre eles, destacam-se o cashback e cadastros e pagamentos digitais para introduzir a destinação específica sem incorrer nos problemas que programas de voucher tendiam a sofrer. O cashback, em especial, chama atenção. Não só por já estar previsto na reforma tributária brasileira, mas por preservar, em alguma medida, a autonomia do beneficiário no uso dos recursos, já que poderá usar os recursos devolvidos como preferir.


EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

No entanto, esse não é o único modelo: há um menu de soluções disponíveis que podem ser adequadas às condições específicas da população em pobreza energética, que poderão variar desde áreas remotas, com dificuldade de acesso à internet, até áreas urbanas dentro da região metropolitana. Para cada grupo é possível desenhar uma estratégia, passando desde vouchers impressos até transferências utilizando meios de pagamentos modernos, como o Pix, condicionado à compra de um combustível de fonte limpa.

Reservar o recurso e garantir a sua destinação específica não resolve o cenário. Dado que a lenha é percebida — de forma equivocada — como um recurso gratuito e sem impactos negativos à primeira vista, a população precisa ser adequadamente informada por meio de políticas de conscientização sobre os reais custos e riscos do uso de lenha para cocção doméstica. Qualquer programa focado na substituição dessa matriz deve reconhecer que os custos à saúde, ao ambiente e à capacidade produtiva são invisíveis à maioria. Políticas de conscientização podem ter — e na experiência internacional tiveram — um importante papel na mudança do comportamento e maior priorização no consumo de energia adequada.

Carlos Ragazzo, professor da Fundação Getúlio Vargas, é ex-conselheiro e ex-superintendente geral do Cade.

Pau Brasil: crime e castigo

Tiago Cavalcanti



Nasci numa família de ambientalistas. Minha mãe, pesquisadora de questões socioambientais, viveu por muito tempo num espaço no coração da Mata Atlântica em Aldeia, Pernambuco. Meu pai foi um dos primeiros economistas a se especializar em meio ambiente no Brasil, tendo sido presidente da International Society for Ecological Economics. Ambos são militantes da vida inteira em favor da natureza e as maiores referências espirituais para mim.

Numa propriedade ecológica cultivada e cultuada pelo meu pai há meio século, ao lado do vilarejo de São Severino dos Macacos, interior de Pernambuco, resiste uma reserva florestal, num dos últimos resquícios de Mata Atlântica da região. Aí se pratica a biodiversidade e se protege o ecossistema, especialmente as nascentes de água, beneficiando as comunidades vizinhas. O zelo do meu pai pela natureza também protege e estimula nossas histórias, individuais e coletivas.

Neste contexto familiar, desde pequeno me fascinava saber que o nome do nosso país veio de uma árvore, o Pau Brasil. Um belo Pau Brasil, que sempre me encantou, está ao lado da casa na propriedade do meu pai.

Lendo Yuri Tavares Rocha, professor de Geografia da USP, referência sobre o Pau Brasil, descobri que já no século XII a Europa usava a madeira tintorial Caesalpinia sappan L., da mesma espécie do Pau Brasil. Vários séculos antes de Pedro Álvares Cabral avistar o Monte Pascoal, a madeira vermelha do Oriente era levada da Tailândia, Ilhas Molucas e Japão rumo à Europa, para ser aplicada como corante vermelho em tecidos.

Com o "descobrimento" do nosso país, foi encontrado o Pau Brasil, ou Caesalpinia echinata L., recentemente redesignada como Paubrasilia echinata L.. Os indígenas a chamavam de ibirapitanga, do tupi ybyrapytã?a, que significa madeira vermelha ou pau-vermelho. Os portugueses muito antes haviam inventado a palavra brasil, que vem a ser cor de brasa ou vermelho, dando origem ao nome Pau Brasil.

Ocorre que ao longo dos séculos o Pau Brasil sofreu de extração excessiva, a ponto de hoje existir o risco elevado de desaparecer. Segundo Yuri Tavares Rocha, a situação levou "o Pau Brasil a ser considerado como uma espécie em perigo de extinção, compondo a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. Também está na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e consta, desde julho de 2008, no Apêndice II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (CITES)".

Vale ressaltar que o Pau Brasil é a única árvore que tem uma legislação exclusiva para marcar a sua importância. A Lei Federal 6.607 de 1978 estabelece o Pau Brasil como a árvore nacional, institui o Dia do Pau Brasil para sua comemoração regular a ser promovida pelo Ministério da Educação e determina atividades para sua conservação.

Existem outras legislações para proteção da flora nativa nacional como um todo, a exemplo da Lei Federal 9.605 de 1998, onde no seu Artigo 38 determina que "destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção" leva à pena de detenção de um a três anos.

Com efeito, o Pau Brasil deveria ser a árvore mais protegida em nosso país. Porém o que vemos é a repetição de um mal crônico brasileiro: muita legislação e regulação, porém pouca efetividade na devida aplicação das normas legais.

Escrevo sobre o tema especialmente porque li no jornal eletrônico "O Poder", de Pernambuco, que um bosque praticamente inteiro de Pau Brasil foi destruído no Recife, em Mata Atlântica pertencente a empresário do setor educacional. Inclusive foram apresentadas imagens de satélite, mostrando a destruição do bosque de Pau Brasil.

Houve também a destruição de outras árvores nativas, em diferentes áreas, num flagrante delito ambiental há poucas semanas. E o pior, tudo se passou em uma área de proteção ambiental (APA), criada em 2010 pelo governador Eduardo Campos, com o objetivo oficial de "proteger os recursos hídricos, as espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica raras e ameaçadas de extinção".

Árvore sofre de um mal crônico do país: muita legislação e pouca efetividade na aplicação das normas

A referida APA se chama de Aldeia-Beberibe, parte de uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica. O "Crime do Pau Brasil", como chamado pelo "O Poder", se deu na única área no Recife com as últimas nascentes do lendário Rio Beberibe, "que se junta ao Rio Capibaribe para formar o Oceano Atlântico".

O bosque destruído tinha alta densidade de Pau Brasil, parte de um trabalho que plantou mais de 500 mil mudas desta árvore em diversas partes da propriedade, que é um dos últimos espaços de Mata Atlântica do Recife. Provavelmente foi a maior plantação de Pau Brasil que já se realizou até hoje em todo o país e o bosque destruído era seu principal núcleo.

Conforme descrito pelo "O Poder", o "Crime do Pau Brasil" fazia parte de um jogo de especulação imobiliária. Perante esse quadro, o normal seria a Justiça julgar e condenar como grave crime a destruição do bosque de Pau Brasil no Recife. Ainda mais na atualidade, quando há o compromisso com desmatamento zero da Mata Atlântica e existe previsão legal de penas para os transgressores.

Porém, à luz das práticas correntes no Brasil, é realista nutrir esperanças de que realmente sejam aplicados os rigores da legislação em vigor para este tipo de crime? Alguma chance da devida sentença penal para crimes contra a Natureza?

Um "castigo" alternativo para tais tipos de contraventores seria o reflorestamento das áreas desmatadas e também de áreas com baixa densidade florestal.

A urbanização torna as cidades mais quentes. É sabido que as florestas tropicais ajudam a resfriar a temperatura média local e global. Assim, o reflorestamento das cidades deveria ser uma prioridade do poder público. A destruição de matas existentes deveria ser acompanhada por compensações ambientais transparentes e significativas.

É essencial que os movimentos ambientalistas se mobilizem no sentido de buscar compensações exemplares em defesa do meio ambiente. Ou vamos assistir, de forma distópica e silenciosa, à destruição de nossas florestas?

Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

Despotismo não é capaz de entregar avanços econômicos consistentes. Por **Martin Wolf**

Democracia é melhor que autocracia

Na semana passada, discuti o estado precário da democracia em webinário organizado por uma organização de mídia indiana. Depois de minha apresentação, uma pessoa do público perguntou por que os indianos deveriam ter qualquer interesse na democracia. Não seria uma ideia do Ocidente imposta ao restante do mundo? Os países em desenvolvimento não estariam em melhor situação com autocracias tradicionais?

Fiquei ao mesmo tempo perturbado e satisfeito com a pergunta — perturbado porque quando um membro da elite com ensino da Índia a faz em um fórum público, ela revela alguma coisa, mas satisfeito porque sei que muitos outros também a estão fazendo neste momento, e não apenas em países em desenvolvimento. O poder de atração da tirania está crescendo.

O relatório Freedom in the World 2024, de um centro de estudos independente, a Freedom House, assevera que "a liberdade global diminuiu pelo 18º ano consecutivo em 2023". Nos últimos dez anos, houve um grande declínio nos direitos políticos e civis em muitos países em desenvolvimento. Sob o governo de Narendra Modi, a Índia é, infelizmente, um desses países.

Será que tais declínios talvez sejam um preço que vale a pena pagar em troca de um desenvolvimento econômico mais rápido? No nível mais amplo, isso parece bastante improvável. Se deixarmos de lado alguns países ricos em recursos naturais e Hong Kong e Cingapura, os países mais ricos do mundo são, todos, democracias liberais. Seria realmente apenas uma coincidência?

Mesmo assim, os mais céticos ainda podem argumentar que a democracia não é a melhor maneira para os países pobres se tornarem mais ricos. Eles podem apontar, por exemplo, para o incrível histórico de crescimento da China nos últimos 40 anos. No entanto, as evidências não sustentam esse ponto de vista. Um estudo de 2019, "Democracia Causa Crescimento", de Daron Acemoglu e outros autores, argumenta que "há um efeito positivo significativo economicamente e estatisticamente da democracia no PIB per capita futuro". Dessa forma, "o PIB de longo prazo aumenta em torno a 20%-25% nos 25 anos seguintes a uma democratização". Um ponto crucial é que isso também se aplica a países nos estágios iniciais de desenvolvimento.



A democracia é uma inovação recente, mas não significa que não seja valiosa, mesmo quando é imperfeita e quando as autocracias funcionam bem por um tempo. As democracias exigem que os governos prestem contas. Isso é muito melhor do que servir aos caprichos de déspotas

Possivelmente, muito mais importante, como observa Carl Henrik Knutsen em nota informativa de 2019 para o V-Dem Institute, os resultados gerados por autocracias mostram uma variância muito maior. Portanto, quando os autocratas são bons, eles podem de fato ser muito bons, mas quando são ruins, são horríveis. Stalin, Hitler, Pol Pot e Mao Tsé-tung mataram pessoas aos milhões. Pode ter sido assim porque eles assim o queriam, ou porque não se importavam que assim fosse. A questão é que a autocracia é um governo sem prestação de contas. Governos que não precisam prestar contas podem fazer qualquer coisa.

Em um recente e brilhante artigo, o historiador Timothy Snyder argumenta que "o governo de um líder de mão forte é uma fantasia". "Essencial para isso é a ideia de que um líder de mão forte será o 'seu' líder de mão forte. Ele não será. Em uma democracia, os representantes eleitos dão ouvidos aos eleitores. Consideramos isso como certo e imaginamos que um ditador nos deverá algo. Mas o voto que você dá a ele afirma sua irrelevância [a do eleitor]. Toda a questão é que o líder de mão forte não nos deve nada. Sofremos abusos e ficamos acostumados a isso".

É ainda pior do que isso. O aspirante a tirano não é um ser humano normal. Ele quase sempre é consumido pelo desejo de poder. Uma vez que ele conseguiu o que quer, como se livrar dele, se ele se mostrar louco? Como preservar a integridade das instituições básicas contra ele? Como administrar a sucessão? Sabemos que uma monarquia constitucional pode funcionar bem. Sabemos que um autocrata pode se sair bem em um país pequeno, como Cingapura, se ele reconhecer que isso requer um Estado de Direito e direitos de propriedade seguros. Sabemos que, na Coreia do Sul e em Taiwan, os autocratas supervisionaram o início de um processo rápido de desenvolvimento. Sabemos também que a China teve, em Deng Xiaoping, um líder que não estava obcecado pelo poder pessoal. Então, como os chineses dizem, é possível ter um "bom imperador". Mas o que fazer quando, como tantas vezes acontece, se tem um mau?

A democracia evita tais resultados execráveis porque tem métodos incorporados de correção. Mesmo que uma democracia tenha direitos civis, políticos e legais inadequados, como muitas têm, as eleições ainda podem fazer a diferença. Isso se mostrou verdadeiro na Polônia em 2023 e, agora, na Turquia. Na Índia, o fato de haver eleições também serve de freio. Em sistemas parlamentares, os membros do Parlamento também podem se revoltar, como fizeram no Reino Unido contra Boris Johnson e Liz Truss.

O grande argumento a favor da democracia não é que ela produzirá um bom governo, mas que ela impedirá um governo terrível, o pior que pode acontecer a uma sociedade, com exceção da ausência de governo — em outras palavras, a anarquia. Quanto mais completo for o conjunto de direitos, melhores serão os freios: haverá também, então, debates abertos, liberdade para protestar, meios de comunicação livres e instituições independentes.

A democracia sempre é frágil. É frágil porque alguns indivíduos querem ser tiranos e um número grande demais de pessoas querem confiar neles. Isso também se torna mais provável quando as democracias não conseguem gerar os bens desejados pelas pessoas — uma sensação de pertencimento, de segurança, de ser valorizado. Nas palavras de Yascha Mounk no livro "The Identity Trap", as democracias são mais frágeis em sociedades mais desiguais e mais diversificadas, especialmente porque aspirantes a tiranos se aproveitarão de tais divisões. De fato, já é difícil, em primeiro lugar, conseguir criar democracias liberais em sociedades assim, como argumentam Dani Rodrik, de Harvard, e Sharun Mukand, em "The Political Economy of Liberal Democracy".

Meu interlocutor estava certo: a democracia é uma inovação recente. Mas também estava errado: que a democracia seja recente, não significa que não seja valiosa. Isso é verdade mesmo quando as democracias são imperfeitas e quando as autocracias, às vezes, funcionam bem por algum tempo. As democracias dão voz aos cidadãos e exigem que os governos prestem contas. Isso é muito melhor para nós do que servir aos caprichos dos déspotas. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Uma ideia é que passem um tempinho em um município bem pobre para conhecer um pouco a realidade brasileira".

Da ministra Esther Dweck sobre o estágio probatório de servidores

Cartas de Leitores

Previdência

No afã de se manterem em seus cargos, os congressistas, ao votarem medidas que reduzem a arrecadação da Previdência Social, estão comprometendo o futuro de milhões de brasileiros, forçando a revisão da idade mínima da aposentadoria para 70 anos ou mais, numa imprescindível nova reforma da Previdência.

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

Pacto pela meta fiscal

O ministro Fernando Haddad disse que é preciso um pacto entre os três poderes em busca das metas fiscais. Creio que seja um equívoco. Como pode o Judiciário ser um ente sempre a favor de arrecadar? Não é sua função. O Executivo tem que ter um controle sobre gastos desnecessários, assim como dos gastos sem retorno para a sociedade, e não sempre querer atingir superávit via aumento de impostos.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Chuvas no ES

A descomunal chuvarada em 22 e 23 de março de 2024 que destruiu o comércio de cinco cidades (Alfredo Chaves, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Mimoso do Sul e Vargem Alta) e causando 19 mortes. Não tem o glamour, o conforto dos passeios internacionais, indispensáveis para o casal Lula/Janja. Fez lembrar Justo Veríssimo, personagem de Chico Anysio, que tinha "horror a povo". Daí a ausência do "pai dos pobres" no Espírito Santo.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

"Análogo à escravidão"

São recorrentes as notícias veiculadas pelos meios de comunicação dando conta da existência de núcleos semiocultos onde se constatam condições de trabalho "análogas à escravidão". O Brasil é exibido perante o mundo como detentor de enorme desigualdade social e econômica. Tal situação, intensificada após a pandemia, mas renitente desde sempre, é confirmada pelo resultado de recente pesquisa realizada pela FGV Social sobre a matéria. A analogia, dentro de uma conceituação mais ampla, pode ser, portanto estendida de modo a abranger regiões bem além dos nichos isolados.

É evidente que a origem deste cenário melancólico é a própria formação do país que não teve sua origem nos anseios da sociedade que se formava mas na manutenção da hegemonia de pequenos grupos, que, desde então, tudo fizeram para se manter no poder, passando, por exemplo, sempre ao largo do oferecimento de educação básica qualificada e ao alcance da população, mantendo-a em latente estado de obscurantismo.

Assim, anúncios alardeando em tom de novidade a descoberta de polos com atividades "análogas à escravidão", ignoram um panorama maior e mais dramático.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Conjuntura Investimento baixo afeta o crescimento a médio prazo, diz professor da PUC-Rio

Márcio Garcia vê curto prazo com otimismo, mas teme novo ‘voo de galinha’

Lucianne Carneiro
Do Rio

Com a experiência de mais de três décadas como professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, Márcio Garcia se mostra otimista com a economia brasileira a curto prazo, principalmente com indicadores recém-divulgados, embora seja cauteloso com a inflação. A visão a médio e longo prazos, no entanto, é diferente, e acredita no risco do eterno “voo de galinha” na economia brasileira, sem crescimento sustentável, com “baixíssimos investimentos”.

Sua avaliação é que há muitos desafios ainda, como a questão fiscal, que descreve como “uma ameaça macroeconômica”, principalmente pela herança da hiperinflação, e a dificuldade de os governos brasileiros, de diferentes linhas políticas, se comprometerem com determinadas regras, como no caso da privatização ou da política de preços da Petrobras.

Professor da Cátedra Vinci Partners de Macroeconomia e Finanças — além de pesquisador afiliado da MIT Sloan Business School e pesquisador sênior do CNPq —, Garcia condena a situação política que criou um Orçamento tão engessado. Também é crítico quanto à “maluquice” das emendas do Legislativo. “Hoje não se tem mais projetos que organizem o gasto público, tudo fica dependendo da conveniência política de cada deputado, na sua localidade”, diz.

Garcia afirma concordar com a cautela do Banco Central na condução da política monetária, tanto pela inflação de serviços resistente — como ocorre também nos EUA — quanto pelo fato de a inflação continuar fora do centro da meta. “A situação da inflação não é nada confortável, é preciso ficar sempre muito atento para não deixar a coisa sair de controle”, aponta.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Economistas têm revisto previsões para 2024. Qual é sua visão para a conjuntura a curto prazo?*

Márcio Garcia: Os números realmente têm sido uma surpresa positiva. Talvez com a queda dos juros também tenhamos aumento de crédito e isso é tudo muito positivo. Mas acho que a notícia principal é anterior a isso: o investimento continua muito, muito fraco, e não existe forma de ter crescimento econômico com investimento muito baixo. Se o investimento não subir, apesar de alguma notícia boa aqui ou ali, a gente nunca vai cumprir nosso destino de realmente obter uma taxa de crescimento compatível com as nossas potencialidades, vai ficar sempre naquele voo da galinha. Infelizmente, boa parte do governo quer insistir em fórmulas velhas e ultrapassadas de mais gastos públicos. E isso não é só o Executivo, é sobretudo o Legislativo.

Valor: *De que forma?*

Garcia: Existe a maluquice dessas emendas. Hoje não se tem mais projetos que organizem o gasto público, tudo fica dependendo da conveniência política de cada deputado, na sua localidade. Aí um constrói uma quadra de esportes e o outro constrói uma quadra de esportes no lado oposto da praça, um gasto completamente sem sentido. É isso que a gente está vivendo. Nas projeções de dívida pública, em qualquer cenário realista, essa dívida está explodindo. Era bom a gente aproveitar esses tempos bons que o mundo tem nos proporcionado, em termos de preços de commodities, já que Deus botou aqui sol, vento e terra, e a Embrapa conseguiu transformar isso. Mas as coisas continuam patinando. E isso sem citar outras áreas que afetam a economia, como segurança e educação. Quantas crianças ficam sem escola aqui no Rio por causa de tiroteios?

Valor: *O senhor ressalta essa diferença do cenário de curto e médio e longo prazos... O que impede esse investimento maior?*

Garcia: O Brasil gasta com muita coisa que não deveria estar gastando. E ao longo dos anos os gastos foram sendo improvisados e petrificados, de tal forma que o orçamento no qual se pode realmente alocar é muito pequeno. Quando tira as emendas de parlamentares, é menor ainda. Não dá para fazer nada, não tem mais dinheiro para projetos estruturantes. O Parlamento deveria discutir o que é prioridade. Hoje, mais de 90% do Orçamento está engessado. É decepcionante diante das nossas potencialidades. O Brasil não vai dar errado, mas ficará muito aquém [do que poderia]. E os mais prejudicados são os humildes, sem acesso à boa educação.

Valor: *Como quebrar isso?*

Garcia: O [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad tem tentado isso, mas é extremamente difícil, sobretudo com a polarização tão grande de hoje, em que qualquer coisa que um lado faz o outro diz que está errado. Então estou otimista em termos de conjuntura, mas ficará aquém do que deveria.

Valor: *O que fazer para incentivar investimentos?*

Garcia: Não existe no Brasil uma capacidade de nos comprometermos a longo prazo com determinadas regras. Você faz uma privatização e depois muda regra. A Petrobras tem uma política de preços e depois aquilo é alterado. Aí o investidor de longo prazo, que vai efetivamente construir coisas, empregar gente... Ele quer ter um retorno financeiro, né? Sem confiança nessas regras, não tem investimento, não tem boa vontade de botar dinheiro aqui. Ou, se coloca, é mais caro. Existe o risco regulatório. A sociedade tem que arrumar um jeito de se comprometer com regras econômicas estáveis que atraiam o investimento estrangeiro porque isso é bom para o Brasil. Outro grande problema nosso é o protecionismo. Isso certamente atrasou e diminuiu muito nosso crescimento. E pior, tal como no caso da dívida pública, o mundo está virando mais protecionista, o que pode agravar nosso defeito congênito. Eu espero, claro, sou botafoguense, espero que a gente vai ser campeão do mundo, mas a gente vê que falta muito.

Valor: *Recentemente houve a questão dos dividendos na Petrobras e há o debate sobre a presidência da Vale. O governo Lula tem ampliado incertezas?*

Garcia: Hoje em dia, qualquer coisa que se fale sobre um lado é preciso relativizar. O [governo] Bolsonaro começou isso, botou para fora o [ex-presidente da Petrobras] Roberto Castelo Branco, que fazia excelente administração, porque queria segurar o preço do petróleo. O presidente Lula parece querer que a Petrobras saia refazendo investimentos em que parte deles esteve envolvida na Lava-Jato. A Petrobras é uma empresa que existe para dar lucro para o acionista. É uma empresa pública, claro, com determinados objetivos, mas não pode fazer uma coisa que claramente vai perder dinheiro. Muitos políticos acham que as empresas devem ser usadas para seus objetivos pessoais, sejam de direita ou de esquerda.



Márcio Garcia: compromisso com regras econômicas estáveis para atrair investimento estrangeiro

> “A situação da inflação não é confortável, é preciso ficar sempre muito atento para não deixar a coisa sair de controle”

Valor: *A produtividade da economia voltou a crescer em 2023. Isso tende a continuar?*

Garcia: A produtividade é tudo. E nossa performance nessa área é muito ruim. Inova-se pouco, tem baixo investimento... Há um longo caminho para isso continuar. Temos uma economia estável, com regras, mas falta muito para ter ganhos constantes de produtividade. A demografia já não ajuda como antes... Temos muitos desafios e principalmente na parte fiscal. É uma ameaça macroeconômica que já deveria ter sido colocada de lado porque seria mais fácil para avançar nas outras áreas. Mas com essa ameaça de que a dívida vai explodir, de que vai ter fuga de capital....

Valor: *O senhor aponta para ameaça fiscal, mas também um Orçamento engessado. Como lidar?*

Garcia: É uma questão muito complicada, cada ministro que chega tenta lidar da melhor forma possível. Mas seria necessário mudar esse engessamento [do Orçamento]. O problema é que as consequências vêm depois. Se deixar degringolar, é mais difícil consertar. Quem já passou por uma hiperinflação deveria entender isso. Inflação era algo que todos sofríamos, mas ninguém era culpado, como a pandemia, embora tenham tentado culpar a China. A gente já passou por isso, não tem tanto tempo, são 30 anos, e não deveria deixar voltar. A política monetária da Alemanha tende a ser mais severa, pelo que o país viveu, mas aqui parece não ter isso.

Valor: *Como vê hoje a inflação e a trajetória da política monetária?*

Garcia: Quando se olha para os determinantes externos, vemos que a inflação dos Estados Unidos mostra resiliência nessa última milha para chegar aos 2%. E isso pode exigir a manutenção dos juros mais elevados por mais tempo do que Fed [Federal Reserve, o banco central americano] tentou passar. Então existe esse risco nas condições mundiais. No front doméstico, quando se fala de economia mais forte do que se esperava, quer dizer que a inflação terá trajetória menos benéfica que o esperado. Com a economia mais aquecida, a inflação não vai cair mais tão rapidamente. Para cumprir a meta, [o Banco Central] terá que fazer uma política mais rígida.

Valor: *Justifica a cautela do BC?*

Garcia: Acho que sim. O Banco Central só está dizendo que o cenário à frente não é tão claro a ponto de acelerar a máquina [de corte de juros]. É preciso avaliar, acompanhar o que acontece com o PIB [Produto Interno Bruto], com o crédito... O BC simplesmente não quer se comprometer com o cenário em 12 semanas. Mas não é tão relevante, só para quem aposta no mercado futuro a curto prazo. Isso não altera a situação das corporações nem dos trabalhadores. Não é tão importante para a sinalização da política do Banco Central.

Valor: *A inflação preocupa?*

Garcia: A inflação continua fora da meta, há muitas dúvidas à frente. Entre elas sobre a governança e a transição de poder no Banco Central, e há uma dúvida séria sobre o desempenho e o comportamento da dívida. Aqui, como nos Estados Unidos, a inflação de serviços está se mostrando bastante resistente, o que indica que tem ir com cautela, para ver se consegue quebrar essa resistência. Não é das coisas mais simples, sobretudo quando se está com o hiato do produto [diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) efetivo e o potencial] bem apertado. Além disso, o Banco Central tem esse evento da troca do Roberto Campos Neto e de diretorias, a troca de comando sob um governo em que o presidente não acredita na independência do BC. Toda vez que se ataca o Banco Central se modifica as expectativas e introduz riscos. E aí o Banco Central não tem como fazer sua função. A situação da inflação não é nada confortável, é preciso ficar sempre muito atento para não deixar a coisa sair de controle.

Valor: *Mas o BC continuará cortando juros?*

Garcia: O cenário aponta para que se continue cortando os juros. Mas, se houver novas informações sobre salários subindo muito rapidamente ou aceleração de inflação de serviços, aí vai precisar mudar.

Valor: *Que cenário traça para os juros nos Estados Unidos?*

Garcia: Depois da guerra da Ucrânia, houve debate grande se o impacto na inflação seria temporário ou não, mas ficou claro que não era. A postura do Fed parece ter sido suficiente para botar a inflação mais ou menos na meta. Mas é como o processo de emagrecer 30 quilos: agora faltam os cinco quilos finais, os mais difíceis. Do ponto de vista de crescimento econômico, os EUA têm gastos fiscais enormes.

Valor: *A China preocupa?*

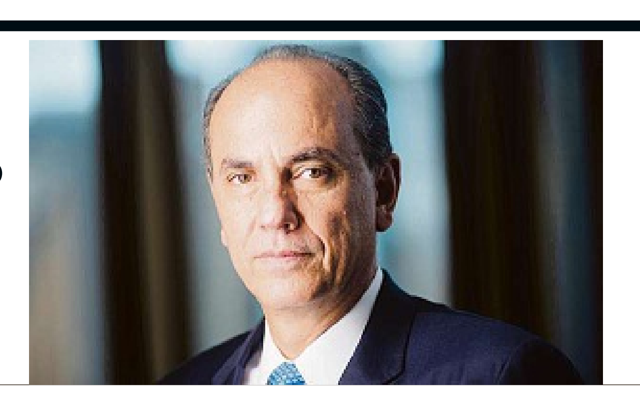
Garcia: O chamado “decoupling” [desacoplamento] provavelmente terá um custo econômico elevado. Neste contexto, [os países] estão deixando de fazer as coisas eficientemente por outras preocupações, como não colocar a produção em países inimigos, buscar fornecedores mais perto... Isso é muito ruim, de certa forma quebra a lógica do comércio de produzir onde é mais eficiente. E implica produzir onde é mais caro, com impacto na inflação. O risco de produzir de forma menos eficiente afeta o crescimento e a produtividade.

Valor: *Há espaço para otimismo?*

Garcia: Estou medianamente otimista. Não dá para achar que o mundo continuará crescendo como antes, quando a China fazia sua transição e jogava as taxas de crescimento lá para cima, mas tem um cenário razoável. Para o Brasil, vale que a demanda pelo que a gente produz vai vir, como as commodities e essa parte de transição verde. A transição verde é necessária, senão o planeta acaba. E novamente Deus sorriu para o Brasil.

Finanças
Mercados de capitais atingem fatia recorde no crédito a empresas
C1

Gestão
Simpar planeja reduzir investimento e aumentar retorno aos acionistas, conta Simões B5



Saneamento
Cedae espera atingir resultado operacional positivo em 2024 B2

Mobilidade
Blablacar avalia aquisições para acelerar crescimento no Brasil B4

Empresas

Gestão Executivo entrou no grupo com 21 anos e agora tem a missão de ampliar a internacionalização

WEG troca CEO e coloca no comando Alberto Kuba, um ex-estagiário com 22 anos de casa

Robson Rodrigues
De Jaraguá do Sul (SC)

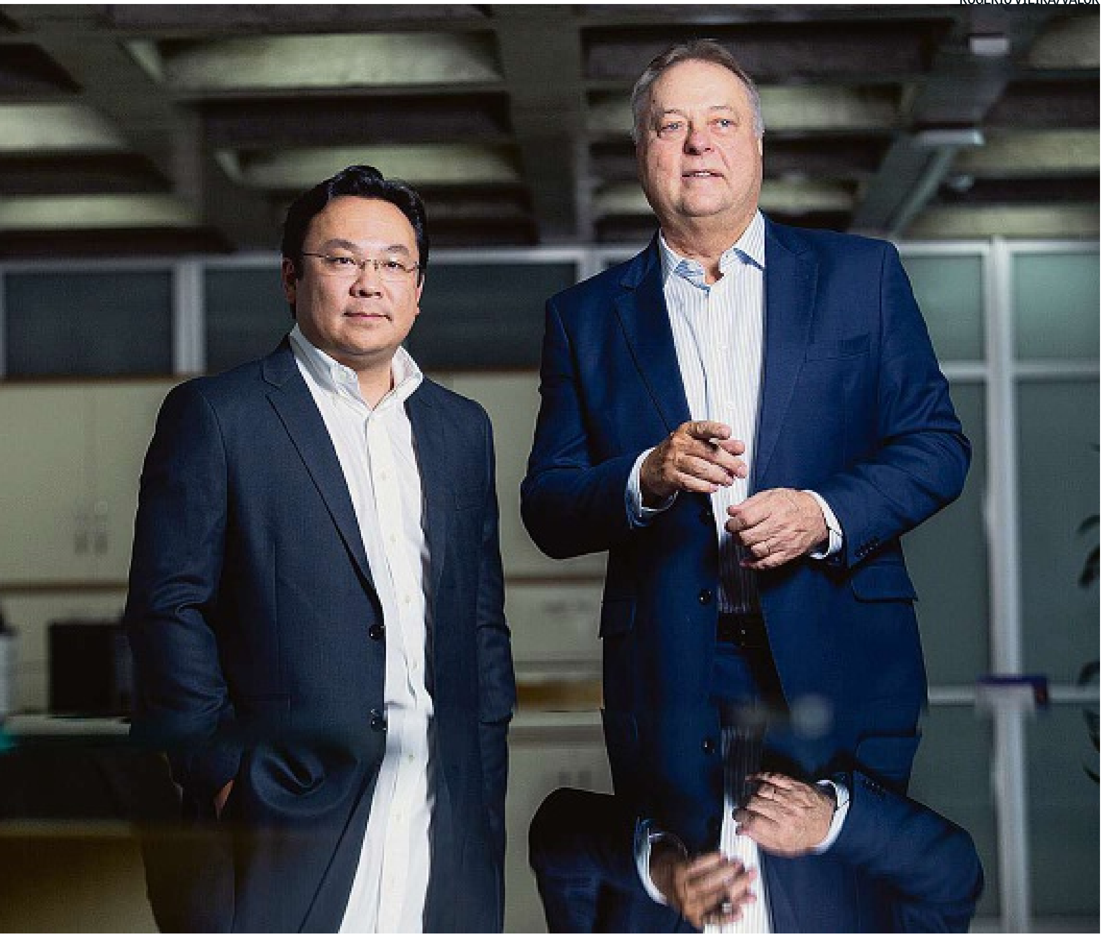
De estagiário a CEO da sexta maior empresa da bolsa de valores em valor de mercado. É essa a trajetória de Alberto Kuba, novo executivo que chega ao comando da fabricante catarinense WEG esta semana com foco na internacionalização dos negócios.

Com 22 anos de experiência na empresa, o engenheiro elétrico deixou o interior de São Paulo aos 21 anos para ingressar no departamento comercial da WEG, quando a empresa alcançava seu primeiro bilhão em faturamento. Em 2023, o faturamento da empresa atingiu R$ 32 bilhões, se consolidando como uma das maiores empresas de tecnologia industrial do mundo.

Fundada em 1961 pelos amigos Werner Voigt, Eggon João da Silva e Geraldo Werninghaus — responsáveis pela sigla WEG que dá nome à empresa — com o capital equivalente a três Fuscas, a WEG tem hoje R$ 160 bilhões em valor de mercado e mais de 40 mil colaboradores.

Com 44 anos de idade, Kuba recebeu o bastão das mãos do antigo presidente, Harry Schmelzer, que está há 43 anos na companhia. Quando Schmelzer ingressou na WEG, era o primeiro emprego dele; naquela época, Kuba era apenas um bebê de colo. Como executivo, Schmelzer liderou 34 aquisições com foco no crescimento de mercado e na expansão do conhecimento em novos negócios.

"Minha sucessão está sendo pensada há quatro anos. Os diretores da direção geral junto com o conselho de administração e uma consultoria externa foram apontando nomes de executivos internos como futuros sucessores", diz Schmelzer.


ROGERIO VIEIRA/VALOR
Kuba (esq.) e Harry Schmelzer são duas gerações de executivos que saíram da base e alcançaram o topo da empresa

Sai um executivo com mais de quatro décadas para uma cadeira no conselho e entra outro mais jovem criado dentro de casa. Recitando o cantor Oswaldo Montenegro, na lista de coisas da vida que Schmelzer deixou pendente está passar mais tempo com o neto, viajar com a esposa e retomar a vida de atleta de golfe.

R$ 160 bi é o atual valor de mercado da WEG

Kuba é o quarto presidente de uma companhia de 62 anos e o primeiro que não conviveu com os fundadores. O jovem executivo lembra que, em uma noite de terça-feira, o presidente do conselho e filho de um dos fundadores, Décio da Silva, o convidou para uma conversa sobre as gerações anteriores. Dois dias depois, no dia 8 de dezembro de 2023, o conselho formalizava a nomeação de Kuba.

"Não haverá mudanças disruptivas. Onde queremos chegar, os segmentos que estamos visualizando e os mercados que queremos crescer já estão definidos", afirma. "Minha missão, como executivo, é pegar uma empresa brasileira, que já é grande, e globalizá-la em muitos negócios", diz.

Com 52 parques fabris espalhados em 15 países, hoje metade da receita da empresa vem de fora do Brasil. É pouco, já que as oportunidades para a fabricante no exterior são maiores. O negócio de motores é o mais maduro e internacionalizado, com 21 fábricas espalhadas por 12 países e responde por 85% da receita fora do Brasil.

Entretanto, outras operações ainda são pequenas fora do Brasil e a meta de Kuba é impulsionar o crescimento das atividades consolidadas. A parte de automação necessita ganhar mais regiões, já que sua presença está forte apenas nas Américas, China e em menor proporção na Europa, com uma fábrica na Itália. O braço de redutores tem presença consolidada apenas no Brasil e na Áustria e quer buscar novos mercados. Já o segmento de transformadores quer adensar mais no Brasil, México e EUA.

Dentro da estratégia de crescimento de dois dígitos, as aquisições vão continuar a fim de conquistar novos mercados e trazer novos segmentos industriais. No ano passado, a empresa comprou a operação de motores e geradores da Regal Rexnord por US$ 400 milhões e incluiu mais dez fábricas para o portfólio na maior aquisição feita pela empresa. Em 2022, o movimento foi de comprar a unidade de negócios da italiana Gefran. Em 2017, ela comprou a CG Power nos Estados Unidos.

A expansão no mercado internacional também está na agenda de Kuba. A internacionalização da WEG com fábricas fora do Brasil começou em 2002, mas só em 2009 ele foi expatriado para assumir o cargo de gerente na China. Em pouco tempo, se tornou responsável por todos os negócios feitos no país asiático. "Eu não falava chinês, a equipe da China não falava inglês. Foi uma confusão gigante, porque tudo tinha que ter tradutor", lembra.

Ele também passou um ano atendendo o mercado americano e canadense e conhece Europa, Ásia e América do Sul. Para continuar crescendo, o executivo diz que a empresa tem se preparado também para atender às novas tendências, como transição energética e eletrificação de frotas e digitalização.

Já no mercado brasileiro, alguns segmentos precisam também de musculatura, como o negócio de turbinas eólicas, que terá a produção paralisada no segundo semestre. Hoje a empresa dedica cerca de 5% da receita para o crescimento e aumento de capacidade.

Para 2024, a empresa catarinense reservou R$ 1,9 bilhão em aumento de capacidade. Algumas linhas de negócios consideradas promissoras, como sistemas de carregamento, mobilidade elétrica, subestações, transformadores e baterias são mercados que têm ainda falta de fabricantes e que a WEG quer aproveitar. Como o Brasil está bem posicionado no mercado global de energia limpa, a empresa surfa neste movimento.

O jornalista viajou a convite da WEG

"Não haverá mudanças disruptivas. Sabemos onde queremos chegar"
Alberto Kuba

Votorantim vê espaço para crescer em saúde e avalia privatização da Sabesp

Investimento

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O grupo Votorantim entrou no setor farmacêutico em 2023, com a compra de 5% de participação na Hypera, e vê espaço para novos investimentos na área de saúde. "Como investidores, estamos olhando para saúde de forma ampla", afirma o presidente João Schmidt. Ele analisa que novas oportunidades devem surgir ao longo do tempo. "É um setor que vai ter consolidação."

Infraestrutura é outra área que interessa ao conglomerado, formado atualmente por 12 negócios. A Votorantim está entre as cotadas para ser acionista de referência da Sabesp, quando o governo paulista fizer a oferta pública subsequente de ações ("follow-on"), esperada para julho.

"O volume de oportunidades no setor de saneamento é muito importante, estamos sempre avaliando possibilidades", diz Schmidt, sem comentar empresas específicas nas quais haveria interesse.

A estratégia é equilibrar a presença em commodities, principalmente metálicas, com investimentos em infraestrutura e áreas ligadas a ela, conta o diretor-financeiro Sergio Malacrida. Já fazem esse contraponto a Votorantim Cimentos, a CCR (na qual tem 10% de participação), a Altre, de projetos imobiliários, e a Auren, de energia renovável.

Há ainda investimentos previstos para os negócios já existentes. A Votorantim Cimentos, líder no Brasil, divulgou fato relevante em fevereiro confirmando uma proposta para comprar ativos da InterCement, cimenteira do grupo Mover (antigo Camargo Corrêa). O **Valor** já havia apurado que a companhia teria feito um consórcio com duas cimenteiras menores, Polimix e Buzzi, para comprar os ativos. Schmidt não quis comentar.

A InterCement também deve vender sua operação na Argentina, a Loma Negra. Perguntado se haveria interesse, o presidente da Votorantim afirma que isso não faria sentido do ponto de vista concorrencial, porque a VC já tem uma plataforma no país.

R$ 1,8 bi foi o lucro da empresa em 2023

Ainda na Argentina, a holding possui a siderúrgica Acerbrag. Segundo Malacrida, é uma planta "bastante competitiva", que suporta os solavancos do país. "Você cria resiliência com o tempo".

Dos negócios da Votorantim, sete possuem capital fechado. A Votorantim Cimentos costuma aparecer entre as cotadas para fazer uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), mas Schmidt afirma que o momento do mercado não é favorável para essas discussões. "A empresa está em situação saudável e muito focada na execução do seu plano", diz. A VC anunciou um plano de R$ 5 bilhões em investimentos até 2028. Ainda assim, o presidente diz que o IPO é um tema que "sempre está na mesa". Outro ativo que poderia passar pelo processo é o BV (antigo Banco Votorantim).

O lucro líquido do grupo Votorantim caiu 67% em 2023, para R$ 1,8 bilhão, de acordo com o balanço divulgado ontem. Malacrida afirma que houve uma sequência de efeitos extraordinários, em 2022 e no ano passado, que impactaram de forma positiva o balanço anterior e de forma negativa os resultados de 2023.

Em 2023, a Auren, de energia, teve o reconhecimento de pagamento de impostos pela indenização da usina hidrelétrica de Três Irmãos, cuja receita havia sido contabilizada em 2022. Isso contribuiu para a reversão do lucro de R$ 2,7 bilhões em prejuízo de R$ 317,7 milhões no ano passado.

Os negócios do grupo que lidam com commodities metálicas, principalmente CBA, de alumínio, e Nexa, de zinco, também sofreram com um ciclo mais negativo nos preços. Ambas reverteram lucro líquido em 2022 para prejuízo no ano passado.

"Na equivalência patrimonial, quando reconhecemos o impacto de empresas que não consolidamos no balanço, o BV também teve resultado um pouco menor", diz o diretor. O lucro líquido do BV caiu 21%, para R$ 1,1 bilhão.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) do grupo, na versão ajustada, foi de R$ 9,6 bilhões, recuo de 8,6%. A receita líquida atingiu R$ 48,5 bilhões, queda de 8,3% sobre 2022.

A divisão de cimentos cresceu no ano passado, com lucro e Ebitda recordes com 2023, nos resultados. A cimenteira respondeu por 69% do Ebitda ajustado, ante 47% em 2022, e 55% da receita, contra 49% em 2022.


CAROL CARQUEJEIRO/VALOR
Para João Schmidt, presidente da Votorantim, há oportunidade em saneamento

"A participação está maior por conta das commodities, que recuaram, e aí o portfólio se ajusta", afirma Schmidt. Ele lembra que, historicamente, a Votorantim Cimentos tem um peso de 40% a 50% nos resultados do grupo.

A dívida líquida ficou em R$ 10,4 bilhões, estável sobre o ano anterior, com alavancagem, medida pela dívida líquida sobre o Ebitda ajustado, de 1,08 x.

A expectativa é que 2024 seja "ligeiramente melhor" do que o ano passado, com demanda aquecida por cimento no exterior, de onde já vem metade da receita da Votorantim Cimentos, e com commodities mais estáveis.

Consolidação A combinação dos ativos entre as duas petroleiras independentes é avaliada em R$ 15 bi

Enauta atravessa PetroReconcavo e propõe fusão à 3R

Fernanda Guimarães e Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

A Enauta apresentou uma proposta de fusão com a 3R Petroleum na noite de segunda-feira (2), atravessando as negociações que estavam em andamento entre a companhia e a PetroReconcavo. A expectativa é de que as duas petroleiras independentes possam assinar um memorando de entendimento em até dez dias, incluindo diligência, dentro dos 30 dias dados como prazo de exclusividade, apurou o **Valor**.

Pela carta enviada na noite de segunda-feira ao conselho de administração da 3R, os acionistas ficariam com 53% da nova companhia e os da Enauta, 47%, em uma transação avaliada em R$ 15 bilhões, segundo o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**.

Ontem, as ações da Enauta fecharam em queda de 11,09%, a R$ 25,73, enquanto os papéis da 3R subiram 0,73%, a R$ 33,34.

A ideia que está na mesa, segundo fontes, seria aproveitar as assembleias de acionistas de ambas as empresas já marcadas para o fim de abril para aprovar a operação, disseram fontes em condição de anonimato. "As empresas estão muito engajadas. O plano é que no memorando já esteja definida a relação de troca das ações das empresas e um entendimento sobre a governança da nova companhia", disse uma das fontes.

> Todas as petroleiras independentes têm, juntas, um valor de mercado de US$ 6 bilhões

As discussões entre 3R e PetroReconcavo esbarravam justamente na troca de ações.

A Enauta pediu exclusividade por 30 dias para que a diretoria da 3R se dedique à sua proposta, que já foi aceita. No comunicado, a Enauta também manda recado à PetroReconcavo: "A realização dessa combinação (com a 3R) não inviabiliza novas transações com outras empresas do setor, capazes de acelerar a criação de valor a todos os acionistas."

Nas contas da Enauta, a sinergia seria de US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 7,6 bilhões). O **Pipeline** apurou, contudo, que o cálculo da 3R é um pouco menor que isso, mais perto do apresentado pela PetroReconcavo, de US$ 1,1 bilhão (R$ 5,5 bilhões), mas com origens diferentes. No caso da PetroReconcavo eram mais operacionais — "plug and play" como discutiram inicialmente —, enquanto com 3R seriam financeiras e fiscais.

Pela Enauta, as sinergias são financeiras, uma vez que a empresa não possui produção onshore. Haveria, assim, ganhos com a reprecificação de risco de crédito da nova empresa fruto da fusão, eficiência financeira, sinergia na comercialização do óleo e ganho de liquidez em bolsa, o que teria potencial de atrair investidores para a base acionária, valorizando as ações.

Uma das fontes próxima das conversas disse que a aproximação entre as duas companhias não é nova e interações iniciais teriam ocorrido antes da proposta enviada por um dos acionistas da PetroReconcavo, a Maha Capital, à 3R, que há alguns meses também propôs fusão.

A Enauta ainda não mandatou banco para assessorá-la na operação, mas deve contratar nos próximos dias. Já o Itaú BBA trabalha pela 3R, em mandato fechado após a carta enviada pela Maha Capital.

O movimento de consolidação entre as petroleiras independentes já era dada como certa. As "junior oils", como são conhecidas no mercado, surgiram na esteira de desinvestimentos da Petrobras de campos mais maduros, movimento interrompido pela estatal com a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma das fontes explicou que se a fusão sair do papel, a nova companhia nascerá desalavancada (com 1 vez dívida líquida pelo Ebitda), estimulando novas consolidações. O cálculo é de que, juntas, hoje todas as petroleiras independentes do país somem US$ 6 bilhões (R$ 30,3 bilhões no câmbio atual), segundo

> **53%** seria a fatia da 3R na nova empresa

A Enauta passou por mudanças recentes na base acionária e no conselho e seu movimento é reflexo da agilidade dos então credores, Bradesco e Jive. Procuradas, as companhias não comentaram.

Analistas do mercado avaliam como positivas a fusão, principalmente para a 3R. Segundo o Citi, a proposta estabelece um novo piso para o preço das ações da 3R, cerca de 4% acima da última cotação. Para o Bradesco BBI, a combinação de Enauta e 3R é mais vantajosa em termos de sinergia. *(Colaboraram Cristiana Euclydes, Felipe Laurence e Rodrigo Carro)*

Cedae eleva lucro e reduz despesa em 2023

Saneamento

Rafael Rosas
Do Rio


LEO PINHEIRO/VALOR

Henrique Ballon, presidente da estatal: Administração deve fazer o dever de casa e estruturar empresa antes de governo estadual decidir sobre possível IPO

A Cedae, estatal fluminense responsável pela captação e tratamento de água que no Estado do Rio, manteve em 2023 a disciplina na administração das despesas, com reduções em rubricas importantes como pessoal e serviços de terceiros, enquanto os resultados operacionais avançaram, embora ainda em terreno negativo. Para 2024, a expectativa é de continuidade no controle de custos, com geração de resultado operacional positivo. A empresa fechou 2023 com lucro líquido de R$ 421 milhões, bem acima do ganho de R$ 1,082 milhão registrado um ano antes.

Esse crescimento do lucro líquido foi baseado principalmente na queda das despesas e na melhora operacional. As despesas da companhia caíram 9,87% entre 2022 e 2023, passando de R$ 3,59 bilhões para R$ 3,23 bilhões. Dentro dessa redução de custos, o presidente da estatal, Aguinaldo Ballon, destaca o corte dos gastos com pessoal e com serviços de terceiros.

O dispêndio com pessoal passou de R$ 952,3 milhões em 2022 para R$ 900,8 milhões no ano passado, recuo de 5,40%, fruto da redução do quadro de empregados, que era de 3,2 mil funcionários ao fim de 2022 e passou para os atuais 2,784 mil. Ballon explica que esse menor gasto com funcionários é consequência de programas de demissões voluntárias de 2021 e 2022, enquanto o PDV do ano passado será sentido nas contas deste ano. Ele acrescenta que um novo programa de desligamento deve ser oferecido em 2024.

O custo de serviços de terceiros — que inclui pontos como energia elétrica, limpeza e trabalhos executados por terceirizados — caiu 12,26% frente a 2022, passando de R$ 1,052 bilhão para R$ 923 milhões no ano passado.

"Houve um conjunto de ações que intensificamos, no ano passado, para a redução do custeio da empresa. A queda do custo de serviços de terceiros, por exemplo, foi fruto de política de renegociar contratos", disse Ballon ao **Valor**.

Ele acrescenta que este ano, na rubrica de serviços para terceiros, é esperada uma economia mais relevante no item energia elétrica, como decorrência da migração, para o mercado livre, de alguns contratos de fornecimento.

> **5,4%** foi o corte nos custos com pessoal

O gasto com energia elétrica caiu de R$ 553 milhões em 2022 para R$ 391 milhões no ano passado, mas essa retração foi causada principalmente pelas bandeiras verdes nas contas de energia, além de uma alíquota menor de ICMS sobre as tarifas de luz.

No lado operacional, o resultado negativo caiu de R$ 521,6 milhões em 2022 para R$ 36,7 milhões no ano passado. Ballon destaca o aumento da receita, de R$ 3,068 bilhões para R$ 3,199 bilhões no período. A expectativa para este ano é terminar com o resultado operacional positivo.

Neste sentido, ele acredita que o trabalho é seguir reestruturando a companhia — que concedeu os serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto na maior parte do Estado e hoje cuida apenas da captação e tratamento da água — para permitir que o governo estadual decida, no futuro sobre uma possível abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) da companhia.

"Antes de falar em IPO, precisamos cumprir o dever de casa. Com isso e com perspectiva de colher melhores resultados em 2024, o governo do Estado tem condições de sentar e desenhar um projeto mais claro se realmente deseja ou não ter investidor privado na companhia para melhorar a governança e apresentar melhor resultado para a sociedade."

Ele lembra que no ano passado a empresa investiu R$ 407 milhões e o objetivo este ano, mesmo com a política de corte de custos, é investir R$ 1,2 bilhão e R$ 3 bilhões ao ano até 2027.

Curtas

Springs Global

A Springs Global, controlada da Coteminas, informou na terça-feira (2) que concluiu a reestruturação de seu perfil de financiamento e a consolidação de seu parque industrial. A companhia realizou o pagamento de dívidas por meio da venda de ativos não operacionais, reduzindo o seu passivo em R$ 70 milhões. A administração ainda afirmou que está trabalhando para completar a auditoria prévia ("due diligence") da venda de outro ativo que levará a uma redução adicional de R$ 30 milhões na suas dívidas. "Negociações que envolvem a dação em pagamento de outros ativos não operacionais cujo valor de mercado monta cerca de R$ 100 milhões estão em andamento com possibilidade de concretização ao longo das próximas semanas", informou a empresa em comunicado.

Vendas da GM

A General Motors (GM) vendeu 594.233 automóveis no primeiro trimestre de 2024 nos Estados Unidos, o que representa queda de 1,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O declínio não foi grande, mas não é surpreendente. A montadora americana entregou 16.425 veículos totalmente elétricos, decréscimo de 20% em base anual. Esse declínio acentuado não é uma boa notícia, mas foi impulsionado principalmente pela queda nas vendas do Chevy Bolt. A GM entregou 7.040 Bolts, abaixo dos 19.700 no primeiro trimestre de 2023. As vendas do Cadillac Lyriq, no entanto, foram um ponto positivo. A GM entregou 5.800 unidades, um recorde, e aumento de 500% ano contra ano. As vendas de carros totalmente elétricos representaram 16% das vendas do Cadillac.

A necessária contribuição das empresas à sociedade

Sustentabilidade



Carlo Pereira

Estive no Japão recentemente, em meio a mais de 300 líderes globais reunidos para discutirmos a contribuição das empresas para sociedade. Uma missão ambiciosa, sem dúvida, e absolutamente necessária. Poderia facilmente encher páginas falando sobre essa experiência enriquecedora, sobre as maravilhas da cultura e culinária japonesas, os impressionantes trens-bala, ou mesmo sobre a onipresença do Pikachu por lá. Mas, hoje, quero compartilhar algo mais íntimo, uma reflexão pessoal que surgiu de um momento único.

Visitar Kyoto, com suas ruas históricas e o significado profundo que carrega na luta contra a crise climática, provocou em mim uma reflexão íntima e poderosa. Em Kyoto, cidade de templos milenares e belezas incontestáveis, tive um momento de introspecção profunda. Não foi o frenesi tecnológico ou os ícones culturais que me capturaram, mas sim a serenidade do Templo Kinkaku-ji, o Templo Dourado. Aquela visão, que havia visto tantas vezes em fotos — algumas vezes cercado de neve, evocando o emblemático Protocolo de Kyoto da COP3 — me transportou para mais de 25 anos atrás, quando a sustentabilidade entrou na minha vida. Aquele jovem que eu era, que nunca tinha visto neve nem um templo real, mal poderia imaginar onde sua jornada o levaria.

Esse momento me fez refletir sobre a trajetória que percorri desde então. Começando com minha carreira em biocombustíveis e, em paralelo, a iniciação científica, passando pelo mestrado e doutorado, sempre, direta ou indiretamente, ligados às questões socioambientais e de governança. Foi uma verdadeira "egotrip", um mergulho nas na minha própria história, confrontando o Carlo de 20 anos atrás com o Carlo de hoje. Me encontrei fazendo a clássica pergunta: "O que o Carlo de 20 anos pensaria do Carlo de hoje, aos 45?" E mais amplamente, "Como esse jovem idealista veria o mundo atual?" Há 25 anos, eu estava armado de esperança e um fervor quase revolucionário para mudar o mundo. Agora, décadas depois, com os cabelos começando a embranquecer e uma filha, me pergunto se aquele jovem se orgulharia do que fizemos — do que eu fiz — e do estado do nosso planeta. Esta reflexão não é apenas pessoal; ela é universal e se estende a todos nós, líderes empresariais, que, ao longo dos anos, acumulamos não apenas experiência, mas também perguntas, dúvidas e, sim, algumas certezas.

Vivemos em um mundo que, apesar de seus avanços tecnológicos e científicos, ainda se debate com crises ambientais, sociais e políticas. O que nos leva a outra reflexão crucial: o legado que deixamos para as próximas gerações. Muitas vezes, projetamos nos nossos filhos as realizações que não alcançamos, as batalhas que não lutamos. No entanto, essa projeção é uma responsabilidade injusta que lhes atribuímos. A verdadeira questão é: como eles nos veem? A admiração, o respeito e a inspiração que eles podem sentir por nossas ações, nossos compromissos e nossa ética de trabalho são os verdadeiros legados que deixamos. Concluir essa jornada de reflexão em Kyoto me trouxe uma clareza: não é apenas sobre as grandes vitórias ou as mudanças monumentais que conseguimos impulsionar. É sobre o esforço contínuo, a resiliência diante dos desafios e a capacidade de manter nossos valores e princípios em um mundo em constante mudança. A pergunta então se transforma: como podemos, na liderança de nossas empresas e comunidades, viver de forma que inspire respeito e admiração em nossos filhos, e nos jovens que observam nossos passos?

Encerro este artigo com um convite à reflexão para todos nós, líderes empresariais. Que possamos olhar para o nosso percurso, com suas vitórias e desafios, e nos perguntarmos se estamos sendo os heróis que nossos jovens admirarão. Que o legado de nossas ações, dentro e fora do ambiente corporativo, possa inspirar a próxima geração a construir um mundo mais justo, sustentável e humano. É essa admiração, esse respeito, que conta muito no fim das contas.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

Empresas

Saúde Grupo investirá R$ 150 milhões em unidade paulista; expansão total até 2032 soma R$ 1 bilhão

Sírio-Libanês terá novo hospital em São Paulo

Beth Koike
De São Paulo

O Sírio-Libanês vai investir R$ 150 milhões num novo hospital dia, que ficará dentro do complexo imobiliário O Parque, na zona sul de São Paulo. Esse projeto faz parte da estratégia do Sírio de ter um grande hospital de alta complexidade e unidades menores no seu entorno, nas regiões em que está presente. O planejamento contempla ainda a construção de dez a 15 clínicas médicas especializadas que demandarão aporte de R$ 800 milhões até 2032.

Atualmente, o Sírio-Libanês tem duas grandes instalações em São Paulo e Brasília. Na capital paulista, já há um hospital dia e uma unidade de medicina diagnóstica. Em Brasília, foram abertos recentemente dois núcleos de saúde especializados em cardiologia e oncologia.

Segundo Fernando Ganem, diretor-geral do Sírio-Libanês, essa estratégia também é devido ao comportamento dos pacientes e atendimentos. "Cerca de 70% dos procedimentos demandam internação de um a dois dias. A telemedicina é cada vez mais presente. Podemos fazer o atendimento nas unidades e, em caso de necessidade, encaminhamos ao nosso hospital de alta complexidade", disse Ganem.

Os recursos do novo hospital dia em São Paulo, que deve ficar pronto em janeiro de 2025, virão de uma emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) no valor de R$ 500 milhões. Parte do investimento da expansão também está vindo de recursos próprios.

No ano passado, o Sírio-Libanês registrou receita de R$ 3,5 bilhões, o que representa crescimento de 10% sobre o valor apurado em 2022. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 23% para R$ 301 milhões. Já na última linha do balanço, o hospital teve superávit de R$ 37,4 milhões contra R$ 1 milhão em 2022.

Em 2021, o Sírio-Libanês iniciou uma reestruturação para competir com os grandes grupos hospitalares que levaram vários médicos renomados da casa. O Sírio passou a buscar novas receitas como a faculdade de saúde, recém-aberta, gestão de planos de saúde para empresas, entre outras iniciativas, além de contratar executivos de mercado como o CEO, Paulo Nigro.

Questionado como estão as negociações com as operadoras para credenciar o novo hospital, tendo em vista que há uma forte resistência das empresas de planos de saúde em ampliar a rede credenciada no atual cenário de crise no setor, Nigro informou que a receptividade foi positiva. "Na região que escolhemos, há uma carência de hospitais premium. Além disso, é um modelo de hospital pensado dentro desse contexto de sustentabilidade do setor", disse. Muitos atendimentos médicos simples são realizados em pronto socorro de hospitais de alta complexidade, cujo custo é maior.

O Hospital Albert Einstein também está erguendo um centro especializado em oncologia, no Parque Global, um bairro planejado em construção na Marginal Pinheiros, próximo ao Parque Burle Marx, também na zona sul da capital paulista.

O empreendimento, a ser inaugurado em 2025, demandará investimento total de R$ 1,2 bilhão. Deste valor, R$ 400 milhões virão do Einstein que usará recursos próprios e financiamento. A outra fatia de R$ 800 milhões serão aportados pelas incorporadoras Bueno Neto e Related Group na construção da torre.

Prática ESG

A 'economia do cuidado' precisa ser precificada


PRÁTICA ESG

Sociedade

Naiara Bertão
De São Paulo e Nova York, EUA

Chamados de trabalhos invisíveis, o cuidado de crianças e idosos, e os serviços domésticos que envolvem tarefas como limpeza e preparação de refeições, não são contabilizados como atividade econômica geradora de receitas para o Produto Interno Bruto (PIB). Ainda.

O tema esteve no centro das discussões da 68ª Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW68), principal evento anual das Nações Unidas (ONU) sobre igualdade de gênero, que aconteceu em março em Nova York. Também foi abordado em evento paralelo do Pacto Global da ONU no Brasil e está entre as cinco pautas prioritárias do W20, grupo não governamental ligado ao G20, que faz recomendações sobre pautas de gênero para as lideranças das maiores economias do mundo.

"A discussão sobre cuidado é justamente que ele não é algo à parte da sociedade produtiva; pelo contrário, é essencial à economia, pois todos precisam comer, ter roupas e casas limpas, acessar serviços das cidades para viver, consumir e trabalhar em uma empresa", diz Tayná Leite, gerente executiva de Direitos Humanos e Trabalho do Pacto Global da ONU no Brasil.

Mas a precificação do cuidado ainda é um tabu em muitos países. Para Leite, não deveria haver uma separação entre o trabalho produtivo empresarial, remunerado, do esforço doméstico, muitas vezes não assalariado ou mal pago. Eles têm igual importância para que a sociedade caminhe, em sua opinião. "Ao fazer uma separação, já estamos reforçando desigualdades existentes, especialmente a de gênero."

No ramo dos cuidadores, as mulheres são maioria. Segundo dados globais recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), elas realizam 76% de todo o trabalho de cuidados não remunerado, dedicando 3,2 vezes mais tempo a estas tarefas do que os homens. Na América Latina, são entre 6,3 e 29,5 horas a mais por semana.

A falha na precificação desses serviços, na opinião de especialistas, é um dos fatores que levam à subvalorização dos mesmos. Além de não ganharem dinheiro para exercer esse trabalho, muitas deixam de entrar no mercado de trabalho formal por falta de tempo.

A OIT apurou que as mulheres latinas recebem apenas 59% do que os homens quando os serviços domésticos e de cuidado são postos na conta, e não 88,2% em média, como geralmente é divulgado. A disparidade é ainda maior em relação às mulheres negras.

"O grande problema é fazer essa mudança de chave na perspectiva do cuidado e passar a dar um valor — inclusive financeiro — a ele", diz Ana Fontes, presidente e fundadora da Rede Mulher Empreendedora.

Ela reitera que há um grande desafio a ser vencido: colocar as mulheres em espaços de poder, nas lideranças de empresas, no setor público, mas também na política. "Só vamos mudar o jogo quando as mulheres mudarem para o território do dinheiro. Temos muitos dados e informações e sabemos onde chegar, mas precisamos de ações, proposições e não mais intenções", diz Fontes.

Os três principais fatores que prejudicam a carreira das mulheres, de acordo com a OIT são: desigualdade salarial, sobrecarga de atividades de cuidados e violência e assédio no trabalho. A OIT estima que, reduzindo as brechas de gênero no mercado de trabalho em 25%, o PIB mundial cresceria em US$ 5,3 trilhões até 2025.

> "A discussão sobre o cuidado não é algo à parte da sociedade produtiva"
> *Tayná Leite*

Não à toa, o W20 decidiu este ano colocar o tema entre as cinco prioridades. "Além de reforçar recomendações na parte de infraestrutura e investimento público que apoiem o cuidado, endereçar trabalho informal e falar de valorização e remuneração adequada, queremos ainda incluir a importância de medir o impacto na economia", diz Adriana Carvalho, representante do Brasil no W20.

Hoje poucos países ao redor do mundo medem o impacto dos trabalhos do cuidado não remunerado no PIB. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), se fosse contabilizado, esse trabalho teria acrescentado 13% à economia nacional nos últimos 20 anos, equivalente ao PIB do Estado do Rio de Janeiro. No mundo, a ONG Oxfam estima que as mulheres teriam contribuído com US$ 10,9 trilhões para a economia global em 2020, se recebessem um salário mínimo.

Marília Moschkovich, professora do Departamento de Sociologia (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), é enfática ao dizer que, a despeito das leis e do avanço da presença da mulher no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem com questões ideológicas e culturais. "A barreira cultural, do machismo, diz que se a mulher não cuida ou prioriza o trabalho, não ama. E que deixar o filho e a casa a cargo do pai é ruim."

Papel das empresas na valorização do cuidado

No relatório sobre economia do cuidado, o think tank Think Olga propõe o envolvimento do setor corporativo e traz recomendações

"Enquanto sociedade, precisamos da atuação responsável e ativa de empresas, contratantes e governos para que haja uma evolução possível e gradativa."

- Garantir equiparação salarial, considerando disparidades de gênero e raça entre funcionários;
- Facilitar o trabalho remoto com ferramentas de gestão, equipamentos adequados (internet, computadores, celulares) e horários flexíveis.
- Criação de uma cultura na organização que possibilite que pessoas que cuidam de casa, filhos e idosos possam gerenciar o trabalho e vida pessoal de forma equilibrada;
- Encorajar os homens a ter tempo para cuidarem de si e de suas famílias;

O Think Olga também traz sugestões ao setor público:

- Oferecer uma renda básica contínua para mães solo, pessoas transvestigeneres sem apoio familiar e outras em situação de vulnerabilidade social;
- Servir como exemplo para a sociedade, com treinamento, reforço e distribuição dos cargos relacionados ao trabalho de cuidado dentro do funcionalismo público;
- Criar políticas públicas do cuidado (e assegurar direitos trabalhistas) que protejam, visibilizem e valorizem as pessoas que atuam em trabalhos de cuidado.
- Criar ações afirmativas na educação básica e no ensino superior, com recorte de gênero e raça;

Fonte: Economia do Cuidado - Think Olga (2023)

Ela lembra que as empresas erram ao considerar a maternidade como um obstáculo para a contratação e promoção de mulheres, enquanto isso raramente acontece com os homens. A licença parental também é um dos pontos mais delicados. "Estamos bem longe do ideal de licença parental. As empresas resistem a isso porque gastar esse dinheiro encarece a mão de obra", diz.

"Países que têm licença parental continuada, olham os resultados a médio e longo prazos." No Brasil, a atual lei prevê 120 dias de licença das atividades profissionais para a mãe e apenas cinco dias para o pai.

"É preciso fazer com que o ecossistema de apoio ao cuidado seja melhor, mais eficiente e acessível", diz Moschkovich. Ela se refere ao acesso a escolas para os filhos, apoio ao cuidado de idosos, leis que garantam a licença de parentalidade igualitária, salários iguais para cargos similares, e conscientização de que o cuidado deve ser compartilhado.

Para Leite, do Pacto Global, a responsabilidade pelas atividades de cuidado "não deve ser apenas de uma ou outra pessoa do núcleo familiar, mas compartilhada entre todos, incluindo Estado e empresas". Ela cita o caso do Uruguai, referência na América Latina em políticas sobre o assunto.

Em 2015, o Uruguai deu um passo além e estabeleceu um sistema nacional integrado de cuidados, colocando a promoção do trabalho digno para os trabalhadores domésticos como um dos seus eixos prioritários. O país tem implementado políticas para promover a corresponsabilidade nos cuidados e leis que favorecem as mulheres na aposentadoria, por exemplo, como a que concede um ano de contribuição por cada filho.

A jornalista viajou a convite do Pacto Global da ONU no Brasil



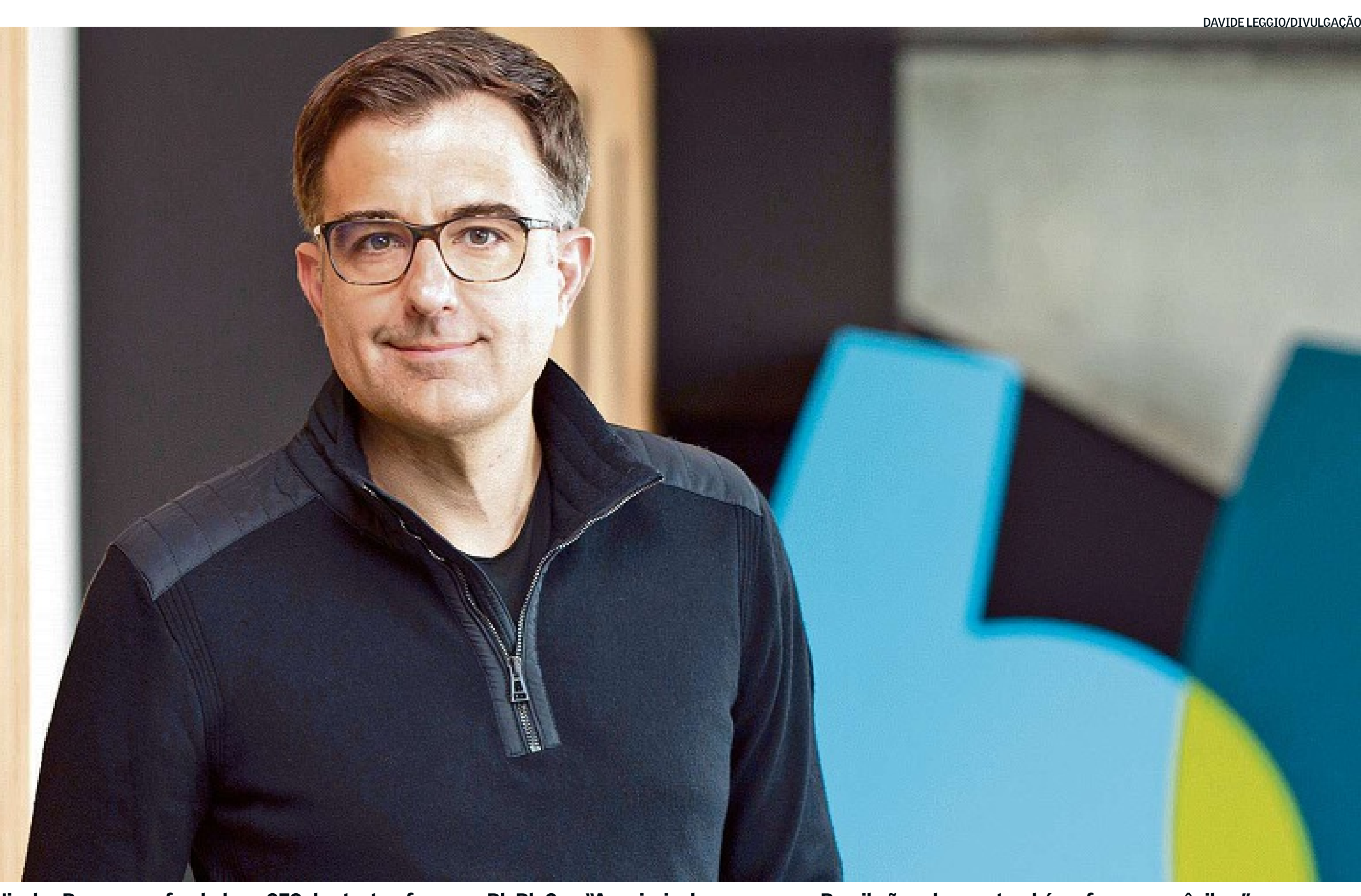
INÊS 249

Mobilidade Francesa captou € 100 milhões e deve destinar parte para a operação brasileira

Blablacar foca em aquisições no país para crescer no setor rodoviário

Cristian Favaro
De São Paulo

DAVIDE LEGGIO/DIVULGAÇÃO



Nicolas Brusson, cofundador e CEO da startup francesa BlaBlaCar: "A maioria das pessoas no Brasil não sabe que também oferecemos ônibus"

A startup francesa de mobilidade Blablacar vai destinar ao Brasil parte dos € 100 milhões levantados no mercado, com assessoria do BNP, para buscar oportunidades de aquisições em setores considerados estratégicos em todo o mundo.

Nicolas Brusson, cofundador e CEO da BlaBlaCar, disse que o foco da empresa, famosa pelas caronas, é crescer no segmento de transporte de ônibus, que em 2023 representou 23% do total de passageiros transportados. Entre seus maiores concorrentes por aqui estão marketplaces como a ClickBus e a mineira Buser.

"A maioria das pessoas no Brasil não sabe que também oferecemos ônibus. Uma aquisição (de um agregador, um marketplace, por exemplo) de companhia que já tem essa comunicação e alguns milhões de clientes faz sentido", disse, sobre a operação no país, em entrevista ao **Valor**. Desde sua fundação, em 2012, a empresa adquiriu cerca de 10 companhias. Entre elas está a russa Busfor, em 2019, que detinha a tecnologia de marketplace usada hoje pelo grupo na venda de passagens de ônibus.

O executivo disse que conversas já aconteceram com alguns grupos no Brasil, mas reconheceu que, embora esteja aberto, por aqui faria mais sentido hoje crescimento orgânico diante do momento da operação. "Não significa que não vamos considerar, mas pode ser mais crítico em outros mercados", disse. Entre as oportunidades mais prováveis estariam negócios na Índia, Turquia e México, onde as operações são menores.

> "Já temos planos no Oeste Europeu para entrar no segmento de trens"
> *Nicolas Brusson*

No Brasil, o marketplace de ônibus surgiu em 2019, mas foi no ano passado que os esforços para ampliar o negócio começaram. Hoje são 214 empresas parceiras.

O setor rodoviário está bastante agitado depois da aprovação de um marco regulatório pela Agência Nacional de Transporte Terrestres que, segundo as entrantes, teria foco de manter o poder dos operadores tradicionais. O Blablacar, ao contrário de concorrentes como a Buser e seu fretamento colaborativo (apontado como ilegal pelas tradicionais), está distante das maiores disputas.

"Fora da Europa o nosso foco é ônibus. Mas na Europa já temos planos no Oeste Europeu para entrar no segmento de trens (com o marketplace)", disse, destacando que conversas já estão em andamento por lá com operadores e que em breve novidades devem ser divulgadas.

Antes da pandemia, o grupo tinha receita de € 130 milhões, montante que subiu para € 253 milhões em 2023 – alta de 29% na comparação com o ano anterior. Os esforços nos últimos anos, segundo o CEO, foi tornar o negócio lucrativo. A empresa alcançou em dezembro 24 meses de resultado líquido positivo — a cifra não é divulgada.

"Quando um investidor empresta dinheiro, ele quer saber da sua capacidade de pagar de volta", disse, reforçando a importância de se levar o negócio para o azul e, assim, não mais depender de recursos dos acionistas.

Em 2023, a empresa transportou 80 milhões de passageiros globalmente. Apenas no Brasil, o volume de passageiros transportados no modal de carona subiu 40% no ano passado na comparação com 2022, para 13 milhões de viagens. O Brasil hoje é o maior mercado da empresa, e superou a França em número de viagens em 40% no ano passado.

> **29%**
> **foi a expansão da receita em 2023**

"Estamos investindo bastante no segmento de carona, com aumento de segurança. E temos de garantir que ele seja o mais denso possível. Quanto mais próximo do destino final, mais útil ela se torna ano usuário. Não estamos nesta fase ainda", disse. Hoje, é comum o passageiro ter de usar algum outro modal de transporte para completar a viagem.

Transpetro inaugura usina solar em São Paulo

Energia

Fábio Couto
Do Rio

A Transpetro inicia nesta quarta-feira (3) o processo de descarbonização de suas operações, ao inaugurar uma usina solar que vai abastecer com eletricidade as operações do terminal da companhia em Guarulhos. A central da subsidiária de logística da Petrobras terá 2 megawatts (MW) de capacidade instalada, o que representa a demanda de aproximadamente 600 residências, e funcionará na modalidade minigeração distribuída, que permite o uso de créditos nas contas de luz da companhia quando a geração exceder o consumo do terminal.

A energia alimentará as operações dos dutos de entrega de derivados para as distribuidoras de combustíveis e de querosene de aviação para o aeroporto internacional, entre outras atividades. A expectativa é que a empresa tenha economia de 84% nos custos com energia do terminal de Guarulhos.

A Transpetro investiu R$ 12 milhões e deve economizar R$ 1,8 milhão por ano com a central, que está instalada em área de 33 mil metros quadrados no próprio terminal da companhia. Foram instalados mais de 5 mil painéis fotovoltaicos no local.

> **84%**
> **é economia prevista na conta de luz**

A primeira central solar vai evitar a emissão de 250 toneladas de gás carbônico por ano, segundo o diretor de dutos e terminais da Transpetro, Márcio Guimarães. Ele conta que a empresa tem plano de instalar soluções renováveis em todas as demais 47 bases da companhia. "Estamos pesquisando soluções customizadas para cada uma das nossas operações", disse Guimarães ao **Valor**. "Guarulhos tem altos índices de insolação. Por outro lado, estamos presentes em regiões com baixos índices de insolação. Para elas as soluções serão diferentes", completou.

A próxima da fila, a princípio, é a base de operações de Coari (AM), que pode contar com solução híbrida, que inclui a instalação de uma bateria e de microturbinas hídricas para aproveitar a correnteza do rio. A perspectiva é que o projeto tenha início neste ano, para conclusão em 2025. As baterias, disse, se encaixam para complementar o atendimento da região, que não conta com linhas de transmissão.

A iniciativa da Transpetro de usar energias renováveis é parte do planejamento estratégico 2024-2028 da Petrobras, que envolve investimentos em geração verde nos novos projetos. Guimarães salientou que a Transpetro tem participado das discussões para a elaboração do plano 2025-2029 da controladora. A subsidiária avalia a possibilidade dos projetos para a empresa serem destacados para divulgação à parte do plano estratégico da holding.

> "Pesquisamos soluções customizadas para nossas operações"
> *Márcio Guimarães*

O terminal de Guarulhos vai contar ainda com um sistema de captação de águas pluviais para uso como água de serviço (não potável, para as operações das instalações), para reduzir ao máximo a utilização de água doce, contou o executivo. As instalações entram em operação no fim do ano. Na sequência, o sistema de captação de água será adotado no terminal de Paranaguá.

Curta

Alta nos imóveis acelera

O índice FipeZAP para venda de imóveis residenciais registrou aumento de 0,64% em março, aceleração ante os três meses anteriores. O índice utiliza dados de 50 cidades, incluindo 16 capitais. A capital com maior elevação de preço em março foi Curitiba, com alta de 1,99%. Em São Paulo, o aumento foi de 0,51%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação nacional foi de 5,54%. Em São Paulo foi menor, de 4,77%. A maior alta entre as capitais ocorreu em Maceió (14,78%). Em março, os imóveis residenciais custaram R$ 8.845 por metro quadrado, na média nacional. Os dois maiores preços estão em Santa Catarina: Balneário Camboriú, com R$ 12.903 por m², e Itapema, com R$ 12.766. Em São Paulo, o preço médio ficou em R$ 10.794.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Better Drinks Indústria de Bebidas Ltda. -** CNPJ: 40.384.304/0001-14 - Endereço: Av. Marquês de São Vicente, 576, 20º Andar, Bairro Várzea da Barra Funda - Requerente: Destilaria Bizantina Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Campos Materiais de Construções Eireli -** Endereço: Não Consta - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Cuidado & Prevenção Comércio, Consultoria e Locação de Materiais Hospitalares e Ortopédicos Ltda. -** Endereço: Não Consta - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Distrimax Ltda. -** CNPJ: 09.313.535/0001-97 - Endereço: Rua Dr. Ubaldino do Amaral, 200, Bairro Belenzinho - Requerente: Srm Exodus Prime Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Mll Comércio de Papéis Eireli Epp -** CNPJ: 20.874.860/0001-61 - Endereço: Rua Dr. Jalles Martins Salgueiro, 270, Loteamento Industrial, Mauá/sp - Requerente: Formags Gráfica e Editora Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Verdeco Indústria, Comércio e Importação de Artefatos Para Jardim Ltda. -** CNPJ: 08.031.381/0001-88 - Endereço: Av. Dr. Humberto Gianella, 707, Bairro Jardim Belval, Barueri/sp - Requerente: Place Resinas Termoplásticas Comércio, Importação e Exportação Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Vida Cirúrgica Comércio, Consultoria e Locação de Materiais Hospitalares e Ortopédicos Ltda. -** CNPJ: 37.979.892/0001-24 - Endereço: Rua Santa Cruz do Rio Pardo, 146, Bairro Americanópolis - Requerente: Casco & Campos Comércio de Produtos Esportivos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Part.b Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. -** CNPJ: 30.288.399/0001-19 - Endereço: Rua Arquiteto Marcio João de Arruda, 59, Barracões 43 e 51, Bairro Vila Reis - Administrador Judicial: Dr. Felipe Luís de Paula e Souza - Vara/Comarca: 3a Vara de Itu/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Iperglass Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Vidros Eireli -** CNPJ: 32.364.632/0001-20 - Endereço: Av. Paulo Antunes Moreira, 1881, Distrito Industrial, Iperó/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Boituva/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **J K M7 Publicidade e Marketing Ltda. ME -** CNPJ: 13.578.931/0001-13 - Endereço: Av. Francisco Rodrigues Filho, 657, Bairro Mogilar, Mogi Das Cruzes/sp - Requerente: Klebiana Alves Dos Santos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Erique Luiz Sturari Ferreira Dos Santos, Nome Fantasia e Tur e Excursões -** CNPJ: 29.810.915/0001-44 - Endereço: Rua Mecanizada Nove Mil Novecentos e Noventa e Quatro, 52, Bairro Catiapoá - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 2a Vara de Praia Grande/SP

Empresa: **Loureci Nascimento Deconto, Produtor Rural -** CNPJ: 53.965.780/0001-70 - Endereço: Estrada Bica D'água, Km 47, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Maicon Deconto, Produtor Rural -** CNPJ: 53.964.975/0001-04 - Endereço: Fazenda Estrada Fazenda Chaleira Preta, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Marcelo Deconto, Produtor Rural -** CNPJ: 53.965.625/0001-54 - Endereço: Fazenda Rodovia Mt 130, Km 35 + 36 Km À Esquerda, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Paolita Malhas Ltda. Epp -** CNPJ: 06.066.853/0001-02 - Endereço: Av. Frei Godofredo, 1053, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/sc - Administrador Judicial: Instituto Professor Rainoldo Uessler, Representado Pela Sra. Daniela Zilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Empresa: **Plastimax Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 56.201.106/0001-08 - Endereço: Rua Titicaca, 828, Bairro Jardim Reginalice, Barueri/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Rodomelo Transportes e Comércio Ltda. -** CNPJ: 26.262.272/0001-53 - Endereço: Av. Indalécio Alvarez Gonzalez, 397, Bairro Centenário - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: Vara Única de Bambuí/MG

Empresa: **Valdecir Deconto, Produtor Rural -** CNPJ: 53.967.265/0001-20 - Endereço: Estrada Bica D'água, Km 47, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Ailton de Araújo Presidente Epitácio -** CNPJ: 02.248.158/0001-00 - Endereço: Alameda Dos Martins, 11/26, Bairro Jardim Primavera, Presidente Epitácio/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Edna de Jesus Martins Araújo Supermercado -** CNPJ: 08.906.718/0001-53 - Endereço: Rua Guanabara, 19/05, Bairro Jardim Primavera, Presidente Epitácio/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Supermercado Araújo & Araújo Ltda. -** CNPJ: 10.582.853/0001-32 - Endereço: Rua Nossa Senhora Dos Navegantes, 987 e 1003, Centro, Rosana/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Supermercado Araújo & Araújo Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 10.582.853/0002-13 - Endereço: Rua Sebastião Rodrigues de Souza, 273, Distrito Floresta Azul - Vara/Comarca: 1a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Supermercado Araújo & Araújo Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 10.582.853/0003-02 - Endereço: Rua José Tarifa Conde, 1205, Bairro Jardim Estoril - Vara/Comarca: 1a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Centurion Segurança e Vigilância Ltda. -** CNPJ: 67.668.194/0001-79 - Endereço: Rua Alvarenga, 2251, Bairro Butantã - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à desistência por parte da requerente.

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
3	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	21 a 31/março/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	21 a 31/março/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	21 a 31/março/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
3	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	21 a 31/março/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	21 a 31/março/2024
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Gestão Holding diz que fase de investimentos pesados acabou e foco é ampliar retorno aos acionistas

Simpar muda e vai buscar geração de valor

Carlos Prieto
De São Paulo

Com os R$ 7 bilhões investidos em 2023, a Simpar encerrou o ciclo de grandes aportes voltados à estruturação de seus negócios e agora deve buscar maior retorno aos acionistas. O objetivo nesta nova fase é captar os ganhos de eficiência das suas oito controladas, aproveitando a estrutura que foi construída, principalmente, nos últimos cinco anos. A expectativa é que a mudança resulte no pagamento de dividendos maiores, nos médio e longo prazos, e melhore a avaliação das suas ações na bolsa.

Controlador de três empresas com papéis na B3 — JSL, Movida e Vamos — e de mais cinco de capital fechado (Automob, CSBrasil, CSInfra, Ciclus Ambiental e BBC), o grupo investiu, nos últimos três anos, perto de R$ 30 bilhões, principalmente para estruturar os negócios das companhias abertas e da Automob. Cerca de 98% desses recursos foram para compra de carros, caminhões e equipamentos. Além das 26 aquisições realizadas desde o segundo semestre de 2020 pela JSL, Movida, Vamos e Automob.

Essa estratégia de crescimento levou a companhia a uma alavancagem no fim de dezembro de 3,7 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês). Esse índice era de 3,5 vezes no fim de 2022, ano que o grupo investiu o recorde de R$ 13 bilhões.

Fernando Simões, presidente da holding, afirma que o processo de estruturação mais acelerado do grupo, iniciada em 2020 com a criação da Simpar, terminou. Os investimentos em ativos devem ser menores e a busca por aquisições, também, mas não significa que a Simpar vai deixar de procurar oportunidades, principalmente nos segmentos de transportes (JSL) e concessionárias de automóveis (Automob).

"Os últimos anos foram de construção da base. Agora vamos buscar extrair mais de todos os negócios. Parte do investimento realizado no ano passado, por exemplo, só vai gerar valor em 2024", afirmou Simões. "Acredito num capex [investimento] menor daqui para a frente, mas não significa que o grupo não continuará crescendo."

A Simpar fechou 2023 com receita líquida de R$ 35,5 bilhões, alta de 34% sobre o ano anterior. O Ebitda subiu 20% na comparação anual, para R$ 8,2 bilhões, e a receita líquida de serviços atingiu R$ 25,6 bilhões, crescimento de 36%. Mas o grupo reverteu o lucro líquido de 2022, de R$ 836 milhões, em prejuízo de R$ 280 milhões ao fim do ano passado.

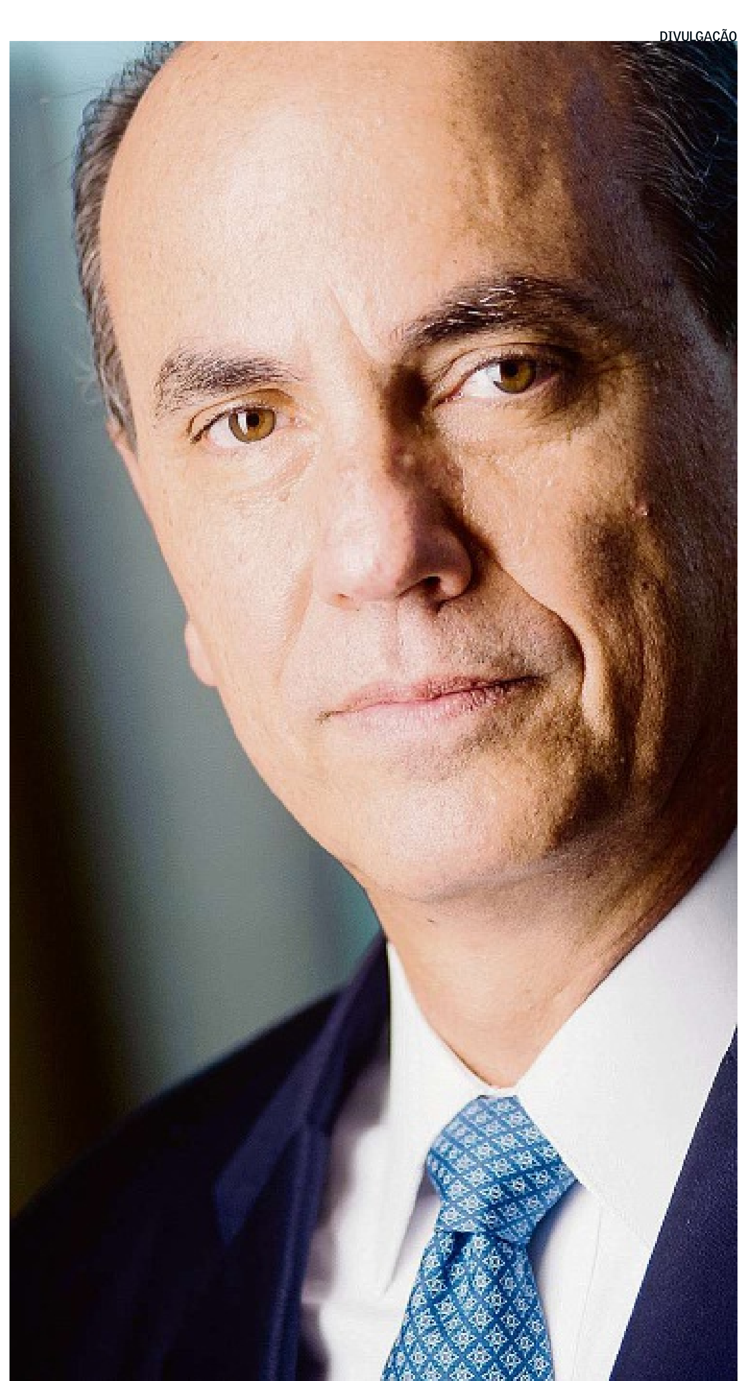
Após a publicação do balanço do 4º trimestre e o fechado de 2023 na semana passada, analistas de bancos destacaram que os números vieram dentro do esperado, mas com desempenho ainda fraco dos seminovos da Movida e maiores níveis de depreciação, além de vendas fracas de Vamos nas concessionárias em meio à desaceleração do mercado de caminhões e equipamentos. Os pontos positivos foram os desempenhos da Automob e da JSL.

> Desempenho fraco dos seminovos da Movida e vendas menores da Vamos impactaram o resultado da Simpar no 4º tri

"Olhando para o futuro, Vamos e Movida já indicaram melhoria nas performances operacionais no primeiro trimestre de 2024, o que deve beneficiar a Simpar no curto prazo. Além disso, a consolidação das atividades de gestão de resíduos não listadas do grupo, sob a recém-criada Ciclus Ambiental, também poderia abrir caminho para gerar valor nesta parte do negócio", escreveu o analista Pedro Baptista, do Jefferies.

O crescimento e bom desempenho da Automob já a colocam como candidata a estrear na bolsa. Há tempos o mercado espera por essa oportunidade. A receita bruta do braço de concessionárias de automóveis da Simpar passou de R$ 700 milhões em 2020 para R$ 9,5 bilhões no ano passado. Mas, como é de seu perfil, Simões adota discurso conservador em relação ao futuro da controlada.

"É uma opção sim [levar a Automob à bolsa]. Mas a listagem de uma companhia não pode ser o objetivo. Deve ser o resultado de uma trajetória. Nunca vamos abrir capital porque precisamos de recursos. Nem venda, nem IPO (abertura de capital), nem follow-on (oferta subsequente de ações) serão usados para reforçar capital. Temos de nos antecipar para não ter essa necessidade", afirma. O caixa do grupo no fim de 2023 era de R$ 14,8 bilhões, incluindo linhas compromissadas não sacadas.


DIVULGAÇÃO
Simões, presidente da holding: "Vamos buscar extrair mais de todos os negócios"

O esforço da Simpar em garantir maior retorno aos acionistas tem também o objetivo de valorizar suas ações. No ano, os papéis da holding caíam 26,79% até terça-feira (2), quando terminaram cotados a R$ 7,05. Nos últimos 12 meses acumulam queda de 5,49%.

Para Simões, o mercado ainda não entendeu que a Simpar é uma holding diferente. Ele defende que, ao contrário da maioria das holdings, com papel mais passivo nas suas controladas, a Simpar tem atuação mais próxima nas companhias.

"Cada empresa tem sua independência, seu presidente e sua estrutura. Tem suas metas para entregar. Mas o processo de aquisição, por exemplo, é definido pela holding. Isso evita que a direção das empresas se preocupe com isso, reduz o risco de vazamento e elimina o fator emoção", diz.

Nos últimos relatórios, BTG Pactual, XP e Bradesco BBI recomendaram compra para as ações da Simpar, com preço-alvo entre R$ 17 e R$ 18,40. O Jefferies tem recomendação neutra, com preço-alvo a R$ 11.

Para 2024, Simões acredita que a trajetória de queda da taxa de juros vai continuar. "A redução das taxas torna vários projetos viáveis, deixa as pessoas mais dispostas a assumir financiamento e os bancos passam a oferecer mais crédito." *(Colaboraram Felipe Laurence, Cristiana Euclydes e Victor Meneses)*

Aplicativos Companhia seria uma alternativa ao iFood, que domina o setor de entrega de refeições

'Delivery' das redes, Quiq deixa de operar

Daniela Braun
De São Paulo

A plataforma de entrega de refeições Quiq, criada por algumas das maiores redes de restaurantes e fast food do país para reduzir a dependência de aplicativos que dominam o setor, em especial o iFood, encerrou suas operações nesta terça-feira (2).

"Por conta de uma questão de mercado, a Quiq encerrará suas atividades", informou a rede Bob's aos franqueados, em um comunicado ao qual o **Valor** teve acesso.

Criada em junho de 2021, no auge da pandemia da covid-19, a Quiq encerrou 2022 com um prejuízo de R$ 8,8 milhões e receita líquida de R$ 365 mil, conforme o balanço mais recente divulgado pela empresa.

Entre os sócios da Quiq estão as empresas Marfrig, Domino's Pizza, Giraffas, Rei do Mate, a empresa de logística Axionlog Uruguay, a empresa de tecnologia 4all, que desenvolveu a plataforma. Também são sócias as holdings Brazil Fast Food Corporation (que opera as redes Bob's, Pizza Hut e KFC); a Bloomin' Brands (dona das marcas Outback Steakhouse, Abbraccio e Aussie Grill); o Grupo Halipar (dos restaurantes Montana Grill, Griletto, Jin Jin e Croasonho); o Grupo Trigo (controla redes como China In Box e Spoleto); e a Cia. Tradicional de Comércio (dona de redes como Bráz Pizzaria, Pirajá, Lanchonete da Cidade e Ici Brasserie).

No pedido de aprovação da Quiq enviado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2021, os sócios da joint-venture argumentaram que uma nova empresa aumentaria a concorrência no setor de entrega de refeições.

"A tentativa do grupo era ter e ser uma alternativa ao iFood ou uma redução de dependência deles", disse Paulo Solmucci, presidente-executivo da Associação Brasileira de Restaurantes (Abrasel), ao **Valor**. "É mais uma iniciativa que sucumbe ao poder de mercado do iFood".

O iFood lidera o mercado de aplicativos de delivery no Brasil, onde serviços como UberEats, 99Food e Delivery Center deixaram de atuar. Há pouco mais de um ano, em fevereiro de 2023, o iFood assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Cade, restringindo acordos de exclusividade com grandes redes de restaurantes, entre outras medidas determinadas pela autarquia para equilibrar a concorrência no mercado de "delivery".

Entre os consumidores que fazem pedidos por aplicativos, 82,2% responderam que usam o iFood, segundo uma sondagem feita pela Abrasel com o Sebrae e a Vox Populi junto a 6.300 pessoas de 60 cidades, entre abril e maio de 2023. Na sequência estão os concorrentes Rappi (9,1%), PedePronto (2,1%), Zé Delivery (1,6%) e Aiqfome (1,1%).

2021
foi quando a Quiq foi criada, na pandemia

Procuradas pelo Valor, Bob's, Domino's, Halipar e Marfrig disseram que não iriam comentar sobre o encerramento da Quiq.

"O Quiq foi fundamental para nós, do Rei do Mate, sendo uma ferramenta que atendeu plenamente às nossas necessidades", disse João Baptista da Silva Junior, diretor de franquias e expansão do Rei do Mate, em comunicado, ao **Valor**. "No entanto, agora é hora de avaliar novas opções no mercado para continuar atendendo às expectativas e necessidades dos nossos clientes".

A rede Giraffas informou que a interrupção dos serviços da Quiq não afeta suas operações e que a rede "permanece utilizando softwares proprietários para a integração de pedidos e para todas as demais atividades operacionais e comerciais da marca".

No comunicado aos franqueados, a rede Bob's informou que as lojas com operação de "delivery" deverão usar as plataformas iFood, Rappi e Chama o Bob's e que, em breve, iniciará uma nova parceria com a empresa Hyperlocal. Nesse intervalo, o Bob's informa ter fechado uma parceria com a empresa Hub Delivery, que assumirá o papel de integradora entre os sistemas de vendas das lojas e as plataformas de entregas, temporariamente.

As empresas Quiq, 4all, Grupo Trigo, Outback, Cia. Tradicional de Comércio e o Grupo Trigo não responderam até a publicação desta reportagem. ***(Colaborou Rafael Bitencourt, de Brasília)***

Alunos da UFG ganham R$ 1,5 milhão com IA

Tecnologia

Ivone Santana
De São Paulo

A Universidade Federal de Goiás (UFG) formou em março a primeira turma graduada em inteligência artificial do país, segundo a instituição. "Mais do que um curso, estamos celebrando um novo modelo", diz o professor e pesquisador Anderson Soares, coordenador científico do Centro de Excelência em Inteligência Artificial da universidade (Ceia-UFG). Isso porque, os 15 alunos receberam, juntos, R$ 1,5 milhão durante a graduação por projetos contratados por indústrias. A experiência será contada na Brazil Conference at Harvard & MIT, nos Estados Unidos, no próximo domingo.

Entre os alunos, três deles receberam individualmente mais de R$ 200 mil. Além disso, todos saíram contratados por empresas nacionais e de fora do país.

A universidade, por sua vez, arrecadou R$ 50 milhões das indústrias, em 2023, para o desenvolvimento de projetos, frente a R$ 30 milhões em 2022. Para 2024, a previsão é de R$ 60 milhões, segundo o professor.

"Hoje, temos 63 contratos ativos, de startups a empresas de grande porte", afirma o professor Soares, citando como exemplos a Cemig, Positivo Tecnologia, Natura, Falconi e Recovery, do grupo Itaú.

Por causa desse modelo de remuneração dos graduandos, o

DIVULGAÇÃO



A Universidade Federal de Goiás formou a primeira turma em IA: os 15 alunos já estão contratados por empresas

Ceia foi convidado para participar da Brazil Conference at Harvard & MIT. Trata-se da 10ª edição do evento, realizado pelo Massachusetts Institute of Technology e Harvard University, em Boston.

A conferência reúne representantes de diversos setores do Brasil como especialistas, pesquisadores acadêmicos, políticos, artistas, executivos e empresários. Tecnologia, cultura, democracia, meio-ambiente, empreendedorismo e educação são alguns dos temas discutidos. No programa, estão nomes como os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Roberto Barroso, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, o ministro do STF, Flávio Dino; o vice-presidente Geraldo Alckmin, o empresário Jorge Paulo Lemann e o Nobel de Economia Roberto Merton.

O caso da UFG será apresentado no painel Inteligência Artificial, no dia 7. Os outros especialistas nesse painel são Alexander Wang, CEO da Scale AI; Fernanda Viegas, professora de Harvard; Marcelo Mattar, professor da New York University; Luís Alberto Nogueira, CEO da CyberLabs; e Alvaro Machado, neurocientista.

Soares diz que sua palestra abordará a experiência de "formação bem-sucedida" de inteligência artificial no Brasil, por meio da UFG. O professor pretende comparar os tipos de universidade no país: a que o aluno paga pela formação, a autossustentada por impostos e a que o aluno recebe pagamento, como no caso do bacharelado de IA, em Goiás.

A UFG já começou sua quinta turma no curso de IA, com 40 alunos. No primeiro grupo de formandos havia apenas uma mulher, agora elas já são 20% dos estudantes. O professor Soares diz que está sendo feito um esforço para incluir mais mulheres no curso.

GL projeta faturar R$ 800 milhões com expansão do Anhembi

Eventos

Natália Flach
De São Paulo

São Paulo vai abrigar um distrito de entretenimento, a exemplo do The O2, em Londres, do Uber Platz, em Berlim, e do L.A. Live , em Los Angeles. O plano é do grupo francês GL Events que coloca o novo complexo do Anhembi como 'marco zero' do empreendimento. A potencial expansão dos negócios faz a companhia projetar que sua receita deve aumentar de R$ 543 milhões, em 2023, para R$ 800 milhões em 2027.

A inauguração do Anhembi renovado, marcando o fim da primeira fase de obras, está prevista para o fim de maio, quando o calendário de eventos começa com a estreia das feiras de produtos naturais NaturalTech e da agroindústria Fenagra, além da realização da Bienal Internacional do Livro e do congresso do varejo farmacêutico Abrafarma.

A GL já desembolsou R$ 53,7 milhões da outorga definida pela SPTuris, dona do local, e estima investir R$ 1,5 bilhão até 2026. A expectativa é que o complexo movimente cerca de R$ 5 bilhões por ano na cidade a partir de 2024. A empresa prevê que sua receita passe de R$ 543 milhões em 2023 — o que a colocou como a quarta maior operação do grupo no mundo, atrás da matriz na França, da China e dos Emirados Árabes — para R$ 800 milhões em 2027.

O local contará com uma arena coberta — que deve ficar pronta em 2026 —, um centro de convenções, além do pavilhão de exposições e do próprio sambódromo, que passam por reformas. Os arredores serão ocupados por restaurantes, teatros e galerias de arte. Milena Palumbo, presidente da GL no Brasil, diz que há conversas com investidores especializados em hotelaria e varejo de alimentação para ocupar as ruas do entorno.

"A GL não é apenas um operador de eventos, é um promotor de destinos. Isso acontece, porque ao qualificar o equipamento, você qualifica a cidade. Com o Distrito Anhembi, por exemplo, São Paulo pode ser sede de congressos e de shows internacionais que antes não poderiam vir para cá", diz. A arena multiuso terá capacidade para 20 mil pessoas. O espaço será gerido pela Oak View Group e pela Live Nation, que promove grandes turnês internacionais de bandas musicais como U2 e Coldplay, e produz centenas de festivais de música pelo mundo, a exemplo do Rock in Rio e Lollapalooza.

DIVULGAÇÃO



"Ao qualificar o equipamento, você qualifica a cidade de São Paulo"
Milena Palumbo

Em todo o mundo, o grupo GL teve receita de € 1,43 bilhão no ano passado, alta de 9% em relação a 2022. Essa cifra abarca a administração de 60 espaços, a organização de eventos e o fornecimento de infraestruturas temporárias como arquibancadas, tendas e geradores de energia que são alugados para convenções internacionais e torneios esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíada.

A GL desembarcou no Brasil em 2006 como fornecedora oficial dos Jogos Panamericanos. De lá pra cá, investiu R$ 1,3 bilhão no país — e prevê mais R$ 1,5 bilhão para o projeto do Distrito Anhembi. A companhia também possui concessão do São Paulo Expo e Blue Med Convention Center (SP), do Centro de Convenções Salvador (BA) e da Farmasi Arena e Riocentro, além do Lagune Barra Hotel (RJ), construído para os Jogos Olímpicos de 2016.

CEO da Disney está vencendo a batalha contra o bilionário Peltz

Gestão

Dow Jones Newswires

Nelson Peltz, o investidor ativista que quer ganhar assentos no conselho de administração da Walt Disney Co. para promover mudanças na empresa, está perdendo a luta contra o executivo-chefe (CEO), Bob Iger.

A Trian Partners, gestora de Peltz, nomeou dois candidatos ao colegiado da Disney. Com mais da metade dos votos da assembleia já computados antecipadamente, a chapa proposta pela companhia está vencendo, fontes dizem ao "The Wall Street Journal". A BlackRock, segunda maior acionista da Disney, votou por Iger. A gestora tem mais de 4% da companhia, uma fatia avaliada em US$ 9 bilhões. A T. Rowe Price também anunciou apoio à diretoria.

Peltz, que tem 1,8% da Disney, tem apoio de acionistas importantes. O bilionário tem dito que a empresa precisa aumentar a geração de caixa.

A assembleia para deliberação sobre o novo conselho da companhia será instalada nesta quarta-feira (3).

Quem está de olho na Yoox Net-a-Porter

Luxo

Adrienne Klasa e Ivan Levingston
Financial Times, de Paris e Londres

A Mytheresa, varejista de artigos de luxo na internet com sede na Alemanha, está entre as possíveis candidatas a comprar a empresa de comércio eletrônico Yoox Net-a-Porter, que tem dado prejuízo e pertence ao grupo suíço de artigos de luxo Richemont.

As empresas de private equity Bain Capital e Permira também estudam a ideia de adquirir o Yoox Net-a-Porter, segundo fontes informadas sobre o processo.

Mas as possíveis interessadas manifestam reservas a respeito de concluir a transação por causa dos prejuízos recorrentes do Yoox Net-a-Porter, que devem continuar nos próximos anos e tornam difícil fazer uma avaliação da empresa, de acordo com fontes com conhecimento do processo de venda, que é conduzido pelo Goldman Sachs.

Fontes familiarizadas com o assunto disseram que a Permira analisa a possibilidade de uma transação por intermédio da sua empresa BestSecret, um clube de varejo com sede na Alemanha.

A Richemont, também dona da joalheria Cartier e da casa de moda Chloé, está à procura de um novo comprador para a Yoox Net-a-Porter desde o fim de 2023, quando tentava vender 47,5% da Yoox à varejista rival Farfetch. A operação fracassou devido aos problemas financeiros da Farfetch.

Já faz anos que a Yoox Net-a-Porter é um problema para a Richemont, que sofre pressão de seus investidores para se livrar dela. Até o momento, o grupo suíço registrou € 1,8 bilhão em baixas contábeis da Yoox Net-a-Porter. A divisão teve prejuízos de € 128 milhões no primeiro semestre do ano fiscal corrente. "Estamos dispostos a analisar a ideia, mas não temos certeza se isto [a compra] faz sentido", disse um dos interessados.

Richemont, Permira, Bain e Goldman Sachs não quiseram comentar o assunto.

A Mytheresa não quis confirmar se está de olho na Yoox Net-a-Porter. "A Mytheresa avalia constantemente oportunidades para expandir nossos negócios, que podem incluir atividades de fusões e aquisições de vez em quando", disse.

A busca da Richemont por um novo proprietário para a Yoox Net-a-Porter se dá em meio a um processo de reavaliação sobre a viabilidade de sites de comércio eletrônico para artigos de luxo, depois da implosão de várias rivais.

Mytheresa está entre as possíveis candidatas a comprar a varejista da Richemont

Em dezembro, a Farfetch foi comprada pelo grupo sul-coreano de comércio eletrônico Coupang, enquanto corria para tentar evitar a insolvência. Em março, a Matchesfashion entrou em concordata, três meses depois de ser comprada pelo Frasers Group. Seu dono anterior, o Apax Partners, a tinha adquirido em 2017, por uma avaliação de US$ 1 bilhão.

A Richemont comprou a Net-a-Porter em 2010 e cinco anos mais tarde a fundiu com a Yoox, em uma transação tensa que levou à saída da fundadora ao Net-a-Porter, Natalie Massenet. Uma reformulação tecnológica e logística conturbada se arrastou por vários anos, a um custo de centenas de milhões de euros.

Os varejistas do comércio eletrônico de artigos de luxo tiveram muito sucesso durante a época do dinheiro fácil, pois se beneficiaram da demora das marcas de artigos de luxo em adotar a venda pela internet. As poupanças da época da pandemia de covid-19 ajudaram a criar um boom nas vendas de artigos de luxo pela internet. Mas o custo aumentou, foi preciso investir muito e o lucro não veio — o modelo entrou em colapso.

Curta

Pesquisa de confiança

Empresas de tecnologia são confiáveis para 79% dos brasileiros, mas o índice de confiança diminui para 53% quando se trata de inovações como a inteligência artificial, revela a pesquisa Edelman Trust Barometer 2024. O distanciamento entre a confiança nas corporações e no que elas produzem também é observado nos setores de saúde e consumo. Enquanto 70% dos brasileiros disseram confiar em empresas de saúde, o percentual é menor (56%) entre os que confiam em medicina genética. No setor de alimentos e bebidas, 75% confiam nas empresas, mas apenas 31% disseram confiar em alimentos geneticamente modificados. O distanciamento entre a confiança nas empresas e nas inovações reflete a proximidade do brasileiro com as marcas, e a insegurança quanto aos impactos das novidades. ***(Daniela Braun, de São Paulo)***



Estratégia Empresa investe R$ 75 milhões em melhoramento genético de cana com maior teor de fibra e com mais longevidade

Nuseed aposta em 'cana energia' para áreas pouco férteis e secas

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Nuseed, empresa de sementes do grupo australiano Nufarm, está investindo R$ 75 milhões no Brasil para desenvolver novas variedades de "cana energia" voltadas a áreas com solos pouco férteis e poucas chuvas. Diferentemente da cana convencional, a cana energia tem mais fibras e produz mais etanol e bagaço, mas menos açúcar.

Dois terços dos recursos serão destinados a pesquisas de melhoramento genético e um terço, para estruturar equipes. A previsão é que os aportes, iniciados no ano passado, continuem até 2027. Com a expectativa de lançar mais variedades, a empresa quer expandir a área com o cultivo de sua tecnologia no país em 50 vezes, segundo Ricardo Bendzius, diretor de bioenergia em cana da Nuseed no Brasil.

A companhia entrou no ramo em 2022, quando comprou a área de genética de cana da GranBio. Na época, o negócio tinha uma variedade patenteada (Vertix 3) que era cultivada por 24 usinas em 8 mil hectares no Brasil — menos 0,1% de toda a área de cana do país. Desde então, a Nuseed lançou uma nova variedade (Vertix 12) e tem 11 mil hectares plantados por 48 usinas. Até 2033, a meta é chegar a 420 mil hectares cultivados.

A equipe da estação de pesquisas da empresa em São Miguel da Barra (AL) já ganhou cinco novos pesquisadores sob a Nuseed. Com isso, a companhia espera lançar duas novas variedades em 2026 e ter ao menos um lançamento por ano nos próximos dez anos.

Hoje, o plantio das variedades Vertix 3 e Vertix 12 está concentrado na região de São José do Rio Preto, no noroeste paulista, onde os solos são mais pobres e há problema de déficit hídrico. Ao mesmo tempo, a região concentra muitas usinas que estão investindo mais em tecnologia para compensar o ambiente adverso, resultando em elevados índices de produtividade. "É uma região muito promissora", diz o executivo. A Nuseed também está otimista com a demanda em Goiás e Mato Grosso do Sul.

A adoção da tecnologia pelas usinas, porém, ainda precisa enfrentar um momento adverso, já que os preços de etanol e de bagaço para energia estão em baixa. Os preços do etanol hidratado estão 16% abaixo dos níveis do mesmo período do ano passado, segundo indicador Cepea/Esalq, e os valores mensais do PLD no submercado Sudeste/Centro-Oeste estão há dois anos abaixo de R$ 80 o MWh.

A aposta da Nuseed é que suas variedades conquistarão clientes pela possibilidade de redução de custo, afirma Bendzius. Uma soqueira de 'cana energia' garante produção por oito safras, o dobro de uma cana convencional, reduzindo o custo de reforma de canavial. Além disso, a variedade Vertix 3 da Nuseed vem entregando produção de 10 toneladas de sacarose por hectare em ambientes restritivos, acima das variedades tradicionais nos mesmos tipos de ambiente, de 8,5 toneladas por hectare.

A Nuseed aposta em um mercado com poucos competidores, mas com participação relevante. O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), principal player privado, tem variedades em 32% dos canaviais do país e aposta no desenvolvimento de uma semente de cana que pode reduzir os custos de produção do setor.

Apesar disso, a Nuseed não vê nessa tecnologia uma ameaça aos seus planos. "Num primeiro momento, o CTC deve privilegiar suas variedades, mas depois acredito que a usina poderá escolher qual genética usar na semente", avalia.

DIVULGAÇÃO

Cultivo de variedades de cana energia da Nuseed em Pirassununga (SP)

Gripe aviária avança em gado de leite nos EUA

Pecuária

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Depois de afetar milhões de aves pelo mundo, a gripe aviária de alta patogenicidade (H5N1) tem avançado sobre rebanhos de gado leiteiro nos Estados Unidos. Nesta semana, após ocorrências nos Estados americanos do Texas, Kansas e Michigan, as autoridades confirmaram casos da doença em rebanhos leiteiros no Novo México, segundo informações do Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal (APHIS), do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

Há também testes feitos em um rebanho do Estado de Idaho que aguardam análises dos Laboratórios Nacionais de Serviços Veterinários (NVSL) do país.

Quando encontrada em vacas leiteiras, a doença reduz a lactação e o apetite dos animais, além de causar outros sinais clínicos. Acredita-se que o vírus tenha chegado aos rebanhos por meio de aves silvestres contaminadas.

Do ponto de vista de mercado, o USDA afirmou que a perda de leite que ocorre em bovinos sintomáticos é, até o momento, pequena para que tenha algum impacto relevante na oferta. O órgão acredita que o quadro não deverá afetar o preço do leite ou de outros produtos lácteos. Além disso, os norte-americanos normalmente têm uma oferta de leite suficiente para atender a demanda nos meses da primavera, já que a produção costuma subir nessa época do ano.

Mesmo com as incertezas que a doença tem gerado, o mercado futuro de boi para corte permaneceu firme, um reflexo do ciclo de baixa oferta de animais nos EUA. Na bolsa de Chicago, os contratos que vencem em junho fecharam o pregão de ontem em alta de 0,59%, depois de subirem até mais que isso durante a sessão. "O quadro dos EUA é grave, mas não por causa da influenza, e sim em virtude da reduzida oferta de animais", disse o analista da Safras & Mercado Fernando Iglesias.

A agência de notícias Bloomberg informou ontem que existe o temor de que o surto de gripe aviária reduza a demanda dos consumidores por produtos lácteos. Mas, apesar dos casos em rebanhos de gado leiteiro, o Departamento de Agricultura dos EUA descartou eventuais riscos para o consumidor ou para o fornecimento comercial de leite, já que os produtos têm que passar por pasteurização antes de entrar no mercado. "Os laticínios são obrigados a enviar apenas leite de animais saudáveis para processamento antes do consumo humano", disse o USDA.

Além das infecções em bovinos, as autoridades também confirmaram um caso de gripe aviária em uma pessoa no Texas.

0,59%
foi a alta do preço do boi nos EUA

INÊS 249

Agronegócios

Por


Políticas Neri Geller defende mais recursos para comercialização e equalização dos juros para estimular produção e reduzir preços de alimentos

Agricultura quer turbinar orçamento da área em R$ 10 bi

Rafael Walendorff
De Brasília

Sem fórmula mágica para baratear os preços dos alimentos rapidamente, mas certo de que o movimento sazonal de alta nas cotações de alguns produtos vai passar em breve, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, diz que o remédio para o tema que preocupa o Planalto e respinga na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é turbinar o orçamento da área.

Com mais recursos em caixa, a Pasta quer fomentar ações de comercialização dos produtos agrícolas, como o lançamento de contratos de opção aos agricultores, e reforçar a verba destinada à equalização de juros do Plano Safra 2024/25 para incentivar o plantio de culturas como arroz, feijão, milho e trigo, aumentar a oferta dos alimentos a nível nacional e segurar os preços aos consumidores.

"Gostaríamos de aumentar em R$ 10 bilhões o nosso orçamento para comercialização e equalização de juros. Isso poderia gerar um impacto forte na economia do país, pois não é um gasto, é um investimento que devolve muitos recursos depois", diz Geller. A decisão para reforçar o caixa destinado à política agrícola só depende de vontade política, apontou o secretário, e a articulação em Brasília tem dado sinais positivos quanto ao atendimento a esse pleito.

Atualmente, o orçamento destinado aos mecanismos de compras públicas, formação de estoques e operações de sustentação de preços no Ministério da Agricultura é de R$ 757,1 milhões. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem outros R$ 292,6 milhões para a formação de estoques públicos por Aquisições do Governo Federal (AGF), totalizando pouco mais de R$ 1 bilhão. Para a equalização de juros, o governo separou R$ 1 bilhão para custeios e R$ 3,4 bilhões para investimentos sob gestão do Tesouro Nacional.

"Há dez anos, tínhamos orçamento de R$ 6 bilhões para os instrumentos de comercialização. Precisamos repor essa verba, mesmo que seja gradativamente. Mas acho que vamos conseguir avançar para R$ 3,5 bilhões ou R$ 4 bilhões para o próximo Plano Safra 2024/25", afirma o secretário.

O dinheiro pretendido é para uso em AGF para formação de estoque estratégicos e subvenção aos leilões dos prêmios para escoamento de produtos (Pep) ou equalizadores aos produtores (Pepro). Geller indicou a necessidade de um trabalho em conjunto com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para garantir essa suplementação orçamentária no Congresso, inclusive com destinação de parte dos quase R$ 60 bilhões de emendas impositivas para a rubrica da comercialização agrícola.

Durante reuniões no Palácio do Planalto em março, Neri Geller disse a Lula e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que o objetivo é impulsionar os contratos de opção, operacionalizados pela Conab. Previsto na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o mecanismo foi utilizado no passado, mas caiu em desuso quando os preços das commodities atingiram recordes.

"Precisamos colocar preço mínimo atrativo para fazer contrato de opção. Será o carro-chefe para balizar o mercado para frente", diz.

Segundo ele, o mecanismo dá uma sinalização ao mercado e garante a renda ao produtor. Os contratos deverão ser lançados antes do início do plantio desses produtos. Algumas iniciativas devem ser tomadas já na safra de inverno de 2024, no caso do trigo.

339
operações com opções foram feitas desde 2013

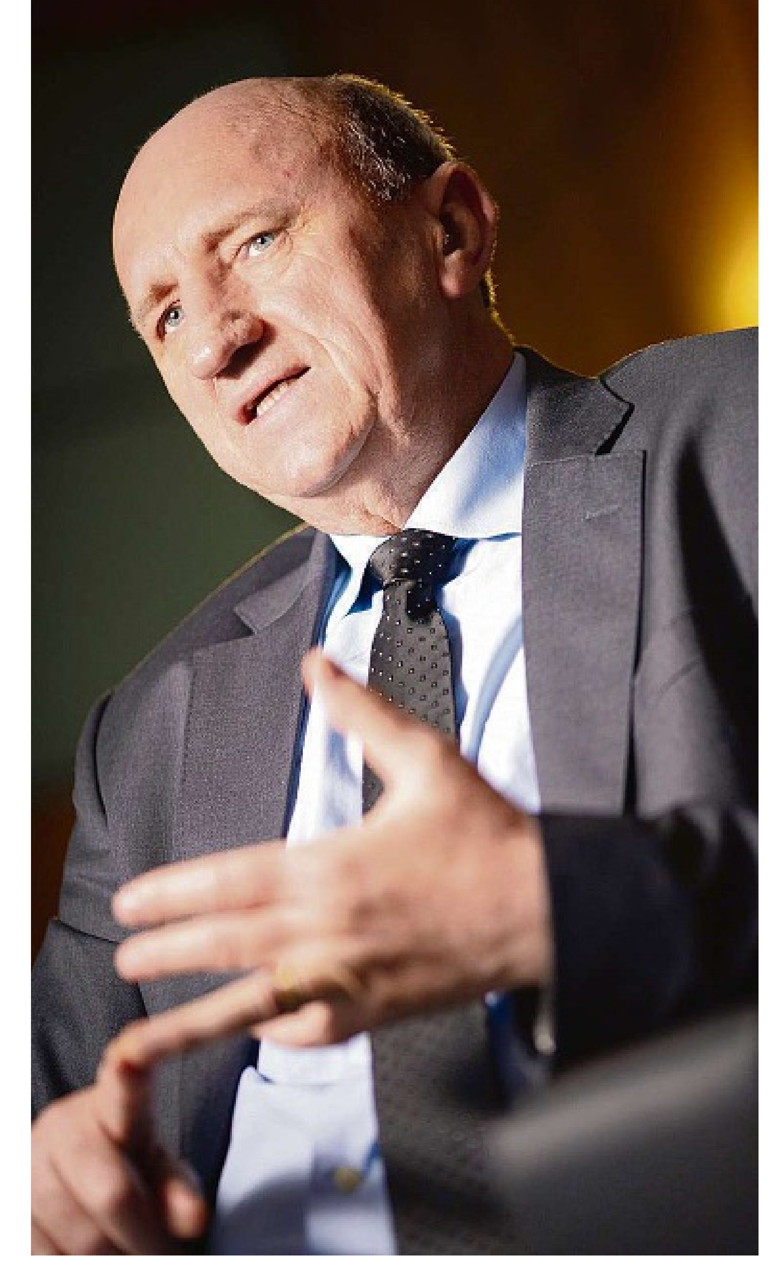
Os contratos de opções de venda pública são uma modalidade de seguro de preços que dá ao agricultor o direito de vender seu produto ao governo, em uma data futura, a um preço previamente fixado. A ferramenta é lançada quando o mercado está abaixo ou com tendência a atingir valor menor que o preço mínimo, e o governo tem interesse de sinalizar preço futuro ao mercado para incentivar o plantio e o abastecimento, explica a Conab, em resposta à reportagem.

"Se o arroz começar a cair, o produtor vai ver que tem renda por meio do contrato de opção e vai plantar mesmo assim. Fazer contrato de opção é mostrar que o governo está atento. Se o preço estiver baixo, o governo entra em operação, faz estoque público com AGF e os contratos, que o produtor tem opção de exercer ou não", observa Geller. A operação é feita por meio de leilão público no qual o produtor ou sua cooperativa arremata o direito de vender ao governo a determinado preço no futuro.

De 2013 até hoje, foram feitas 339 operações de contratos de opções pela Conab. O único produto comercializado por meio do mecanismo foi o milho, com a aquisição direta pelo governo de 2,2 milhões de toneladas no período.

Quase todo volume foi comprado de agricultores de Mato Grosso. Produtores de Minas Gerais venderam mil toneladas do cereal. As operações custaram R$ 594,4 milhões aos cofres públicos em mais de dez anos.

A estatal, presidida por Edegar Pretto, confirmou que há pedido de reforço orçamentário para implementar a ferramenta, mas não revelou o montante. "No intuito de incentivar a produção de alimentos e garantir renda ao produtor rural, o governo deverá elevar o orçamento da PGPM. O volume de recursos necessários ainda será objeto de análise em função dos produtos que serão apoiados e das condições de mercado desses produtos", afirmou, em nota.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Neri Geller: orçamento maior poderia gerar impacto positivo na economia

Juros atuais 'espantam' investimento, diz Geller

De Brasília

A estratégia de aumentar a oferta e o abastecimento de alguns produtos da cesta básica brasileira, como arroz, feijão, milho e trigo, e de baratear os preços desses itens aos consumidores também passa pela redução dos juros no Plano Safra 2024/25 e pelo direcionamento de recursos para atividades específicas, afirma o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller.

Ele citou a necessidade de estimular os investimentos em irrigação no Centro-Oeste para o cultivo de trigo e arroz, por exemplo, e de melhorar as condições para a compra de adubos no país.

"Queremos ter um Plano Safra um pouco mais direcionado para algumas culturas, bem como financiar calcário e fósforo para fazer perfil de solo, que diminui risco na questão da seca e aumenta a produtividade. Mas isso com juros baratos, não adianta ser a 12,5% porque daí não viabiliza", afirma. "Precisa ter orçamento", completa.

O objetivo também é fortalecer o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), linha acessada por avicultores e suinocultores para a incorporação de tecnologia nas propriedades. Na visão de Geller, os atuais patamares de juros espantam investimentos e os equipamentos desses produtores podem ficar obsoletos.

As propostas apresentadas pelo setor e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) indicam necessidade de quase R$ 560 bilhões em crédito rural para o ciclo 2024/25, com corte nos juros para um dígito. Alguns pedidos são por teto de 8% nas taxas para grandes produtores em operações de custeio e comercialização, de 6% para médios e 4,5% para pequenos. *(RW)*

Plantio de soja deve cair em MT na safra 2024/25

Grãos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A retração nos preços e na produtividade da soja está reduzindo a rentabilidade da cultura na safra 2023/24 e deve levar a uma queda na área plantada no ciclo 2024/25 em Mato Grosso, maior Estado produtor da oleaginosa.

De acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o custo total de produção de soja para a safra 2024/25 terá alta de 1,2% em relação ao ciclo atual, chegando a R$ 7.367 por hectare. A receita bruta esperada é de R$ 5.517 por hectare, com queda de 6,1%.

"Em linhas gerais, a perspectiva é ter redução na próxima temporada porque se mantiver o mesmo pacote de investimentos o produtor não vai conseguir rentabilizar a lavoura", afirmou a jornalistas o superintendente do Imea, Cleiton Gauer, durante evento online para atualização da safra estadual. O Imea divulga em maio a primeira estimativa de plantio.

No país, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o sistema de produção de soja e milho deve apresentar já na safra 2023/24 o maior prejuízo dos últimos 25 anos, com queda nos preços e na produtividade dos grãos.

O pesquisador do Cepea, Mauro Osaki, disse que, na safra 2023/24, a queda de 18,4% no preço médio da soja e de 18,2% na produtividade superam o efeito positivo da redução de 36% nos preços de fertilizantes e de 24% em sementes. Pelos cálculos realizados, os produtores têm prejuízo com qualquer produtividade abaixo de 50 sacas por hectare e com qualquer preço inferior a R$ 100 por saca.

Em relação à safra 2024/25, o Cepea calcula que será necessária uma produtividade de 55 sacas por hectare para cobrir os custos.

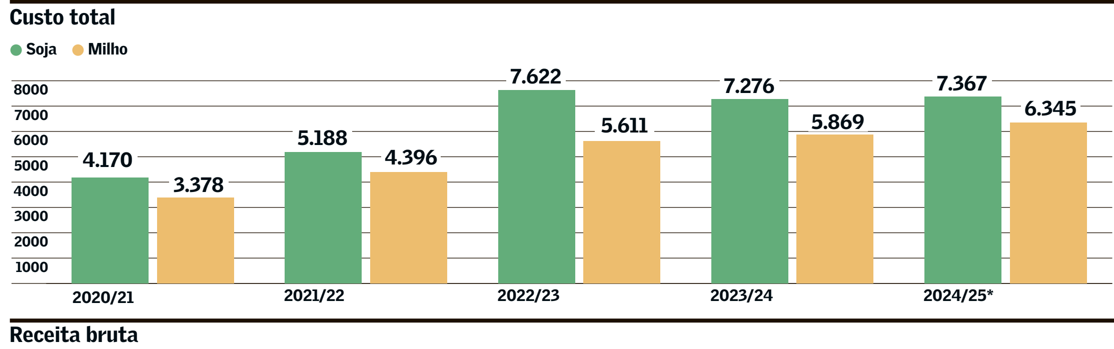
Segundo Osaki, a perspectiva para a safrinha de milho é mais positiva, mas a rentabilidade ainda é insuficiente para cobrir os prejuízos com a soja. "Considerando o preço atual de R$ 38 por saca e a produtividade média de 120 sacas por hectare, a rentabilidade é de R$ 3 por hectare", disse.

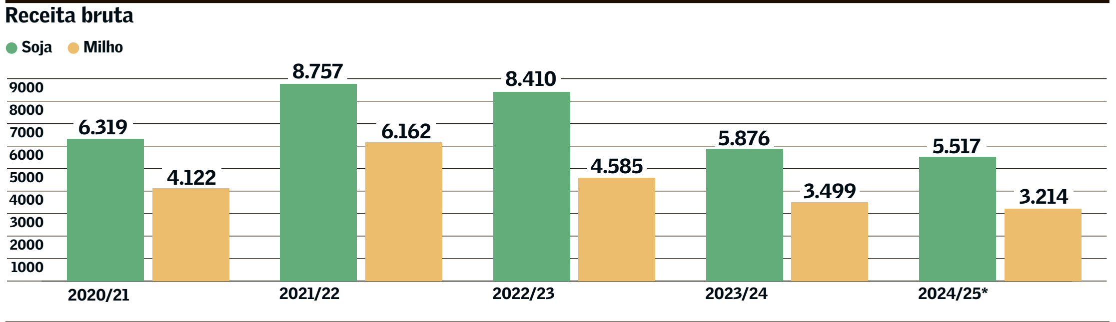
O diretor executivo da Abramilho, Glauber Silveira, declarou que a safra atual de milho está "menos esquisita" que a de soja por causa das chuvas de março e começo de abril. Mas acrescentou que os preços não pagam os custos de produção e a consequência também deve ser redução de área plantada de milho na temporada 2024/25.

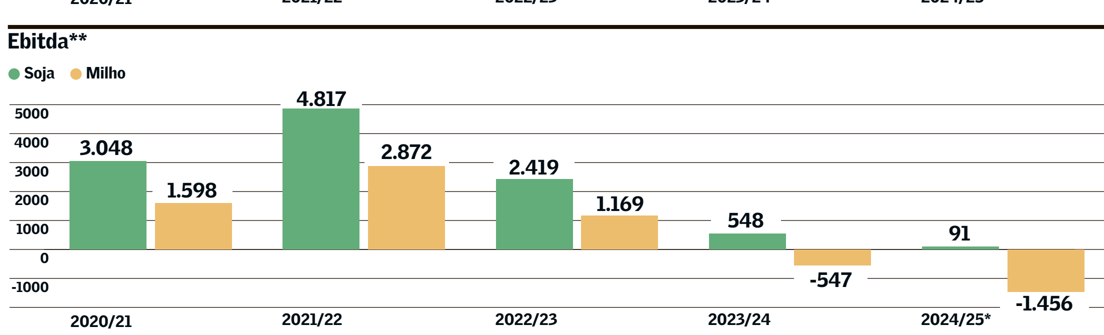
O Imea estima para a safra 2024/25 de milho em Mato Grosso um aumento de 8,1% no custo de produção, para R$ 6.345 por hectare. Já a receita bruta está projetada em R$ 3.214, com queda de 8,1%. Com o preço médio do milho a R$ 30 a saca, a safra terá resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) negativo em R$ 1.456 por hectare no próximo ciclo — na atual safra, a perda é de R$ 547,05.

Para a soja, com o preço médio da saca a R$ 94,80 e custos semelhantes aos do atual ciclo, a estimativa é de Ebitda de R$ 91,08 por hectare, considerando a produtividade média histórica de 58 sacas por hectare. Na safra 2023/24, a produtividade apurada é de 52,81 sacas por hectare, o que gera Ebitda negativo de R$ 164 por hectare, segundo o Imea.

Em queda
Evolução financeira da soja e do milho em Mato Grosso a cada safra (R$ por hectare)







Fonte: Imea. *Projeção. ** Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

"Preços atuais não pagam custos e a consequência será redução de área de milho na safra 2024/25"
Glauber Silveira

Melhoramento
Nuseed investe R$ 75 milhões em cana energia para áreas pouco férteis e secas
B7

INÊS 249

Política monetária
Para Kanczuk, do ASA, Galípolo será o novo presidente do BC e domará pressões por corte de juros C2



Renda fixa
Vibra compra prédio da sede no Rio, mas terá de pagar aluguel até 2031 C6

Crédito
Desconto de duplicata volta a crescer após crise da Americanas C3

Câmbio
Dólar segue firme acima de R$ 5 apesar de intervenção do Banco Central C2

Financiamento Instrumentos de dívida têm ganhando espaço, em detrimento do crédito do BNDES

Mercado de capitais bate nível recorde no crédito a empresas

Álvaro Campos
De São Paulo

O mercado de capitais vem ganhando importância como fonte de financiamento das empresas brasileiras e, no ano passado, alcançou participação recorde na dívida corporativa. Apesar das mudanças de governos e ciclos econômicos, esse tipo de operação tem visto sua fatia crescer no volume captado pelas companhias nas duas últimas décadas, à medida que caem a fatia do BNDES e dos bancos.

Analistas afirmam que avanços regulatórios e o chamado "financial deepening" — quando os mercados ganham mais abrangência e volume — significam que esse é um caminho sem volta. No entanto, o Brasil ainda está longe da situação de países desenvolvidos, onde essas fontes de financiamento são bem maiores que o crédito bancário.

A participação de recursos provenientes do mercado de capitais na dívida consolidada das companhias, que era de 21,5% em 2012, praticamente dobrou para 42,4% em 2023, maior patamar histórico. Os dados fazem parte de novo estudo do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe). Enquanto isso, a fatia do crédito bancário livre caiu de 42,8% para 37%, no mesmo período, e a dos recursos tomados no BNDES baixou de 28,2% para 10,2%, o menor nível desde o início da série, em 2005.

Olhando de uma forma mais abrangente, o mercado de capitais respondeu por 55,5% da captação doméstica líquida das empresas em 2023 — nesse caso, incluídas na conta não apenas emissões de títulos de dívida, como debêntures, mas também ofertas de ações. Nos últimos três anos, esse volume teve uma média de 63,1%, após cair muito em 2020 com a explosão do crédito bancário causada pelas medidas para combater os efeitos da pandemia de coronavírus.

Na primeira metade do ano passado, as operações no mercado ficaram quase paralisadas diante da crise provocada pelos casos Americanas e Light, o que explica a queda de participação em 2023. Houve uma retomada nos meses seguintes.

"O acelerado crescimento do mercado de capitais a partir de 2016 coincide com a redução da oferta de recursos subsidiados do BNDES e a queda das taxas de juros de mercado, que atingem seu nível mínimo em 2021", diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. Para ele, ao longo desse período, o BNDES deixou de ser um competidor para passar a explorar complementaridades e sinergias com os mercados de capitais.

Em 2018, entrou em vigor a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a TJLP em operações do BNDES e é referenciada em taxas de mercado.

Rocca pondera que, apesar da crescente importância das operações no mercado de capitais, o Brasil ainda está longe do que se vê em países desenvolvidos. "Nos EUA, no Japão, no Reino Unido, os mercados de capitais são quatro, cinco vezes maiores que o crédito bancário", diz. "Existem razões para acreditar os padrões de transparência e governança das empresas participantes desses mercados criam condições para aumentar a eficiência econômica da alocação de recursos, contribuindo assim para elevar a eficiência funcional do sistema financeiro brasileiro."

Desde as eleições de 2022, há receio de parte dos analistas de que o governo Lula (PT) possa novamente estimular os bancos públicos e que uma maior presença deles, especialmente do BNDES, poderia inibir as operações de mercado, como ocorreu mais fortemente entre 2012 e 2016. A gestão atual do BNDES, comandada por Aloizio Mercadante, vem sinalizando que vai ampliar os desembolsos de 1% do PIB para 2% até 2026.

Apesar disso, Claudio Gallina, diretor sênior de instituições financeiras da Fitch, afirma que houve um avanço na governança e que as administrações atuais dos bancos têm deixado claro que não farão nada que prejudique seus resultados. "Se um eventual crescimento do BNDES vai ofuscar outros mercados vai depender muito não só da expansão dele, mas do apetite dos 'players' [competidores] privados, da taxa de juros interna, do ambiente externo", diz.

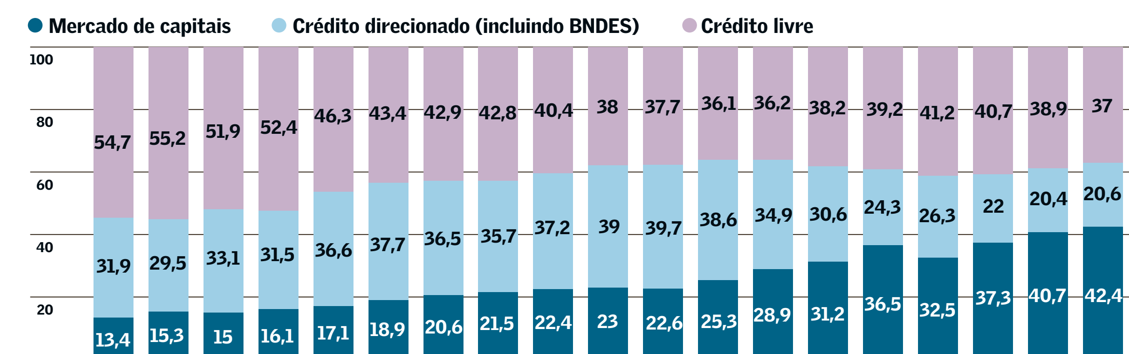
O BNDES afirma, em nota ao **Valor**, que não concorre com o mercado de capitais, e sim atua de forma complementar. No entanto, o banco ressalta que destina os desembolsos a projetos que contribuem para o aumento da capacidade produtiva do país, enquanto a maioria dos recursos do mercado de capitais são para capital de giro e refinanciamento de passivos — cerca de 60% do total. "Isso significa que a redução do BNDES e o aumento do mercado de capitais pode gerar um efeito negativo na taxa de investimento", diz.

> "Acelerada expansão dos mercados de capitais a partir de 2016 coincide com a redução da oferta de recursos do BNDES"
> *Carlos Rocca*



Gallina, da agência Fitch: é preciso reconhecer que os reguladores vêm tomando atitudes corretas na linha de incentivar os mercados de capitais

Dívida doméstica das empresas
Companhias têm acessado mais os mercados e dependido menos do BNDES



Ano	Mercado de capitais	Crédito direcionado (incluindo BNDES)	Crédito livre
2005	13,4	31,9	54,7
2006	15,3	29,5	55,2
2007	15	33,1	51,9
2008	16,1	31,5	52,4
2009	17,1	36,6	46,3
2010	18,9	37,7	43,4
2011	20,6	36,5	42,9
2012	21,5	35,7	42,8
2013	22,4	37,2	40,4
2014	23	39	38
2015	22,6	39,7	37,7
2016	25,3	38,6	36,1
2017	28,9	34,9	36,2
2018	31,2	30,6	38,2
2019	36,5	24,3	39,2
2020	32,5	26,3	41,2
2021	37,3	22	40,7
2022	40,7	20,4	38,9
2023	42,4	20,6	37

Fonte: Cemec

O banco estatal também afirma que há diferenças entre o perfil de seus desembolsos e dos feitos pelo mercado de capitais em períodos de crise. "Exemplo recente dessa distinção foi a crise das Americanas, em que houve uma aversão ao risco e o BNDES atuou de maneira decisiva na aquisição de debêntures incentivadas, com valores superiores a R$ 16,5 bilhões (cerca de 25% das emissões) no ano passado."

O BNDES ressalta que, além de adquirir os papéis como "forma de apoio financeiro às empresas", tem atuado como agente estruturador de emissões. "Dessa forma, contribui para o sucesso na atração de investidores, por meio da prestação de garantia firme, e para ancorar as emissões e dar liquidez ao mercado." Ainda assim, a atuação do BNDES no mercado de crédito privado foi alvo de críticas em algumas ocasiões, com agentes que atuam na estruturação de ofertas alegando que o banco estatal estaria ocupando um espaço que o mercado poderia preencher.

Eduardo Correia, professor do Insper, lembra que a restrição no uso da TJLP diminuiu a disponibilidade de linhas subsidiadas e, com isso, reduziu a chance de haver um "crowding out", ou seja, que empresas troquem captações privadas pelo crédito do BNDES. Ele tem uma visão semelhante à de Gallina. "Não acho que o BNDES voltará a ficar tão grande quanto era. Os mercados se desenvolveram muito no Brasil nos últimos anos. Mas tudo depende da trajetória mais longa para os juros, de ter um cenário mais claro para as empresas tomarem crédito", diz.

O economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, lembra que no ano passado os mercados de capitais foram afetados pelo caso Americanas e problemas com bancos médios nos EUA e o Credit Suisse, na Europa. "Houve um alívio no segundo semestre e a Selic começou a cair, mas ainda está em um patamar elevado".

A taxa de juros é, naturalmente, um fator que influencia a escolha das fontes de financiamento pelas empresas — e ela, por sua vez, está relacionada à trajetória da Selic. De acordo com Cemec, o custo de capital próprio das empresas tem forte correlação negativa com as ofertas de ações (-0,8642). Isso significa que, quando os juros caem, IPOs (sigla em inglês para ofertas iniciais de ações) e operações de "follow-on" (de empresas já listadas na bolsa) aumentam. A correlação com a emissão de debêntures também existe, mas é mais fraca (-0,5290).

"No período de 2012 a 2016 fatores negativos para o desenvolvimento do mercado de capitais teriam combinado grande oferta de recursos subsidiados do BNDES, dirigido principalmente para empresas grandes com condições de acesso a esse mercado, ao mesmo tempo em que ocorre aumento da taxa de juros de mercado, aumentando dessa forma o diferencial de condições favoráveis às operações do BNDES", diz o estudo.

Na visão de Gallina, da Fitch, para o Brasil chegar a um nível de importância dos mercados de capitais como nos EUA ainda há uma "caminho longo pela frente". Segundo ele, o país tem avançado em termos de arcabouço regulatório, mas ainda precisa melhorar na segurança jurídica. "É preciso reconhecer que os reguladores vêm tomando atitudes corretas nessa linha de incentivar os mercados."

> "Estudos mostram que, elevando o crédito em relação ao PIB, isso contribui para o crescimento econômico"
> *Eduardo Correia*

Correia, do Insper, ressalta que também é preciso avançar na proteção dos direitos de investidores minoritários. "Estudos do Banco Mundial mostram que, elevando o volume de crédito em relação ao PIB, isso contribui para o crescimento econômico. Óbvio que tem a questão da origem do crédito, e nisso o Brasil melhorou nos últimos anos, porque mesmo no crédito bancário os players privados têm sido mais ativos."

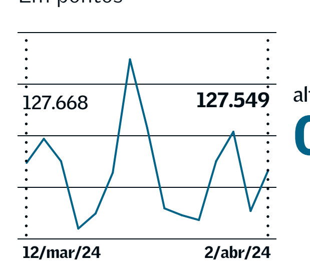
André Magalhães, sócio de consultoria financeira da Deloitte, observa que o perfil financeiro de muitas empresas mudou no pós-pandemia. Ele diz que várias tiveram acesso a crédito fácil, mas não estavam acostumadas a operar de forma tão alavancada, e agora ainda lutam para refinanciar suas dívidas. "O que a gente observa neste ano é uma continuidade de uma dificuldade geral das empresas, que estão tentando fazer a gestão de caixa, buscando produtos para refinanciar suas dívidas", afirma. "No segmento bancário há crédito disponível, mas ao mesmo tempo os bancos estão mais seletivos."

David Holanda, que também é sócio de consultoria financeira da Deloitte, aponta que muitas vezes o BNDES ou outras instituições regionais de fomento acabam entrando no mix de financiamento das empresas, ainda que com uma parcela menor. "A gente tem apoiado muitas empresas com novos investimentos e captações e às vezes alguns fundos constitucionais têm taxas 20%, 30% menores que o BDNES. Nunca é uma única fonte de financiamento, é sempre um mix, junto com os mercados de capitais. As debêntures de infraestrutura, por exemplo, têm ganhado uma relevância grande."

A pesquisa do Cemec mostra que o exigível financeiro externo das companhias chegou a recorde de US$ 372,5 bilhões em 2023. Ainda assim, Rocca afirma que o indicador não preocupa, já que o aumento recente é explicado em grande parte pela variação do câmbio e 71,1% do total são de empréstimos intercompanhias.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

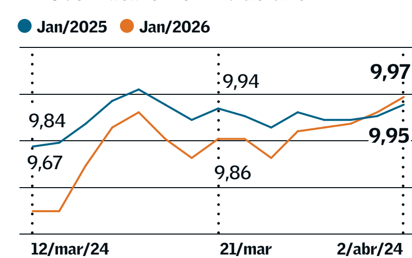


alta de **0,44%**

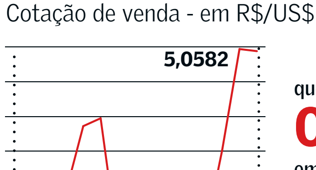
Bolsas internacionais
Variações no dia 2/abr/24 - em %

Dow Jones	-1,00
S&P 500	-0,72
Euronext 100	-0,35
DAX	-1,13
CAC-40	-0,92
Nikkei-225	0,09
SSE Composite	-0,08

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
● Jan/2025 ● Jan/2026

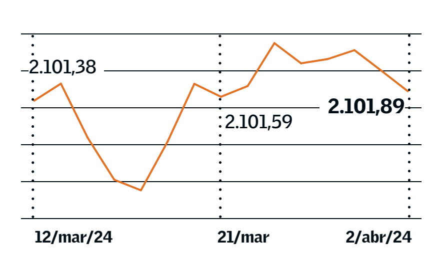


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



queda de **0,02%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio Dólar perde força globalmente em possível correção de valorização recente, mas divisa brasileira não acompanha pares apesar de swap cambial de US$ 1 bilhão

Real segue pressionado mesmo com intervenção do Banco Central

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Mesmo com intervenção do Banco Central (BC) no mercado de câmbio e com o dólar perdendo força globalmente na sessão de ontem, a moeda americana encerrou as negociações perto da estabilidade. Participantes do mercado esperavam que o real apresentasse performance melhor diante do leilão de swap cambial de US$ 1 bilhão, mas o desempenho da divisa brasileira foi apático, bem inferior aos pares da América Latina.

Terminadas as negociações, o dólar à vista fechou em queda de 0,02%, a R$ 5,0582. Nos mercados vizinhos, no fim da tarde de ontem, o dólar recuava 0,39% frente ao peso mexicano; 0,94% contra o rand sul-africano; 0,95% ante o peso chileno; e 0,79% em relação ao peso colombiano.

No exterior, a sessão foi marcada pela cautela e alguma apreensão em relação ao Federal Reserve (Fed, banco central americano) com mais dados de emprego reafirmando a resiliência do mercado de trabalho americano. Diante disso, o rendimento da T-note de 10 anos teve alta de 4,320% para 4,361%. O movimento das taxas lá fora teve reflexo nos juros futuros locais, que fecharam também em alta, com o contrato do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 saindo de 10,22% para 10,27%.

Já o índice Dow Jones registrou queda de 1%, aos 39.170,24 pontos, enquanto o S&P 500 desvalorizou 0,72%, aos 5.205,81 pontos, e o Nasdaq recuou 0,95%, aos 16.240,45 pontos. O Ibovespa, no entanto, descolou e avançou 0,44%, aos 127.549 pontos, impulsionado pelas altas firmes das ações da Petrobras e da Vale.

Apesar de uma preocupação com o Fed, houve uma distensão nos mercados globais de câmbio ontem, com alguma correção após o salto do dólar nos últimos dias. Isso, no entanto, não se refletiu no mercado doméstico. O desempenho mais fraco do real ante os pares se deu mesmo com a intervenção extraordinária do BC no mercado de câmbio. A autoridade vendeu integralmente os 20 mil contratos de swap cambial, equivalente a US$ 1 bilhão.

Operadores ouvidos pelo **Valor** disseram ter expectativas em torno de uma reação melhor do real com o anúncio do leilão extraordinário. A frustração com o desempenho da moeda, porém, pode indicar que a pressão dos vencimentos de NTN-As não foi totalmente acomodada e pode exigir mais intervenção à frente.

Na visão do sócio e diretor de investimentos da Armor Capital, Alfredo Menezes, há duas possíveis leituras sobre a intervenção do Banco Central no câmbio. "A primeira seria o BC enviar uma mensagem ao mercado", diz. "Ele percebeu que parte dos investidores estava se precavendo e se posicionando por conta do vencimento dos títulos atrelados ao dólar, e então interveio como se quisesse dizer 'não se apavorem; se algo acontecer, vou intervir'."

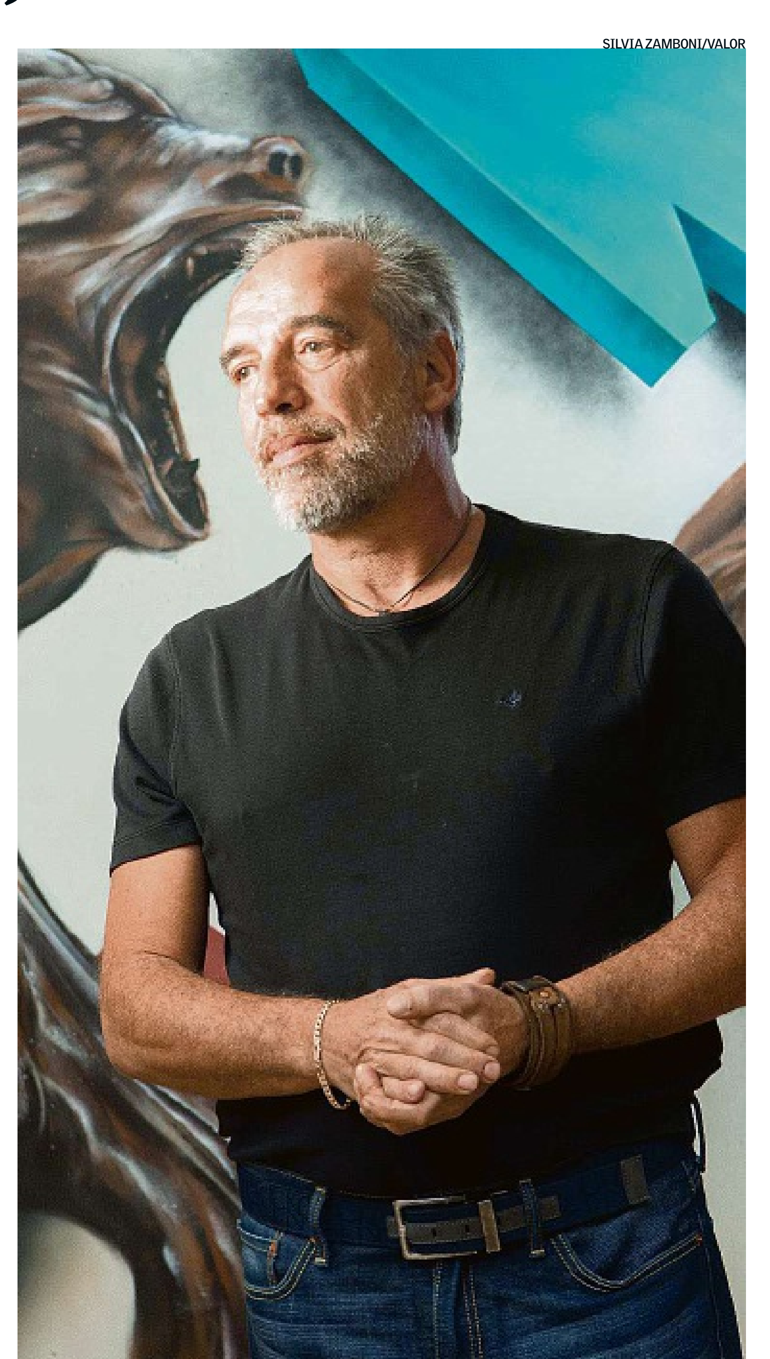
Essa primeira leitura é a que faz mais sentido para Menezes e, caso se mostre correta, o BC não deve fazer mais intervenções no câmbio. "Até porque o mercado não está e nem estava disfuncional, que é o requisito do BC do Roberto Campos Neto para tais medidas", afirma. Na noite de segunda, após o fechamento do mercado a autoridade não anunciou novos leilões extraordinários.

A segunda hipótese de Menezes é a de que a autarquia tem a percepção de que os US$ 3,6 bilhões das NTN-As irão causar distorções no mercado, mas opta por operar com cautela. Por ora, o sócio da Armor diz esperar oscilações maiores do câmbio. "Eleva a volatilidade porque fica a dúvida se o BC irá intervir mais."

Operadores disseram, ainda, que há um crescente ceticismo em relação ao bom desempenho do real. Comentários de gestores e chefes de tesourarias ontem também advogaram contra a moeda brasileira. Em evento do Bradesco BBI, por exemplo, Felipe Guerra, sócio-fundador e executivo de investimentos da Legacy Capital, e André Raduan, sócio e gestor da Genoa Capital, apresentaram dúvidas sobre o benefício do alto diferencial de juros e sobre a força do fluxo cambial. Além disso, casas como a Adam Capital adotam posições compradas em dólar contra o real.

US$ 1 bi
foi o montante em contratos de swap vendidos pelo BC

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Menezes, da Armor: câmbio não está disfuncional para ter mais intervenção

Ex-diretores veem peso de transição nos juros

Victor Rezende
De São Paulo

No momento em que o mercado tem precificado a política monetária em níveis ainda bastante restritivos, com uma Selic em torno de 9,75% neste ano, ex-diretores do Banco Central (BC) têm apontado para um ambiente em que a taxa básica de juros pode testar níveis mais baixos, mas com chances de uma redução no ritmo de flexibilização monetária a partir de junho. É o caso da ASA Investments, que projeta o juro básico em 8,5% no fim do ciclo, enquanto a Kapitalo espera uma queda da taxa a 9,5% e uma continuidade do ciclo no próximo ano, que leve a Selic a 8%.

"Eu tenho pensado em dois ciclos, o que tem a ver com a transição do BC. Óbvio que é difícil acertar o filme", diz o chefe de pesquisa da Kapitalo Investimentos, Carlos Viana de Carvalho, ao projetar uma desaceleração do ritmo de cortes a partir de junho e uma taxa de 9,5% no fim do atual ciclo, possivelmente em setembro. "E segue aberta a continuidade do ciclo no ano que vem, levando a Selic para um nível perto de 8%", afirma. As declarações foram dadas em painel sobre os rumos da política monetária durante evento do Bradesco BBI na tarde de ontem.

O cenário básico da Kapitalo parte da hipótese de que haja alguma distensão na política do Federal Reserve (Fed, BC americano) e de outros bancos centrais de mercados desenvolvidos. Assim, ainda há uma redução do diferencial de juros, mas parte é compensada pela queda de juros no exterior. E o outro fator tem ligação com a transição do comando da autoridade monetária. "O BC está comunicando que o plano de voo é parar em um nível contracionista. Acho que, depois, a pressão para que a política se torne menos contracionista vai acabar levando a uma distensão adicional."

O também ex-diretor do BC e atual diretor de macroeconomia da ASA Investments, Fabio Kanczuk, avalia que o BC promoverá mais uma redução de 0,5 ponto percentual nos juros e, depois, irá desacelerar o ritmo de corte para 0,25 ponto. "Em vez de dois ciclos, vejo um ciclo só, que vai até 8,5%", diz. "O Fed começará a cortar também, em ritmo de 0,25 ponto a cada duas reuniões e não irá atrapalhar", afirma o economista, que, contudo, vê uma inflação "meio chatinha" que fica em torno de 4%.

Durante o painel, tanto Viana quanto Kanczuk opinaram sobre a condução da política monetária no Brasil à frente e sobre a possível composição futura da diretoria da autoridade monetária. Na visão do profissional da ASA, o próximo presidente do Banco Central será o atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

"O [presidente] Lula vai ficar atazanando para jogar os juros para baixo, mas ele [Galípolo] vai resistir da melhor forma possível", na visão de Kanczuk, que, contudo, vê pouca blindagem exercida pela autonomia do BC para eventuais pressões sobre o próximo chefe do BC. "Na hora de baixar juros, vai Congresso, presidente... é fácil juntar todo mundo e pedir para abaixar juros."

Para Viana, a autonomia formal da autoridade monetária ajuda a evitar algumas pressões, mas pode influenciar o perfil de quem será indicado. "Quem for indicado vai ser [alguém] da confiança do presidente. Sou preocupado com a transição por conta disso. A autonomia protege qualquer pessoa, então a escolha do nome vai ser relevante."

Haddad discute com Campos Neto anúncio de troca de comando

Guilherme Pimenta e Gabriel Shinohara
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que tem conversado com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, a respeito da transição no comando da autoridade monetária. O mandato do atual presidente termina no fim deste ano.

Segundo o ministro, "será um processo muito natural". Campos Neto já foi consultado, informou o ministro, sobre qual o melhor momento para indicar o próximo presidente para haver a troca de comando no órgão. Após a indicação do Executivo, o Senado terá de aprovar o novo presidente do BC.

Apesar dos recentes ruídos públicos em torno da Proposta de Emenda Constitucional que confere autonomia financeira ao BC, Haddad alegou que sua relação com Campos Neto permanece boa. "Essa transição será muito diferente do que a de governo [2022 para 2023]."

Além do novo presidente, o governo ainda indicará dois novos diretores para o Banco Central. Haddad ainda disse que a relação com o BC foi "prejudicada no começo do governo por essa tensão [institucional] na transição" entre Jair Bolsonaro e Lula. "Isso foi vencido. Tenho ótima relação com o presidente do Banco Central, isso independe de nossas ideias", afirmou.

Curtas

Corte de juros no Chile

O Banco Central do Chile decidiu, por unanimidade, reduzir sua taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, a 6,5% ao ano. Foi a sexta reunião seguida em que os juros foram cortados, e o colegiado sinalizou mais reduções adiante, "em linha com o cenário-base". No entanto, o ritmo foi reduzido em relação ao corte de 1 ponto em janeiro. *(Gabriel Caldeira)*

Finanças sustentáveis

O grupo de trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 se reuniu ontem para debater a facilitação do acesso aos fundos multilaterais por países em desenvolvimento. Também abordou formas de promover justiça social e combater a desigualdade, políticas de carbono zero e relatórios de sustentabilidade para PMEs. *(Gabriela Pereira)*

'Meta de inflação não fecha com Selic a 9% e desarranja câmbio'

Adriana Cotias
De São Paulo

Com as projeções do mercado para o IPCA, entre 3,5% e 4%, e uma Selic perto de 9%, a meta de inflação para 2025 pode estar em xeque. Essa é uma discussão que pode ganhar força ao longo deste ano. O Banco Central (BC) precisa calibrar bem a política monetária sob o risco de desarranjar o câmbio e perder a batalha contra a alta dos preços na economia.

"A conta não fecha, a nossa meta é de 3%", disse André Raduan, sócio-fundador da Genoa Capital, ao participar de evento do Bradesco BBI ontem. Para ele, muitos agentes do mercado já normalizaram uma inflação entre 3,5% e 4% e se o BC referendar tal intervalo, "não vai parar nisso" e o IPCA pode ser até maior, "porque a política monetária é meio assimétrica."

Mesmo diante de pressões políticas, ele não acha que o BC de Roberto Campos Neto vá por essa direção, considerando até os integrantes mais pró-corte de juros.

Raduan imagina que em algum momento, as estimativas de inflação do mercado no boletim Focus vão estar mais perto de 4%. Prosseguir com cortes de juros com a inflação acima da meta, seria um sinal ruim. "O câmbio vai andar, as pessoas vão olhar a âncora monetária como menos poderosa."

No curto prazo, ele acha que uma Selic de 9,75%, 9,5% é razoável, mas não dá para confiar que o próximo movimento seja de queda. "Se comprar [essa tese], o câmbio sofre bem, nós [Brasil] estamos com carrego baixo, se apertar ainda mais com cara de 'bad policy', o câmbio sofre."

Embora o déficit em conta corrente esteja baixo, o país não tem atraído fluxos de capitais estrangeiros, continuou o gestor. "Não vejo grande espaço para apreciação [do real]." A visão de Raduan é que, se o dólar cai, é oportunidade de compra. Com a expectativa de um ciclo de afrouxamento monetário mais "raso" nos Estados Unidos, o fluxo estrangeiro tende a ficar longe de economias emergentes, a seu ver.

Uma redução mais forte de juros no Brasil seria um risco para o real, afirmou Carlos Woelz, sócio-fundador da Kapitalo. "Já vi inúmeros ciclos de política monetária no Brasil e nunca vi pararem em 10,25% ou 10%." O mais provável, disse, é que a Selic chegue a pelo menos 9,75% ao ano. No último encontro do Copom, o BC baixou a taxa para 10,75%.

Para Woelz, o ponto final no ciclo monetário pode ficar para o próximo presidente do BC, já que Campos Neto encerra seu mandato no fim do ano. A leitura é que a autoridade monetária pode fazer uma pausa e deixar a discussão de ajustes adicionais para 2025.

Já Felipe Guerra, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Legacy Capital, disse estar otimista com a dinâmica inflacionária ao longo do ano e em 2025. Cortes de juros em países desenvolvidos devem permitir alguma redução adicional da Selic no Brasil, avalia. A China exportando deflação também contribui para isso.

O gestor comentou que não chegou a ficar otimista com o real, com projeções que chegaram a colocar a taxa de câmbio em R$ 4,5 ou até abaixo disso em relação ao dólar. "A conta corrente está maravilhosa e o BC está intervindo no câmbio? Não parece ser tão boa assim, parece ter pouco 'upside' [potencial de valorização para o real]."

Com fluxo de dólares da safra agrícola neste mês, Guerra até vê a moeda brasileira se apreciando no curto prazo, "é uma janela para comprar dólar versus outros ativos brasileiros ou internacionais".

À medida que as taxas de juros recuem e com o canal dos títulos isentos sendo fechado, ele considera que a "hora da bolsa vai chegar", especialmente quando a Selic cruzar a fronteira de um dígito. "Em algum momento o brasileiro vai sair da febre dos isentos e alocar em bolsa, no crédito mais apimentado, como as debêntures não isentas", disse. "Estamos nos preparando para isso. O dólar é oportunidade para se proteger enquanto o fluxo não vem."

Crédito Para BC, estatísticas mostram interrupção na desaceleração dos empréstimos, mas há dúvidas sobre os rumos no restante do ano

Desconto de duplicata volta a crescer após crise da Americanas

Talita Moreira, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De São Paulo e Brasília

As operações de descontos de duplicatas e antecipação de recebíveis estão voltando à normalidade pouco mais de um ano após o escândalo que abateu a Americanas, de acordo com dados do mercado de crédito divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O estoque da modalidade encerrou fevereiro em R$ 167,014 bilhões, com alta de 1,9% num intervalo de 12 meses. É a primeira vez que o desconto de duplicatas e recebíveis cresce em bases anuais desde abril do ano passado, quando o saldo estava em R$ 161,841 bilhões, segundo o BC.

A crise da Americanas estourou em 11 de janeiro de 2023, quando a companhia revelou "inconsistências contábeis" da ordem de R$ 20 bilhões — posteriormente qualificadas pela empresa como fraude. Entre outras coisas, os problemas envolviam operações de risco sacado não contabilizadas ou publicadas de forma indevida no balanço. O nome risco sacado se refere a uma modalidade de crédito na qual há uma triangulação entre uma empresa, seus fornecedores e um banco. A instituição financeira faz a antecipação dos pagamentos aos fornecedores da empresa, e se torna credora desta. A manipulação dos números dessas operações inflava os lucros da varejista. Nas estatísticas de crédito divulgadas pelo BC, o risco sacado aparece dentro da antecipação de duplicatas e recebíveis.

O escândalo fez com que os bancos paralisassem as concessões da linha até entender se aquele era um caso específico da Americanas ou se o uso indevido do risco sacado era feito também por outras companhias. Por se tratar de uma operação recorrente, com contratos já em andamento, o impacto passou a ser visível no saldo de crédito em abril do ano passado. No fim daquele mês, a antecipação de recebíveis e duplicatas tinha um estoque de R$ 161,841 bilhões. A modalidade encolheu nos meses seguintes e bateu em R$ 154,406 bilhões em julho de 2023, menor patamar desde outubro de 2021.

Pouco a pouco, os bancos foram reabrindo as torneiras da linha após revisar processos, fazer ajustes e concluir que não havia um problema sistêmico com o risco sacado. Também contribuiu para isso o fato de que o ambiente de crédito, de forma geral, melhorou nos últimos meses de 2023. Chama atenção, no entanto, o fato de que a inadimplência da antecipação de duplicatas e recebíveis mudou de patamar desde o início de 2023. De acordo com o BC, o indicador de atrasos saltou de 0,6% em fevereiro de 2023 para 4,4% no mesmo mês deste ano. No mesmo intervalo, a inadimplência do crédito a pessoas jurídicas com recursos livres subiu de forma mais suave, passando de 2,3% para 3,3%.

As estatísticas do BC também mostram uma interrupção na desaceleração do crédito vista no segundo semestre de 2022 e em 2023. Em 12 meses até fevereiro, o saldo de crédito total subiu 8%. O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que no último trimestre de 2023 e no início deste ano, o crescimento se manteve ao redor desse patamar, diferente das taxas anteriores, que vinham em redução desde a taxa de crescimento de 17,8% em 12 meses em junho de 2022. "Tem quatro ou cinco meses em que o crescimento do saldo de crédito está estável. Interrompeu, portanto, a trajetória de redução."

> "Crédito pode ter atingido mínimo e começar uma aceleração ou eventualmente pode voltar a se reduzir"
> *Fernando Rocha*


EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO

Rocha, do BC: Quatro ou cinco meses de crescimento estável no crédito

Rocha ressaltou que essa estabilização do crescimento pode ser vista nas modalidades de pessoa jurídica, pessoa física, crédito direcionado e crédito livre. "O que vai acontecer para a frente, a gente não sabe. Pode permanecer estável por mais tempo, pode ser que esse indicador atingiu o nível mínimo e começa uma aceleração ou eventualmente pode voltar a se reduzir."

Ao mesmo tempo, mas por um período mais longo, as taxas médias de juros vêm caindo. Fevereiro foi o nono mês seguido dessa trajetória de baixa que saiu de 32,2% ao ano em maio de 2023 e chegou a 27,8% no segundo mês deste ano. Para pessoas jurídicas, a queda do pico de 21,3% ao ano em março de 2023 chegou a 18,8% no último mês de fevereiro. Já a taxa média para pessoas física saiu de 38% em maio de 2023 para 32,2% ao ano.

Em relatório, o diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, ressaltou que o crescimento anual real de crédito se consolidou "ligeiramente" em ambiente de alguma diminuição da inadimplência e taxas em queda. "Nós esperamos que as condições de crédito acelerem nos próximos meses considerando a flexibilização gradual das condições monetárias, um mercado de trabalho firme, transferências fiscais generosas e uma futura moderação da inflação".

Na comparação de fevereiro com janeiro, os saldos de crédito ficaram estáveis. Houve alta no saldo total de 0,2%, enquanto o saldo para pessoa jurídica caiu 0,2% e o de pessoas físicas subiu 0,5%. A inadimplência se manteve estável em 3,3% em relação a janeiro. Na comparação com fevereiro de 2023, a inadimplência de empresas subiu de 2% para 2,6%, enquanto a de pessoas físicas caiu de 4,1% para 3,7%.

Em relatório, o Santander afirma que as estatísticas trouxeram notícias positivas e negativas. Entre as positivas, cita que o total de empréstimos aumentou ligeiramente. Por outro lado, as concessões de crédito dessazonalizadas e ajustadas pela inflação caíram no mês. Na inadimplência, a avaliação é que "não houve grandes novidades".

BB e Bradesco elevam preço em oferta da Cielo

Álvaro Campos e Eulina Oliveira
De São Paulo

Horas antes da uma assembleia de acionistas que votaria a exigência de um novo laudo de avaliação, Bradesco e Banco do Brasil elevaram sua oferta pela Cielo, no âmbito da oferta de aquisição de ações (OPA) que deve tirar a companhia da bolsa. O ajuste não foi tão grande, de R$ 5,35 para R$ 5,60 por ação, e também foi garantido que o valor será corrigido pelo CDI até a efetiva liquidação da operação. Mais do que isso, os controladores conseguiram trazer para seu lado quatro gestoras que originalmente tinham questionado o valor oferecido (Encore, Clave, XP e AZ Quest), deixando no grupo inicial apenas duas (Ibiúna e Mantaro).

Com a surpresa da nova oferta, a AGE que votaria a exigência de um segundo laudo foi suspensa por 21 dias. Segundo acionistas, o encontro foi bastante tumultuado, com investidores pessoa física criticando a reviravolta das gestoras.

A questão toda agora gira em torno do que ocorrerá na retomada da assembleia. Para ser aprovada a exigência de um novo lado, é necessário o apoio de 50% mais 1 dos votos presentes. No encontro de ontem, estiveram presentes acionistas com 546,1 milhões de papéis. Os controladores não votam, e as gestoras que aceitaram o novo preço (que incluem ainda Vinland e Absolute) têm juntas cerca de 190,2 milhões de ações. Nos votos à distância, 294,8 milhões de ações já haviam votado favoravelmente ao segundo laudo, mas agora eles pudem mudar de ideia. "Acho que a votação vai ser muito apertada e tudo pode acontecer", comenta um gestor.

INÊS 249

Finanças

Tributação Proposta, com impacto também nos investimentos em renda fixa e de não residentes, é trecho antecipado da reforma da renda e vai ao Congresso em breve

Projeto de IR traz mudanças para empresas

Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta
De Brasília

O projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR) sobre aplicações financeiras, a ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional nos próximos dias, vai trazer mudanças que afetarão as empresas, investidores não residentes e os investimentos em renda fixa, além das aplicações em bolsa de valores — conforme mostrado pelo **Valor** na segunda-feira. É um capítulo antecipado da reforma da renda, que busca uniformizar regras e eliminar gargalos nos mercados financeiro e de capitais.

No caso das empresas, a principal novidade é permitir a dedutibilidade das perdas decorrentes de operações com derivativos com finalidade de proteção (hedge) no exterior feitas no mercado de balcão (fora das bolsas tradicionais). Atualmente, só há essa permissão para operações realizadas em bolsas, mas muitos derivativos só são negociados em mercado de balcão, o que dificulta o uso desse instrumento pelas empresas brasileiras.

O projeto vai propor que seja aplicado o mesmo tratamento tributário para os contratos negociados no mercado de balcão, desde que sejam registrados e praticados a preços de mercado. O texto também vai zerar a alíquota de imposto sobre a renda na fonte nessas operações. Ou seja, se houver perdas na operação, a empresa poderá abater na apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Se houver ganhos, poderá remeter o lucro na fonte sem incidência de IR.

Segundo técnicos do governo, a medida vai beneficiar principalmente exportadoras, que, para aplicar em hedge de derivativos no mercado de balcão, precisam utilizar suas subsidiárias. Era uma demanda antiga do setor, explica uma fonte. "A medida ainda contribuirá para o aumento das possibilidades do financiamento das empresas brasileiras por meio de instrumentos de mercado, proporcionando uma melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis e contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos", diz a exposição de motivos do projeto de lei obtido pelo **Valor**.

Outra novidade será em relação aos chamados "corporate venture capital", fundos de investimento utilizados por empresas para aplicar em startups, por exemplo. O projeto deixará claro que há tributação da variação da cota patrimonial todo mês das empresas que investem nesses fundos, computando a variação nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. Há empresas que alegam que não há essa tributação, então o texto fechará essa lacuna.

Caso o fundo tenha um bem imóvel ou participação societária, a tributação acontecerá somente na liquidação do ativo pelo fundo. "Essa previsão elimina insegurança jurídica em investimentos de empresas em fundos estruturados, como FIDC (e.g. antecipação de recebíveis) e FIP (e.g. corporate venture capital)", explica o texto da exposição de motivos do projeto.

Texto permite dedutibilidade de perdas com operação de hedge com derivativos no exterior feita em mercado de balcão

Outro capítulo tenta trazer segurança jurídica ao investidor não residente ou domiciliado em país incluído ou excluído da lista de jurisdições de tributação favorecida. A nova regra vai permitir que ele aplique o tratamento tributário do período em que seu país de domicílio não era listado dessa forma. Também haverá trechos uniformizando a aplicação do conceito de jurisdição favorecida para outros dispositivos da legislação tributária. As mudanças buscam eliminar dúvidas sobre o procedimento de migração de um regime para outro.

O governo também tenta solucionar questões enfrentadas no passado, como a inclusão de um país na lista de paraísos fiscais. No conceito de paraíso fiscal, passam a ser incluídos países que impõem sigilo a informações.

Em relação à renda fixa, o projeto consolida regras sobre títulos de crédito públicos e privados, como certificados de depósitos bancários (CDB), debêntures, notas comerciais e outros, sem trazer grandes mudanças de mérito.

Uma novidade será a dispensa de retenção de IRPF na fonte dos intermediários de derivativos, como swap. A regra valerá para bancos, corretoras, distribuidoras, seguradoras, empresas de factoring e securitizadoras. Bolsas e entidades de liquidação e compensação responsáveis por infraestruturas de mercado também serão dispensadas da retenção de IR na fonte do IRRF.

"Em todas essas hipóteses, o IRRF era mera antecipação do IRPJ, ficando mantida a incidência regular desse tributo", diz a exposição de motivos do projeto.

Bradesco vê até R$ 60 bi em ofertas de ações no ano

Álvaro Campos
De São Paulo

O Bradesco BBI está otimista com o mercado de renda variável no segundo semestre, prevendo entre 20 e 30 ofertas de ações, com o volume de operações alcançando entre R$ 40 bilhões e R$ 60 bilhões no ano todo. Do total, cinco devem ser IPOs (ofertas iniciais de ações, na sigla em inglês), mas a maior transação esperada para 2024 será mesmo o "follow-on" (oferta subsequente) da Sabesp, perto de R$ 15 bilhões.

O vice-presidente do Bradesco Bruno Boetger, responsável pela área de atacado, disse que a previsão considera um cenário em que o Federal Reserve, banco central americano, começará a reduzir os juros nos Estados Unidos em junho. "Temos inúmeros clientes se preparando para fazer ofertas, são 20 empresas prontas", disse.

Segundo ele, ofertas ancoradas por grandes acionistas, devem ser uma tônica neste ano.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 02/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.586,3622760	0,02	0,04	2,50
IRF-M	1+**	20.171,7561380	-0,09	-0,21	1,15
IRF-M	Total	18.218,9561320	-0,06	-0,14	1,54
IMA-B	5***	9.158,7835450	-0,01	-0,03	2,03
IMA-B	5+****	11.392,1964590	-0,03	-0,33	-1,83
IMA-B	Total	9.906,1872170	-0,02	-0,18	-0,01
IMA-S	Total	6.567,5301040	0,04	0,08	2,77
IMA-Geral	Total	8.075,6928380	0,00	-0,05	1,58

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	18/03	15/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,10	31,46	30,02	29,19	31,51	33,52
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	27,26	27,25	22,80	23,72	26,91	28,18
Conta garantida pré - a.a.	45,20	47,52	46,93	42,54	46,41	54,41
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,90	24,39	23,32	24,46	24,31	28,27
Vendor pré - a.a.	15,95	16,00	16,76	15,88	15,53	21,10
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,22	16,52	17,73	17,00	19,76	20,05
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,37	17,05	16,78	15,91	16,46	18,41
Conta garantida pós - a.a.	26,17	25,99	25,73	24,86	24,67	28,79
ACC pós - a.a.	8,79	8,86	8,61	9,05	8,70	8,38
Factoring - a.m.	3,32	3,34	3,36	3,33	3,32	3,65

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	02/04/24	01/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3200	5,3400	5,3100	4,8700
1 mês	-	5,3260	5,3217	5,3224	5,3203	4,6300
3 meses	-	5,3488	5,3513	5,3506	5,3568	4,5083
6 meses	-	5,3892	5,3886	5,3888	5,3879	4,0915
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	Feriado	3,9060	3,8990	3,9040	2,8840
1 mês	-	Feriado	3,9120	3,9121	3,9132	2,5469
3 meses	-	Feriado	3,9244	3,9239	3,9225	2,2357
6 meses	-	Feriado	3,9414	3,9414	3,9141	1,7124
1 ano	-	Feriado	3,6645	3,6738	3,5670	0,6816
Euribor ***						
1 mês	-	Feriado	3,830	3,855	3,817	2,915
3 meses	-	Feriado	3,902	3,892	3,938	3,038
6 meses	-	Feriado	3,858	3,851	3,912	3,341
1 ano	-	Feriado	3,675	3,669	3,744	3,622
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,37	5,38	5,36	5,38	5,38	4,54
T-Bill (3 meses)	5,35	5,35	5,37	5,36	5,38	4,76
T-Bill (6 meses)	5,29	5,23	5,31	5,31	5,30	4,76
T-Note (2 anos)	4,70	4,71	4,59	4,63	4,53	4,03
T-Note (5 anos)	4,35	4,32	4,23	4,22	4,16	3,58
T-Note (10 anos)	4,36	4,31	4,23	4,20	4,18	3,47
T-Bond (30 anos)	4,50	4,45	4,40	4,35	4,33	3,65

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,08	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,70	12,35
CDI	0,04	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,66	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,14	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,54	14,03
IMA-B	-0,18	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,01	11,81
IMA-S	0,08	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	2,77	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-0,44	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-4,95	25,74
Índice Small Cap	-1,48	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-5,50	24,13
IBrX 50	-0,24	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-4,30	24,88
ISE	-1,21	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-3,08	26,03
IMOB	-1,52	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-7,70	41,74
IDIV	0,24	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,58	27,20
IFIX	-0,05	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	2,87	23,44
Dólar Ptax (BC)	1,03	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	4,26	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	0,86	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	4,24	-1,06
Euro (BC) (4)	0,72	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	1,59	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,68	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	1,44	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	-	0,23	0,83	0,42	0,56	0,28	1,49	4,00
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 02/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,23% para o mês de março

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 27/03/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.352.005,56					-15.895,60	13.148,63	127.563,47	57.262,75
RF Indexados (2)	154.341,01	0,11	0,53	1,56	10,66	-632,69	-508,15	1.141,51	-3.410,77
RF Duração Baixa Soberano (2)	644.802,57	0,04	0,73	2,39	11,66	-6.076,89	-12.528,91	22.161,74	10.117,49
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	791.178,42	0,04	0,84	2,75	13,15	207,17	-2.375,78	16.726,98	-2.369,71
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	121.890,58	0,04	0,05	2,78	12,74	495,82	18.682,41	19.731,28	25.198,21
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.322,41	0,03	0,65	2,40	9,33	50,42	112,15	-1.761,02	-5.942,83
RF Duração Livre Soberano (2)	230.331,06	0,05	0,72	2,22	11,46	-972,80	-2.772,37	7.881,46	-8.439,37
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	678.716,14	0,05	0,76	2,45	12,15	-4.193,52	4.383,15	19.216,97	-21.076,34
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	304.849,49	0,10	0,81	2,77	14,33	703,16	11.030,52	27.240,97	78.723,03
Ações	621.425,72					26,83	-630,79	-1.894,61	23.711,79
Ações Indexados (2)	10.825,46	0,66	-0,93	-4,68	27,71	-2,23	577,97	795,79	-1.203,40
Ações Índice Ativo (2)	35.367,37	0,64	-0,31	-3,49	27,70	-16,69	9,37	-1.217,28	-3.175,59
Ações Livre	227.846,94	0,44	1,04	-0,57	31,70	3,32	-780,40	-899,28	-14.961,49
Fechados de Ações	126.281,42	0,37	0,59	-1,96	9,20	3,60	125,54	-926,79	29.219,20
Multimercados	1.656.373,23					-411,12	-8.475,25	-29.708,36	-174.776,90
Multimercados Macro	166.894,57	0,20	0,88	1,14	8,82	-180,76	-2.927,22	-9.707,86	-44.276,47
Multimercados Livre	620.116,02	0,13	31,59	32,52	45,39	486,21	339,96	1.717,65	-49.267,40
Multimercados Juros e Moedas	54.726,95	0,06	0,80	2,57	12,55	-93,51	-703,05	-1.852,81	-13.478,60
Multimercados Invest. no Exterior (2)	734.945,93	0,12	0,78	1,26	11,05	-671,85	-5.882,71	-20.716,91	-60.176,72
Cambial	5.489,44	-0,04	0,68	4,05	1,42	42,50	-307,66	-669,90	-1.388,29
Previdência	1.399.031,44					300,91	4.493,19	10.426,01	35.884,89
ETF	43.030,98					67,89	194,46	-2.210,56	-433,35
Demais Tipos	1.958.399,63					-5.087,75	1.753,29	26.854,10	26.603,24
Total Fundos de Investimentos	**7.077.356,38**					**-15.868,59**	**8.422,57**	**103.506,06**	**-59.739,12**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.544.548,74**					**1.074,28**	**-6.339,06**	**-6.512,78**	**90.249,65**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.669.344,35**					**-14.794,31**	**2.083,51**	**96.993,28**	**30.510,53**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	02/04/24	01/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	1,1747
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	1,1747
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,66
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9980
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,34
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9747
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,35	10,36	10,38	10,36	10,66	13,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,06	10,05	10,06	10,05	10,23	13,45
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,66	10,66	10,66	11,01	13,66
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,48	10,51	10,50	10,84	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,38	10,37	10,67	13,64
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,24	10,23	10,26	10,25	10,51	13,59
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,06	10,05	10,07	10,06	10,25	13,46
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	9,89	9,86	9,87	9,85	9,86	12,90

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 02/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.159,53	10,659	198.939	10,656	10,660	10,660
Vencimento em jun/24	98.353,39	10,475	45.973	10,464	10,478	10,472
Vencimento em jul/24	97.604,29	10,358	436.915	10,348	10,358	10,354
Vencimento em ago/24	96.766,62	10,235	1.149	10,225	10,240	10,240
Vencimento em set/24	95.988,70	10,122	687	10,110	10,130	10,130
Vencimento em out/24	95.246,90	10,062	512.171	10,045	10,065	10,055
Vencimento em nov/24	94.441,26	10,015	1.854	10,000	10,025	10,025
Vencimento em dez/24	93.777,29	9,992	3.739	9,965	9,990	9,990
Vencimento em jan/25	93.062,27	9,951	930.428	9,930	9,960	9,945
Vencimento em fev/25	92.313,18	9,925	1.994	9,900	9,930	9,925
Vencimento em mar/25	91.637,90	9,905	7.883	9,890	9,925	9,905
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em mai/24	5.072,95	-0,16	323.960	5.036,00	5.082,50	5.082,50
Vencimento em jun/24	5.085,50	-0,17	5	5.088,00	5.088,00	5.088,00
Vencimento em jul/24	5.099,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.115,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.128,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em mai/24	5.466,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.488,04	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.510,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em abr/24	128.009	0,40	85.625	127.100	128.160	127.755
Vencimento em jun/24	129.754	-	0	0	0	0
Vencimento em ago/24	131.564	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 02/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0469	5,0476	-0,11	1,03	4,26	-0,65
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0576	5,0582	-0,02	0,86	4,24	-0,22
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0813	5,2613	-0,17	1,02	4,24	-0,12
Euro (BC) - (R$/€)	5,4340	5,4368	0,24	0,72	1,59	-1,59
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4461	5,4467	0,23	0,68	1,44	-0,93
Euro Turismo (R$/€)	5,4982	5,6782	-0,15	0,67	1,27	-1,07
Euro (BC) - (US$/€)	1,0767	1,0771	0,35	-0,31	-2,56	-0,95
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.280,29	1,39	1,52	10,41	15,80
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.264,55	2,61	2,61	9,80	14,44

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	02/04/24	01/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	169.641,46	170.349,88	171.154,28	173.997,89	-0,42	-0,88	-2,50
Valor-Coppead Mínima Variância	96.386,47	96.079,95	96.143,88	93.533,91	0,32	0,25	3,05

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
República Federativa do Brasil	29/01/24	13/05/54	364	2.250	7,125	7,15	282,0
3R Petroleum	05/02/24	05/02/31	84	500	9,75	-	-
Ambipar (1)	06/02/24	06/02/31	84	750	9,875	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 02/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 02/04/24

Índice	02/04/24	01/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	02/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	177,33	177,92	177,78	165,54	152,10	-0,33	-0,25	7,13	16,59
S&P BNY Emergentes	330,62	331,42	327,04	312,75	294,93	-0,24	1,09	5,71	12,10
S&P BNY América Latina	213,85	212,76	215,02	225,28	186,62	0,51	-0,54	-5,07	14,59
S&P BNY Brasil	212,97	211,18	214,40	232,95	183,82	0,85	-0,67	-8,58	15,86
S&P BNY México	340,78	341,64	342,11	331,67	306,60	-0,25	-0,39	2,75	11,15
S&P BNY Argentina	208,78	212,10	211,50	178,27	114,02	-1,56	-1,28	17,12	83,12
S&P BNY Chile	146,51	146,46	147,40	162,12	177,35	0,03	-0,60	-9,63	-17,39
S&P BNY Índia	2.741,31	2.734,14	2.755,62	2.923,01	2.794,11	0,26	-0,52	-6,22	-1,89
S&P BNY Ásia	206,84	207,75	206,96	189,60	176,66	-0,44	-0,06	9,09	17,08
S&P BNY China	310,81	311,48	306,36	336,11	364,98	-0,22	1,45	-7,53	-14,84
S&P BNY Rússia	-	-	-	355,94	271,02	-	-	25,69	65,07
S&P BNY Turquia	23,29	23,29	23,46	22,45	19,55	-0,03	-0,74	3,70	19,09

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504	0,5504	0,7404
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763	0,5763	0,7764
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022	0,6022	0,8124
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990	0,5990	0,8092
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940	0,5940	0,8042
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631	0,5631	0,7632
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342	0,5342	0,7242
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517	0,5517	0,7217
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873	0,5873	0,7575
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 02/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.549	0,44	-0,44	-4,95	25,19
IBrX	53.839	0,49	-0,35	-4,62	24,74
IBrX 50	21.263	0,59	-0,24	-4,30	24,58
IEE	88.335	0,52	-0,36	-6,97	18,05
SMLL	2.223	-0,53	-1,48	-5,50	22,30
ISE	3.648	-0,09	-1,21	-3,08	24,50
IMOB	933	-0,14	-1,52	-7,70	39,58
IDIV	8.749	0,43	0,24	-3,58	27,50
IFIX	3.407	0,09	-0,05	2,87	23,38
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.269	0,55	-1,45	-8,83	26,01
IBrX	10.666	0,60	-1,36	-8,52	25,55
IBrX 50	4.212	0,70	-1,26	-8,21	25,39
IEE	17.500	0,63	-1,37	-10,78	18,82
SMLL	441	-0,42	-2,48	-9,37	23,10
ISE	723	0,03	-2,22	-7,04	25,31
IMOB	185	-0,03	-2,52	-11,47	40,49
IDIV	1.733	0,54	-0,78	-7,52	28,33
IFIX	675	0,20	-1,06	-1,33	24,19

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 02/04/24	01/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	292	288	4,0	-2,0	-53,0
África do Sul	381	368	13,0	2,0	55,0
Argentina	1.451	1.432	19,0	-1,0	-456,0
Brasil	210	208	2,0	0,0	15,0
Colômbia	270	268	2,0	1,0	5,0
Filipinas	74	69	5,0	-6,0	16,0
México	167	166	1,0	-1,0	0,0
Peru	109	105	4,0	3,0	7,0
Turquia	259	258	1,0	-8,0	-17,0
Venezuela	16.730	17.240	-510,0	-1.393,0	-7.362,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	20/03/24	353.879
set/23	340.324	21/03/24	354.373
out/23	340.247	22/03/24	354.536
nov/23	348.406	25/03/24	354.428
dez/23	355.034	26/03/24	354.374
jan/24	353.563	27/03/24	354.899
fev/24	352.705	28/03/24	355.008
mar/24	355.008	01/04/24	353.974

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	02/04/24	01/04/24	28/03/24	27/03/24	26/03/24	25/03/24
Índice	2.101,89	2.103,01	2.104,11	2.103,63	2.103,40	2.104,49
Var. no dia	-0,05%	-0,05%	0,02%	0,01%	-0,05%	0,11%
Var. no mês	-0,11%	-0,05%	0,56%	0,54%	0,53%	0,58%
Var. no ano	1,78%	1,83%	1,88%	1,86%	1,85%	1,90%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 02/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6500	36,6700	0,13760	0,13770
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0469	5,0476
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1704	36,2611	0,1392000	0,1396000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7210	0,7369
Colon (Costa Rica)	497,7400	503,8900	0,010020	0,010140
Coroa (Dinamarca)	6,9251	6,9255	0,7287	0,7289
Coroa (Islândia)	139,4700	139,6500	0,03614	0,03619
Coroa (Noruega)	10,8374	10,8404	0,4656	0,4658
Coroa (Rep. Tcheca)	23,5190	23,5290	0,2145	0,2146
Coroa (Suécia)	10,7142	10,7172	0,4709	0,4711
Dinar (Argélia)	134,2434	134,9658	0,03739	0,03760
Dinar (Kuwait)	0,3076	0,3077	16,4020	16,4096
Dinar (Líbia)	4,8435	4,8658	1,0372	1,0421
Direitos Especiais de Saque ***	1,3213	1,3213	6,6685	6,6694
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,3739	1,3745
Dirham (Marrocos)	10,0708	10,0758	0,5009	0,5012
Dólar (Austrália)***	0,6512	0,6513	3,2865	3,2875
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0469	5,0476
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4822	2,5261
Dólar (Canadá)	1,3570	1,3574	3,7181	3,7197
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,0442	6,1183
Dólar (Cingapura)	1,3510	1,3518	3,7335	3,7362
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0469	5,0476
Dólar (Hong Kong)	7,8285	7,8288	0,6447	0,6448
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5965	0,5966	3,0105	3,0114
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7374	6,8260	0,7394	0,7492
Euro (Comunidade Européia)***	1,0767	1,0771	5,4340	5,4368
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7730	2,8286
Franco (Suíça)	0,9070	0,9074	5,5619	5,5652
Guarani (Paraguai)	7350,1900	7360,4100	0,0006857	0,0006867
Hryvnia (Ucrânia)	39,2600	39,3600	0,1282	0,1286
Iene (Japão)	151,5400	151,5700	0,03330	0,03331
Lev (Bulgária)	1,8159	1,8163	2,7787	2,7797
Libra (Egito)	47,1100	47,2100	0,1069	0,1071
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000056	0,000056
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2572	1,2577	6,3450	6,3484
Naira (Nigéria)	1280,0000	1282,0000	0,00394	0,00394
Lira (Turquia)	32,0536	32,0621	0,1574	0,1575
Novo Dólar (Taiwan)	32,0450	32,0750	0,15730	0,15750
Novo Sol (Peru)	3,6980	3,6990	1,3644	1,3650
Peso (Argentina)	857,5000	857,5100	0,00589	0,00589
Peso (Chile)	975,0300	976,6300	0,005168	0,005177
Peso (Colômbia)	3836,0800	3837,5800	0,001315	0,001316
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2103	0,2103
Peso (Filipinas)	56,2800	56,3000	0,08964	0,08969
Peso (México)	16,5730	16,5830	0,3043	0,3046
Peso (Rep. Dominicana)	58,8000	59,1800	0,08528	0,08584
Peso (Uruguai)	37,8600	37,8900	0,13320	0,13330
Rande (África do Sul)	18,7810	18,7856	0,2687	0,2688
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,3455	1,3458
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001201	0,0001202
Ringgit (Malásia)	4,7520	4,7570	1,0609	1,0622
Rublo (Rússia)	92,4955	92,5045	0,05456	0,05457
Rúpia (Índia)	83,3220	83,3770	0,06053	0,06058
Rúpia (Indonésia)	15895,0000	15899,0000	0,0003174	0,0003176
Rúpia (Paquistão)	277,7500	277,9000	0,01816	0,01817
Shekel (Israel)	3,7080	3,7167	1,3579	1,3613
Won (Coréia do Sul)	1351,3700	1351,6000	0,003734	0,003735
Yuan Renminbi (China)	7,2320	7,2339	0,6977	0,6980
Zloty (Polônia)	3,9833	3,9846	1,2666	1,2672
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2258,41	0,01377	366,5142	366,5650

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	02/04/24	01/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.170,24	39.566,85	-1,00	-1,60	3,93	17,72	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.121,78	18.293,20	-0,94	-0,73	7,70	37,48	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.240,45	16.396,83	-0,95	-0,85	8,19	32,88	11.799,16	16.428,82
EUA	Nova York	S&P 500	5.205,81	5.243,77	-0,72	-0,92	9,14	26,68	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.075,10	22.185,25	-0,50	-0,41	5,33	9,83	18.737,39	22.185,25
México	Cidade do México	IPC	57.581,81	57.653,23	-0,12	0,37	0,34	6,82	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.372,71	1.355,14	1,30	2,98	14,85	18,58	1.046,70	1.372,71
Venezuela	Caracas	IBVC	58.116,66	57.672,99	0,77	4,49	0,49	100,23	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	6.634,20	6.637,91	-0,06	-0,14	7,04	24,59	5.226,93	6.643,76
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.136,64	28.273,49	-0,48	-0,81	8,38	28,49	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	Feriado	-	-	30,52	393,86	245.716,17	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.521,00	Feriado	-0,35	-0,35	8,99	11,82	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.283,13	Feriado	-1,13	-1,13	9,14	16,98	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.130,05	Feriado	-0,92	-0,92	7,78	11,03	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.325,23	Feriado	-1,22	-1,22	13,09	26,60	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.829,98	Feriado	-0,41	-0,41	3,30	0,97	3.290,68	3.849,52
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.632,86	Feriado	-1,37	-1,37	15,30	30,75	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.975,60	Feriado	-0,89	-0,89	8,65	18,88	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.393,84	Feriado	-2,00	-2,00	7,79	32,17	1.054,59	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	881,42	Feriado	-0,04	-0,04	12,02	16,56	714,05	881,78
Hungria	Budapeste	BUX	65.811,24	Feriado	0,65	0,65	8,56	55,51	42.318,34	66.455,07
Polônia	Varsóvia	WIG	82.895,60	Feriado	0,18	0,18	5,65	41,44	58.538,87	83.265,56
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.307,21	Feriado	0,43	0,43	-1,40	4,31	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.147,95	1.147,83	0,01	0,97	5,95	15,17	967,11	1.154,39
Suécia	Estocolmo	OMX	2.508,65	Feriado	-0,38	-0,38	4,61	12,81	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.595,00	Feriado	-1,15	-1,15	4,11	4,40	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.040,87	9.157,54	-1,27	-1,11	21,03	87,85	4.400,76	9.374,20
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.007,15	Feriado	-1,29	-1,29	7,00	16,30	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.429,48	Feriado	-0,14	-0,14	-3,20	-2,20	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.838,91	39.803,09	0,09	-1,31	19,05	42,07	27.472,63	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.145,80	Feriado	-0,10	-0,10	4,04	10,48	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.779,69	1.789,25	-0,53	1,84	-3,16	-16,24	1.433,10	2.158,41
China	Xangai	SSE Composite	3.074,96	3.077,38	-0,08	1,11	3,36	-6,05	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.753,16	2.747,86	0,19	0,24	3,69	11,16	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.931,52	Feriado	2,36	2,36	-0,68	-17,00	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.903,91	74.014,55	-0,15	0,34	2,30	25,28	58.991,52	74.119,39
Indonésia	Jacarta	JCI	7.236,98	7.205,06	0,44	-0,71	-0,49	6,34	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.379,46	1.379,48	0,00	0,11	-2,57	-14,28	1.356,54	1.609,17
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.466,57	20.222,33	1,21	0,85	14,14	28,98	15.370,73	20.466,57

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INÊS 249



BANCO COOPERATIVO SICOOB S. A.
CNPJ Nº 02.038.232/0001-64 – NIRE Nº 5330000552-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

O Conselho de Administração do Banco Sicoob convoca os Acionistas a reunirem-se em AGO, a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, às 08:00 (oito horas), virtualmente e/ou na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, 3º andar, em Brasília/DF, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes;

2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos;

3) Fixar a remuneração dos conselheiros de administração, dos diretores e dos membros dos Comitês de Auditoria e de Remuneração.

Nota: Os documentos obrigatórios e pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO e discriminados no art. 133, I, II, III e IV, da Lei nº 6.404/1976 foram publicados no jornal Valor Econômico no dia 27/02/2024. As propostas da ordem do dia serão disponibilizadas aos acionistas, por meio de correspondência e-mail, juntamente com a forma de participação e votação semipresencial.

Brasília/DF, 03 de abril de 2024.

Miguel Ferreira de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

TERMOPERNAMBUCO S.A.
CNPJ Nº 03.795.050/0001-09 - NIRE 33.3.0029226-8
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TERMOPERNAMBUCO S.A, ("Companhia") REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia. **PRESENÇA:** Presentes todos os membros do conselho de administração conforme abaixo assinados. **MESA:** Hugo Renato Anacleto Nunes (Presidente da mesa) e Mariana Felix Vasconcellos de Andrade (Secretária). **ORDEM DO DIA: 1 - Assuntos de deliberação: a)** Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JSCP). **DELIBERAÇÃO**: Dando início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1ª) da Ordem do Dia**, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da apresentação disponibilizada e aprovaram a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 31/03/2024, no valor de R$ 10.840.000,00 (dez milhões e oitocentos e quarenta mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, senhor Hugo Renato Anacleto Nunes, deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Hugo Renato Anacleto Nunes, Leonardo Pimenta Gadelha, Juliano Pansanato de Souza e Leila Tatiana Prazeres Costa, e por mim, Mariana Felix Vasconcellos de Andrade, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 22 de março de 2024. Confere com o original lavrado em livro competente. Mariana Felix Vasconcellos de Andrade - **Secretária**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GUARULHOS - STAP,** entidade sindical de 1º grau, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º , inscrita no CNPJ sob o nº 58.481.318/0001-11, com sede na Avenida Esperança, nº 840 - Vila Progresso - Guarulhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos estatutos, convoca todos os seus representados, sócios ou não, **SERVIDORES E TRABALHADORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS** para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Câmara Municipal de Guarulhos, na Avenida Guarulhos, nº 845 - Ponte Grande - Guarulhos/SP - CEP 07023-000, no dia 03 de abril de 2024, às 14h00 em primeira convocação e não havendo quórum, em segunda convocação às 14h30min, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** informação, discussão e deliberação sobre as mudanças no PCCS da Educação já enviadas pela Municipalidade à Câmara Municipal de Guarulhos para votação, sem prévia discussão de sua inteireza com o sindicato ou com os trabalhadores; **b)** deliberar e eventualmente aprovar a deflagração de movimento paredista, com manutenção desta assembleia em caráter permanente até término de eventual greve, que poderá, como resultado do desejo dos presentes, ser deflagrada a qualquer tempo; **c)** autorização de instauração de dissídio coletivo de greve, bem assim dar poderes para que a diretoria do Sindicato possa negociar e eventualmente formalizar acordo.

Guarulhos-SP, de 02 de abril de 2024
PEDRO ZANOTTI FILHO - Presidente



BANCO COOPERATIVO SICOOB S. A.
CNPJ Nº 02.038.232/0001-64 – NIRE Nº 5330000552-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

O Conselho de Administração do Banco Sicoob convoca os Acionistas a reunirem-se em AGE, a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, às 08:05 (oito horas e cinco minutos), virtualmente e/ou na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, 3º andar, em Brasília/DF, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) Atualizar o valor do capital social do Banco no art. 5º do Estatuto Social;

2) Consolidar o Estatuto Social.

Nota: Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nesta AGE encontram-se à disposição dos acionistas, na sede do Banco Sicoob, em conformidade com o art. 135, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

Brasília/DF, 03 de abril de 2024.

Miguel Ferreira de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª **E** 2ª SÉRIES EMITIDAS NO ÂMBITO DA **30ª (TRIGÉSIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures da Primeira e Segunda Séries em circulação objeto da 30ª (trigésima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 30ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas* Séries, para Distribuição Pública, *com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 11 de fevereiro de 2022 e aditado em 15 de março de 2022, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **26 de abril de 2024**, às **15:00 horas**, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.

2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.

3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.

4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) *Documentos à Disposição dos Debenturistas*. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.4, inciso (i) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) das respectivas séries. Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusulas 9.5.1 e 9.6.4, inciso (i) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia deverão ser tomadas em primeira convocação por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, e em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma do total das Debêntures em Circulação.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/592346900), e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido website preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP





INÊS 249

Renda fixa Construção de imóvel foi financiada por meio de CRI pulverizado nas mãos de investidores

Vibra compra sede, mas pagará aluguel até 2031

Rita Azevedo
De São Paulo

A Vibra, antiga BR Distribuidora, arrematou nesta semana em leilão seu edifício sede, localizado no centro do Rio de Janeiro. A companhia, no entanto, poderá ter que continuar pagando o aluguel do local até 2031, já que a construção do imóvel foi financiada por meio de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) que estão nas mãos de mais de mil investidores pessoa física, além de investidores institucionais.

O contrato de locação do prédio, batizado de Edifício Lubrax, foi firmado na modalidade "built to suit" (BTS). Nesse tipo de contrato, a empresa se compromete a pagar o aluguel do local por um período determinado — no caso da Vibra, o acordado foi 18 anos. A construção foi feita pela incorporadora Confidere, que cedeu os aluguéis como lastro para obter o financiamento da obra. Os CRI foram emitidos por duas securitizadoras: a Opea e a Bari.

Os termos do contrato de aluguel são contestados pela Vibra há alguns anos. Em 2021, em meio à pandemia de covid-19, a empresa tentou reduzir o valor do aluguel do imóvel, de cerca de R$ 5 milhões. Para isso, levou aos investidores dos CRI uma proposta de mudança nos termos que, na prática, significaria uma redução da remuneração. Os investidores não aceitaram.

Já em 2022, a empresa chegou a abrir um processo de arbitragem contra a Confidere para resolver o caso, mas até agora não houve uma decisão sobre o caso.

No total, há no mercado cinco CRI lastreados no contrato de aluguel, conforme levantamento da plataforma CR Data, do Clube FII, feito a pedido do **Valor**. Entre os fundos que investem nos papéis estão Fator Veritá, Rb Capital Recebíveis Imobiliários, Iridium Recebíveis Imobiliários e Banestes Recebíveis Imobiliários.

A compra do imóvel, por cerca de R$ 127,1 milhões, foi efetuada durante um pregão promovido pela Rymer Leilões na última segunda-feira. O imóvel foi a leilão após uma decisão judicial relacionada a um processo movido por credores da Confidere. Depois de o negócio ser fechado, a Opea e a Bari divulgaram comunicados ao mercado destacando que o fato de a companhia ter comprado o imóvel não significa que ela está livre do pagamento do aluguel.

"A arrematante tem plena ciência da cessão de créditos em curso, a qual foi expressamente prevista no BTS, e que serviu de lastro à emissão dos CRI, tendo declarado no âmbito do BTS que os créditos dele oriundos seriam firmes e certos", disse a Opea em fato relevante divulgado na noite de segunda-feira. Dessa forma, "a arrematação do imóvel não deve afastar as obrigações assumidas pela Vibra com relação aos créditos que serviram de lastro para a emissão."

Já a Bari disse que o lastro dos CRI é um contrato de locação atípico cujos termos e condições "são de conhecimento inequívoco" da Vibra, assim como a relação direta dos títulos de dívida com o contrato do imóvel.

Procurada pelo **Valor**, a Vibra informou, por meio de nota, que não participou da securitização e emissão dos CRI. "Essa operação financeira ocorreu entre a locadora e a securitizadora, à época do financiamento do projeto".

A companhia afirmou que foi intimada sobre a realização do leilão judicial do Edifício Lubrax nos autos da ação de execução proposta pelo espólio de José Rômulo Dantas em face da Confidere e ressaltou que não é parte na referida ação, "tendo participado do leilão assim como seria possível a qualquer pessoa."

Guilherme Champs, advogado do escritório Champs Law, avalia que, independentemente da compra do prédio, a companhia deve continuar arcando com o pagamento dos aluguéis. "Enquanto não for desfeito, o contrato de BTS deve ser cumprido porque existem credores e expectativas reais dentro do mercado de capitais de recebimento desse aluguel", explica.

Procuradas, as securitizadoras Opea e a Bari disseram que só irão se manifestar por meio de comunicado ao mercado ou fato relevante. A reportagem tentou contato com a Confidere, mas não obteve resposta.

DIVULGAÇÃO



Contrato do Edifício Lubrax, firmado no modelo "built to suit", prevê pagamento de aluguel por 18 anos

Título privado ganha espaço na carteira dos brasileiros

Julia Lewgoy
De São Paulo

Apesar de a maioria dos brasileiros desconhecer investimentos e de a poupança ainda ser a aplicação favorita, os títulos privados e as moedas digitais estão conquistando espaço entre a população, apontou a sétima edição do estudo "Raio X do Investidor Brasileiro", feito pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e pelo instituto de pesquisas Datafolha.

As entidades perguntaram para uma amostra de quase 6 mil brasileiros de classes sociais e regiões variadas sobre quais investimentos eles utilizam. A maioria (57%) dos entrevistados afirma que não conhece investimentos ou não utiliza, menos gente em comparação ao ano anterior (58%). A segunda maior fatia (25%) diz que investe na poupança, menos do que no levantamento passado (26%).

Já o terceiro maior grupo (5%) afirma que investe em títulos privados (como CDBs, COEs, debêntures, LCAs e LCIs), mais gente do que no ano anterior (4%). Esses títulos de renda fixa registraram aumento pela segunda pesquisa consecutiva.

Em quarto lugar (4%), ficam empatados a compra e a venda de imóveis, os fundos de investimentos e as moedas digitais. A parcela que investe em imóveis e fundos seguiu igual, mas a população que investe em criptomoedas avançou em comparação ao ano anterior (3%). Os criptoativos evoluíram na pesquisa pela segunda vez seguida.

Ainda segundo a pesquisa, 3% dos brasileiros deixam o dinheiro em casa ou "no colchão" e 2% investem em ações, planos de previdência privada ou Tesouro Direto. Entre esses produtos, os únicos que mostraram crescimento foram os papéis do Tesouro Direto, que eram usados por apenas 1% na edição passada. Além disso, 1% dos entrevistados investem em moedas ou ouro.

Marcelo Billi, superintendente de sustentabilidade, inovação e educação da Anbima, afirma que boa parte dos brasileiros que investem na poupança usa a caderneta como conta corrente ou para deixar dinheiro guardado. Ele diz que o que os brasileiros entendem como poupança eventualmente são contas remuneradas em que o saldo rende dinheiro em bancos digitais.

"A palavra poupança significa mais do que a caderneta", afirma. "A poupança tem um papel pedagógico de preparar as pessoas para o mundo dos investimentos. Acho que ela não perderá relevância como uma ferramenta de organização para a maioria dos brasileiros. As pessoas sabem que outros investimentos são melhores, mas estão se organizando", diz.

Na análise de Billi, muitos fatores contribuem para a disseminação de investimentos além da poupança, como a sofisticação do mercado financeiro, a procura de investidores por aplicações mais rentáveis em momentos de menores juros e o fenômeno dos influenciadores digitais, que popularizaram a conversa sobre aplicações financeiras nas redes sociais.

Ele avalia que a busca de investimentos além da poupança é uma tendência maior entre os jovens. "As moedas digitais são um fenômeno e a conversa sobre bitcoin ficou muito popular nas redes sociais. Já os títulos privados como os CDBs costumam ser o investimento número um quando o brasileiro deixa a poupança", afirma. "Eles são vendidos com a propaganda de renderem mais e serem seguros, e a ideia de emprestar dinheiro para o banco é compreendida com facilidade maior em relação a outros investimentos, como os fundos", diz.

O estudo mostrou também que 37% dos brasileiros investem em produtos financeiros, um percentual levemente acima do ano anterior (36%) e maior do que há dois anos (31%). O restante da população não guarda dinheiro ou não usa produtos financeiros para guardar dinheiro.

"Títulos privados costumam ser o investimento número um quando o brasileiro deixa a poupança" *Marcelo Billi*



Leia a reportagem completa no site
www.valorinveste.com

Howard Marks afirma que 'usa, mas não investe' em IA

Sérgio Tauhata
De São Paulo

"Não investimos em inteligência artificial [IA]", afirmou o cofundador e copresidente da Oaktree, Howard Marks, que participou ontem de evento do Bradesco BBI. Autor de vários livros sobre investimentos, o especialista ficou famoso por seus memorandos nos quais comenta questões ligadas aos mercados e ciclos econômicos. As análises do executivo são acompanhadas de perto por grandes investidores, que incluem figuras como a do lendário Warren Buffett.

Marks comparou o momento atual das ações de tecnologia e, especificamente das companhias ligadas à IA, com a bolha de internet na virada do milênio. "Em 1999, o mantra era: a internet mudará o mundo. Portanto, qualquer empresa envolvida com a internet ou comércio eletrônico podia ser extremamente valiosa. Na bolha tecnológica [dos anos 2000], a maioria das ações relacionadas com a internet caíram mais de 99%. A propósito, a maioria das bolhas envolve algo novo."

Um investidor questionou se é possível acertar nos alvos, no momento em que uma bolha está no auge. "Como se joga esse jogo das novidades? A resposta é: você não pode. As bolhas são irracionalmente altas. Os preços dos ativos não têm valor tangível."

O cofundador da Oaktree reconheceu o valor e a importância da tecnologia. "Estamos usando IA em nossos processos principalmente para organizar dados. Esse é o melhor uso no momento. Mas não estamos investindo nem em IA, nem em tecnologia", disse.

Segundo Marks, "essa é a natureza dos modismos e das bolhas: quando se pensa que todos terão sucesso". Conforme o especialista, "o fato de que muitas pessoas terão sucesso faz com que pareça que todos [os investimentos] valem muito, como se fossem um bilhete de loteria".

O copresidente da Oaktree também falou sobre o momento atual da política monetária dos EUA. "As taxas de juros não estão altas", afirmou. "Quero deixar claro que as taxas de hoje não são altas. Estão mais altas do que nos últimos 10 anos, mas não são altas [se comparadas à média] no período da minha história com investimentos." O gestor lembrou que, há 55 anos, quando começou na indústria, "a taxa dos 'Fed funds' era de 9,25% e então [a faixa atual entre 5% e 5,25%] não é alta". Em sua visão, as taxas foram elevadas para acabar com a inflação, como resultado dos grandes estímulos concedidos para combater os efeitos da pandemia. Ele afirma que os juros americanos devem estacionar entre 3% e 3,5% no fim do ciclo de corte e "esse será o intervalo normal daqui para frente". Para ele, o "ponto mais importante é que não vamos voltar a zero ou 0,5%".

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Marks, da Oaktree: "Como se joga o jogo das novidades? Resposta: você não pode"

Eficiência tributária e alocações em FIDC

Palavra do gestor



Pedro Breviglieri

Nos últimos meses, uma série de mudanças regulatórias movimentaram o mercado de capitais, visando reformar a estrutura tributária e o ambiente regulatório de alguns produtos financeiros. Essas mudanças impactaram diretamente produtos que ofereciam vantagens tributárias, como fundos exclusivos, certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA), os quais passaram por ajustes significativos em suas normas. Entretanto, diante dessa reconfiguração, investidores e originadores têm buscado alternativas, o que deve acelerar o crescimento do mercado de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que já vinha em franca ascensão.

O mercado de crédito estruturado demonstrou uma evolução notável nos últimos anos, e os FIDC são um bom exemplo dessa tendência. De acordo com dados da Anbima, de dezembro de 2013 a dezembro de 2023, o mercado de FIDC registrou uma taxa média anual de crescimento de 11%, alcançando um patrimônio líquido (PL) de R$ 442 bilhões ao final de 2023. Esse crescimento, que ganhou impulso principalmente a partir de 2019, foi brevemente interrompido no início da pandemia, mas retomou seu ritmo acelerado a partir de 2021.

Um olhar comparativo entre o mercado de FIDC e a indústria de fundos de investimento como um todo revela uma expansão impressionante. Enquanto o patrimônio líquido consolidado da indústria de fundos cresceu 1,6 vez ao longo da última década, o do mercado de FIDC multiplicou-se por 2,7 vezes no mesmo período.

Com as mudanças regulatórias recentes, o crescimento do mercado de FIDC pode se acelerar ainda mais nos próximos anos, pelas razões que explicamos melhor a seguir.

Tributação de fundos exclusivos

A implementação de "come-cotas" para fundos exclusivos de condomínio fechado, estabelecida pela Lei 14.754/23, tem gerado uma crescente procura por produtos que possam ser mais eficientes tributariamente, como os FIDC. A perspectiva de adiar o pagamento de impostos até a amortização e resgate torna-os mais atrativos, trazendo — mantendo-se tudo o mais constante — resultados superiores pós-impostos, se comparados com fundos sujeitos ao come-cotas, que são tributados semestralmente.

Para manter uma tributação diferenciada, vários fundos exclusivos fechados que investem em cotas de FIDC que eram originalmente Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (FIC FIM) têm sido transformados em FIDC de Cotas (os FIC FIDC), o que foi facilitado pela Resolução 175 da CVM.

Em vigor desde outubro de 2023, a nova norma modernizou o marco regulatório de fundos e flexibilizou as exigências para os FIDC de Cotas. Anteriormente, a Resolução CVM 356 era bastante restritiva quanto à composição da carteira de ativos dos FIDC de Cotas, exigindo uma alocação mínima de 95% do patrimônio líquido em cotas de FIDC. A Resolução 175 tornou a gestão de caixa desse produto mais viável, ao reduzir essa alocação mínima para 67%, o que proporcionou uma maior flexibilidade na gestão dos aportes, amortizações e resgates desses fundos.

Como os FIDC de Cotas podem evitar o come-cotas, sua utilização pode tornar a alocação em FIDC ainda mais vantajosa em comparação com outras aplicações, aumentando os recursos disponíveis para investimentos nesse produto.

Restrições à oferta de CRI e CRA

A resolução 5.118/24 do CMN impôs restrições à oferta de CRI e CRA, levando originadores e investidores a buscarem alternativas. Originadores não vinculados aos setores imobiliário ou agropecuário, como instituições financeiras, têm encontrado limitações para a constituição de CRI e CRA, direcionando seus recebíveis para outros veículos de securitização. Além disso, a redução na oferta de CRI e CRA tem favorecido debêntures incentivadas e outras opções que ofereçam rendimentos após impostos mais altos, como é o caso dos FIDC.

Para exemplificar essa migração de demanda, consideremos um cenário hipotético. Anteriormente, digamos que um CRI proporcionasse um rendimento de 10% ao ano, isento de impostos. Diante da escassez de CRI com esse nível de rendimento, um investidor poderia buscar alternativas tributáveis, como os FIDC, que ofereceriam um rendimento de 11,75% ao ano. Mesmo com a tributação, esse retorno se equiparia ao que o investidor obteria em um CRI.

Essas novidades regulatórias e a expectativa de queda nas taxas de juros ao longo de 2024 devem beneficiar o mercado de FIDC com uma demanda ainda mais robusta do que a ocorrida em 2023, que bateu o recorde de novos fundos e PL desde a criação desse produto em 2002.

Pedro Breviglieri é sócio-gerente de estruturação de produtos da Empírica
E-mail pbreviglieri@empirica.com.br

TJDFT
Locatária será indenizada por transtornos devido a vazamento de água
valor.globo.com/legislacao



Entenda
Veja os direitos das pessoas com autismo
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Segurança jurídica em locações 'built to suit'
E2

TRT-SP
8ª Turma reconhece rescisão indireta a empregada autista
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Trabalhista Foram fechados acordos em 758 mil processos, o que representa 44% do total solucionado

Justiça do Trabalho movimentou em 2023 R$ 7 bilhões por meio de conciliações

Beatriz Olivon
De Brasília

A conciliação na Justiça do Trabalho movimentou, em 2023, R$ 7 bilhões. Foram fechados acordos em 758 mil processos — o que representa 44% de todos os casos solucionados. Em comparação com 2022, houve um crescimento de quase 15% no volume de conciliações e um salto gigantesco em relação a 2018, que fechou com apenas 174, antes da inauguração dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejuscs).

No TST, o Cejusc começou a funcionar no ano passado e foi responsável por conciliações em 1.499 processos, que somam junto mais de R$ 420 milhões. Entre 2014 e 2022, foram realizadas tentativas de acordo em 68 processos, mas apenas 13 foram firmados e homologados. Esses casos foram analisados pelo antigo Núcleo Permanente de Conciliação (Nupec).

Em geral, as conciliações acabam acelerando a resolução de conflitos trabalhistas. O tempo médio de tramitação de um processo na primeira instância é de 181 dias (6 meses). Na segunda instância, 226 dias (7,5 meses). No TST, ainda maior: 610 dias (20 meses). Por meio de acordo, uma ação pode ser solucionada em poucos meses.

Além do TST, existem Cejuscs em todos os Tribunais Regionais do Trabalho, segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho e coordenador do Cejusc. De acordo com o ministro, os números confirmam que o diálogo é o melhor caminho para a solução dos conflitos.


BÁRBARA CABRAL/DIVULGAÇÃO
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga: os números confirmam que o diálogo é o melhor caminho para a solução dos conflitos

Ainda segundo Corrêa da Veiga, várias empresas têm procurado a vice-presidência do TST interessadas em conciliar. Esse foi o caso do Banco do Brasil, que, em processo que discutia o intervalo para descanso e alimentação e envolvia cerca de 3.800 trabalhadores, fez um acordo de R$ 50 milhões.

Em junho de 2023, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o TST celebraram acordo de cooperação técnica para reduzir o número e o tempo de duração dos processos. Hoje tramitam 52 mil ações em segunda instância e 11,5 mil no tribunal superior. A Caixa entregou uma lista com 1.250 processos selecionados (500 deles em trâmite no TST) para propor conciliação, com possível repercussão econômica de cerca de R$ 1,7 bilhão.

> "Negociação é mais comum na fase de liquidação do processo"
> *Carlos C. Balaró*

O ministro destaca que a distribuição de valores em processos trabalhistas aquece a economia, gerando impacto social e econômico. Ele explicou que dos R$ 7 bilhões movimentados no ano passado, foram arrecadados R$ 611 milhões para a Previdência Social e R$ 630 milhões de Imposto de Renda.

De acordo com a juíza auxiliar da vice-presidência, Roberta Carvalho, os acordos buscam reduzir a litigiosidade, racionalizar a gestão de processos e estimular a resolução consensual de controvérsias. Ela lembra que, antes da criação do Cejusc no TST, em dezembro de 2022, quando se solicitava uma conciliação, o caso era remetido ao tribunal regional de origem, onde ocorriam, então, as negociações.

"Essa sempre foi a tônica da Justiça do Trabalho. Antes de qualquer coisa, o juiz deveria tentar conciliar as partes", afirma Carlos Carmelo Balaró, sócio do Marzagão e Balaró Advogados, especialista em Direito do Trabalho. Ele lembra que a conciliação sempre foi possível na Justiça do trabalho, mas acabou facilitada com a inauguração dos Cejuscs.

A negociação, acrescenta o advogado, pode acontecer em qualquer momento do processo, mas é mais comum na fase de liquidação, quando se discute números e não direito. "Nesse contexto é mais fácil encaminhar para o Cejusc e chegar a um acordo."

Para Balaró, as negociações individuais são mais fáceis de conduzir e convergir buscando um denominador comum. "Às vezes, quando se discute um processo coletivo, a situação é um pouco mais complicada tanto para chegar ao denominador comum quanto pelo volume financeiro envolvido", diz.

Segundo Samanta de Lima Soares Moreira Leite Diniz, advogada do Innocenti Advogados Associados, o Cejusc cumpre seu papel de mediador, afastando os embates entre as partes quando há margem para negociação e realização da composição amigável. "Contudo, muitos processos que são pautados nem sempre têm sua finalidade atingida, pois a ausência do devedor, por exemplo, em uma execução frustrada, não implica ato atentatório à dignidade da Justiça. A meu ver, essa questão precisa ser revista, a fim de dar maior efetividade em sua atuação", afirma.

Há possibilidade de acordos também na Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que neste ano acontece entre 20 e 24 de maio. Antes e durante a semana, magistrados e servidores se mobilizam em um esforço concentrado na ampliação de pautas, promovendo audiências de conciliação nos Cejuscs. Para incluir um processo, basta procurar a vara do trabalho ou entrar em contato com o centro judiciário da região.

Governo dará desconto em dívidas de IR e CSLL

Lu Aiko Otta
De Brasília

O governo federal dará desconto de até 80% nas dívidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) decorrentes do abatimento, na base de cálculo desses tributos, de subvenções para custeio concedidas por governos estaduais. As empresas que utilizaram esses benefícios poderão aderir a um programa de autorregularização da Receita Federal, que será aberto no próximo dia 10. Uma instrução normativa sobre o tema deverá ser publicada hoje, no Diário Oficial da União.

Para os períodos até o ano-calendário de 2022, o prazo de adesão vai até o dia 30 deste mês. As empresas poderão apresentar declarações retificadoras até o dia 31 de maio. Para o ano de 2023, o prazo para as duas etapas começa no dia 10 e vai até 31 de julho, segundo fonte a par das discussões.

As empresas deverão preencher um formulário no portal e-CAC e informar o valor a ser regularizado. O desconto de 80% é dado se a dívida for parcelada em até 12 vezes. Existe a opção de pagar uma entrada em cinco prestações e o restante em 60 vezes, com desconto de 50%, ou 84 vezes, com desconto de 35%.

São condições bastante vantajosas, destacou um integrante do governo. No entanto, trata-se de uma espécie de "última oportunidade" para regularizar esses débitos. Depois de 31 de maio, as empresas que se encontrarem em situação irregular serão alvo de fiscalização. Nesse caso, a multa de ofício começa em 75%.

"Somos gatos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões", disse um técnico.

Há empresas que já estão sob fiscalização. Porém, a lei abriu uma exceção para que, mesmo nesse caso, seja possível fazer a autorregularização.

Será dada uma nova oportunidade de regularização mais adiante, com um edital de transação da Receita para esses casos, disse a fonte que acompanha o tema. No entanto, a negociação partirá de uma dívida maior.

A criação de um freio para que empresas parassem de abater de suas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as subvenções estaduais com custeio foi uma das principais batalhas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no ano passado. O uso desses benefícios reduzia a base tributável em R$ 149 bilhões em 2022 e ameaçava bater nos R$ 200 bilhões no ano passado. O tema foi regulado na Medida Provisória (MP) nº 1.185, depois convertida na Lei nº 14.879, de 2023.


DIOGO ZACARIAS/MF
Ministro Fernando Haddad: uso desses benefícios reduziu a base tributável

Algumas empresas recorreram à Justiça contra a nova legislação. Algumas obtiveram liminares favoráveis, conforme já noticiou o **Valor**. No entanto, o governo diz que vem obtendo vitórias nos tribunais e, por essa razão, técnicos acreditam que a lei já surte efeito na arrecadação, com empresas fazendo menor uso desses benefícios — ainda não há números a respeito.

O governo contava com R$ 35,3 bilhões com o novo tratamento às subvenções estaduais. No entanto, como a MP foi modificada no Congresso Nacional, o impacto esperado para este ano é de R$ 25,9 bilhões.

Esses valores, porém, se referem ao fluxo, ou seja, ao recolhimento tributário a partir deste ano. A arrecadação sobre o estoque, que ocorrerá a partir do início da autorregularização, não foi estimada e não consta das estatísticas fiscais deste ano.

Destaques

Remição de pena

Para que o preso seja beneficiado com remição de pena por ter feito um curso profissionalizante a distância, é necessário que a instituição de ensino tenha vínculo com o presídio e esteja cadastrada no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC). Os procedimentos são necessários para que o curso tenha respaldo das autoridades educacionais competentes e a remição cumpra os requisitos previstos na Lei de Execução Penal (LEP). O entendimento foi estabelecido pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao manter decisão monocrática do relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que reformou acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e negou o pedido de remição de pena, por entender que a instituição responsável pelo curso que embasava o requerimento do benefício não era devidamente credenciada pelo poder público para essa finalidade. No recurso, a defesa do preso alegou que, embora a instituição de ensino não fosse conveniada com o presídio, ela tinha idoneidade para prestar serviços educacionais, o que daria direito à remição de pena pela conclusão do curso a distância. Em seu voto, porém, o relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca lembrou que, com base na LEP, as atividades de estudo que possibilitam a remição de pena devem ser certificadas pelas autoridades educacionais (REsp 2105666).

Cerceamento de defesa

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que o Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas (TRT-AL) analise novamente um recurso com a participação de um advogado que teve rejeitado o pedido para adiar o julgamento, porque estaria viajando. Ao anular a decisão tomada na ausência do advogado, o colegiado considerou que houve cerceamento do direito de defesa. Na ação, uma professora de Direito Administrativo de Maceió (AL) pedia o reconhecimento de vínculo de emprego com um grupo educacional. Ela era representada por três advogados: um de Alagoas e dois de Minas Gerais. O pedido foi julgado improcedente, e ela recorreu ao TRT-AL. Antes do julgamento presencial do recurso, o advogado de Alagoas, inscrito para fazer a sustentação oral presencialmente, pediu o adiamento, por motivo de viagem. Contudo, o pedido foi negado porque, segundo o TRT-AL, ele não tinha procuração nos autos. Na audiência no primeiro grau, ele havia acompanhado a professora, configurando o chamado mandato tácito, em que a falta da procuração é superada pela presença e o registro do advogado. Mas, segundo o TRT-AL, isso não o habilitaria a atuar fora daquele ato processual, e, para representá-la no recurso, ele teria de ter procuração específica (RR-214-13.2020.5.19.0009).

Segurança jurídica em locações ‘built to suit’

Opinião Jurídica

Juliana Rubiniak

O dinamismo dos negócios demanda inovações frequentes, mesmo em estruturas razoavelmente recentes para a legislação brasileira, como os contratos “built to suit” (BTS). Em tempos de busca de modelos de negócio que atendam demandas do mercado, dual limite de manuseio dos dispositivos legais é desejável para atingir o equilíbrio entre a segurança jurídica, o respeito às premissas de cada negócio e o arrojo necessário ao fechamento de contratos?

Cabe esclarecer que o termo “built to suit” se aplica às operações em que uma parte deseja ocupar imóvel para desenvolver suas atividades operacionais (o contratante), e o imóvel demanda investimento para a ocupação desejada. A contraparte (a contratada) costuma ser o proprietário do imóvel e responsável pelo investimento financeiro. Pelas suas características, contratos BTS comumente envolvem investimentos de grande vulto ou têm como objeto imóveis de grande relevância econômica ou social

Os elementos essenciais às operações BTS, hoje diferentes dos aplicáveis no início da exploração dessa modalidade contratual, são a realização de investimento, a ocupação do imóvel e a contraprestação adequada à relação contratual. A base a ser preservada nessas operações é a combinação do direito de uso do imóvel e da proteção do capital investido.

Por isso, contratos BTS comumente apresentam renúncia ao direito à revisão do aluguel. A regra é padrão na prática contratual, mas tal renúncia é faculdade das partes e depende de previsão expressa no contrato.

Se a renúncia não constar expressamente, o pedido de revisão do aluguel pode afetar diretamente as premissas financeiras do contrato. Por outro lado, ao fazer constar a renúncia, o reajuste pode ser afastado de pronto sob argumentação da simples aplicação da lei ao caso concreto: renúncia expressa não permite revisão.

A opção por um dos lados gera consequências importantes. Considerando que hoje as informações transitam em velocidade meteórica, obrigando os agentes a reações instantâneas e decisões urgentes, pondera-se o limite da aplicação da regra da renúncia ao direito de revisão do aluguel nos contratos BTS.

Para além da verificação da eventual renúncia contratual, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 54-A da Lei nº 8.245/1991, importa que haja a genuína necessidade da proteção ao capital investido. O investimento realizado deve decorrer de exigência da contratante como condição à ocupação do imóvel, ou resultar de alinhamento das partes acerca da sua importância, adequação e pertinência ao negócio.

Assim, ainda que a lei confira a faculdade de renunciar ao direito à revisão dos aluguéis, é essencial que a lógica econômico-financeira adotada como premissa da operação seja observada. E qual é essa lógica? Qual é o tipo de capital que merece proteção no BTS?

A resposta depende das características de cada contratação, mas não pode, sob pena de colocar em risco esse modelo de negócio, atingir valores investidos para atendimento a interesses pessoais da contratada e/ou para viabilizar que o imóvel tenha condições mínimas de ocupação e habitabilidade.

Os investimentos realizados no imóvel pelo seu proprietário, a seu critério, desnecessários às atividades da contratante, que não lhe tenham sido solicitados ou especificamente acordados no âmbito da contratação, não merecem proteção de capital.

Também nos casos em que os investimentos são necessários à funcionalidade do imóvel ou para que sua ocupação seja possível, tal proteção não parece adequada, dado que investimentos para que o imóvel tenha condições mínimas de exploração são feitos para atender obrigação fundamental do proprietário de entregar ao locatário o imóvel alugado “em estado de servir ao uso a que se destina”.

Aqui encaixam-se investimentos para atendimento a exigências de órgãos públicos indissociáveis ao uso, ocupação ou exploração do imóvel.

O limite para aplicação do conceito de proteção de capital parece óbvio, mas não é. Não é simples, em contratações desse porte, trazer clareza às quantias investidas e suas destinações. Além de não ser simples, muitas vezes não há interesse das partes, no momento da contratação, em detalhar tais valores.

O problema aparece quando a locatária conclui pela impossibilidade de dar sequência à contratação. Nesse momento, o detalhamento da equação financeira projetada originalmente pode ser indispensável para que se atinja solução adequada.

Isso porque nas contratações BTS, a remuneração mensal paga pela contratante não deve ser interpretada como simples aluguel. Sua composição abrange o pagamento pelo uso e ocupação do espaço, a remuneração devida pela promoção de obras/reformas realizadas (e/ou pela aquisição do imóvel) e o retorno do investimento realizado.

A qualificação do investimento ganha relevância em casos devidamente fundamentados, dado que nem todo investimento merece a proteção ao capital que legitimaria a lógica da renúncia à revisional. A clareza dessa informação se torna, assim, indispensável à avaliação da adequação da renúncia à ação revisional.

Portanto, em situação de dúvida fundamentada acerca da faculdade de renúncia à revisional em contratações BTS, deve-se buscar clareza dos valores que compõem a contraprestação mensal, sendo que a recusa à avaliação atenta do tema pode implicar consequências graves à segurança jurídica das contratações dessa natureza e resultar em grandes injustiças ao mercado, à sociedade e aos seus agentes.

Juliana Rubiniak é advogada e presidente da Comissão de Negócios Imobiliários do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (Ibradim)

KaBuM Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 05.570.714/0001-59

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	354.967	183.244
Contas a receber	6	263.414	466.639
Estoques	7	803.925	737.703
Contas a receber de partes relacionadas	9	239.235	–
Tributos a recuperar	8	95.052	77.630
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		14.442	5.895
Adiantamento a fornecedores		–	13.258
Outros ativos circulantes		21.853	19.498
Total do ativo circulante		**1.792.888**	**1.503.867**
Contas a receber de partes relacionadas - Mútuos a receber	9	–	10.316
Tributos a recuperar	8	32.051	51.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	28.172	–
Depósitos judiciais	22	21.453	21.904
Outros ativos não circulantes		8.450	3.311
Total do realizável a longo prazo		**90.126**	**87.146**
Ativo de direito de uso	12	9.989	4.094
Imobilizado	10	12.446	11.577
Intangível	11	36.783	24.742
Total do ativo não circulante		**59.218**	**40.413**
Total do ativo		**1.942.232**	**1.631.426**

Balanço patrimonial	Nota	2023	2022
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	13	24.208	30.354
Arrendamento mercantil	12.b	1.456	2.817
Fornecedores	14	553.434	524.054
Repasses e outros depósitos	16	141.417	14.312
Tributos a recolher	15	38.614	93.673
Salários, férias e encargos sociais		9.681	12.765
Contas a pagar a partes relacionadas	9	9.358	25.412
Outros passivos circulantes		18.510	44.663
Total do passivo circulante		**796.678**	**748.050**
Empréstimos e financiamentos	13	399.562	398.685
Arrendamento mercantil	12.b	8.945	1.216
Tributos a recolher	15	2.813	14.680
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	196.634	13.485
Provisão para perdas em investidas		–	3.596
Total do passivo não circulante		**607.954**	**431.662**
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	250.882	250.882
Reserva de capital	17.b	10.152	12.015
Reserva de incentivo fiscal	17.c	276.566	188.817
Total do patrimônio líquido		**537.600**	**451.714**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.942.232**	**1.631.426**

Demonstrações dos resultados	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	18	**3.226.979**	3.258.353
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	19	**(2.599.094)**	(2.650.854)
Lucro bruto		**627.885**	607.499
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	19	**(267.610)**	(282.924)
Gerais e administrativas	19	**(135.085)**	(90.057)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(102.526)**	5.480
		(505.221)	(367.501)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**122.664**	239.998
Receitas financeiras	20	**12.261**	18.130
Despesas financeiras	20	**(72.883)**	(77.347)
Resultado financeiro		**(60.622)**	(59.217)
Resultado de equivalência patrimonial		**(2.465)**	(1.823)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**59.577**	178.958
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	**28.172**	–
Lucro líquido do exercício		**87.749**	**178.958**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Lucro do exercício	87.749	178.958
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**87.749**	**178.958**

Eventos não recorrentes	Ajustado 31/12/2023	Ajustes não recorrentes	31/12/2023
Receita líquida de vendas	**3.226.979**	–	**3.226.979**
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	**(2.599.094)**	–	**(2.599.094)**
Lucro bruto	**627.885**	–	**627.885**
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	**(261.990)**	–	**(261.990)**
Gerais e administrativas	**(143.168)**	–	**(143.168)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas[1]	**(102.529)**	**82.860**	**(19.669)**
	(507.687)	**82.860**	**(424.827)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**120.199**	–	**203.058**
Receitas financeiras	**12.261**	–	**12.261**
Despesas financeiras	**(72.883)**	–	**(72.883)**
Resultado financeiro	**(60.622)**	–	**(60.622)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.577	–	142.436
Imposto de renda e contribuição social - correntes	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferidos[2]	28.172	(28.172)	–
Lucro líquido do exercício	**87.749**	–	**142.436**

[1] Refere-se majoritariamente à provisão para o ICMS - DIFAL no valor de R$82,8 milhões em que a Companhia entende que as chances de perda são maiores do que as de ganho, embora ainda esteja pendente a publicação do acórdão do julgamento pelo STF.

[2] Contabilização do IR/CS diferido, referente diferença temporária Difal.

Demonstração dos fluxos de caixa	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**87.749**	178.958
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**(28.172)**	–
Depreciação e amortização	19	**23.164**	8.728
Provisão para processos judiciais	22	**95.344**	675
Provisão dos estoques	7	**(4.411)**	727
Variação cambial empréstimos e financiamentos	13.b	–	(1.535)
Variação cambial de importações mercados estrangeiro	13.b	–	374
Juros sobre passivo de arrendamento	12.b	**1.962**	2.250
Valor residual do ativo imobilizado baixado		**(978)**	1.207
Resultado de equivalência patrimonial		**2.465**	1.823
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.b	**55.886**	51.751
Lucro líquido do exercício ajustado		**233.009**	244.958
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		203.225	(275.755)
Estoques		(48.553)	54.088
Contas a receber de partes relacionadas		(228.919)	–
Impostos a recuperar		(6.425)	8.245
Adiantamentos a fornecedores		–	25.480
Depósitos Judicial		451	13.850
Outros créditos		(7.474)	(98)
Fornecedores		29.380	193.165
Impostos e contribuições a recolher		21.277	(2.952)
Obrigações trabalhistas		(3.084)	3.873
Outras obrigações		(65.877)	(5.152)
Outros passivos		144.411	(18.388)
Fluxos de caixa gerado nas atividades operacionais		**271.421**	**241.314**
Mútuo concedido com partes relacionadas		–	(7.137)
Aquisição de imobilizado e intangível		(24.114)	(15.803)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(24.114)**	**(22.940)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	13.b	–	397.088
Pagamento de principal e juros de empréstimos	13.b	(61.155)	(395.854)
Pagamento de passivo de arrendamento	12.b.	**(14.429)**	(8.366)
Pagamento de dividendos		–	(58.004)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de financiamentos		**(75.584)**	**(65.136)**
Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa		**171.723**	**153.238**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		183.244	30.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		354.967	183.244
Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa		**171.723**	**153.238**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**861.020**	**2.604**	**(550.279)**	**–**	**313.345**
Resultado do exercício		–	–	–	178.958	178.958
Reversão de capitalização		(610.138)	–	610.138	–	–
Redução de reserva de incentivo		–	–	(50.000)	–	(50.000)
Provisão bônus em ações magalu		–	9.411	–	–	9.411
Destinações:						
Constituição de reserva de incentivo fiscal		–	–	178.958	(178.958)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**250.882**	**12.015**	**188.817**	**–**	**451.714**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	87.749	87.749
Provisão bônus em ações do Magazine Luiza S.A.		–	(1.863)	–	–	(1.863)
Destinações:						
Constituição de reserva de incentivo fiscal		–	–	87.749	(87.749)	–
Constituição reserva de capital		–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17	**250.882**	**10.152**	**276.566**	**–**	**537.600**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: Fundada em 2003, a KaBuM Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia" e/ou "KaBuM") é uma sociedade anônima de capital fechado, atuante no varejo "on-line" no mercado de produtos de informática e acessórios, de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, de instrumentos musicais e acessórios, de peças e acessórios novos para veículos automotores. A sede social da Companhia está localizada na Rua Carlos Gomes, 1.321 - 9º e 10º andares - Centro - município de Limeira, no Estado de São Paulo. A Companhia possui treze filiais, sendo: (i) Sede administrativa situada à Rua Carlos Gomes, 1321, 9º e 10º andares, centro, no município de Limeira; (ii) Filial situada na Rua Wellington Rodrigo Barriviera, 450, quadra C, lote 11, Galpão A, Mezanino Condomínio Industrial Duas Barras, Limeira; (iii) Filial situada na Rua Wellington Rodrigo Barriviera, 450, Quadra C, lote 11, Galpão B, Condomínio Industrial Duas Barras, Limeira; (iv) Filial situada na Rod. BR-262; 222 Galpão 1 e 2; Armz: 2 3 4 5 e 7; Vila Bethania, de Viana - ES; (v) Filial situada na Rua Volnei Ilmo do Nascimento, 168, Cond. Varina Brejaru quadra lote BE23, Brejaru, no município de Palhoça - SC; (vi) Filial situada na Rod. BR-262, 222, Galpão 2 Armz 2 Mezanino, Vila Bethania, Viana-ES; (vii) Filial situada na Rod. BR-262, 222, Galpão 2 Armaz 2 Mezanino, Vila Bethania, Viana-ES; (viii) Filial situada na Rua Estm Maria Margarida Pinto (dona Belinha), 742, Cond. F.D. Business Park galpão 1 e 2 mezanino 1 e 2, Distrito Industrial Pires, no município de Extrema - MG; (ix) Filial situada na Rua Araucária, 176, Centro industrial de Limeira CIL, no município de Limeira; (x) Filial situada na Rua Samuel Heusi, 190, sala 1004E, Centro, no município de Itajai - SC; (xi) Filial situada na Rua Av. Morvan Dias de Figueiredo, 2007, sala K, Vila Guilherme, no município de São Paulo - SP; (xii) Filial situada na Rua Av. Orlanda Bérgamo, 0 Setor K Esq. Av. Abraão Lin, Cumbica, no município de Guarulhos - SP; (xiii) Filial situada na Rod. Br. 101, 397, Setor K, Mata Redonda, no município de Alhandra - PB. A Companhia é controlada pela Magazine Luiza S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações e que detém 100% das ações ordinárias da Companhia. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: 2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Determinadas reclassificações em rubricas de ativo e passivo e respectivos reflexos na demonstração dos fluxos de caixa foram efetuadas para melhor apresentação, sem alteração dos grupos de ativo e passivo circulantes ou das atividades operacionais na demonstração de fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos itens mensurados a valor justo. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Conversão de moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **3.2 Instrumentos financeiros:** i) *Reconhecimento e mensuração inicial:* Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) *Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment, quando aplicáveis são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii) *Desreconhecimento: Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Investimento em controlada contabilizado pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos compreendem participação de 99,99% nas quotas da investida Kabum E-Sports Marketing Ltda. Tal investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu provisão para perda no montante de R$ 1.099 (R$ 1.823 em 2022). Os presentes saldos da investida não estão consolidados na posição patrimonial, financeira, nos resultados dos exercícios, nos resultados abrangentes e nos fluxos de caixa por sua imaterialidade. A Administração mantém uma estrutura de gestão e controles financeiros sobre as atividades da investida, mas optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas por serem imateriais. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas de vendas. O custo dos estoques é baseado no princípio "primeiro que entra, primeiro que sai" (PEPS) e outros custos incorridos à sua localização e condições atuais. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para obsolescência de estoques de mercadorias de baixo giro ou sem expectativas de realização. São consideradas mercadorias de baixo giro aquelas onde os estoques estão sem movimentação a mais de 90 dias. As provisões são constituídas pelo valor total de custo de aquisição dos itens em estoques na data de fechamento. **3.5 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração.* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação*: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa 10. **3.6 Benefícios de empregados:** *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment:** *Ativos financeiros não derivativos:* Instrumentos financeiros e ativos contratuais. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental. - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras: *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **3.8 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas e riscos específicos para o passivo. ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:*** As provisões são avaliadas por sua probabilidade de perda. Esta avaliação considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.9 Receita operacional:** ***Venda de produtos:*** A Companhia reconhece a receita de contrato com o cliente quando (ou à medida que) satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que coincide geralmente com a data efetiva de entrega dos produtos. As vendas diretas ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47 - Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras. **3.10 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros, ganhos sobre aplicações financeiras, variações cambiais e outras receitas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros, perdas de ativos e despesas com operadoras de cartão de crédito. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo. **3.11 Benefício governamental concedido pelo Estado do Espírito Santo (COMPETE):** A Companhia, comerciante varejista atuante no ramo de comércio eletrônico (e-commerce) e situada no Estado do Espírito Santo, é beneficiária do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Espírito Santo - COMPETE/ES, instituído pela Lei Estadual nº 10.568/2016 e suas alterações. Em razão deste contrato de competitividade firmado, a Companhia goza de benefício fiscal de crédito presumido de ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final. Em 26 de janeiro de 2015, foi publicada a PORTARIA nº 005-R, da Secretária de Estado de Desenvolvimento (SEDES) que inscreveu a Companhia no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, considerando a adesão da Consulente às condições estipuladas no Contrato de Competitividade, firmado com o Setor das Empresas de Venda Não Presencial do Estado do Espírito Santo, conforme destaque a seguir. Para usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada, a Companhia deve cumprir alguns requisitos, tais como: (i) assinar o termo de adesão ao contrato; (ii) entregar a Autoavaliação da Gestão conforme modelo disponibilizado pela SEDES; (iii) participar, de forma efetiva, nas ações do setor para promoção da competitividade setorial; (iv) participar do Programa de Competitividade Sistêmica do Estado do Espírito Santo - COMPETE-ES; (v) atualizar o Termo de Adesão ao Contrato e a Auto avaliação da Gestão até o mês de março de cada ano. Assim, todo ano, a Companhia deve atualizar o Termo de Adesão ao Contrato e cumprir os requisitos exigidos na legislação para que continue usufruindo dos benefícios previstos no programa. Para a vigência do exercício de 2023, o termo foi protocolado em 7 de março de 2023 e devidamente atualizado em 10 de março de 2023. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real tributável anual. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. *ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado do Espírito Santo (COMPETE):* Conforme anteriormente mencionado, a Companhia, em razão de sua atuação no ramo de comércio eletrônico varejista (e-commerce) no Estado do Espírito Santo, goza de benefício fiscal decorrente de contrato de competitividade firmado nos termos do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Espírito Santo - COMPETE/ES. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia, decorrentes do contrato firmado no programa COMPETE, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS. *iii) Imposto de renda e contribuição social diferido:* O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R$754.395 (R$ 588.968 em 2022) e diferenças temporárias no montante de R$8.012 (R$3.134 em 2022), e uma constituição de IRPJ e CSLL diferido no montante de R$ 28.172 referente diferenças temporários de provisão para contingências. **3.13 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso em "Ativos de direito de uso" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamento" no balanço patrimonial. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.14 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback: especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração de responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A alteração vigora a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração vigora a partir de 1 de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

A Diretoria

Contadora: Ana Cristina Cabral Giusti - CRC SP-346253/O-9

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão.
As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/

INÊS 249

7ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro/SP. Edital de Citação. Prazo: 20 dias úteis. Processo nº. 1086148-22.2022.8.26.0100. O MM. Dr. SERGIO LUDOVICO MARTINS, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP., na forma da lei. Faz saber a Explor Demolições e Terraplenagem Ltda. CNPJ 33.375.038/0001- 06, que Ar Sethe Locação de Equipamentos Eireli ajuizou ação comum para cobrança de R$ 121.481,20 (ago/2020), referente aos Contratos de Locação de Equipamentos nº 48/21 e 58/21, de 21.06.2021. Estando a ré em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei.



COMUNICADO

Nº do Processo: 024.00038884/2024-73
Interessado: COORDENADORIA DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES
Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE - S. P. S.
Trata os autos da Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Atenção Domiciliar em Saúde, na modalidade Internação Domiciliar em cumprimento à ação judicial de S.P.S, solicitado pela COORDENAÇÃO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 001952184 e, considerando o valor estimado da contratação pretendida, AUTORIZO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** em caráter emergencial de acordo com o artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como a Contratação da empresa **ALVANÇA SAÚDE E APOIO DOMICILIAR,** no valor total de **R$ 305.580,00 (trezentos e cinco mil quinhentos e oitenta reais),** para Prestação de Serviços de Atenção Domiciliar em Saúde, na modalidade Internação Domiciliar, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.092.037/0001-81 – NIRE 35.300.013.344
Assembleia Geral Extraordinária – Edital de 2ª Convocação

São convidados os acionistas da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunirem, no dia 09 de abril de 2024, às 9h em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), em 2ª convocação, a ser realizada de forma totalmente digital, através da Plataforma ALFM EasyVoting ("Plataforma"), para deliberação da seguinte matéria que compõem a ordem do dia: 1. Exclusão do § 2º do Art. 11 do Estatuto Social, adequando os prazos para convocação da Assembleia Geral da Companhia, de acordo com a regra definida pelo Inciso II, do § 1º do Art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S/A"), conforme alterada e adequação do Caput do mesmo dispositivo. 2. Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e na internet (ri.eternit.com.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br) a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGE. **Informações de Participação na AGE:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGE por meio da Plataforma deverão acessar o link https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxTh6QcTACLS0fuGnbrZ-87NA9ToDuHT6JNmRb2tOFf, de prévio cadastro, impreterivelmente, até o dia 07 de abril de 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou os procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar da AGE. **Legitimação e Representação:** Poderão participar da AGE, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no Artigo 126, da Lei das Sociedades Anônimas. O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante a apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, ou, caso não apresente esta documentação, a posição acionária poderá ser verificada pela Companhia, em sua base de acionistas. São Paulo, 28 de março de 2024. **Fausto de Andrade Ribeiro** – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 360ª, 361ª, 398ª E 399ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21H1034619/ 21H1035398/21H1035009/21H1035558) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 26 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em **2ª convocação** no dia **22 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão - IF 21H1034619/ 21H1035398/21H1035009/21H1035558), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 10 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de outubro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **10 de abril de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 443.541,77 (quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo II ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade "*Built to Suit*" ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 69ª Série da 1ª Emissão - IF 12J0037879), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0
Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia") comunica que os documentos a que se referem os incisos I a IV do referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Curitiba, 29 de março de 2024. **A DIRETORIA**

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21.431
Ata da Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 20 de março de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 20 de março de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente virtual, conforme faculta o artigo 13 do Regimento Interno do Conselho Fiscal. **2. Convocação e Presença:** Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, os conselheiros foram devidamente convocados. Estavam presentes, por videoconferência, os Srs. Marcelo Curti, Roberto Daniel Flesch e Mauro Stacchini Junior. **3. Mesa:** O Sr. Marcelo Curti assumiu a presidência dos trabalhos, que convidou a mim, Luísa Foltran Nicolosi, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e emitir parecer sobre o aumento do capital social da Hypera S.A. ("Companhia"), mediante a capitalização de parcela do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após discussão e análise da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram o que segue: **(a) Aumento do Capital Social da Companhia:** (a.i) Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente à submissão e à aprovação, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, do aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 658.215.733,53 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quinze mil, setecentos e trinta e três Reais e cinquenta e três centavos), mediante a capitalização de parcela do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia de igual valor, sem a emissão de novas ações pela Companhia, a fim de que o capital social da Companhia passe ***de*** R$ 9.047.670.041,03 (nove bilhões, quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta mil, quarenta e um Reais e três centavos) ***para*** R$ 9.705.885.774,56 (nove bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro Reais e cinquenta e seis centavos), por meio da alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal permaneceram à disposição do Conselho de Administração da Companhia para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. **(b) Parecer dos Membros do Conselho Fiscal:** (b.i) O parecer emitido pelos membros do Conselho Fiscal sobre a matéria do item (a) acima encontra-se na forma do **Anexo I** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros fiscais presentes. São Paulo, 20 de março de 2024. Mesa: **Marcelo Curti -** Presidente; **Luísa Foltran Nicolosi -** Secretária. Membros do Conselho Fiscal Presentes: **Marcelo Curti; Mauro Stacchini Junior; Roberto Daniel Flesch.**

Desa PCH II Energia S.A.

CNPJ nº 11.055.437/0001-49 - NIRE 35.300.505.255
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **DESA PCH II ENERGIA S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h15min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Navegantes Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.360.940
Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Navegantes Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h10min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

MARISA LOJAS S.A.

marisa
CNPJ nº 61.189.288/0001-89 -NIRE 35.300.374.801
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Marisa Lojas S.A. ("**Companhia**") convocados para se reunir, **de modo parcialmente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 9 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua James Holland, nº 422/432, Barra Funda, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, presencialmente ou à distância, por meio da plataforma *Teams* ou do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**" e "**AGOE 2024**", respectivamente). A **Assembleia Geral Ordinária** será realizada para deliberar sobre: (i) tomada de contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (ii) exame, discussão e votação do relatório da administração e da cópia das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A **Assembleia Geral Extraordinária** será realizada para deliberar sobre: (iv) fixação do montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; (v) ratificação da eleição da Sra. Andrea Maria Meirelles de Menezes como membro do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) alteração do *caput* artigo 20 do Estatuto Social da Companhia para alterar a quantidade de membros da Diretoria, para que passe a ser composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, com a consequente consolidação dos termos do Estatuto Social. Observada a adoção **da modalidade parcialmente digital**, os acionistas da Companhia poderão participar e votar na AGOE 2024 tanto presencialmente (comparecendo no endereço e na data e horário indicados neste Edital de Convocação) quanto à distância por meio (i) do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item 1, "A", abaixo), e/ou (ii) da plataforma *Teams* (conforme indicado no item 1, "B", abaixo). **Mais informações sobre participação na AGOE 2024 poderão ser obtidas no Manual de Participação e Proposta da Administração divulgado pela Companhia em 31 de março de 2024 ("Manual e Proposta AGOE 2024") que está disponível no** website **de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como no** website **da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Orientações Gerais**: **1. Participação à distância**: Tendo em vista que a AGOE 2024 será realizada parcialmente na modalidade digital, os acionistas da Companhia poderão, nos termos da Resolução CVM 81, participar à distância da AGOE 2024 das seguintes formas: **(A) Boletim de Voto à Distância**: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio do agente escriturador das ações da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e Proposta AGOE 2024. **(B) Sistema Eletrônico**: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE 2024 ao acessarem a plataforma *Teams*, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE 2024 por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual e Proposta AGOE 2024 que poderá ser acessada por meio do** website **de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como do** website **da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Para participar, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço: dri@marisa.com.br até as 9 horas do dia 28 de abril de 2024, o qual deverá conter toda a documentação aplicável necessária (conforme indicada no item 3 abaixo e no Manual e Proposta AGOE 2024) para permitir a participação do acionista na Assembleia. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81**. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma *Teams* somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual e Proposta AGOE 2024, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item 3 abaixo e no Manual e Proposta AGOE 2024). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. 2. Participação Presencial**: Os acionistas da Companhia que desejarem participar presencialmente da AGOE 2024 deverão encaminhar os documentos de identificação e representação indicados no item 3 abaixo e no Manual e Proposta AGOE 2024 até as 9 horas do dia 28 de abril de 2024. **3. Informações Adicionais**: (1) Encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia, no *website* de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81; e (2) sem prejuízo das informações dispostas no Manual e Proposta AGOE 2024, os acionistas da Companhia deverão encaminhar ao endereço de *e-mail* **dri@marisa.com.br**, até as 9 horas do dia 28 de abril de 2024, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. São Paulo, 02 de abril de 2024. **Luis Paulo Rosenberg -** Presidente do Conselho de Administração.

RTSC Administração e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 24.327.763/0001-00 - NIRE 35.2.2971589-2
Edital de Convocação da Reunião de Sócios a ser Realizada em 11 de Abril de 2024

Ficam convocados os senhores sócios da **RTSC Administração e Participações Ltda.,** sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 475, Jardim América, CEP 01427-000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.327.763/0001-00 ("RTSC" ou "Sociedade") a se reunirem em reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 11 de abril de 2024 às 10h de modo exclusivamente presencial na sede social da Sociedade para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Reunião"): (i) Tomar conhecimento dos atos de inegável gravidade perpetrados pelos Srs. Bruno Eiras Martins e David Camacho da Costa na qualidade de sócios da RTSC e descritos na correspondência enviada em 31 de março de 2024 por sócios titulares de 84% do capital social da RTSC; (ii) Nos termos do artigo 1.085, *caput*, do Código Civil e da Cláusula 10.2 do Contrato Social da RTSC, e em atenção à correspondência enviada em 31 de março de 2024 por sócios titulares de 84% do capital social da RTSC, excluir extrajudicialmente os Srs. Bruno Eiras Martins e David Camacho da Costa do quadro de sócios da RTSC pela prática de atos de inegável gravidade; e (iii) Realizar as alterações pertinentes no Contrato Social da RTSC para refletir as deliberações anteriores. Conforme previsto no artigo 1.085, parágrafo único, do Código Civil, por ocasião da Reunião os sócios excluendos terão a oportunidade de, caso queiram, exercer seu direito de defesa, tendo eles sido cientificados em tempo hábil para tal. São Paulo, 2 de abril de 2024. **Marcos Jorge -** Sócio Administrador da RTSC Administração e Participações Ltda.

VERO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Vero S.A. ("**Estatuto Social**" e "**Companhia**", respectivamente) ficam convocados seus acionistas para se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na modalidade exclusivamente digital, nos termos do artigo 121, parágrafo único, c/c artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020 ("**IN81**"), através do link de acesso do Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**"), a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas para realização da videoconferência, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** eventual declaração de dividendos extraordinários a serem pagos à conta da reserva de lucros; e **(iii)** a ratificação da remuneração global anual da administração da Companhia paga no exercício social de 2023 e a proposta da administração para a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **Informações e Recomendações Gerais:** 1. Tendo em vista que a Assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, por meio da Plataforma Eletrônica, sem a possibilidade do comparecimento físico na sede social da Companhia, V. Sas. deverão solicitar seu cadastro prévio por meio dos endereços de e-mail ri@verointernet.com.br, com o assunto "Participação AGO Vero", apresentando simultaneamente a documentação que comprove sua identidade ou representação legal. 2. Para participar da Assembleia, V. Sas. deverão enviar, em anexo ao e-mail indicado no item 1 acima, cópia autenticada ou documento de identidade original com foto. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador deverá apresentar, juntamente com a procuração outorgada pelo acionista: (i) e-mail e telefone de contato; (ii) cópia autenticada ou documento de identidade original com foto; e (iii) os demais documentos do acionista representado. 3. Após comprovação dos cadastros e regularidade dos documentos, a administração da Companhia enviará, por e-mail, as instruções e o link para participação por meio da plataforma digital àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente a sua solicitação no prazo e nas condições acima dispostos. O link recebido será pessoal e não poderá ser compartilhado, sob pena de responsabilização. 4. Os documentos indicados no item 2 acima devem ser enviados por e-mail à Companhia com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia. 5. O acionista que tenha enviado devidamente sua solicitação de acesso e não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia até o final do dia 25 de abril de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia entre as 08:00 horas e as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2024, pelo e-mail ri@verointernet.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso à Plataforma Digital. 6. Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail ri@verointernet.com.br. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do referido e-mail ou no site de Relações com Investidores (ri.verointernet.com.br).

São Paulo, 29 de março de 2024
Lincoln Oliveira da Silva - Presidente do Conselho de Administração
Gabriel Felzenszwalb - Vice-Presidente do Conselho de Administração

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
de 22 de abril de 2024, às 14:00 horas

Ficam convidados os senhores acionistas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital (videoconferência), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I)** Em **Assembleia Geral Ordinária**: **1.** o relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** a remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício de 2024. **II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **1.** Alteração de membros do Conselho de Administração; e **2.** Alteração e Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Os acionistas, para tomar parte e votar na Assembleia, deverão provar, mediante documentação original ou cópia (dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma) enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia, podendo comparecer por si, por seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos comprobatórios. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia e à participação e votação pelos acionistas, incluindo este Edital e a Proposta da Administração. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3830-2000 ou via e-mail: riambiental@brkambiental.com.br. São Paulo/SP, 1º de abril de 2024. ***Luiz Ildefonso Simões Lopes** – Presidente do Conselho de Administração.*

SPE Costa das Dunas Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.225/0001-03 - NIRE 35.300.360.966
Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

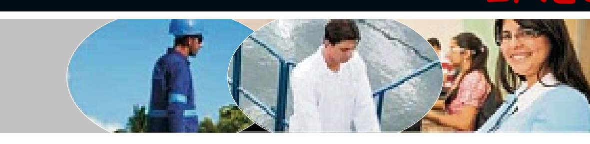
Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa das Dunas Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h30min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo



IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33



Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	132.081	417.296	204.575	769.131
Aplicações financeiras	8	83.595	-	673.032	-
Debêntures e outros investimentos	9	52.296	85.077	26	2.596
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	41.380	72.866
Contas a receber e outros recebíveis	11	21.692	99.744	357.830	342.976
Ativo financeiro	11	-	-	34.670	91.610
Impostos e contribuições a recuperar		19.655	5.721	51.353	22.478
Dividendos e juros de capital próprio a receber	24 d	43.765	8.331	5.057	-
Outros ativos		7.737	4.472	36.949	33.417
Total do ativo circulante		**360.821**	**620.641**	**1.404.872**	**1.335.074**
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.3	**136.779**	**-**	**197.902**	**524**
		497.600	620.641	1.602.774	1.335.598
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Debêntures e outros investimentos	9	884.179	1.325.090	-	2.040
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	43.765	5.716
Contas a receber e outros recebíveis	11	516.369	390.857	30.257	56.436
Ativo financeiro	11	-	-	505.762	529.811
Impostos e contribuições a recuperar		216	-	26.887	6.491
Dividendos e juros de capital próprio a receber	24 d	52.630	7.690	4.206	4.441
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	11.500	655.141	440.927
Outros ativos		6	123	13.405	12.882
Total do realizável a longo prazo		**1.453.400**	**1.735.260**	**1.279.423**	**1.058.744**
Investimentos	12	1.618.442	2.289.164	-	103.788
Imobilizado		570	736	29.074	26.404
Ativos de direito de uso		935	1.423	9.135	9.157
Intangível e ativo de contrato	13	71.965	49.669	9.194.665	9.073.433
Total do ativo não circulante		**3.145.312**	**4.076.252**	**10.512.297**	**10.271.526**
Total do ativo		**3.642.912**	**4.696.893**	**12.115.071**	**11.607.124**

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	14	17.062	21.230	260.055	198.231
Fornecedores - risco sacado	14	-	-	12.090	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	52.983	92.085
Debêntures	16	76.623	56.006	177.506	865.836
Passivo de arrendamento		489	472	7.784	7.042
Obrigações fiscais		1.756	1.058	35.621	39.285
Provisões e encargos trabalhistas	17	43.651	30.851	72.890	57.198
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		-	-	307	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	11.896	1.137
Outras obrigações		36	256	7.277	4.629
Total do passivo circulante		**139.617**	**109.874**	**638.409**	**1.265.443**
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda	1.3	**6.075**	**-**	**27.429**	**78**
		145.692	109.874	665.838	1.265.521
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	14	689	1.528	216	105
Poder concedente a pagar	13 a III	-	-	1.733.150	1.654.604
Empréstimos e financiamentos	15	10.889	11.642	552.767	579.364
Debêntures	16	779.556	800.362	6.354.796	4.924.132
Passivo de arrendamento		538	1.027	1.673	2.526
Obrigações fiscais		-	-	54.308	53.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	74.717	94.303
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		-	-	153	619
Provisão para perdas com causas judiciais	18	902	899	4.922	4.678
Provisão para perdas em investimentos	12	40.623	751.363	-	-
Outras obrigações		-	-	1.010	-
Total do passivo não circulante		**833.197**	**1.566.821**	**8.777.712**	**7.313.940**
Total do passivo		**978.889**	**1.676.695**	**9.443.550**	**8.579.461**
Patrimônio líquido					
Capital social	19 a	2.927.834	2.927.834	2.927.834	2.927.834
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	19 b	877.372	877.372	877.372	877.372
Ações em tesouraria	19 a	(13.993)	(13.993)	(13.993)	(13.993)
Reservas de capital	19 c	60.809	34.167	60.809	34.167
Reservas de lucro	19 d	-	39.704	-	39.704
Ágio em transações de capital	19 e	(64.838)	(64.838)	(64.838)	(64.838)
Prejuízos acumulados		(1.123.161)	(780.048)	(1.123.161)	(780.048)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**2.664.023**	**3.020.198**	**2.664.023**	**3.020.198**
Participação de não controladores		**-**	**-**	**7.498**	**7.465**
Total do patrimônio líquido		**2.664.023**	**3.020.198**	**2.671.521**	**3.027.663**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.642.912**	**4.696.893**	**12.115.071**	**11.607.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social: Capital Subscrito	Capital social: Capital a integralizar	Capital social: Custo de transação	Capital social: Capital subscrito e integralizado	Atribuível aos controladores: Ações em tesouraria	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	Reserva plano de opção de compra de ações	Reserva de capital	Reservas reflexas	Reservas de lucro	Ágio/Deságio em transações de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	19 a	**2.984.373**	**(532.920)**	**(56.539)**	**2.394.914**	**(13.993)**	**570.292**	**3.354**	**20.466**	**10.153**	**16.571**	**(64.838)**	**(155.005)**	**2.781.914**	**6.484**	**2.788.398**
Aumento de capital		-	532.920	-	532.920	-	-	-	-	-	-	-	-	532.920	-	532.920
Emissão de debêntures	19 a	-	-	-	-	-	307.080	-	-	-	-	-	-	307.080	-	307.080
Reserva para incentivos fiscais reflexa de investida		-	-	-	-	-	-	-	-	12.980	-	-	(12.980)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações		-	-	-	-	-	-	10.347	-	-	-	-	-	10.347	-	10.347
Lucro líquido (prejuízo) do exercício operações continuadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(610.879)	(610.879)	981	(609.898)
Prejuízo do exercício operação descontinuada	1.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	(1.184)	-	(1.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19 a	**2.984.373**	**-**	**(56.539)**	**2.927.834**	**(13.993)**	**877.372**	**13.701**	**20.466**	**23.133**	**16.571**	**(64.838)**	**(780.048)**	**3.020.198**	**7.465**	**3.027.663**
Plano de opção de compra de ações	20	-	-	-	-	-	-	26.642	-	-	-	-	-	26.642	-	26.642
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.126)	(1.126)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	-	-	-	(23.133)	(16.571)	-	39.704	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(382.817)	(382.817)	1.159	(381.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19 a	**2.984.373**	**-**	**(56.539)**	**2.927.834**	**(13.993)**	**877.372**	**40.343**	**20.466**	**-**	**-**	**(64.838)**	**(1.123.161)**	**2.664.023**	**7.498**	**2.671.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	3	3.738	3.212	2.343.954	2.072.156
Custo dos serviços prestados	4	-	-	(1.557.081)	(1.412.828)
Lucro bruto		**3.738**	**3.212**	**786.873**	**659.328**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	4	(174.554)	(125.345)	(439.920)	(449.098)
Outras receitas		25.985	12	26.096	454
Resultado de equivalência patrimonial	12	(310.218)	(514.618)	11.233	7.057
		(458.787)	**(639.951)**	**(402.591)**	**(441.587)**
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		**(455.049)**	**(636.739)**	**384.282**	**217.741**
Receitas financeiras	5	186.634	244.022	142.937	171.969
Despesas financeiras	5	(104.980)	(122.879)	(1.112.232)	(1.154.432)
Resultado financeiro, líquido		**81.654**	**121.143**	**(969.295)**	**(982.463)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**373.395)**	**(515.596)**	**(585.013)**	**(764.722)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	2.078	(5.575)	(32.963)	(30.726)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(11.500)	(89.708)	236.318	185.550
Prejuízo das operações em continuidade		**(382.817)**	**(610.879)**	**(381.658)**	**(609.898)**
Prejuízo da operação descontinuada		**-**	**(1.184)**	**-**	**(1.184)**
Prejuízo do exercício		**(382.817)**	**(612.063)**	**(381.658)**	**(611.082)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(382.817)	(612.063)	(382.817)	(612.063)
Acionistas não controladores		-	-	1.159	981
Prejuízo do exercício		**(382.817)**	**(612.063)**	**(381.658)**	**(611.082)**
Resultado por ação - básico (em Reais)	7	(0,740199)	(1,186164)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas		**30.342**	**3.743**	**2.514.375**	**2.140.387**
Receita de serviços bruta	3	4.357	3.743	2.544.306	2.240.273
Outras receitas/despesas		25.985	-	26.008	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(55.939)	(99.886)
Insumos adquiridos de terceiros		**(86.983)**	**(79.685)**	**(1.390.491)**	**(1.264.812)**
Custos dos serviços prestados		-	-	(1.234.843)	(1.097.483)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(453)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(86.983)	(79.685)	(155.195)	(167.329)
Valor adicionado bruto		**(56.641)**	**(75.942)**	**1.123.884**	**875.575**
Depreciação e amortização		(9.121)	(5.602)	(333.477)	(280.546)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**(65.762)**	**(81.544)**	**790.407**	**595.029**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(310.218)	(514.618)	11.233	7.057
Receitas financeiras	5	186.634	244.022	142.937	171.969
Resultado da operação descontinuada		-	(1.184)	-	(1.184)
Outras despesas (receitas) líquidas		-	12	89	454
Valor adicionado total a distribuir		**(189.346)**	**(353.312)**	**944.666**	**773.325**
Pessoal		**68.249**	**33.734**	**273.798**	**228.713**
Remuneração direta		61.325	28.294	219.629	181.129
Benefícios		4.521	4.135	44.869	39.521
FGTS		2.403	1.305	9.300	8.063
Impostos, taxas e contribuições		**28.347**	**112.275**	**(47.818)**	**14.100**
Federais		28.131	112.090	(48.852)	13.262
Estaduais		-	-	65	50
Municipais		216	185	969	788
Remuneração de capitais de terceiros		**96.875**	**112.742**	**1.100.344**	**1.141.594**
Juros	5	95.231	107.417	985.031	925.786
Aluguéis		966	1.222	2.665	2.556
Outras		678	4.103	112.648	213.252
Remuneração de capitais próprios		**(382.817)**	**(612.063)**	**(381.658)**	**(611.082)**
Resultado do período atribuível aos controladores		(382.817)	(612.063)	(382.817)	(612.063)
Participação dos não controladores no resultado		-	-	1.159	981
Valor adicionado total distribuído		**(189.346)**	**(353.312)**	**944.666**	**773.325**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(382.817)	(612.063)	(381.658)	(611.082)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(382.817)**	**(612.063)**	**(381.658)**	**(611.082)**
Resultado abrangente total atribuível aos:				
Acionistas controladores	(382.817)	(612.063)	(382.817)	(612.063)
Acionistas não controladores	-	-	1.159	981
Resultado abrangente total	**(382.817)**	**(612.063)**	**(381.658)**	**(611.082)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(373.395)	(515.596)	(585.013)	(764.722)
Prejuízo da operação descontinuada		-	(1.184)	-	(1.184)
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	310.218	514.618	(11.233)	(7.057)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	55.939	99.886
Perdas por redução ao valor recuperável	13 c	-	-	452	900
Depreciação e amortização	4	9.121	5.602	333.477	280.546
Ganho na alienação de investimento		(25.985)	-	(25.985)	-
Baixa do ativo intangível, imobilizado e arrendamento		-	-	133	612
Receita com acordo de arbitragem SABESP	3	-	-	(425)	(1.534)
Provisão para perdas em causas judiciais	18	3	899	886	(757)
PIS/COFINS com recolhimento diferido		-	-	(5.756)	(842)
Encargos e variações monetárias, líquidas		(62.256)	(82.021)	833.572	737.518
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes		-	-	(3.112)	-
Transações de pagamentos baseados em ações		24.109	9.712	24.109	9.712
Atualização de outorga	5	-	-	78.546	197.404
Provisão para compra de água		-	-	30.098	-
Outras receitas / outras despesas		2.660	-	(290)	(1.589)
Operação descontinuada	1.3	-	1.184	-	291
		(115.525)	(66.786)	725.398	549.184
Variações em:					
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis		(7.855)	30.541	46.790	(340.358)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		(14.135)	2.210	(52.345)	3.489
Aumento em outros ativos		(3.148)	(2.466)	(6.227)	(11.531)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar		(8.722)	(15.445)	(52.541)	80.508
Aumento (redução) em outras obrigações		(220)	(3.196)	4.115	(1.659)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	17	15.333	5.524	20.382	17.368
Aumento (redução) em obrigações fiscais		696	(3.360)	3.525	8.250
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		**(133.576)**	**(52.978)**	**689.097**	**305.251**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis		-	-	72.267	134.603
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(58.502)	(58.937)	(1.409.448)	(137.495)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	(5.574)	(22.137)	(29.703)
Fluxo de caixa líquido usado nas (proveniente das) atividades operacionais		**(192.079)**	**(117.489)**	**(670.221)**	**272.656**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em investidas	12	(93.301)	(86.744)	(500)	-
Alienação de investimentos		90.322	-	90.322	-
Caixa advindo de incorporação		2.472	-	-	-
Aquisições de ativo imobilizado		(16)	-	(11.795)	(18.241)
Aquisições de ativo intangível e ativos de contrato	13	(26.327)	(29.174)	(437.739)	(1.553.038)
Dividendos e juros capital próprio recebidos	24 d	10.585	8.699	235	-
Dividendos pagos		-	-	(151)	(300)
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	2.426	(4.566)
Debêntures e outros investimentos	9	46.490	(323.618)	8.498	2.436
Aplicações financeiras	8	(82.279)	-	(622.313)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		**(52.054)**	**(430.837)**	**(971.017)**	**(1.573.709)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos, debêntures e financiamentos tomados	15	-	-	3.826.998	810.449
Custo de transação pago no período	15	-	-	(265.164)	-
Pagamentos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(41.082)	(22.430)	(2.455.945)	(138.200)
Aumento de capital	19 a	-	532.920	-	532.920
Emissão debêntures mandatoriamente conversíveis em ações	19 a	-	307.080	-	307.080
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		**(41.082)**	**817.570**	**1.105.889**	**1.512.249**
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		**(285.215)**	**269.244**	**(535.349)**	**211.196**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	8	417.296	148.052	769.131	557.935
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**132.081**	**417.296**	**233.782**	**769.131**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Felipe Rath Fingerl
Matheus de Faria Renault Silva
Péricles Sócrates Weber
Talita Caliman
Fabio Fernandes Medeiros

Conselheiros

Paulo Todescan Lessa Mattos
Martin Sebastian Berardi
Gustavo Nickel Buffara de Freitas
Maria Silva Bastos Marques
Jerson Kelman
Vital Meira de Menezes Junior
Vanessa Cristina Resende Viana

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0

"As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, no site (: https://ri.igua.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/) e publicadas no Jornal Valor Econômico versão digital em 03/04/2024"

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.48.060 – Licitação nº 060/2023 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para realização de empreendimento composto de 28 unidades habitacionais e demais serviços, denominado Jaboticabal "F", no município de Jaboticabal/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 04/04/2024 – Esclarecimentos até 18/04/2024 – Abertura: 25/04/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU



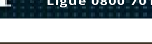


MPF | Procuradoria Geral da República
Ministério Público Federal

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90013/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 010547/2023-62. Objeto: Registro de Preços para aquisição de distintivos de identificação para os Policiais Institucionais lotados nas unidades de segurança do Ministério Público da União, nos termos do inciso II do art. 3º da Portaria SG/PGR nº 576, de 20 de agosto de 2019, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/04/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" – Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90013-2024. Entrega das Propostas: a partir de 03/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas


PECINI LEILÕES | PATRIANI

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE
DATA: 1º Público Leilão: 12/04/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 16/04/2024, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **PATRIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ nº 12.848.806/0001-13, **VENDERÁ,** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Venda e Compra e Alienação Fiduciária em Garantia de Unidade Autônoma, firmado em 19/07/2019, na cidade de Atibaia/SP, o **IMÓVEL**: **SALA COMERCIAL Nº 205, SITUADA NO 2º PAVIMENTO DA TORRE A DO CONDOMÍNIO ATIBAIA OFFICES PATRIANI,** localizado à Rua Clovis Soares, nº 200, do loteamento Alvinópolis, bairro do Alvinópolis, Atibaia/SP**.** Áreas: Privativa Coberta: 44,65m²; Uso Comum: 45,2879m²; Real Total: 89,9379m²; FIT: 0,5528%, com direito ao uso de uma vaga de garagem localizada na área comum. Matrícula Imobiliária nº 128.698 do CRI de Atibaia/SP. Inscrição Imobiliária nº 06.148.024.17-0134840. Consolidação da Propriedade em 06/03/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 439.937,45. 2º Leilão: R$ 94.471,65. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ANA CECILIA MORAES DOS ANJOS**, CPF nº 297.719.828-85, devidamente comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

AKAD SEGUROS S.A.

C.N.P.J. n 14.868.712/0001-31 - N.I.R.E.: 35.300.417.933

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 14 de Março de 2024

1. Data e Horário: 14 de março de 2024, às 9:00 horas. **2. Local:** Nas dependências da sede social da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24 andar, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **3. Presenças:** Acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata. Presentes, ainda, os seguintes administradores da Companhia: Danilo Gamboa, Rafael Fragnan, André Fichel Nascimento, Leandro Roberto Rodrigues, Giovana Consentino, Marcelo Sales Rodrigues Ferreira e Monique Leonardo Coelho da Rosa e Oliveira, em consonância com o teor do artigo 134, parágrafo 1º, da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "LSA"). Dispensada pelos acionistas a presença do auditor independente, conforme autorizado pelo artigo 134, parágrafo 2º, da LSA. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Danilo Gamboa; e Secretário: Eduardo Scurti Varella. **5. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da LSA, em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **6. Publicações:** As Demonstrações Financeiras da Companhia, o Relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Atuariais Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras foram divulgados no Diário Comercial, edição do dia 28 de fevereiro de 2024, nas páginas 43 a 46. **7. Anúncios:** Considerada sanada a falta de publicação dos anúncios mencionados no artigo 133, *caput,* da LSA, em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme autorizado pelo artigo 133, parágrafo 4º, da LSA. **8. Ordem do Dia: (a)** examinar as contas dos administradores refletidas no Relatório da Administração da Companhia; **(b)** examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia; **(c)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(d)** deliberar acerca da distribuição de dividendos; **(e)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia; e **(f)** deliberar acerca da instalação do Conselho Fiscal. **9. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, **(a)** aprovou as contas dos administradores refletidas no Relatório da Administração; **(b)** aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** aprovou a seguinte destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o qual totalizou R$ 21.765.973,36 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos): (i) Deste valor, R$ 1.088.298,67 (um milhão e oitenta e oito mil e duzentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), serão destinados à composição da reserva legal, com base no artigo 193 da LSA, (ii) e o respectivo saldo, no valor de R$ 20.677.674,69 (vinte milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), serão destinados à reserva de lucros a realizar; **(d)** aprovou, consequentemente, a não distribuição de dividendos aos acionistas; **(e)** fixou para a administração da Companhia a remuneração anual global no valor de até R$ 6.511.200,00 (seis milhões, quinhentos e onze mil e duzentos reais) e **(f)** aprovou a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia no exercício social corrente. **10. Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Ordinária e mencionados nesta Ata. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos acionistas da Companhia e pelos seus administradores presentes. **Danilo Gamboa -** Presidente; **Eduardo Scurti Varella -** Secretário. **Acionista Presente:** Ensure Participações Ltda.; Danilo Gamboa. **Administradores Presentes:** Rafael Fragnan; Leandro Roberto Rodrigues; Giovana Consentino; André Fichel Nascimento; Marcelo Sales Rodrigues Ferreira; Monique Leonardo Coelho da Rosa e Oliveira. **JUCESP** nº 128.974/24-2 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SPE Juremas Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.446/0001-00 - NIRE 35.300.357.272

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Juremas Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h50 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Costa Branca Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.392/0001-82 - NIRE 35.300.357.281

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa Branca Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h20 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Macacos Energia S.A.

CNPJ nº 07.091.059/0001-81 - NIRE 35.300.369.718

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Macacos Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h00 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

INÊS 249

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Ganhos x perdas da empresa

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

SUA EMPRESA

Consenso de analistas | SUA EMPRESA

Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360



Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ n° 10.319.371/0001-94 - NIRE n° 35.3.0036052-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 01/24

15/01/2024, às 8h, realizada por videoconferência, Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade, a renúncia ao cargo de Diretor Técnico-Comercial, a partir desta data, apresentada pelo Sr. **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia,** RG n° MG-3.316.728 SSP/MG e CPF/MF n° 765.634.306-78, a eleição para o cargo de **Diretor Técnico-Comercial** do Sr. **Pedro Magalhães Bifano,** RG n° MG-993.532 SSP/MG e CPF/MF n° 193.468.406-68. O mandato vigorará pelo prazo restante do atual mandato da Diretoria, ou seja, até a Reunião do Conselho de Administração a ser realizada até março de 2024, Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 65.861/24-3 em 16/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 3ª E 4ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 16D0718054/ 16D0718055) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 27 de abril de 2016, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 15:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão - IF 16D0718054/ 16D0718055), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 136ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20B0817201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 12 de fevereiro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 136ª Série da 4ª Emissão - IF 20B0817201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70 - NIRE 35.300.465.415 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.** ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia ("**AGOE**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; (ii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) aprovar a proposta de destinação dos lucros acumulados verificados em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; (iv) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) rerratificar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) aditar o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **Informações Gerais:** Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do manual de participação da AGOE, divulgado pela Companhia na presente data ("**Manual da AGOE**"). Os acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, e comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido); e, se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos exigidos na sede da Companhia, ou por e-mail através do endereço <ri@ourofino.com.br>, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGOE. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará também o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A. ("**Escriturador**"), caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo a ser disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do Manual da AGOE. Sem prejuízo do disposto acima, caso V.Sa. compareça à AGOE até o momento da abertura dos trabalhos de posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. Excepcionalmente para esta AGOE, a Companhia não exigirá: (i) o reconhecimento de firma nos instrumentos de mandato para os acionistas a participarem da AGOE; e (ii) o reconhecimento de firma dos boletins de voto a distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, exclusivamente com relação aos boletins de voto a distância a serem encaminhados diretamente à Companhia. Recomendamos aos senhores acionistas que cheguem ao local da realização da AGOE com antecedência de 1 (uma) hora, para o devido cadastramento e ingresso na AGOE. Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na AGOE, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual da AGOE, disponível na sede social da Companhia, no seu *website* de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu *website* de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos *websites* da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGOE ora convocada, incluindo o Manual da AGOE. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia por e-mail (ri@ourofino.com) ou telefone (+55 (16) 3518-2000). Cravinhos, 29 de março de 2024.

Jardel Massari

Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 441ª E 442ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0883824/22A0884066) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 21 de janeiro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **23 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, identificando no título do e-mail a operação (CRI 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão - IF 22A0883824/ 22A0884066), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (vii) a indicação, dentre os conselheiros da Companhia, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **28.04.2024** ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 28 de março de 2024. **Alessandro Giuseppe Carlucci -** Presidente do Conselho de Administração.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 09 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **09 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 6.458,23 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme Fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo II ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade "*Built to Suit*" ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, conforme o caso, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n° 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33.300.292.896

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

29 de abril de 2024, às 10:00 horas

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K1073642) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta

CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 | Código CVM 2047-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

São Paulo, 28 de março de 2024.

Natália Maria Fernandes Pires - Presidente do Conselho de Administração

INÊS 249

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE nº 35.3.0019302-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 01/24

15/01/2024, às 8h10min, realizada por videoconferência. Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade, aprova a renúncia ao cargo de Diretor Técnico-Comercial, a partir desta data, apresentada pelo Sr. **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia**, RG nº MG-3.316.728 SSP/MG e CPF/MF sob nº 765.634.306-78, a eleição para o cargo de **Diretor Técnico-Comercial** do Sr. **Pedro Magalhães Bifano**, RG nº MG-993.532 SSP/MG e CPF/MF sob nº 193.468.406-68. O mandato vigorará pelo prazo restante do atual mandato da Diretoria, até a Reunião do Conselho de Administração a se realizar até março de 2024. Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 65.410/24-5 em 16/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.935/0001-04 - NIRE nº 35.3.0018472-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 04/23 Realizada em 29 de setembro de 2023

29/09/2023, às 9h15min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% das ações com direito a voto, distribuir, a título de dividendos, parte do saldo da conta de Reserva de Lucros a Realizar até 30/06/2023 no valor de R$ 184.212.000,00, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não ultrapassando a data de 31/12/2023. Nada mais a ser tratado. São Paulo, 29/09/2023. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 63.529/24-5 em 14/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

CNPJ nº 11.004.138/0001-85 - NIRE nº 35.3.0037045-7

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 01/24

15/01/2024, às 8h20min, realizada por videoconferência. Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade. **Deliberação:** aprova, sem ressalvas e por unanimidade a eleição para o cargo de **Diretor Técnico-Comercial** do Sr. **Pedro Magalhães Bifano,** RG nº MG-993.532 SSP/MG e CPF/MF nº 193.468.406-68. O mandato vigorará pelo prazo restante do atual mandato da Diretoria, ou seja, até a Reunião do Conselho de Administração a ser realizada até março de 2024. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 65.409/24-3 em 16/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2024. 1. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de março de 2024, às 11h00min, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte). **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do artigo 18, §2º do Estatuto Social da Companhia e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Companhia, os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Artigo 16, §7º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretária: Sra. Ana Marta Horta Veloso. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da deliberação sobre a contratação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio junto ao Banco BTG e a prestação de aval pela Companhia, incluindo os contratos de Nota Promissória e Fiança Bancária. **5. Deliberações:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Companhia. Passando ao exame da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, decidiu pela rerratificação da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em 29/02/2024, relacionada à aprovação da contratação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio pela controlada direta da Companhia, Enauta Energia S.A. ("Enauta Energia"), junto ao Banco BTG, no valor de US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), com prazo de 18 (dezoito) meses, bem como da prestação de aval pela Companhia referente à referida contratação, incluindo a aprovação dos seguintes contratos acessórios: (i) Nota Promissória, emitida pela Enauta Energia, e a ser avalizada pela Companhia, na qualidade de avalista; e (ii) Fiança Bancária, em favor do banco BTG, a ser emitida pela Companhia, na qualidade de fiadora. Fica a Diretoria Executiva autorizada a adotar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para o fiel cumprimento das deliberações acima referidas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente, Ana Marta Horta Veloso - Secretária. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha, Ricardo de Queiroz Galvão, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ana Marta Horta Veloso, Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 21/03/24 sob o nº 6142893. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital nº 90085/2024-8 – Pregão

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, por meio da Superintendência Regional no Estado de São Paulo, torna público que realizará, dia **18 Abril de 2024, às 10h00min**, licitação na modalidade Pregão, visando à **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção de 34 (trinta e quatro) Obras de Arte Especiais, localizadas na Rodovia BR-459/SP, sob jurisdição da Unidade Local de Taubaté, no âmbito do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas - Proarte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) e seu apêndice (Estudo Técnico Preliminar). Código da UASG 393025. Lote: único. Esclarecimentos:** scl.sp@dnit.gov.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial do DNIT, endereço https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes/.

Processo Administrativo SEI! Nº 50600.011497/2023-03 (disponível para vistas mediante solicitação no portal Fala.BR - https://encurtador.com.br/itxQ9)

PETERSON RUAN AIELLO DO COUTO RAMOS
Superintendente Regional do DNIT/SP

SPE Cajueiro Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.840/0001-80 - NIRE 35.300.360.931

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Cajueiro Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h10 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Farol de Touros Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.836/0001-11 - NIRE 35.300.360.974

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Farol de Touros Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h40min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Cherobim Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.469.360/0001-98 - NIRE 35.300.502.949

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Cherobim Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h30 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Baixa Verde Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.241/0001-04 - NIRE 35.300.360.958

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Baixa Verde Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h00 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail: corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Varginha Energética S.A.

CNPJ nº 11.171.582/0001-95 - NIRE 35.300.499.964

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Varginha Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h00min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Pedra Preta Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.342/0001-03 - NIRE 35.300.357.299

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Pedra Preta Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h20min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 011/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 001/2024, cujo objeto é a Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Reforma e Adequação de **02 Blocos (8 salas) e da Quadra Esportiva, construção de Sanitários, Refeitório e área de Pátio Coberto na EMEFEI Doce Saber, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **23/04/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Esportes e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 016/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 003/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Recapeamento asfáltico de vias públicas do município - Ruas São Paulo, Fortaleza, Vitória e Estevan Hoppert, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar nº 086/2015, RP 6 - Impositivo do Deputado Federal enrico Misasi, OGU - Ministério das Cidades e recursos próprios do município.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **25/04/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 020/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 006/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Recapeamento asfáltico de vias públicas do município - Rua Joaquim Ferreira da Rocha, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **26/04/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 021/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 007/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Recapeamento asfáltico de vias públicas do município - Av. dos Ipês, Quadras 13, 15, 17, 19 e 21, com recursos oriundos de emenda parlamentar nº 2023.068.50745 do Deputado Mauro Bragato e do tesouro municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **29/04/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 022/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 008/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Recapeamento asfáltico de vias públicas do município - Av. Sebastião Lopes com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **30/04/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 030/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 009/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Execução de obra de cobertura da Quadra na EMEFEI Mário Bonifácio, Agrovila I, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Nº 9032022/2022, do Deputado Federal Gilberto Nascimento e recursos próprios.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **02/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 031/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 010/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Execução de obra do fechamento do Terreno do Museu, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **03/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Moisés Sebastião da Silva - Secretário de Turismo e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 033/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 011/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Execução de obra de reforma e adequação da Praça da Matriz, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **06/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 040/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 015/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Execução de obra de reforma e adequação do Cemitério Municipal "Horto da Igualdade", com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **07/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 035/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência eletrônica nº 012/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para Execução de obra de Construção do Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 0460590-64/2023/CESP/CAIXA e recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **08/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Moisés Sebatião da Silva - Secretário de Turismo e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 406ª E 418ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0146951/21L0324419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 03 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 11:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão - IF 21L0146951/21L0324419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia e a manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular do CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 22ª E 23ª SÉRIES DA 5ª EMISSÃO (IF 12L0018386 / 12L0019695) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª e 23ª Séries da 5ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 04 de dezembro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **23 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fiduciario@trusteedtvm.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 22ª e 23ª Séries da 5ª Emissão - IF 12L0018386 / 12L0019695), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fiduciario@trusteedtvm.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Mensagem da Administração



O ano de 2023 marcou o início de uma nova gestão estadual, consequentemente, um ano de mudanças importantes na Prodesp, que buscaram torná-la mais eficaz e eficiente.

A urgência e a relevância dessas mudanças na Companhia ficam evidenciadas pelo peso que o atual Governo do Estado de São Paulo atribui à digitalização como forma de ampliar o acesso a serviços públicos, de desburocratizar processos operacionais e de melhorar a gestão pública.

A criação de uma estrutura com o propósito de conduzir esse processo, a Secretaria de Gestão e Governo Digital, bem como a publicação de uma estratégia específica, instituída pelo Decreto estadual 67.799/2023, traduzem esse compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a transformação digital e a evolução na prestação de serviços à população.

Nesse sentido, a reestruturação organizacional da Prodesp teve como objetivo fortalecer sua governança, com a criação de áreas dedicadas à transparência, integridade, gestão de riscos e planejamento estratégico, além de melhorar o relacionamento com clientes e trazer mais agilidade na prestação de serviços; reduzir custos e despesas e assim aumentar sua eficiência operacional.

Entre as entregas do período, destaque para projetos capitaneados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, como a adoção do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, plataforma de produção e gestão de processos digitais já utilizada pelo Governo federal e por vários estados e municípios; o uso do login GOV.BR como chave única de acesso aos serviços digitais do Estado; o SOU.SP.GOV.BR, aplicativo que reúne no celular a vida funcional dos servidores paulistas; o novo Diário Oficial; e os avanços do Poupatempo SP.GOV.BR, que ganhou novas unidades físicas e ampliou significativamente a oferta de serviços digitais em seus canais.

Merecem menção, ainda, a plataforma para emissão da CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; a opção do PIX para pagamento do IPVA e outros débitos relacionados a veículos; a adesão de São Paulo ao Sistema de Notificação Eletrônica, possibilitando ao cidadão o pagamento de multas de trânsito do Detran.SP e do DER.SP com descontos; e as soluções para viabilização do programa Sala do Futuro, que busca modernizar a educação e reduzir a evasão escolar.

Quanto à infraestrutura, o parque tecnológico foi modernizado, além de iniciados os procedimentos para aumentar os níveis de serviços e a disponibilidade dos sistemas de missão crítica.

No plano interno, além da já mencionada reestruturação organizacional, podemos citar as medidas para redução dos custos operacionais, como a renegociação de contratos com fornecedores, que resultou em uma economia estimada de R$ 434,9 milhões, as ações voltadas à redução dos preços praticados e ao reconhecimento e engajamento dos colaboradores, tal como a implantação de novo processo de avaliação de desempenho individual, revalorizando a meritocracia.

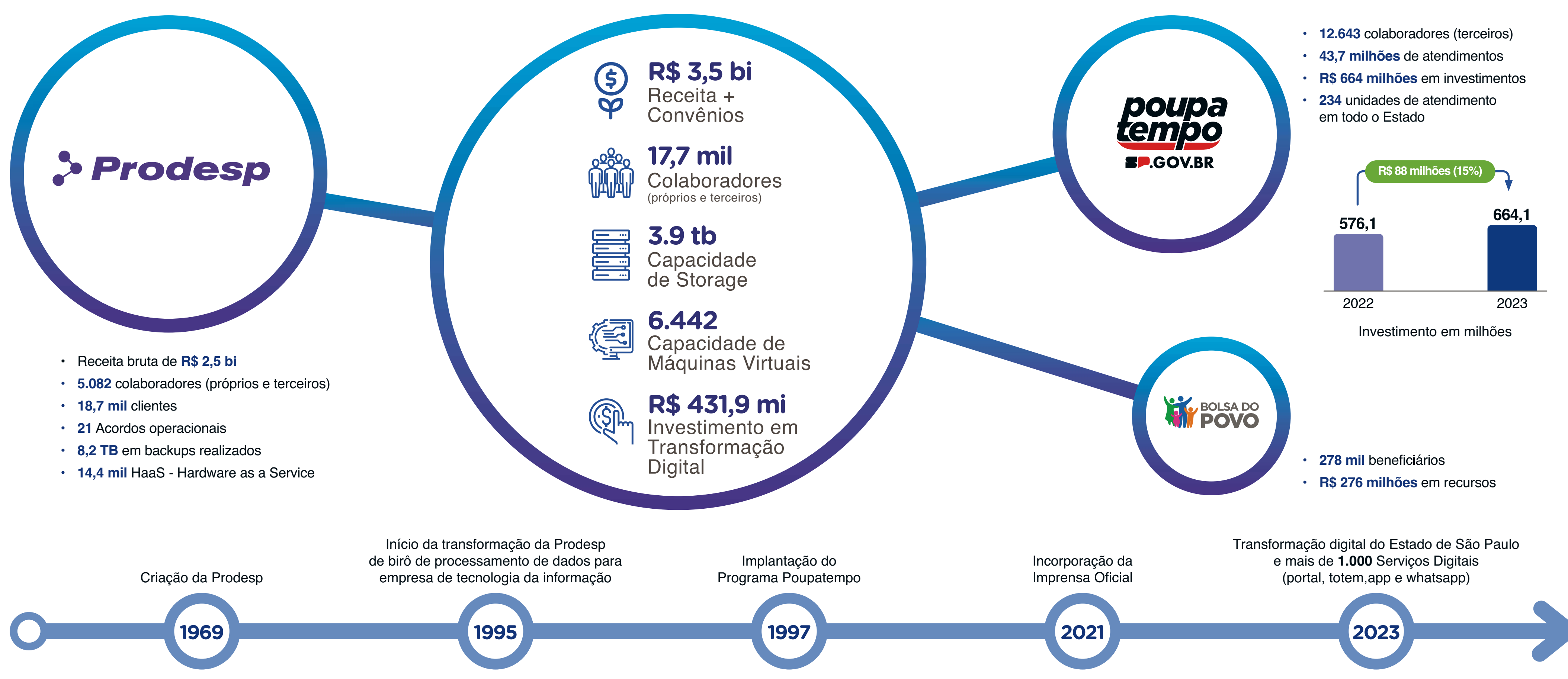
Em 2024, a Prodesp aprofundará as mudanças necessárias para que a Companhia seja cada vez mais relevante na Indústria de Tecnologia da informação, ampliando as entregas e disponibilizando mais serviços digitais para os paulistas.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor-Presidente

Gestão Corporativa

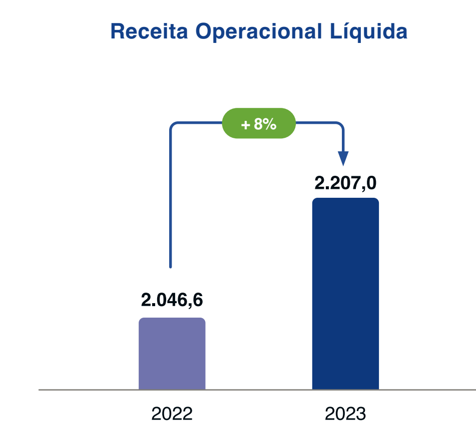
Ecossistema Prodesp em 2023

Além de desenvolver soluções tecnológicas inovadoras para a transformação digital do Estado de São Paulo, a Prodesp é responsável pela operacionalização de dois importantes programas de governo: o Poupatempo SP.GOV.BR e o Bolsa do Povo.



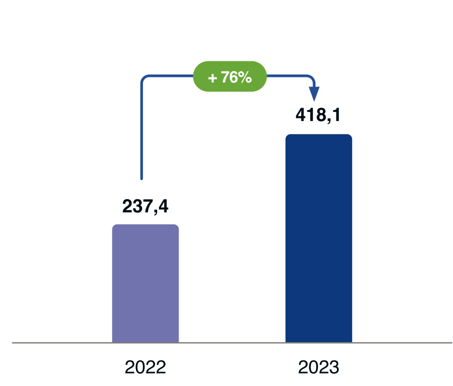
Destaques Financeiros

Receita Operacional Líquida



A Prodesp registrou um **crescimento de 8%** na receita operacional líquida em 2023, alcançando **R$ 2,2 bilhões**. Esse aumento representa mais investimentos do Estado em transformação digital, com a entrega de soluções aos clientes que irão melhorar a qualidade e tornar menos burocrática a prestação de serviços públicos ao cidadão.

EBITDA Ajustado



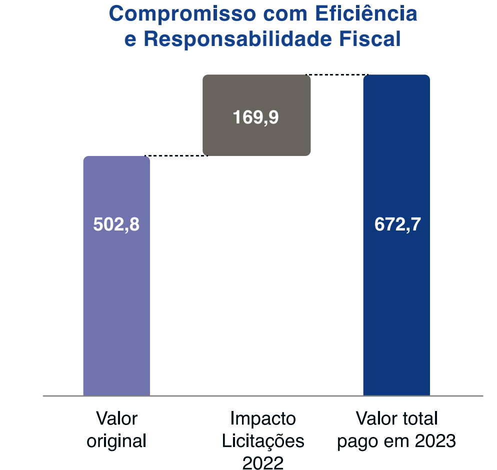
O EBITDA ajustado apresentou um crescimento significativo de **76%** em 2023, totalizando **R$ 418,1 milhões**, como resultado da adoção de uma abordagem disciplinada na gestão financeira, focada na otimização do uso de recursos. A aplicação de tecnologias inovadoras para automatizar processos e a implementação de medidas para aprimorar a eficiência permitiram a redução de custos, a melhoria da eficiência e o aumento da produtividade e da competitividade.

Lucro Líquido Ajustado

+ 62%
145,6
236,2
2022
2023

O Lucro Líquido ajustado em 2023 apresentou um notável crescimento de **62%**, totalizando **R$ 236,2 milhões** em comparação aos R$ 145,6 milhões registrados em 2022. Esse resultado expressivo reflete a eficácia da gestão financeira da Prodesp, evidenciando sua robustez e capacidade de geração de resultados. O ajuste do lucro leva em consideração ajustes para eliminar efeitos não recorrentes ou extraordinários, proporcionando uma visão mais clara e consistente do desempenho financeiro da Companhia ao longo do tempo.

Compromisso com Eficiência e Responsabilidade Fiscal

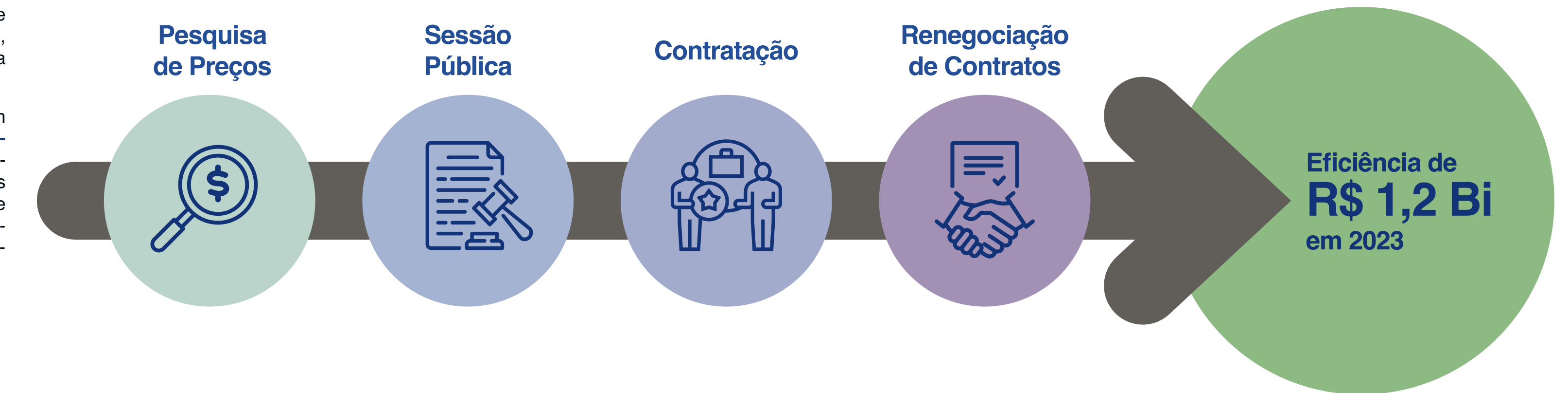


Após a última atualização da Tabela de Preços, (março de 2022), os custos com mão de obra terceirizada aumentaram 34%, em licitações realizadas entre julho e outubro de 2022 (IPC do período: 5,5%). Apesar disso, demonstrando comprometimento com seus clientes, a Prodesp não repassou esses custos ao Estado, impactando os resultados da Companhia em 2023 em **R$ 169,9 milhões**. Ações estão em curso para aumentar a eficiência operacional.

Eficiência Financeira

A partir de pesquisas de preços qualificadas e do uso de metodologia estatística, que elimina valores discrepantes, a Prodesp define o valor estimado de suas licitações para contratar bens e serviços.

Com isso, considerando-se apenas essas licitações, em 2023 a Companhia obteve uma economia de **R$ 738,8 milhões,** reduzindo significativamente o preço inicialmente estimado. Já a renegociação de contratos com fornecedores resultou na economia de outros **R$ 434,9 milhões,** mediante descontos nos preços, ajustes no escopo e objeto contratados e renúncias aos índices de reajuste. No total, a economia estimada chegou a cerca de **R$ 1,2 bilhão** no ano.



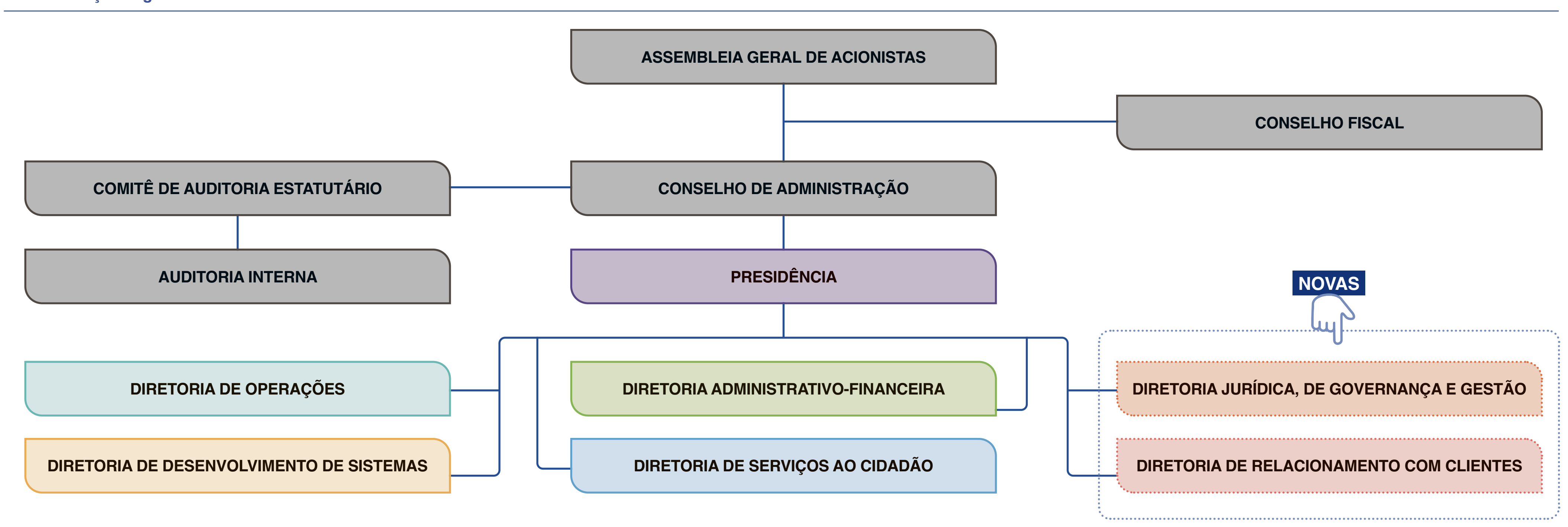
Continua



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Reestruturação Organizacional





Com base nas diretrizes da nova gestão estadual, em especial a estratégia de governo digital, e nas melhores práticas do mercado de TI, a reestruturação visou fortalecer a governança da Companhia, trazer maior agilidade na prestação de serviços e aumentar a eficiência operacional.



Criada **Diretoria Jurídica, de Governança e Gestão**, que reúne áreas relacionadas à governança, ética, transparência, integridade, responsabilização, gestão de riscos, privacidade e proteção da informação, processos, portfólio e projetos, planejamento estratégico, jurídica e ouvidoria.



O atendimento a clientes também recebeu atenção especial, com a instituição de uma diretoria focada no **Relacionamento com Clientes**, com *key account managers* para as contas consideradas estratégicas.



Para agregar maior valor às propostas de soluções oferecidas aos clientes e melhorar o delivery da transformação digital, foi criada **Gerência de Estruturação de Soluções**, com função mais consultiva.

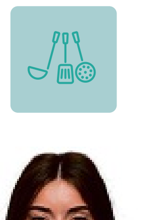


Em sintonia com as boas práticas de governança em TI, e em busca de ganhos de agilidade, estabilidade, disponibilidade, escalabilidade e segurança, foi instituída **Gerência de Arquitetura Tecnológica**, que irá disciplinar a criação, manutenção e uso de dados, soluções e infraestrutura de TI para toda a Companhia.

Pessoas

Alimentação

Cerca de três anos e meio após o término do contrato com a empresa que operava o restaurante que atende aos colaboradores na Sede da Companhia, um novo modelo de contratação, de permissão de uso não onerosa, com desconto no valor das refeições e sem investimentos da Prodesp, permitiu a reabertura do local.



Equidade

Visando melhorar o ambiente de trabalho, o direito de uso da creche instalada na Sede da Prodesp foi estendido para filhos de funcionários (pais). Com isso, passou-se de 23 para **43 crianças atendidas**, sem custo adicional.

Meritocracia



Após quatro anos sem avaliação de desempenho individual, foi implantado novo programa baseado nos pilares do PESC - Plano de Empregos, Salários e Carreiras da Companhia. Os resultados da avaliação passam a nortear o ciclo de promoções dos funcionários de carreira da Prodesp. Em 2023, foram promovidos **252 funcionários**, o que representa 14% do quadro total da Companhia.

Capacitação



Para aprimorar as competências dos funcionários, foi estabelecido plano anual de capacitação para 2023, dividido em dois pilares: um com cursos mandatórios, como o do Código de Conduta e Integridade, e outro com cursos corporativos, que contemplaram temas como cibersegurança, gestão e fiscalização de contratos e proteção e segurança da informação, entre outros. No total, as atividades somaram cerca de **24 mil** horas/homem de treinamento.

Saúde

O consultório odontológico localizado na unidade Mooca foi transferido para a Sede da Companhia, onde está a maioria dos funcionários. O ambulatório médico que já funcionava em Taboão da Serra foi ampliado. As ações integram um processo estratégico de otimização de equipes e serviços na Sede, para facilitar o acesso e o atendimento aos funcionários.

Talentos

Ciente do papel e da importância de seus colaboradores para o alcance dos objetivos empresariais, a Prodesp incorporou um novo valor em suas diretrizes estratégicas: Talentos. A valorização das pessoas também é uma das dimensões do Planejamento Estratégico 2024-2028. Com isso, o preparo do corpo funcional e o reconhecimento de suas entregas e superações passa a ser um compromisso explícito da Companhia.

Atividades de Integração e Conscientização



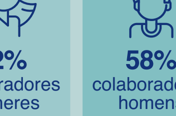


Em busca da melhoria do clima organizacional, de maior interação entre as equipes e do estreitamento de laços com familiares de colaboradores, com reflexos na motivação, engajamento e satisfação pessoal dos funcionários, foram realizadas atividades de integração em datas comemorativas, como o Dia dos Pais e das Mães, Dia das Crianças e Festa Junina. Também foram organizados eventos de conscientização sobre saúde, como Outubro Rosa e Novembro Azul.

Diversidade



42% colaboradoras mulheres



58% colaboradores homens



54,3 anos média de idade dos colaboradores

A forma de contratação da Prodesp, via concurso público, garante isenção total na seleção dos funcionários e, por consequência, seu corpo técnico é composto igualmente por homens e mulheres, sem distinção de gênero, etnia, idade ou cultura.

ESG - Ambiental, Social e Governança

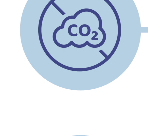










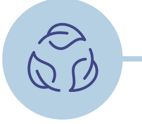











Pacto Global

Desde 2014, a Prodesp é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, tendo compromisso com seus princípios universais e com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

Neutralização de Carbono

A Prodesp iniciou em 2023 a transição do Acordo Ambiental São Paulo para o Compromisso SP Carbono Zero, programa de natureza voluntária, com foco na mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Doação de Sangue

As campanhas anuais promovidas pela Prodesp junto aos seus funcionários, em parceria com o Hemocentro de São Paulo, coletaram 195 bolsas de sangue em 2023. Em nove anos esse número já chegou a 1.432 bolsas.

Programa de Integridade

Foram lançadas novas versões do Programa de Integridade, que reúne os instrumentos para prevenção, detecção e combate à corrupção, e do Código de Conduta e Integridade da Prodesp.

Reciclagem e Destinação Correta

Em 2023, a Prodesp encaminhou para reciclagem ou destinação correta, por meio de cooperativas e empresas especializadas, 25 toneladas de sucata de papel, 7,7 toneladas de sucata de papelão e 3,4 mil lâmpadas.

Continua







Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Prêmios



Prêmio Empresas Mais



Prêmio iBest

Em 2023, a Prodesp conquistou três prêmios: o **Empresas + Éticas do Brasil**, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, pelas boas práticas em ética e integridade, que garantem um ambiente de trabalho onde respeito e transparência prevalecem; o **Empresas Mais**, concedido pelo jornal O Estado de S. Paulo e FIA Business School, como uma das líderes do segmento Sustentabilidade no País; e o de **destaque do ano** no **Anuário Informática Hoje**, da Fórum Editorial, na categoria serviços para governo.

O Poupatempo SP.GOV.BR, que é operacionalizado pela Prodesp para a Secretaria de Gestão e Governo Digital, conquistou o **Prêmio iBest** na categoria **iniciativa digital em governos estaduais**.

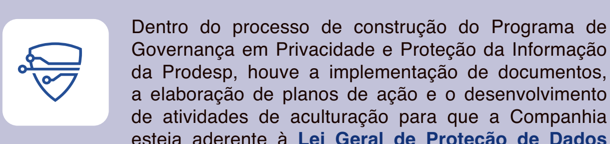
Certificações



A Prodesp investe em certificações ISO desde 2002 com o intuito de profissionalizar e promover a gestão de processos. A empresa está certificada em gestão de qualidade **(ISO 9001)**, gestão da segurança da informação **(ISO 27001)**, gestão de serviços de TI **(ISO 20000)** e gestão ambiental **(ISO 14001)**.

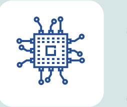
Outras Ações

Privacidade e Proteção de Informação



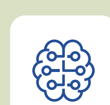
Dentro do processo de construção do Programa de Governança em Privacidade e Proteção da Informação da Prodesp, houve a implementação de documentos, a elaboração de planos de ação e o desenvolvimento de atividades de aculturação para que a Companhia esteja aderente à **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e às boas-práticas de governança em privacidade e proteção de dados pessoais.

Processos, Portifólio e Projetos



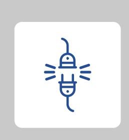
Para gestão estratégica do portifólio, além de criada gerência específica, foi estabelecido um ecossistema robusto para centralizar todos os projetos internos da Companhia e monitorá-los em tempo real, bem como definidos métodos de trabalho eficazes, baseados em Agile PMO, e realizados workshops de capacitação. As 24 iniciativas do PDTIC ca Companhia, que totalizam **59 projetos**, são monitoradas e acompanhadas por esse ecossistema.

Planejamento Estratégico



O Planejamento Estratégico da Prodesp para o ciclo 2023-2027 foi revisado em atendimento ao decreto 67.799/2023, que instituiu a Estratégia de Governo Digital do Estado de São Paulo - EGD. No mesmo contexto, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação para o período 2023-2026. Também foram desenvolvidas ações tendo em vista a elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2028, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro/2023.

Desativação da Unidade Mooca



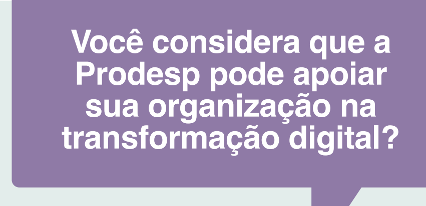
Como parte da busca contínua pela eficiência operacional e maximização de recursos, as estruturas físicas da Prodesp foram reorganizadas com o encerramento das atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca, em São Paulo. Além de consolidar as operações na Sede da Companhia, em Taboão da Serra, facilitando a comunicação e a colaboração entre pessoas e departamentos, a ação visou a redução de despesas, com economias estimadas de **R$ 10 milhões** anuais em manutenção e **R$ 70 milhões** na recuperação da estrutura predial, deteriorada pelo tempo de uso. A decisão demonstra o compromisso da Companhia com a eficiência operacional, a responsabilidade financeira e a sustentabilidade.

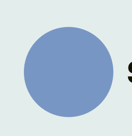
Acervo Histórico da Imprensa Oficial



Com a desativação da unidade Mooca, os documentos armazenados no local foram avaliados com vistas à preservação do acervo histórico da Imprensa Oficial. Paralelamente à fragmentação de cerca de 1,7 mil caixas de documentos com prazo de guarda vencido, foi iniciada a descontaminação de publicações e brochuras do Diário Oficial, tendo em vista sua doação ao Arquivo Público do Estado, que também recebeu microfichas, CDs e microfilmes que faziam parte do acervo da Companhia. A Prodesp reafirma, assim, seu compromisso com a preservação do patrimônio histórico e cultural de São Paulo.

Satisfação dos Clientes





SIM

87%

A satisfação dos clientes com a Prodesp é medida anualmente por meio de pesquisa conduzida por instituto independente. Em 2023, o nível de satisfação geral atingiu **7,65** em uma escala de 0 a 10. A média da avaliação por atributos como equipe de atendimento, qualidade dos serviços, recursos e prazos foi **7,94**. Na pesquisa qualitativa sobre transformação digital, a percepção da maioria absoluta dos clientes é que a Prodesp pode apoiar seu órgão/entidade na transformação digital.

Avaliação dos Administradores



Em atendimento à Lei federal 13.303/2016, a Prodesp procedeu à avaliação coletiva e individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. O processo de avaliação seguiu a metodologia e os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) na Deliberação 004/2019. Os resultados das avaliações buscam identificar oportunidades de melhoria.

Infraestrutura e Serviços Operacionais

Data Center



A modernização do backup, que adotou discos em vez de fitas, levou a uma redução de aproximadamente **50%** no tempo de processamento de cópias de segurança e de até **20%** nos demais processamentos, além de economia de energia e diminuição do espaço utilizado.

Outro passo importante para aprimorar a qualidade e disponibilidade dos serviços prestados aos clientes, foi o início das atividades de Certificação do Data Center da Companhia na categoria Tier III, que assegura uma disponibilidade de **99,98%** nos serviços processados.

Cibersegurança



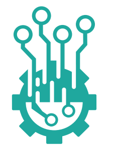
Em parceria com empresas especializadas, com total observância à LGPD, a Prodesp oferece soluções de segurança digital para diversos segmentos, protegendo sistemas, redes e dados contra ataques cibernéticos. Mais de 50 mil ativos são monitorados e protegidos pela Companhia com tecnologias avançadas e equipe qualificada.

Acordos de Tecnologia

A formalização de acordos operacionais com os maiores fabricantes de tecnologia da informação e comunicação do mundo permite que a Prodesp ofereça soluções inovadoras a seus clientes. Atualmente, estão vigentes **21 acordos** de produtos e serviços, cuja relação completa está disponível em www.prodesp.sp.gov.br.

Expansão dos Ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação

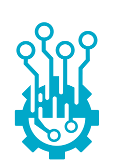
39%
em hosts físicos
(de 113 para 158)



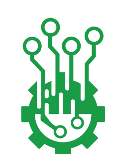
45%
em máquinas virtualizadas On Premises
(de 527 para 765)



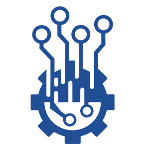
18%
no volume de armazenamento
(de 2,26 para 2,67 petabytes)



10%
no volume gravado no ambiente Open
(de 151,9 para 167,7 terabytes)



5%
nos jobs executados para backup
(de 8,1 para 8,5 milhões)



Intragov Voip

A quantidade de ramais telefônicos digitais ultrapassou a marca de **125 mil números**, para um total de mais de **26,5 mil** dispositivos VoIP, contratados por **42** órgãos partícipes em **1.450** endereços espalhados pelo estado de São Paulo e em Brasília - DF.

Com a transição para os novos contratos com a operadora dos serviços de telefonia digital via Intragov, foram disponibilizados serviços **0800** e **0300**, além de conexão com soluções de colaboração, como o MS Teams.

Inteligência Artificial



Com uma equipe qualificada e atualizada com as tendências e as melhores práticas de inteligência artificial, além de parcerias com os maiores players do mercado, a Prodesp disponibiliza em seu portifólio soluções que geram grande valor e impacto positivo, em especial no atendimento ao cidadão. Entre essas soluções estão a plataforma que monitora e analisa dados de navegação, a ferramenta que auxilia na análise de dados do big data do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a automação de processos do Poupatempo SP.GOV.BR.

Plataforma de Colaboração e Produtividade



A Plataforma de Colaboração e Produtividade gerida pela Prodesp, que contribui para aumento da produtividade na administração estadual, alcançou mais de **90 mil** usuários ativos, de **92** órgãos, registrando, em 2023, **82,2 milhões** de mensagens de chats, **479,1 milhões** de mensagens de e-mail, **760,5 mil** chamadas de voz, **2,1 milhões** de reuniões por videoconferência e **52,7 milhões** de arquivos armazenados em nuvem.

HaaS (Hardware as a Service)



O serviço de locação de bens oferecido pela Prodesp registrou avanço significativo com a formalização de contratos que elevaram em cerca de **9%** a receita anual. Além disso, a prorrogação de contratos vigentes gerou um faturamento adicional de **R$ 26 milhões**, sem demandar novos investimentos, mediante aproveitamento pleno dos equipamentos disponíveis.

Serviços Operacionais



49 milhões
de páginas impressas

6,5 milhões
de Carteiras Nacionais de Habilitação expedidas

53,6 milhões
de páginas digitalizadas (GED)

7,8 milhões
de coletas biométricas para emissão de CNH e RG

Continua



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Programas de Governo e Soluções Segmentadas

Poupatempo SP.GOV.BR



Secretaria de Gestão e Governo Digital

- Abertura de **25 novos postos**, elevando para **234** o número de unidades de atendimento em todo o Estado.
- Presença física do programa saltou de 630 para **641 municípios**.
- Mais de **1.000 serviços digitais** disponibilizados em diferentes canais (portal, app, totens e whatsapp).
- Implantação de novo portal, integrado à Carta de Serviços, com botões de ação e busca em destaque que levam diretamente para a execução do serviço ou agendamento.
- Implantação de **serviços presenciais** das prefeituras de Teodoro Sampaio, Presidente Venceslau, José Bonifácio, Piracicaba, Bauru e Olimpia e oferta de novos serviços de Assis, Pindamonhangaba, Itapeva, Avaré, Itapetininga, Tatuí, Ubatuba, Lins e Franca.
- **43,7 milhões** de atendimentos realizados, sendo **28,2 milhões** de forma digital **(64,6%)** e **15,5 milhões** presencialmente **(35,4%)**.

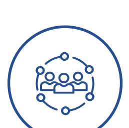
SEI - Sistema Eletrônico de Informações



Toda a administração estadual - **mais de 80 órgãos** - passou a usar o SEI, desenvolvido pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4), com plataforma de produção e gestão de processos digitais, com ganhos significativos de usabilidade e produtividade.



O SEI encerrou 2023 com mais **de 251 mil usuários** cadastrados e a geração de uma economia estimada para o Estado, em oito meses, de **R$ 845 milhões**. São Paulo tornou-se a maior plataforma do Brasil.



Para a administração municipal, foi disponibilizado o **SEI Cidades**, já adotado por São Vicente e Jacareí.



O uso do SEI preservou cerca de **36,9 mil** pés de eucalipto, que seriam necessários para produzir **369 milhões** de folhas de papel.

Secretaria de Gestão e Governo Digital

Login Único GOV.BR



A adoção do **login único GOV.BR**, do Governo Federal, deu mais segurança no acesso aos serviços digitais oferecidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

Secretaria de Gestão e Governo Digital

Inclusão Social

As pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) ganharam uma plataforma online para solicitação e emissão da **CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, que garante atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Secretaria de Gestão e Governo Digital e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Combate à Criminalidade



Com o lançamento do Programa Muralha Paulista, de combate à criminalidade, nove novas cidades - Guará, Ilha Comprida, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto, Assis, Votorantim, Leme, Rosana e Santa Rita do Passa Quatro - tiveram suas câmeras de monitoramento e leitores de placas de veículos integrados ao sistema Detecta, que já conta com cerca de **19 mil** desses dispositivos conectados, possibilitando um aumento na consciência situacional dos agentes da segurança pública e das guardas civis metropolitanas.



Foram adotadas melhorias no sistema analítico que auxilia na resolução de crimes de roubos e furtos com o uso de ferramentas de **Inteligência Artificial** para indicação de possíveis suspeitos.



Implantado sistema para gestão das atividades de investigação, tendo em vista a redução dos custos com diligências e a padronização do processo de instauração de inquéritos.

Secretaria da Segurança Pública

Ensino e Gestão Escolar

Para operacionalizar o programa **Sala do Futuro**, que busca modernizar a educação e reduzir a evasão escolar em São Paulo, foram desenvolvidas soluções para exames diagnósticos bimestrais (Prova Paulista); produção de redações, com correção gramatical realizada por inteligência artificial (Redação Paulista), envio e execução de tarefas (Tarefa SP), disponibilização de materiais para aplicação nas aulas e integração com plataformas educacionais.

Secretaria da Educação

SOU.SP.GOV.BR

Os serviços relacionados à vida funcional dos servidores públicos civis ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo Estadual, como férias, demonstrativo de pagamento e informe de rendimentos, entre outros, foram reunidos em um só lugar, o aplicativo SOU.SP.GOV.BR, beneficiando mais de **1,2 milhão de usuários** e **15 mil servidores** da área de gestão de pessoas.

Secretaria de Gestão e Governo Digital

Veículos

A interligação de São Paulo ao **Sistema de Notificação Eletrônica - SNE** permitiu que o cidadão pague multas de trânsito aplicadas pelo Detran.SP e DER.SP com até **40%** de desconto. Os paulistas economizaram **R$ 51,2 milhões** no pagamento de multas.



A integração do aviso de intenção de venda de veículo à plataforma do **e-notariado (cartório digital)**, automatizou seu encaminhamento e passou a permitir a assinatura eletrônica do documento.

Detran.SP e DER.SP

Central de Dados do Estado de São Paulo (CDESP)



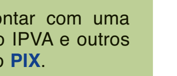
A interoperabilidade de dados biométricos digitais e faciais com o Tribunal Superior Eleitoral - TSE possibilitou o complemento da base da Justiça Eleitoral e o seu uso em projetos do Estado de São Paulo.

Secretaria de Gestão e Governo Digital

Tributos e Finanças



O contribuinte passou a contar com uma nova opção para quitação do IPVA e outros débitos relativos a veículos: o **PIX**.



A adequação e implantação de novas funcionalidades nos sistemas AIIM (Auto de Infração e Imposição de Multa), Conta Fiscal e Parcelamento de Débitos não Inscritos do ICMS viabilizou a operacionalização do **Programa Resolve Já**, que permite ao contribuinte quitar dívidas de autos de infração do ICMS com prazos mais dilatados e maiores descontos.



Para aprimorar a gestão da captação de recursos pelo Estado, proporcionando informações mais claras e concisas, foi implantada solução que contempla todas as etapas da contratação e acompanhamento das operações de crédito, que envolvem aspectos como leis autorizativas, contratos, projetos, órgãos executores, valores, prazos e vencimentos, entre outros.

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Sistema de Atendimento Digital do Procon.SP



O sistema que contempla todo o processo de atendimento ao cidadão - como contato inicial, fiscalização, emissão de autos de infração e audiências de conciliação - foi adequado para liberação do seu uso pelos municípios conveniados.

Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.SP

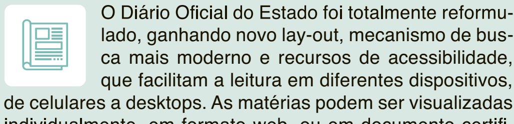
Bolsa do Povo



A operacionalização financeira dos programas sociais do Estado ganhou mais agilidade, qualidade e segurança com a adoção de sistema automatizado de pagamentos.

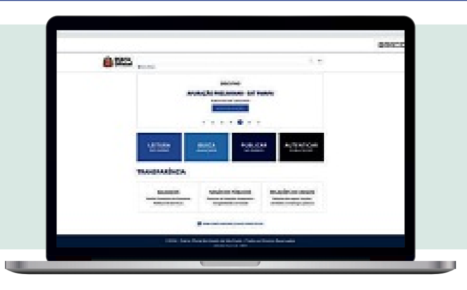
Secretaria de Desenvolvimento Social

Diário Oficial



O Diário Oficial do Estado foi totalmente reformulado, ganhando novo lay-out, mecanismo de busca mais moderno e recursos de acessibilidade, que facilitam a leitura em diferentes dispositivos, de celulares a desktops. As matérias podem ser visualizadas individualmente, em formato web, ou em documento certificado digitalmente.

Secretaria de Gestão e Governo Digital



Outras Soluções Desenvolvidas

01 Sistema de Gestão de Frotas de Veículos, para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

02 Módulos para registro do ingresso de dependentes químicos no programa de acolhimento e tratamento do Estado, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e de prestação de contas por centros de tratamento e comunidades terapêuticas participantes da iniciativa.

03 Módulos de Aposentadoria, Pensão e Reforma da Fase 3 - Atos de Pessoal do sistema Audesp (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

04 Módulo de registro de incidentes, do Sistema de Apoio às Fiscalizações, da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), para tratamento das ocorrências com concessionárias de energia Elétrica.

05 Sistema de Laudos do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc), permitindo que o Tribunal de Justiça solicite e receba de forma eletrônica laudos periciais de medicina legal.

06 Portal da Estratégia de Governo Digital, plataforma da Secretaria de Gestão e Governo Digital para que os órgãos estaduais cadastrem seus Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação.

07 Extensão do uso do Talonário Eletrônico para todas as companhias da Polícia Militar que aplicam multas de trânsito por delegação do Detran.SP.

08 Nova versão da Carta de Serviços do Estado de São Paulo, para a Secretaria de Gestão e Governo Digital, com informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos da Administração Estadual, envolvendo formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento.

Continua









INÊS 249



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Demonstrações Financeiras Resumidas

Em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://empresaspublicas.imprensaoficial.com.br e https://www.prodesp.sp.gov.br/transparencia/demonstracoes-financeiras/

Balanço Patrimonial Resumido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado)		2023	2022 (Reapresentado)
Ativo			**Passivo e patrimônio líquido**		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	549.004	722.919	Fornecedores	451.564	302.614
Contas a receber de clientes	472.131	392.945	Valores a pagar convênios	605.747	946.973
Valores a receber convênios	279.068	557.426	Salários e encargos sociais	81.326	90.616
Tributos a recuperar	78.009	88.444	Obrigações fiscais	59.417	61.249
Despesas antecipadas	314.768	91.962	Juros sobre o capital próprio	41.637	28.747
Outros ativos circulantes	14.948	15.739	Outros passivos circulantes	10.545	4.446
	1.707.928	**1.869.435**		**1.250.236**	**1.434.645**
Ativos não circulantes mantidos para venda	8.122	-	Não circulante		
	1.716.050	**1.869.435**	Fornecedores	6.969	5.093
Não circulante			Provisão para contingências	37.595	35.782
Realizável a longo prazo	107.720	34.973		**44.564**	**40.875**
Investimentos	1.249	811	Patrimônio líquido		
Imobilizado	156.596	200.002	Capital social	668.232	668.232
Intangível	104.863	121.766	Reserva de lucros	123.446	83.235
	370.428	**357.552**		**791.678**	**751.467**
Total do ativo	**2.086.478**	**2.226.987**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**2.086.478**	**2.226.987**

Demonstração do Resultado Resumida

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	2.207.046	2.046.573
Custo dos serviços prestados	(1.797.391)	(1.613.766)
Lucro bruto	**409.655**	**432.807**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(217.983)	(233.992)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível	1.658	(54.246)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(129.888)	7.158
Receitas (despesas) operacionais	**(346.213)**	**(281.080)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**63.442**	**151.727**
Resultado financeiro	34.810	36.093
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**98.252**	**187.820**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(16.404)	(44.975)
Lucro líquido do exercício	**81.848**	**142.845**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**81.848**	**142.845**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**81.848**	**142.845**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Lucro do exercício	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**668.232**	**20.975**	**145.062**	**(2)**	**-**	**(176.307)**	**657.960**
Absorção dos prejuízos acumulados por reservas de lucros	-	(20.975)	(145.062)	-	-	166.037	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.845	-	142.845
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Absorção de prejuízos acumulados pelo lucro do exercício	-	-	-	-	(10.270)	10.270	-
Constituição de reserva legal	-	6.629	-	-	(6.629)	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(43.982)	-	(43.982)
Distribuição de dividendos mínimos estatutários	-	-	-	-	(5.356)	-	(5.356)
Constituição de reserva de lucros	-	-	76.608		(76.608)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**668.232**	**6.629**	**76.608**	**(2)**	**-**	**-**	**751.467**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.848	-	81.848
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	4.092	-	-	(4.092)	-	-
Destinação de juros sobre o capital próprio para distribuição	-	-	-	-	(41.637)	-	(41.637)
Constituição de reserva de lucros	-	-	36.119	-	(36.119)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**668.232**	**10.721**	**112.727**	**(2)**	**-**	**-**	**791.678**

Demonstração dos Fluxos de Caixa Resumida – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(68.851)	6.508
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(76.317)	(211.331)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(28.747)	(41.729)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(173.915)**	**(246.552)**
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	722.919	969.471
No final do exercício	549.004	722.919

Demonstração do Valor Adicionado Resumida

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Receitas	2.362.149	2.298.409
Insumos adquiridos de terceiros	(1.514.781)	(1.486.049)
Valor adicionado bruto	**847.368**	**812.360**
Depreciação e amortização	(130.517)	(88.632)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**716.851**	**723.728**
Valor adicionado recebido em transferência	54.830	77.611
Valor adicionado total a distribuir	**771.681**	**801.339**
Distribuição do valor adicionado	**(771.681)**	**(801.339)**
Pessoal	(437.185)	(385.867)
Impostos, taxas e contribuições	(252.447)	(272.597)
Remuneração de capital de terceiros	(201)	(30)
Remuneração de capitais próprios	(81.848)	(142.845)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Resumidas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. Informações sobre a Prodesp

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo" ou "Prodesp" ou "Companhia") é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Prodesp é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue as leis federais e estaduais que regulam as empresas estatais. A Prodesp provê uma ampla variedade de soluções digitais para o setor público e para a sociedade, tais como: publicação do Diário Oficial e serviços editoriais; certificação digital; desenvolvimento de sistemas; operações de TI; terceirização de processos de negócios; serviços profissionais de segurança da informação e consultoria especializada; assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral; execução de serviços de TI por meio de contratos com entidades privadas; implantação, operação e gerenciamento dos Postos de Serviços Poupatempo; e operacionalização do Programa Bolsa do Povo, que integra diversas iniciativas sociais do governo estadual.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis, são apresentadas em milhares de Reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.

3. Reapresentação para correção de erros

No decorrer de 2023, durante análises das variações de patrimoniais e demonstrações financeiras, a Administração identificou inconsistências nos registros contábeis de dois itens do ativo intangível.

Diante das inconsistências identificadas, foi contratada uma consultoria contábil especializada (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – FUNDACE) que ratificou a avaliação acerca dos ajustes para correção de registros e julgamentos contábeis inadequados realizados no exercício de 2022.

Como consequências, o ativo intangível e o resultado do exercício apresentados em 2022 e os resultados apresentados nas demonstrações intermediárias do 2º e 3º trimestre do mesmo exercício, estavam superavaliados. Os ativos e as inconsistências identificadas são conforme seguem:

Projeto Histórico Clínico Digital (Projeto HCD): Em 2022, ocorreu a capitalização indevida de um software adquirido para repasse ao cliente. A Companhia não possui, após a operação concretizada, controle sobre o ativo, fato que desconfigura sua qualificação como ativo intangível próprio. Ademais, os benefícios econômicos do ativo não seriam gerados por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Prodesp. Desta forma, procedeu-se com a reclassificação do item do grupo de ativo intangível para o grupo de outros ativos circulantes e, ao final do exercício, após concretizada a operação com o cliente e consumado o ingresso de receitas, o ativo foi apropriado como custo dos serviços prestados.

Ativo de Arquivos de Documentos: Incorporado ao ativo da Prodesp por meio da incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo ("IMESP"), o Arquivo de Documentos foi um ativo desenvolvido com o objetivo de aplicação nos serviços de certificação digital. O desenvolvimento do projeto foi concluído em abril de 2022, porém após sua conclusão não foram realizados testes de recuperabilidade que pudessem sustentar a manutenção do registro do item como um ativo.

Em 2023, durante análise das variações patrimoniais, a Companhia identificou que o ativo apresentou indícios de desvalorização durante o exercício de 2022. Constatou-se que o ativo não possuía valor recuperável já em 2022 e, em conformidade com o CPC 04 – Ativo intangível, a baixa deveria ter sido realizada ao final no exercício social.

4. Eventos subsequentes

Na data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, cumprindo CPC 24, informamos que não houve evento significativo que possa influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários.

Extrato de Informações Relevantes do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Prodesp para o Exercício de 2023

O Comitê de Auditoria Estatutária não encontrou problemas que afetassem a independência da Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S em relação à Prodesp. Não houve divergências significativas entre a administração da Prodesp, os auditores independentes e o comitê em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. O Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas.

Extrato de Informações Relevantes do Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023

O Conselho Fiscal da Prodesp se reuniu para examinar as demonstrações financeiras completas de 2023, com ênfase para a correção de inconsistências nos registros contábeis de ativos intangíveis em 2022. O Conselho destaca que os Auditores Independentes que examinaram as demonstrações de 2022 também auditaram as de 2023, e não expressaram opinião diferente da anterior e aprovam que as demonstrações financeiras sejam submetidas à aprovação dos acionistas.

Extrato de Informações Relevantes do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.prodesp.sp.gov.br/transparencia/demonstracoes-financeiras/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 15 de março de 2024 sem ressalvas.

Conselho de Administração

Presidente
João Germano Böttcher Filho

Conselheiros
Alexandre Silveira Pessôa (Membro Independente)
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Eduardo Aggio de Sá
Gileno Gurjão Barreto (Membro Diretor-Presidente)
Jorge Antonio Weschenfelder (Membro Representante dos Empregados)
Leonardo José Mattos Sultani
Ricardo Cézar de Moura Jucá
Rogério Campos
Thiago Waltz Alves
João Carlos Castilho Garcia (Membro Independente e Coordenador do CAE - até 18/01/2024)

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente
Gileno Gurjão Barreto

Diretor Administrativo-Financeiro
Camilo Cogo Cavalcanti

Diretor Jurídico, de Governança e Gestão
André Luiz Sucupira Antonio

Diretor de Relacionamento com Clientes
Rafael Almeida Fernandez Soto (cumulativamente, a partir de 02/03/2024)

Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
Rafael Almeida Fernandez Soto

Diretor de Operações
Fernando Hideyo Yokemura

Diretor de Serviços ao Cidadão
Carlos Henrique Netto Vaz

Contadora

Roberta Capote Costa - CRC-SP 1SP296.268/O-7

Prodesp





INÊS 249

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360



Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**